



Andréa Lemos Maldonado Cruz

**Influências do conservadorismo na
formação Institucional do Exército
Brasileiro**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção de grau de Doutora pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Eduardo de Vasconcelos Raposo

Rio de Janeiro
Dezembro de 2022



Andréa Lemos Maldonado Cruz

Influências do conservadorismo na formação institucional do Exército Brasileiro

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Eduardo de Vasconcelos Raposo
Orientador
Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho
Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Paulo Renato Flores Durán
Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Eurico de Lima Figueiredo
Instituto de Estudos Estratégicos – UFF

Prof. Everton Araujo dos Santos
AMAN/Exército Brasileiro

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Andréa Lemos Maldonado Cruz

Bacharel em Relações Públicas (Universidade Gama Filho, 1993). Pós-graduada em Assessoria de Imprensa (Universidade Estácio de Sá, 2000) e em Supervisão Escolar (Centro de Estudos de Pessoal, 2001). Mestre em Comunicação e Cultura (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002). Atualmente, integra o Corpo Docente da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Ficha Catalográfica

Cruz, Andréa Lemos Maldonado

Influências do conservadorismo na formação institucional do Exército Brasileiro / Andréa Lemos Maldonado Cruz ; orientador: Eduardo de Vasconcelos Raposo. – 2022.

312 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2022.
Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Exército Brasileiro. 3. Pensamento conservador. 4. oficial do Exército. 5. Cultura ibérica. 6. Mentalidade militar. I. Raposo, Eduardo de Vasconcelos. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Aos meus pais João José e Paulina, em memória.

Nossas afeições públicas têm início em nossas famílias e não se pode esperar que de uma relação fria com seus parentes se origine um cidadão zeloso. Das famílias passamos à vizinhança e às nossas relações provincianas habituais.

Edmund Burke.

Agradecimentos

Refletindo sobre o percurso que resultou nessa pesquisa, é impossível deixar de constatar quantas contribuições valiosas recebi. Foram tantas, de tantas fontes e em diferentes etapas do processo que se torna difícil enumerá-las.

Agradeço ao Exército Brasileiro por ter possibilitado a realização do curso de doutorado, em especial ao comando da Academia Militar das Agulhas Negras pelo apoio inestimável e aos amigos de trabalho pelo incentivo diário.

Agradeço à CAPES¹, ao Pró-Defesa e à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pelo apoio e, particularmente, ao Departamento de Ciências Sociais, pelas condições de aprendizagem a mim proporcionadas. Aos seus professores e funcionários, aos meus colegas de turma e de jornada, obrigada pela troca de experiências constante.

Minha especial gratidão ao Prof. Eduardo de Vasconcelos Raposo, pela orientação desse trabalho, conduzida com profissionalismo, sabedoria, paciência e amizade.

Aos professores Eurico de Lima Figueiredo, Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho, Everton Araujo dos Santos e Paulo Duran, integrantes da Comissão Examinadora, pelas valiosas sugestões, desde a minha qualificação.

Agradeço, também, aos meus familiares e amigos que me incentivaram, demonstraram interesse e estimularam a superação das minhas limitações.

Gratidão profunda ao meu esposo Adriano e a minha filha Marina, muito amados, que nunca me deixaram desanimar e que carregam comigo os frutos de todas as minhas conquistas.

Finalmente, e acima de tudo, não tenho como agradecer por toda saúde e graça, por toda preciosa força e numerosos auxílios provenientes da Luz Divina, sem as quais nada seria possível realizar.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Cruz, Andréa Lemos Maldonado; Raposo, Eduardo de Vasconcelos. **Influências do conservadorismo na formação Institucional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2022. 312p. Tese de Doutorado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese objetiva estudar a formação institucional do Exército Brasileiro, particularmente no que se refere à constituição da mentalidade militar do grupo que compõe seus oficiais. Buscou-se, a partir das ideias de Edmund Burke, cuja obra, *Reflexões sobre a revolução na França*, publicada em 1790, constitui arcabouço conceitual do conservadorismo clássico, identificar e entender as influências desse tipo de pensamento político e social na consolidação de aspectos conservadores da sociedade brasileira e de suas instituições, como o Exército. Realizou-se um estudo interdisciplinar, utilizando-se, por metodologia, uma pesquisa bibliográfica qualitativa, que abrangeu os campos da história, da sociologia e da ciência política. Usou-se, como indicadores comparativos entre a mentalidade militar e a mentalidade conservadora, os dez princípios apresentados por Russel Kirk, na obra *The Conservative Mind: From Burke to Eliot*. Foram analisados os Regulamentos e currículos da formação do oficial do Exército Brasileiro no período compreendido entre 1810 e 1944, e, também, o perfil do oficial na atualidade, recorrendo, para isso, às pesquisas realizadas pelo Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa). *O conservadorismo burkeano inseriu-se na sociedade brasileira durante o Império e alguns de seus aspectos foram adaptados à nossa cultura ibérica, que desenvolveu um tipo de conservadorismo com feições conciliatórias. Originando-se dessa sociedade, o Exército também consolidou, ao longo de sua evolução histórica e do processo de profissionalização de seus oficiais, uma mentalidade militar com firmes traços conservadores conciliatórios que até hoje pode ser identificada pelo capital simbólico desses profissionais.*

Palavras-chave

Exército Brasileiro; pensamento conservador; sociedade brasileira, cultura ibérica; mentalidade militar; oficial do Exército.

Abstract

Cruz, Andréa Lemos Maldonado; Raposo, Eduardo de Vasconcelos. **Influences of conservatism in the institutional formation of the Brazilian Army**. Rio de Janeiro, 2022. 312p. Tese de Doutorado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis aims to study the institutional formation of the Brazilian Army, particularly with regard to the constitution of the military mentality of the group that makes up its officers. Based on the ideas of Edmund Burke, whose work, *Reflections on the Revolution in France*, published in 1790, it was sought to identify and understand the influences of this type of political and social thought in the consolidation of conservative aspects of Brazilian society and its institutions, such as the Army. An interdisciplinary study was carried out, using, as a methodology, a qualitative bibliographic research, which covered the fields of history, sociology and political science. As comparative indicators between the military mentality and the conservative mentality, the ten principles presented by Russell Kirk, in the work *The Conservative Mind: From Burke to Eliot*, were used. The Regulations and curricula of the formation of the officer of the Brazilian Army were analyzed in the period between 1810 and 1944, as well as the profile of the officer today, using, for this, the research carried out by the Support Program for Teaching and Scientific Research and Technological in National Defense (Pro-Defense). Burkean conservatism was inserted in Brazilian society during the Empire and some of its aspects were adapted to our Iberian culture, which developed a type of conservatism with conciliatory features. Originating from this society, the Army also consolidated, throughout its historical evolution and the process of professionalization of its officers, a military mentality with firm conciliatory conservative traits that until today can be identified by the symbolic capital of these professionals.

Keywords

Brazilian army; conservative thinking; Brazilian society, Iberian culture; military mentality; Army official.

Sumário

1. Introdução	11
1.1. Objeto de pesquisa	11
1.2. Metodologia	18
1.3. Recorte histórico	20
1.4. Premissas e questionamentos	21
1.5. Fundamentação e fontes de pesquisa	22
1.6. Estrutura da tese	27
2. O pensamento conservador moderno: origem e antecedentes históricos	29
2.1. Um mundo em transformação	29
2.1.1. A Inglaterra na era do esclarecimento.....	34
2.1.2. A França no olho do furacão	43
2.1.3. Portugal, um Estado patrimonial	49
2.2. Burke: vida e obras	58
2.3. O pensamento conservador de Burke	66
2.3.1. Resistência às mudanças e apelo à prudência, à conciliação e ao reformismo	69
2.3.2. Crítica ao racionalismo e culto às tradições, aos costumes e à história	71
2.3.3. Ceticismo e defesa da religião e da moralidade	73
2.3.4. Papel do Estado e da sociedade na construção da ordem social.....	74
3. Conservadorismo <i>burkeano</i> no Brasil	78
3.1. Da América Portuguesa ao Brasil	78
3.2. Aspectos da formação social brasileira: uma identidade híbrida ...	94
3.2.1. Relações com o meio físico	95
3.2.2. Relações humanas	100
3.3. As ideias de Burke chegam ao Brasil.....	108
3.4. O pensamento conservador em um país com passado ibérico ...	113
4. Instituições militares: uma perspectiva sociológica	124
4.1. Poder, dominação, violência legítima, violência organizada e guerra	129
4.1.1. Poder e dominação.....	130
4.1.2. Violência legítima, violência organizada e guerra	143
4.2. Forças Armadas como instituição profissional	158
4.3. Mentalidade militar e mentalidade conservadora.....	176
5. Exército Brasileiro	188
5.1. Evolução	189
5.1.1. Colônia.....	189
5.1.2. Império.....	196
5.1.3. República.....	214
5.2. Cultura, valores e socialização	226
5.3. Formação da mentalidade do oficial do Exército Brasileiro: escolas militares e seus Regulamentos de ensino de 1810 a 1944.....	238

5.3.1. Origens do ensino militar - de 1810 a 1831	240
5.3.2. Duas décadas e cinco reformas - de 1831 a 1850	245
5.3.3. A busca por novos rumos - de 1850 a 1874.....	252
5.3.4. Reflexos da Guerra do Paraguai e do positivismo - de 1874 a 1904.....	256
5.3.5. A era do Realengo - de 1904 a 1944	262
5.4. Percepções sobre o perfil do oficial do Exército Brasileiro na atualidade: herança do conservadorismo?	272
6. Conclusão	288
7. Referências bibliográficas	305

Lista de Tabelas

Tabela 1: Quadro comparativo – mentalidade conservadora e mentalidade militar	187
Tabela 2: Renda e ocupação dos membros do 3º batalhão da Guarda Nacional ativa de Paranaguá, 1877	203
Tabela 3: Evolução dos efetivos do Exército	209
Tabela 4: Distribuição do Exército Brasileiro em 1889	211
Tabela 5: Distribuição de contingentes do Exército e da população em 1888 e 1920 (%)	220
Tabela 6: Questão 22 - Como o senhor incorporou os valores militares?	235
Tabela 7: Quadro comparativo – mentalidades conservadora e militar, valores e deveres militares.....	236
Tabela 8: Evolução curricular entre 1832 e 1850	251
Tabela 9: Currículo do Regulamento de 1890 – Benjamin Constant	260
Tabela 10 : Instituições de Ensino Militar (1898 - 1905)	264
Tabela 11: Matrículas na Escola Militar (1913 - 1943).....	266
Tabela 12: Distribuição etária dos respondentes (percentual).....	274
Tabela 13: Divisão dos militares pesquisados	275
Tabela 14: Estado civil dos respondentes por posto	276
Tabela 15: Semelhança do Exército com outras organizações	277
Tabela 16: Profissões comparáveis ao sacerdócio.....	278
Tabela 17: Aspectos que favoreceram a escolha da carreira militar.....	280
Tabela 18: O que faz alguém progredir no Exército	281
Tabela 19: Questão 27 – Ser um bom profissional militar exige principalmente	281
Tabela 20: Questão 20 – O senhor atribui a credibilidade do Exército principalmente a(o).....	282
Tabela 21: Grupo de valores que melhor representam o espírito militar	282
Tabela 22: Opinião sobre a utilização das Forças Armadas na manutenção da Ordem Social	283
Tabela 23: Militares na família dos respondentes (percentual)	284
Tabela 24: Questão 2 – O senhor é filho de militar?.....	284
Tabela 25: Quadro 5 – Porcentagem de cadetes filhos de civil e militares em quatro períodos	285
Tabela 26: Religião dos respondentes (percentual)	286

1. Introdução

1.1. Objeto de pesquisa

A presente tese tem por objeto de pesquisa o Exército Brasileiro. Pretende analisar sua formação institucional, particularmente no que se refere à constituição da mentalidade militar do grupo que compõe seus oficiais, sob o ponto de vista da influência de alguns aspectos do pensamento conservador de Edmund Burke que, absorvidos e adaptados à sociedade brasileira, desenvolveram nela e em suas instituições tendências conservadoras com feições conciliatórias.

A escolha por esse tema de pesquisa deveu-se ao interesse particular profissional em melhor compreender os elementos que envolvem a formação dos oficiais combatentes da Linha Bélica do Exército Brasileiro, tendo em vista a condição dessa pesquisadora: militar e professora da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecimento de ensino responsável por essa formação.

Como educadora, acredito no poder do capital simbólico² exercido pela socialização dentro das instituições. As escolas de formação militar, nesse contexto, têm a função de especialização desse profissional para a função que exercerá, pautando-se no ensino de conhecimentos técnicos e de habilidades bélicas. Exercem, também, um papel fundamental na constituição de uma consciência coletiva, uma espécie de *mentalidade* que perpetua os valores, as tradições e a cultura institucional, elementos imprescindíveis a sua existência.

O estabelecimento dessa consciência coletiva efetiva-se, em parte, em função da formação e da socialização desses oficiais ocorrer em instalações relativamente autônomas em relação ao ambiente externo, em sistema de internato, com características semelhantes ao que Erving Goffman (1974)³ designou

² Em sua obra *O poder simbólico*, Pierre Bourdieu, sociólogo francês, trabalhou com a ideia de poder dentro dos processos nos quais as relações de dominação são vivenciadas e reproduzidas através de sistemas simbólicos. Existiriam diversos tipos de poderes simbólicos, que seriam os capitais, ativos econômicos, culturais ou sociais reproduzidos na sociedade. Eles seriam de três categorias: econômica, social e cultural. Haveria, ainda, o capital simbólico, resultado da distribuição das outras formas de capital no contexto social. Esse tipo de capital é apreendido simbolicamente pelas relações de conhecimento e de reconhecimento. O autor afirma que, ao internalizar ou assimilar esses sistemas simbólicos, o indivíduo estrutura sua percepção do mundo.

³ Erving Goffman foi um sociólogo canadense, que efetuou pesquisas na linha da sociologia interpretativa e cultural na Universidade de Chicago. O conceito de *instituição total* foi desenvolvido na obra *Asylums*, resultado de um trabalho de campo realizado no Hospital Saint-Elizabeth, em Washington. Esse tipo de instituição, preenchendo todo tempo e espaço na vida de um indivíduo, e exercendo controle ou monitoramento de todas as suas rotinas, o tornaria dependente de normas e condutas dificultando-lhe o convívio em ambientes diferentes.

instituição total, espaços de exercício de poder disciplinar e campo de saber das técnicas relacionadas a esse domínio. Esse tipo de socialização contribui para o condicionamento de comportamentos e da mentalidade desses profissionais. Entretanto, existem, ainda, outras influências, históricas e sociais, que confluem para isso e que necessitam ser entendidas.

Portanto, para a melhor compreensão dos limites norteadores do presente estudo, iniciaremos com o entendimento do termo *conservadorismo*, cuja interpretação é controversa, e da expressão *mentalidade militar*, assim como a relação entre ambos e o nosso objeto de estudo.

O termo conservadorismo nasceu no contexto político inglês, entre os anos de 1710 e 1720. Na época, havia duas correntes de pensamento; a primeira defendia uma visão política tradicional, oriunda do republicanismo cívico, baseada na Constituição e em um governo misto; já a segunda acreditava em uma concepção evolucionista e uma filosofia progressista, na qual havia necessidade de mudanças políticas e sociais radicais para se enfrentar os novos tempos.

Do embate entre essas duas ideias nasceu uma terceira, que acreditava ser possível aceitar as mudanças necessárias ao Estado, de maneira lenta e gradual, o que evitaria sua extinção. Ao mesmo tempo, deveriam ser respeitadas a história e as tradições sedimentadas no tempo. Esse tipo de ideologia ou de pensamento, originário do âmbito da política, estendeu-se, ao longo do tempo, às esferas sociais e morais, e passou a caracterizar o comportamento de indivíduos denominados conservadores.

Existem várias interpretações para o termo conservadorismo. Autores, como Robert Nisbet (1987)⁴ e Samuel Huntington (1957)⁵, consideram-no como uma ideologia; João Camillo de Oliveira Torres (1968)⁶ como uma posição política;

⁴ Robert Alexander Nisbet (1913 – 1996) foi um sociólogo americano reconhecido como apoiador da política de direita. Iniciou sua carreira como um liberal político e passou a participar de movimentos conservadores.

⁵ Samuel Phillips Huntington (1927 - 2008) foi um cientista político conservador norte-americano. Seus estudos baseavam-se, principalmente, na análise do relacionamento entre os militares e o poder civil, e nas investigações acerca dos golpes de estado.

⁶ João Camilo de Oliveira Torres (1915 – 1973) foi escritor, professor, historiador e jornalista brasileiro. Autor de diversas obras da historiografia brasileira.

Paulo Mercadante (1980)⁷ relaciona-o a uma atitude de conciliação; já Russel Kirk⁸ nos fala de “um estado conservador, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social.” (KIRK, 2014, p. 103)

Para João Pereira Coutinho (2014)⁹, a capacidade de adaptar-se à realidade de cada sociedade através dos tempos e a inexistência de uma sistematização teórica seriam responsáveis por essa variedade de conceitos, o que o leva a afirmar que não existe *conservadorismo* e sim *conservadorismos*.

Para além dessa controvérsia, a verdade é que, desde o século XIX, o conservadorismo passou a ser entendido, de forma geral, como um sistema de ideias comprometido com a defesa de determinada ordem social.

Academicamente, a obra de Edmund Burke (1729-1797), *Reflexões sobre a revolução na França*, publicada em 1790, marca o ponto de partida do chamado *conservadorismo clássico*. Nela, o autor apresenta os ideais culturais e simbólicos das classes sociais derrotadas na Revolução Francesa, notadamente a aristocracia feudal.

Burke era um membro do partido liberal inglês, mas se opunha à restauração monárquica e ao poder absoluto do rei. Defensor das causas do liberalismo, pelas quais lutou como membro do Parlamento, não se entusiasmou com os ideais da Revolução Francesa, pois, para ele, o movimento era mais do que uma revolução política, era um rompimento violento com os antigos costumes e com a tradição. Ele acreditava que o radicalismo progressivo do modelo adotado na França, levaria, como de fato levou, o país ao caos, situação bem diferente das transformações políticas que ocorreram nos Estados Unidos da América e na Inglaterra.

O conservadorismo *burkeano*, que foi utilizado nesse estudo, é, então, caracterizado, em linhas gerais, como um pensamento político e social que defende a preservação das instituições, aí incluídas a religião, a família, a comunidade e o

⁷ Paulo Mercadante licenciou-se em Humanidades, lecionou e advogou por vários anos, dedicando-se, posteriormente, à pesquisa e à escrita. Suas obras relacionam-se à região da Mata Mineira, destacando-se, ainda, *A consciência conservadora no Brasil* e *Militares e civis: a ética do compromisso*.

⁸ Russell Kirk (1918 – 1994) foi um filósofo político e historiador norte-americano, cuja obra *The Conservative Mind*, publicado em 1953, deu forma ao movimento conservador pós-Segunda Guerra Mundial.

⁹ José João de Freitas Barbosa Pereira Coutinho é um cientista político e escritor português. Autor de várias obras, dentre as quais destacamos *As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Reacionários* e *Edmund Burke: a Virtude da Consistência*.

direito de propriedade, e que, enfatizando a continuidade e a estabilidade, opõe-se a movimentos revolucionários e mudanças bruscas, defendendo a prudência e a conciliação. Esses serão os aspectos do pensamento conservador de Burke elencados em nosso trabalho, particularmente o referente à conciliação. No entanto, cabe frisar que eles não foram assimilados no Brasil da mesma forma que na Inglaterra, onde originou-se.

Em nossa sociedade, também admitida como portadora de aspectos ou de tendências conservadoras¹⁰, e que divide semelhanças com outros países **na América Latina, na América do Norte e na Europa, as ideias burkeanas foram adaptadas às circunstâncias históricas.**

De forma geral, na esfera política, os conservadores ocidentais optam pela prudência, procuram preservar as instituições estáveis, que se desenvolveram ao longo do tempo e são fruto dos usos e dos costumes. As esferas social e moral **são representadas por três tradições principais: a filosofia grega, o direito romano e o cristianismo. O** enfoque é para uma estrutura social e hierárquica tradicional, na qual são privilegiadas as comunidades cujos **padrões de comportamento e valores possam garantir uma coesão social e a identificação dos indivíduos com o grupo.**

Já na esfera econômica, o **conservadorismo ocidental defende o individualismo e a propriedade privada.** Entretanto, uma economia de livre mercado não é consenso entre os países. Aqueles que defendem a globalização e a abertura dos mercados ao capital internacional procuram restringir a influência externa ao âmbito financeiro, resguardando os aspectos culturais, o que caracteriza outro traço dos conservadores, o nacionalismo.

O importante é entender que os valores **conservadores variam de acordo com os lugares e com o tempo. Assim, conservadores latino-americanos e europeus, por exemplo, poderão defender ideias diferentes, mas estarão sempre de acordo as tradições de suas respectivas sociedades.**

¹⁰ Em levantamento do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), realizado em 2016, a análise desses aspectos resultou em que 54% dos brasileiros foram classificados como conservadores máximos ou radicais, e 41%, como conservadores médios.

O conservadorismo britânico, que tem sua origem em Burke, desenvolveu-se como o partido da aristocracia tradicional, defendendo a Câmara dos Lordes¹¹. Ao longo do tempo, modernizou-se, adotando princípios democráticos em defesa do Império e tentando aliar a aristocracia às classes populares.

Nas primeiras décadas do século XX, os conservadores britânicos assumiram uma política comercial protecionista, que favorecia o comércio com suas colônias e uma posição antissocialista em oposição ao movimento sindical que ganhava força no país. Atualmente, a agenda conservadora na Inglaterra optou por uma versão moderada e está representada pelo Partido Conservador do Reino Unido.

Nos Estados Unidos da América, o conservadorismo, originário do liberalismo clássico do século XVII, defende a liberdade civil, econômica e política, com uma democracia representativa em um Estado de direito, no qual existe um sistema jurídico isento e igualitário, através da consagração dos princípios constitucionais.

O conservadorismo americano baseia-se nos valores judaico-cristãos, no individualismo, no liberalismo econômico, no anticomunismo e na defesa da cultura ocidental. **A liberdade é valor essencial aos conservadores norte-americanos e aspecto fundamental à democracia. Eles acreditam ser necessário limitar o poder do governo federal no setor empresarial, sendo a favor do livre comércio.**

A França, por sua vez, em função de sua trajetória histórica e de sua formação política, da oposição surgida após a Revolução Francesa, tem **um conservadorismo liberal que defende a descentralização estatal, o municipalismo e a ação das associações como oposição ao forte poder do Estado. Os conservadores franceses acreditam que as dificuldades sociais enfrentadas pelo país são o resultado de uma democracia que não surgiu de uma transição gradual da sociedade aristocrática, como o foi na Inglaterra, mas do movimento revolucionário como contraponto ao absolutismo.**

Atualmente, o movimento conservador francês é representado pelo partido *Os Republicanos*, que derivou da tradição bonapartista surgida após a

¹¹ É um corpo não eleito, atualmente formado por 2 arcebispos e 24 bispos da Igreja Anglicana e 766 membros da nobreza britânica, responsável por executar funções legislativas. Faz parte do Parlamento do Reino Unido, que inclui a Coroa Britânica e a Câmara dos Comuns.

II Guerra Mundial em torno do general De Gaulle¹². Por isso, adicionaram o patriotismo, o nacionalismo e o *gaullismo* à lista de valores que defendem.

No Brasil, em função de nossa colonização portuguesa, o conservadorismo teve, além das influências das tradições culturais do direito romano, da filosofia grega e do cristianismo, a intervenção dos valores ibéricos. Surgiu de uma rejeição ao republicanismo e ao liberalismo, aspecto que o diferencia do conservadorismo francês e britânico ou norte-americano. Sua atuação propiciou a integridade territorial, sob a ação de um governo centralizador e a perpetuação de interesses escravocratas das elites agrárias e da Igreja Católica.

Os traços conservadores por nós herdados teriam origem no patrimonialismo burocrático português, nas estruturas agrárias e na influência delas na ordem política e social do país, como argumentou Elisa Pereira Reis em seus estudos sobre a formação da democracia na sociedade brasileira.

A cientista política defendeu, em sua tese de doutorado, que a Revolução de 1930, gestada pelas elites agrárias desde a abolição da escravatura, foi o resultado de uma revolução autoritária, semelhante, em alguns aspectos, ao que aconteceu na Alemanha¹³. O Estado Novo criticava o liberalismo e sua ideologia centrada no indivíduo, em favor do pensamento conservador, no qual a nação é representada como um “indivíduo coletivo”, simultaneamente uma entidade política e econômica. Adaptava, assim, elementos do conservadorismo *burkeano* aos interesses das elites, em clara demonstração do hibridismo de duas forças ou tradições oscilatórias da história do país; uma que visava a democracia e o desenvolvimento social e outra cujos interesses corporativos relegavam essas instituições a fator de barganhas políticas. (RAPOSO, 2008)

¹² Charles André Joseph Marie de Gaulle (1890 – 1970) liderou as Forças Francesas Livres durante a II Guerra Mundial, presidiu o Governo Provisório de 1944 a 1946, restabelecendo a democracia na França, presidiu o Conselho de Ministros em 1958, reescreveu a Constituição da França e fundou a Quinta República. Foi eleito presidente do país no final daquele ano e reeleito em 1965. Em 1969 renunciou ao mandato.

¹³ A tese de Elisa Pereira Reis tem por base as considerações propostas por Barrington Moore Jr. em *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia, Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno* (1967), no qual ele argumenta que existem três vias políticas de modernização nacional: as revoluções liberais-burguesas, as revoluções conservadoras e as revoluções camponesas.

Esse hibridismo ou espírito de conciliação estaria presente não só na política, mas em muitos outros aspectos, como nos costumes, na relação familiar e na moral.

A Sociologia nos mostra que, em termos gerais, os indivíduos pensam e agem de acordo com o grupo ao qual pertencem, e que os estilos de pensamento ou de mentalidades de cada grupo formam-se com base na experiência e na ação sobre o mundo, estando sempre relacionados ao contexto no qual se inserem e na sua interdependência mais ampla com a sociedade.

Isso também se aplica às instituições, e, tendo a sociedade brasileira aspectos conservadores, suas instituições também os têm. Dessa forma, por estar inserido na sociedade brasileira, dela ter se constituído e alimentar-se de elementos próprios da sua formação cultural e histórica, o Exército Brasileiro, absorveu, ao longo de sua institucionalização, determinadas características conservadoras específicas, que aliaram-se aos aspectos conservadores próprios de sua função bélica, pois não há dúvida que as instituições militares possuem muitos elementos conservadores.

Valores considerados conservadores fazem parte da natureza dessas instituições pela necessidade de agir em defesa do grupo e na imposição da ordem social. Em sua obra *O Soldado e o Estado*, Samuel Huntington defende que o contínuo desempenho da função do profissional militar dá origem a um tipo de *mentalidade*, que conceituou como realista e conservadora, e que teria sua personificação na ética profissional militar, no conjunto de perspectivas, valores e atitudes que fazem parte do desempenho dessa função.

Essa mentalidade militar, no caso de nosso objeto de estudo, será tomada como o resultado de uma consciência coletiva desenvolvida ao longo da trajetória histórica do Exército Brasileiro na busca pelo profissionalismo e na formação de seus oficiais, o que, em última instância, consolidará a identidade dessa Instituição.

Considerando que o Exército, como toda instituição militar possui aspectos conservadores, mas também é constituído por homens e mulheres imersos na sociedade brasileira, sendo influenciados por ela, é compreensível conceber que as tendências conservadoras de nossa sociedade tenham contribuído para fortalecer os aspectos conservadores da mentalidade militar de seus oficiais.

Um desses aspectos conservadores refere-se à disposição conciliatória por diversas vezes presente na história da Instituição, fazendo-a tanto protagonizar intervenções políticas como também atuar em questões como a abolição da escravatura, por exemplo.

1.2. Metodologia

Ao estudo a que nos propomos, foi necessário entender a natureza funcional conservadora das instituições militares, a evolução história do Exército Brasileiro e a formação profissional de seus oficiais, assim como os aspectos do conservadorismo presentes nessa Instituição.

Para isso, foi preciso, inicialmente, conhecer as bases do pensamento conservador *burkeano* e concebê-lo dentro de um quadro histórico e cultural, e não apenas como uma unidade conceitual. Além disso, foi necessário analisá-lo em sua ação sobre a realidade de um determinado contexto, nesse caso, sobre a sociedade brasileira.

Depois, pesquisamos a influência de aspectos do conservadorismo com feições conciliatórias na trajetória histórica e na mentalidade profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, desenvolvida, principalmente, pela socialização no âmbito do processo de formação militar, através de suas escolas, com seus regulamentos e currículos.

Por fim, verificamos como esses aspectos conservadores podem, ainda hoje, ser identificados no perfil dos oficiais dessa Instituição, ao compará-los com os resultados obtidos pelo *survey* apresentado na obra *Para pensar o Exército Brasileiro no Século XX*, fruto da pesquisa *Sociologia das Forças Armadas*, desenvolvida a partir do convênio entre o Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio e o Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, com recursos do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), pelos pesquisadores Eduardo Raposo, Maria Alice Rezende de Carvalho e Sarita Schaffel.¹⁴

¹⁴ Eduardo de Vasconcelos Raposo é cientista político, professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por cinco anos exerceu a direção desse Departamento. Entre as publicações mais relevantes destacamos *Banco Central do Brasil: o Leviatã Ibérico. Uma interpretação do Brasil contemporâneo*.

Além disso, utilizamos alguns dados recolhidos pelo *survey* elaborado pelo pesquisador Denis de Miranda¹⁵, em estudo sobre aspectos da identidade dos oficiais do Exército Brasileiro, que resultou na obra *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*.

Utilizamos como metodologia uma pesquisa bibliográfica qualitativa com o objetivo de descortinar o contexto histórico que deu origem ao conservadorismo na Europa e sua trajetória e adaptação ao contexto brasileiro, bem como a própria conformação da nossa sociedade no que diz respeito às características de sua colonização e às influências sociais e culturais ibéricas. Além disso, buscamos, na literatura militar, as fontes necessárias ao entendimento da função da profissão, da formação institucional do Exército Brasileiro, bem como da organização e dos fundamentos do ensino militar no período escolhido.

Assim, realizamos um estudo interdisciplinar que abrangeu os campos da história, da sociologia e da ciência política. Escolhemos como indicadores do conservadorismo os dez princípios gerais que norteariam o pensamento e o agir conservadores, apresentados por Russel Kirk, na obra *The Conservative Mind: From Burke to Eliot* (A mente conservadora: de Burke a Eliot), publicada em 1953, quais sejam: consagração pelo uso; prudência; equilíbrio entre a permanência e a mudança; adesão aos costumes, convenções e continuidade; crença numa ordem moral duradoura; limitação ao poder e às paixões humanas; imperfectibilidade; apelo à liberdade e propriedade; defesa das comunidades voluntárias e oposição ao coletivismo involuntário; e afeição à variedade. Utilizamos a construção metodológica concebida por Max Weber¹⁶ para compararmos a categorização do

Maria Alice Rezende de Carvalho é socióloga e também professora e pesquisadora da PUC-Rio *Suas pesquisas estão voltadas à história e sociologia da cultura e dos intelectuais, estudos urbanos e sociologia política.*

Sarita Schaffel é pesquisadora da PUC-Rio e professora no Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro.

¹⁵Denis de Miranda é oficial do Exército Brasileiro e doutor em Ciências Sociais.

¹⁶O alemão Maximilian Karl Emil Weber (1864 - 1920) é considerado um dos fundadores da Sociologia. Grande parte de seus estudos baseavam-se nas estruturas do capitalismo, mas também contribuíram para a economia e as relações sociais. Suas obras *A ética protestante e o espírito capitalista* e *A política* como vocação tornaram-se centrais no estudo da sociologia política moderna no Ocidente.

*tipo ideal*¹⁷ de conservador, apontadas por Russel Kirk (2011), com as características da profissão militar.

A análise sociológica da formação institucional foi traçada com base na teoria de Émile Durkheim¹⁸, para quem a identidade individual estaria sempre vinculada à totalidade das ações, das relações sociais e, principalmente, ao que denominou de *consciência coletiva*. Por ela, os militares seriam produto do coletivo, cuja construção é condicionada pelo “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade que forma um sistema determinado que tem vida própria” (DURKHEIM, 1995, p.50). Essa consciência coletiva diria respeito aos valores do grupo, e ela própria seria um valor associado às formas modernas de solidariedade mecânica e orgânica.

1.3. Recorte histórico

O recorte temporal desse estudo compreendeu, no que tange à análise dos Regulamentos de ensino da formação do oficial do Exército Brasileiro, o período compreendido entre 1810, data da criação da Real Academia Militar no Brasil, e 1944, data em que a formação desses oficiais passou a ser realizada na AMAN, em Resende.

A escolha dessa delimitação histórica atende ao objetivo da pesquisa à medida que reconhece a importância desse período, principalmente após a Proclamação da República, no desenvolvimento e na constituição de uma mentalidade com características conservadoras institucionais no âmbito da formação de sua oficialidade. Entretanto, para melhor compreender essas características, foi necessário recorrer a uma ambientação histórica precedente, que nos fizesse entender a formação da sociedade brasileira e de suas instituições militares, especificamente do Exército.

¹⁷ O conceito de *tipo ideal* proposto por Weber trata-se de uma construção metodológica que pretende reunir várias características ou elementos presentes no objeto a ser estudado e formular um conceito genérico sobre ele, que sirva de modelo.

¹⁸ David Émile Durkheim (1858 - 1917) foi um sociólogo, antropólogo e filósofo francês. É considerado o pai da sociologia, pois tornou-a formalmente uma disciplina acadêmica. Seus estudos relacionavam-se, principalmente, com a forma como as sociedades poderiam manter sua integridade e coerência na modernidade. As obras *Da Divisão do Trabalho Social* e *As Regras do Método Sociológico* são seminais na área das relações sociais.

Como afirma o antropólogo social, cuja pesquisa se concentra no estudo dos militares no Brasil, Celso Castro (2002), embora o imaginário militar busque na Batalha de Guararapes suas raízes históricas, até o momento da Independência, a história militar brasileira confundia-se com a história militar portuguesa. Após a Independência, começa a ser organizado um Exército em bases nacionais, mas que somente vai iniciar sua profissionalização após a Guerra do Paraguai e se institucionalizar durante a República.

1.4. Premissas e questionamentos

Nossa primeira premissa é de que a sociedade brasileira desenvolveu um tipo de conservadorismo com feições conciliatórias, absorvendo algumas características do pensamento conservador *burkeano* mas adaptando-as às circunstâncias sociais e históricas próprias de nossa formação ibérica.

Admitimos, também, que o Exército Brasileiro, como qualquer instituição militar, possui aspectos conservadores inerentes à sua função básica, mas que também foi influenciado por aspectos desse conservadorismo singular de nossa sociedade. Além disso, acreditamos que, durante todo o final do século XIX, as escolas de formação de oficiais buscaram construir uma instituição militar com características culturais brasileiras, cujo tipo de socialização e de profissionalização nelas desenvolvidas proporcionaram o reforço dessa mentalidade militar conservadora conciliatória, mas baseada em um capital simbólico que pudesse dar coesão e legitimidade à profissão militar e à Instituição.

Com isso em mente, iniciamos nosso estudo com uma primeira interrogação, que motivou toda a pesquisa e manteve-se norteadora da análise: houve influências do conservadorismo na formação militar brasileira, especificamente na Instituição Exército Brasileiro?

Para respondê-la, foi necessário proceder a outros questionamentos e investigar: como surgiu e quais as principais características do conservadorismo *burkeano*?, tiveram as ideias conservadoras de Edmund Burke alguma influência sobre a formação histórica da sociedade brasileira; de que forma?, nossa herança ibérica contribuiu para o desenvolvimento de uma mentalidade conservadora na sociedade; de que tipo?, qual a natureza da atividade militar?; como se formaram as instituições militares?; qual é a função das Forças Armadas na sociedade?;

quando e como a atividade militar se profissionalizou?; quais as características da profissão militar?; existem semelhanças entre as características da profissão militar, ou da mentalidade profissional desse grupo e os pressupostos do conservadorismo *burkeano*?

Ainda nos questionamos quanto aos aspectos específicos sobre a formação da mentalidade militar do oficial do Exército Brasileiro, perguntando: como se deu a formação institucional e profissional do Exército Brasileiro?; a evolução militar no país foi influenciada por elementos conservadores da cultura brasileira?; qual é o papel da cultura, dos valores e da socialização militar na formação do oficial dessa Instituição?; qual a influência do ensino e de seus Regulamentos na formação de uma mentalidade conservadora na Instituição?; podemos identificar no perfil do oficial do Exército Brasileiro de hoje aspectos do pensamento conservador?

1.5. Fundamentação e fontes de pesquisa

Em função de apresentarem-se como autor e obra que lançaram as bases para o conservadorismo moderno, não seria possível atingirmos o objetivo da presente pesquisa sem compreender o contexto histórico de seu surgimento. No entanto, nosso foco central será analisar determinados aspectos do conservadorismo *burkeano* que, inseridos e adaptados às realidades da cultura brasileira de natureza ibérica bem diversa da inglesa, puderam influenciar a formação institucional de nosso objeto de estudo.

No Brasil, as ideias de Burke foram traduzidas e adaptadas às necessidades políticas e sociais do país, inicialmente, durante o período do Império por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu¹⁹, e depois por outros intelectuais, políticos e escritores da época.

Politicamente, depois que a Corte Portuguesa retornou a Lisboa, em 1821, Dom Pedro I (1798-1834), proclamando a Independência, procurou desligar-se do Antigo Regime e inaugurou uma monarquia constitucional e representativa, que teve no Poder Moderador e no Partido Conservador um centro estabilizador,

¹⁹ José da Silva Lisboa (1756 - 1835) foi um economista, historiador, jurista, publicista e político brasileiro na época do Brasil Império. Apoiador da monarquia, ocupou diversos cargos na administração econômica e política do Brasil, desde 1808. Teve papel importante no incentivo ao ensino de economia política no país e na redação de diversos decretos que beneficiaram essa área à época.

permitindo, assim, a expansão segura do Estado. Esse teria sido o ponto inicial de convergência das instituições oficialmente brasileiras. Entretanto, não podemos esquecer que as origens dessas instituições, seus membros e seus procedimentos eram uma reprodução dos modelos portugueses.

Dessa forma, as ações políticas, culturais e sociais que estruturaram e que promoveram, historicamente, tendências conservadoras de natureza conciliatória na sociedade brasileira, absorvidas pelas nossas instituições públicas, dentre elas o Exército Brasileiro, carregaram nossas raízes ibéricas.

Segundo Eduardo Raposo (2008) a formação das instituições brasileiras foram condicionadas por elementos paradoxais que tiveram origem em países como a Inglaterra, em menor grau, mas, principalmente, em Portugal, no qual o controle político da população e de seus territórios constituiu-se a base da construção do Estado.

Considerado o primeiro Estado moderno, Portugal teve uma trajetória completamente diversa dos países europeus. Em função da ausência de industrialização ou de cismas protestantes e da presença da Contrarreforma, firmou-se como uma monarquia centralizadora com vocação eminentemente política.

Essas características podem ser facilmente percebidas na história de nosso país, quando, por exemplo, em 1841, após a abdicação ao trono de D. Pedro I em favor de seu filho, em uma reação conservadora, entra em vigor a Lei Interpretativa do Ato Adicional, restringindo a autoridade das assembleias das províncias, destacando, com maior força, o traço centralizador do poder do Estado, herança de nossa formação ibérica. (RAPOSO, 2008)

A reação conservadora, ressaltada por Raposo, seria expressão do patrimonialismo, característico das sociedades tradicionais como Portugal, nas quais a autoridade não se baseia no dever de servir a uma finalidade impessoal, mas cujo sentido de pessoalidade permeia todas as instâncias.

O conceito de patrimonialismo, desenvolvido por Max Weber (1991) e característico de um tipo de dominação, a tradicional, na qual o soberano organiza o poder político de forma análoga ao seu poder doméstico, e na qual a presença de estamentos burocráticos é significativa, foi aplicado por Sérgio Buarque de Holanda

(2014)²⁰, na obra *Raízes do Brasil*, que aborda aspectos centrais na história da cultura brasileira; e no estudo da formação do Estado brasileiro desenvolvido por Raimundo Faoro (1984)²¹, em sua obra *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, entre outros pesquisadores, e será fundamental para entendermos a formação da Instituição Exército Brasileiro.

A presença dos estamentos burocráticos, característicos de uma sociedade patrimonialista, foi aludida por Pierre Birnbaum (1985)²² quando fez referência na obra *L'action de l'État: différenciation et dédifférenciation* (Ação estatal: diferenciação e diferenciação) aos indicadores que caracterizam um espaço estatal forte, como era o Estado Português à época. Ele considera que a diferenciação entre o que considera um Estado forte e um fraco baseia-se no processo de empoderamento da esfera estatal em relação a outros setores da sociedade, especialmente os setores econômico e religioso. Entre os indicadores por ele sugeridos estão a existência de: burocracia civil e militar; Direito público; sistema de controle social, estatal e laico; escolas e universidades públicas; organização hierárquica do Estado sobre os territórios; participação de seus funcionários no exercício do poder político e Poder Executivo sobrepondo-se aos demais poderes. Segundo o autor, quando levados ao extremo, esses fatores desenvolvem uma estrutura estatal que monopoliza o espaço público, tornando-se uma força centralizadora. (BIRNBAUM, 1985)

Todas essas características podem ser observadas na estrutura do Estado Português e na formação estatal brasileira no recorte histórico a ser estudado, e foram muito importantes para a presente pesquisa, assim como as análises feitas por Sérgio Buarque de Holanda (2014), Eduardo Raposo (2008) e Raimundo Faoro (1984) sobre as características da formação da sociedade brasileira, de seus valores e da influência da cultura ibérica sobre essa formação, cujo legado foram instituições públicas hierarquizadas, corporativas e patrimoniais.

²⁰ Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982) foi historiador, sociólogo e escritor brasileiro cujas obras representam importante contribuição para a interpretação do Brasil, de sua estrutura social e política, a partir das raízes históricas nacionais.

²¹ Raimundo Faoro (1925 – 2003) foi jurista, sociólogo, historiador e cientista político brasileiro, considerado um dos grandes pensadores do Brasil, autor de análises imprescindíveis ao entendimento da sociedade, da política e do Estado brasileiro.

²² Pierre Birnbaum é sociólogo francês, professor de Sociologia Política na Universidade de Paris. Sua pesquisa se concentra na história dos judeus da França, bem como sobre a sociologia do Estado, poder e elites.

Fundamental, também foi a obra *A Consciência Conservadora no Brasil*, na qual Paulo Mercadante (1980) elenca diversos fatores na nossa história que confluíram para a criação de um tipo de conservadorismo com feições *conciliatórias*, bem distinto do conservadorismo europeu. Para o autor, a prática conciliatória estaria presente na dinâmica social de nossos colonizadores portugueses e teria sido transplantada para nosso território ainda no período de colonização. Mais tarde, outros fatores contribuiriam para reforçar essa base conservadora no país, tais como a filosofia eclética, a escola literária do romantismo, o historicismo e o formalismo jurídicos. (MERCADANTE, 1980)

Em relação à formação militar brasileira, acreditamos que algumas características da profissão podem facilmente ser associadas ao conservadorismo e ter contribuído para a solidificação deste na formação institucional do Exército Brasileiro. A natureza da profissão militar é o resultado de um somatório de condições necessárias para o exercício de sua função legal como instrumento do Estado, concebido como “uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força dentro de um determinado território” (WEBER, 1979, p. 98). As instituições militares, nesse contexto, são o *braço armado do Estado* no exercício da violência, opondo-se a qualquer ameaça à segurança de determinada sociedade.

Huntington (1957), considera o pensamento conservador a base da ética militar, em razão da destinação funcional do profissional da guerra, mas também afirma que as condições socioculturais de cada país influem diretamente nas características de suas instituições.

Acreditamos que aspectos conservadores do Exército Brasileiro foram reforçados pelo contexto histórico de nossa colonização. Subordinadas às instituições políticas portuguesas, as forças militares coloniais não poderiam pôr em risco a segurança do Estado que recentemente havia se instalado em nosso território. Necessitavam, também, garantir o equilíbrio do tecido social interno, além da defesa contra invasões externas.

Além disso, as ideias liberais e revolucionárias que agitavam a Europa, e que começaram a atingir o país, no período Colonial, como foi o caso da Conjuração Mineira, desestabilizavam o poder monárquico e precisavam ser aplacadas. Por isso, era interessante que alguns dos conceitos conservadores

advogados por Edmund Burke fossem introduzidos pela monarquia constitucional centralizadora, cujo desenvolvimento ocorreu após nossa Independência, período de grande agitação e revoltas internas. Adaptado à realidade brasileira, ele contribuiu para a manutenção da unidade nacional e para reforçar a mentalidade militar das instituições responsáveis pela segurança do país.

Para realizar a investigação necessária a esse estudo, recorreremos a quatro conjuntos principais de fontes. O primeiro contempla uma bibliografia relacionada ao conceito de conservadorismo, sua origem e principais pensadores. Avaliamos que, em se tratando da tradição conservadora, era imprescindível a análise crítica do núcleo de ideias da fundação desse pensamento, que encontramos em *Reflexões sobre a revolução na França*, de Edmund Burke (2014). Complementarmente, buscamos recursos nas obras de Samuel P. Huntington (1957-2016), Russel Kirk (2011-2014-2016), entre outros.

Nosso segundo conjunto de fontes baseou-se nos aspectos sociológicos da formação social brasileira e na influência do conservadorismo sobre ela, para o qual foram de grande valia autores como: Raimundo Faoro (1984-1994), Sérgio Buarque de Holanda (2014), João Camillo de Oliveira Torres (1963-1968-2016-2017-2018), Paulo Mercadante (1978-1980), Eduardo Raposo (2008-2019) etc.

O terceiro conjunto de fontes refere-se às características das instituições militares e à constituição das Forças Armadas no Brasil, suas características institucionais e seu papel no período estudado. No que tange às forças militares, foram importantes as análises de Raymond Aron (2002)²³, John Keegan (2016)²⁴ e Charles Tilly (1996)²⁵. Quanto à análise da formação militar brasileira, buscamos auxílio nas obras do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (2006-2008), do sociólogo e pesquisador Edmundo Campos Coelho (2000), de Frank D. McCann (2007), historiador americano especialista na atuação militar do Brasil na

²³ Raymond Aron (1905 - 1983) foi um filósofo, sociólogo, historiador e jornalista francês. Pensador profícuo e de diversos interesses, autor de obra eclética, nas quais refletiu sobre temáticas que vão da filosofia à economia, passando pela sociologia, ciência política, guerra, política francesa, história das ideias e relações internacionais.

²⁴ John Desmond Patrick Keegan (1934 – 2012) foi um professor e historiador britânico especialista em conflitos bélicos. Ministrou, durante longo período, a disciplina de história militar na Real Academia Militar de Sandhurst. É autor de obras sobre assuntos relativos à guerra.

²⁵ Charles Tilly (1929 – 2008) foi um sociólogo, cientista político e historiador norte-americano. Escreveu inúmeros livros sobre as relações entre política, economia e sociedade. É muito conhecido por suas análises de grandes processos de transformação histórica como a formação dos estados nacionais europeus.

Segunda Guerra Mundial, do militar e historiador Nelson Werneck Sodré (2010), entre outros. Com eles, procuramos identificar, na história da formação militar brasileira e os parâmetros que nos conduzissem ao entendimento da identidade institucional desse grupo profissional.

Para o estudo da formação do oficial do Exército, sua socialização, a composição dos Regulamentos e currículos das escolas no recorte histórico selecionado, a obra seminal do coronel do Exército Jehovah Motta (1998), *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar – 1810-1944*, constituiu-se como base. Já para a análise do perfil do oficial na atualidade, recorreremos às pesquisas realizadas por Denis de Miranda (2018) e por Eduardo Raposo (2019), resultado dos estudos desenvolvidos pelo Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa).

1.6. Estrutura da tese

Por questões didáticas e maior facilidade de leitura, optamos por dividir esse estudo em quatro capítulos, além da presente introdução e, obviamente, da conclusão.

Na primeira parte, apresentamos as bases conceituais do conservadorismo *burkeano*; um breve relato sobre a vida, os escritos e o pensamento de Edmund Burke; e o contexto histórico, econômico e social da Inglaterra, da França e de Portugal no século XVIII, pano de fundo para o surgimento das ideias de Burke.

Na segunda parte, traçamos um panorama histórico e sociológico de Portugal e do Brasil no mesmo período, discutindo questões relacionadas à formação da sociedade brasileira. Analisamos, também, como as ideias de Burke chegaram ao Brasil e de que forma foram apropriadas pela nossa sociedade. Além disso, apresentamos as análises de historiadores e sociólogos brasileiros a respeito do conservadorismo na nossa sociedade.

O terceiro capítulo foi dedicado a caracterizar os principais conceitos que embasam os estudos da sociologia das instituições militares. Nele, conceitamos a profissão militar e verificamos como ocorreu, historicamente, a profissionalização da atividade bélica. Além disso, a partir do estudo dos elementos básicos com os quais esse profissional trabalha, quais sejam, o conflito, a guerra, o poder,

estabelecemos um paralelo entre o tipo de mentalidade profissional que lhe é necessária para o exercício de sua função e as características da mentalidade conservadora, elencadas por Russel Kirk (2014) e baseadas no pensamento de Burke (2014).

Por último, apresentamos a formação institucional do Exército Brasileiro, à luz dos fatos históricos e das teorias sociais, e verificamos a relação entre as características do conservadorismo, apontadas pela bibliografia estudada, e aquelas identificadas na historiografia militar, correlacionadas ao estudo dos Regulamentos de Ensino das escolas de formação dos oficiais de 1810 a 1944. Além disso, identificamos alguns aspectos da mentalidade militar conservadora no perfil dos oficiais do Exército, na atualidade.

Para fins de entendimento, adotamos, ao longo dessa tese, a expressão *forças militares* para designar grupos ou tropas constituídas por elementos sem vinculação institucional, arregimentados com objetivos específicos e localizados, próprios dos conflitos característicos do início da formação territorial dos Estados. A expressão *instituições militares* foi usada na designação de tropas formalizadas a partir da constituição dos Estados Nacionais e que estariam relacionadas à contenção de conflitos internos e externos. Já a expressão *Forças Armadas* caracterizou especificamente as instituições de caráter nacional, compostas por tropas do mar, da terra e do ar, cujo objetivo principal é a defesa externa e que, convencionalmente, recebeu a denominação de Marinha, Exército e Força Aérea na maioria dos países.

Cabe salientar que essa tese não tem a pretensão de esgotar um tema com tamanha complexidade. Antes, configura-se como um novo caminho de investigação da formação histórica da mentalidade militar de nossas Forças Armadas, da cultura híbrida herdada por nossas instituições públicas e da identidade institucional do Exército Brasileiro.

2. O pensamento conservador moderno: origem e antecedentes históricos

A história é um grande livro aberto para nossa instrução que extrai os materiais da sabedoria futura, dos erros e das enfermidades passadas da humanidade.

Edmund Burke

Em 1957, Samuel P. Huntington, na obra *O Soldado e o Estado*, afirmava que a ética militar das Forças Armadas identifica-se plenamente com os pressupostos do conservadorismo de Edmund Burke (2014). Partindo dessa premissa, acreditamos que, para alcançarmos o objetivo desse estudo, precisamos entender no que se constitui o conservadorismo. Assim, é necessário, antes de tudo, compreendermos a fonte embrionária, a mente de onde surgiram as ideias formadoras das bases do que hoje consideramos o pensamento conservador moderno. Dessa forma, traçaremos um perfil biográfico de Edmund Burke e faremos uma análise de sua obra e principais teorias.

Entretanto, como autor e obra são indissociáveis de seu tempo, torna-se fundamental que compreendamos, também, um pouco mais sobre o contexto histórico e cultural dos países da Europa diretamente ligados aos fatos que desencadearam o surgimento das ideias de Burke.

2.1. Um mundo em transformação

O século XVIII, que pelo calendário gregoriano compreende o período de 1701 a 1800, o último da Idade Moderna e primeiro da Idade Contemporânea, foi marcado pela evolução do capitalismo²⁶ e pelas chamadas revoluções burguesas²⁷ — Revolução Industrial, Revolução Americana e Revolução Francesa — que

²⁶ Eric Hobsbawm (2008), historiador britânico cujos estudos se baseiam na construção das tradições no contexto dos Estados-nação, afirma que a crise do sistema feudal iniciou-se no século XIV, e que a expansão das relações capitalistas envolveu os séculos XVI e XVII, acarretando uma forte ruptura na estrutura da sociedade.

²⁷ O sociólogo americano Barrington Moore Jr. (1967) aponta, como resultado do processo de modernização, o surgimento de três tipos de movimentos: as revoluções socialistas, as burguesas e as modernizações conservadoras. Como exemplo de revoluções socialistas, ele caracteriza a antiga União Soviética e a China, com organização política baseada em partidos fortes sobre um Estado nacional enfraquecido. As revoluções burguesas são por ele caracterizadas pela Inglaterra e França, onde a burguesia e a realeza eram protagonistas no cenário político. Já as modernizações conservadoras teriam tido lugar no Japão e na Alemanha, locais que não sofreram rupturas acentuadas no processo histórico de suas formações.

contrapuseram-se ao Antigo Regime e ao sistema colonial e provocaram inúmeras modificações no panorama político, social e econômico mundial.

Na verdade, essas mudanças não ocorreram de repente. Na Baixa Idade Média, período marcado pelo Renascimento, pela Reforma Protestante, pela centralização política e pelos descobrimentos, a instabilidade econômica, a crise do sistema feudal e a ascensão da burguesia na Europa revelaram-se fatores importantes e determinaram o rumo dos acontecimentos que culminaram no século XVIII.

O Renascimento foi palco de inegáveis avanços, especialmente artísticos, mas também científicos e culturais. Quanto à Reforma Protestante e, posteriormente, à Contrarreforma Católica²⁸, não se pode subestimar seus reflexos; ambas modificaram o mapa político europeu e lançaram o continente em séculos violentos que culminaram com a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

Pode-se afirmar que, durante toda a Idade Média, a religiosidade, institucionalmente com a Igreja Católica, foi a força propulsora que dominou as instâncias da vida em sociedade. O século XVI surge, então, com a ruptura provocada pela Reforma. A fé cristã passa a ser representada sob duas formas: a católica tradicional e a protestante ou reformada nova, cujas orientações seguirão caminhos diferentes em cada país que a adotou. Na Grã-Bretanha, seguirá na forma do anglicanismo; no restante do continente europeu, serão o luteranismo e o calvinismo. O primeiro será adotado nas regiões germânicas e nórdicas, já o segundo encontrará abrigo nos países de língua romana.

Entretanto, apesar do movimento de separação da Igreja Católica, a religião permaneceria uma força que dominaria todas as dimensões da vida humana, sem separar-se da política. Somente no século XVIII, depois que o ensino tornou-se laico, essa ruptura realmente foi consolidada. Mesmo assim, em alguns países, sua influência na vida social permaneceu por muito tempo.

Quanto à centralização política, obviamente podemos afirmar que não existia, na Idade Média, a concepção de Estado. Nesse período, são as relações humanas que compõem o tecido social. A concepção de país estava relacionada a

²⁸ Convocada em 1545 através do Concílio de Trento pela Igreja Católica, o movimento, para alguns historiadores, teve por objetivo opôr-se à Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero em 1517. Reafirmou a autoridade papal e retomou o Tribunal do Santo Ofício, dando nova força à Inquisição.

... um modo de viver, sentir, falar, comer, que une entre si as pessoas aproximadas também pelo serviço de um mesmo senhor, pelas relações de homem a homem, familiares ou de vassalagem, que lhes dão coesão. É, no fundo, uma noção mais real, ligada ao sangue, à antiga concepção tribal, clânica, mais profunda e mais profundamente ancorada que uma espécie de “direito do solo”, demasiadamente jurídico e abstrato para essa época em que o contato físico, pela visão, pelo tato, conta mais que a declaração abstrata de um escrito. (FLORI, 2005, p. 56-57)

No século XVIII, tem-se como ideia de *nação* ou de *Estado-nação* “... representação política que implica o fato de que as populações, que estabeleceram sociedade em um mesmo território, reconhecem-se como pertencentes essencialmente a um poder soberano que emana delas e as exprime ...” (PISIER, 2004, p. 103).

Essa ideia encontrou respaldo na obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel²⁹ (2018), para quem a noção de Estado relaciona-se a qualquer tipo de governo que exerça autoridade sobre os homens e que seja capaz de impor a ordem. A necessidade de imposição da ordem social seria a premissa básica para o surgimento das instituições militares permanentes, especialmente do exército como instituição e do militar como profissão, outra característica desse momento histórico.

Foi a partir da construção dos Estados nacionais que o profissional militar, como um corpo social com alto grau burocrático, constituiu-se. Para Samuel P. Huntington (2016) essa profissionalização ocorreu na Europa, em especial na Prússia, devido à especialização tecnológica, ao nacionalismo competitivo e ao choque entre democracia e aristocracia, como veremos com mais detalhes posteriormente.

No contexto econômico, se a expansão marítima europeia, protagonizada por Portugal no século XV, interligou territórios e mercados, no século XVI, o intenso expansionismo europeu colocou aquele continente como base das relações humanas. Já em meados do século XVII, o centro da economia mundial estava circunscrito à Holanda e Inglaterra.

²⁹ O historiador, filósofo, poeta, diplomata e músico Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) é reconhecido como fundador da política moderna. Sua obra mais conhecida, *O Príncipe*, apresenta os tipos de principados existentes, expondo suas características e defendendo a adoção de exércitos próprios e não a adoção de mercenários, prática comum naquela época.

O século XVIII, surge, então, como o *Século das Luzes*, em função das ideias iluministas advindas desse centro econômico que era a Europa³⁰ e que se espalharam pelo mundo, influenciando definitivamente as formas de viver da maioria das sociedades. **Defendendo a razão e a ciência em detrimento da fé e da religião através da fusão de escolas de pensamento políticas, sociais e filosóficas, o movimento pregava o conhecimento racional em oposição aos preconceitos e ideologias religiosas, e seus adeptos acreditavam que poderiam mudar a sociedade do Antigo Regime. Para eles, a reflexão com base na racionalidade era a libertação dos homens de todas as mazelas que a chamada Idade das Trevas, período Medieval, no qual a Igreja e o Estado controlavam o conhecimento, deixara como herança.**

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (KANT, 1984, p. 100).

O movimento trouxe grande mudança em relação aos valores que norteavam a aquisição do conhecimento. O modelo de ensino, o qual empregava o método aristotélico e escolástico³¹, começou a ser questionado em alguns países que se contrapuseram à postura dogmática e lançaram mão de uma educação voltada às áreas da matemática e da filosofia natural (WOOD, 2013). Em função disso, o ensino e a pesquisa das ciências naturais adotaram uma crescente percepção utilitária e os conhecimentos oferecidos por disciplinas como a física, a química e a botânica tiveram seu aproveitamento na agricultura e na indústria³², por exemplo.

³⁰ A obra *Enciclopédia*, publicada em 1751, com 35 volumes, popularizou as ideias iluministas dos franceses Denis Diderot (1713-1784) e Jean le Rond D'Alembert (1717-1783), que procuraram reunir o conhecimento da época à luz da razão.

³¹ A escolástica é um ramo da produção filosófica medieval compreendida entre os séculos IX e XIII d.C., quando a Igreja Católica tinha ascendência sobre a Europa. Teve início devido à necessidade da formação de sacerdotes e da divulgação dos ideais católicos à população, sofrendo influência do pensamento aristotélico ao tentar explicar a fé e os conceitos religiosos por meio de pensamentos racionais.

³² O crescimento econômico foi impulsionado pela mecanização da indústria têxtil e o desenvolvimento dos processos de transformação do ferro. Antigas atividades agrícolas e comerciais adquirem novos perfis com os avanços da ciência e da tecnologia, iniciando a Primeira Revolução Industrial.

Esse tipo de ensino encontrou ancoragem no Positivismo, doutrina política e filosófica surgida no século XIX sob orientação do francês Auguste Comte (1789-1857), que valorizava as ciências e o avanço técnico-científico e cujo objetivo seria proporcionar o progresso da humanidade.

Também sobre a economia as luzes iluministas foram lançadas. O Antigo Regime caracterizava-se pelo mercantilismo, mas os iluministas acreditavam no liberalismo e afirmavam que o Estado não deveria intervir nas questões econômicas³³. Na política, o modelo de governo era o alvo das críticas; advogava-se a divisão em três poderes: legislativo, executivo e judiciário; uma ideia adotada, anos mais tarde, por quase todos os países ocidentais.

Já quanto à questão religiosa, não havia consenso: alguns compreendiam e aceitavam que a religião pudesse exercer grande poder na formação do ser humano, mas defendiam a separação entre a religião e o Estado; outros acreditavam que a Igreja, como instituição, era uma inutilidade, pois a fé deveria ser de foro pessoal; e havia, ainda, países como Portugal e Espanha, nos quais a Igreja continuou a intervir decisivamente na vida social e política.

Alguns monarcas, na segunda metade do século XVIII, resolveram adotar as ideias iluministas, promovendo reformas que visavam ao progresso e ao desenvolvimento cultural sem, no entanto, renunciar à centralização de seu poder. Os *déspotas esclarecidos* representaram um novo absolutismo, que se firmou sobre a constituição do Estado moderno e na sua ordem política. Nele, uma nova entidade coletiva, o rei, símbolo nacional, era responsável pela elaboração das leis, pela aplicação da justiça e pela administração das finanças. Os iluministas, naturalmente, opuseram-se ao despotismo esclarecido, o que desencadeou uma série de revoluções liberais.

É claro que todas essas mudanças tiveram lugar com proporções relativas em cada um dos países da Europa, de acordo com as características históricas e as condições econômicas e sociais as quais estavam submetidos. Assim, durante todo esse século, ainda coexistiam:

- De um lado: as escolas reais, Igrejas, as universidades onde os corpos políticos intermediários defendem o pensamento tradicionalista e cultivam a imagem medieval do mundo, na qual

³³ A teoria do liberalismo econômico no século XVIII tem como fundador Adam Smith (1723-1790), amigo de Edmund Burke.

o conhecimento é restrito à especulação; a moral e a política se baseiam na teologia;

- De outro: os salões, as sociedades científicas, os teatros, onde os filósofos, a partir de Descartes concebem um pensamento novo e esboçam a imagem moderna do mundo, na qual o conhecimento se estende à livre pesquisa científica e a ciência torna-se experimental. (PISIER, 2004, p. 474)

De toda forma, o brilho das *luzes do esclarecimento* foi visto, em maior ou menor intensidade, em muitos países, em especial na França, onde pôs em evidência aspectos que serviram de alavanca para transformações sociais ainda mais pujantes, cujo ápice foi a Revolução Francesa.

O movimento foi alvo das críticas do inglês Edmundo Burke, que presenciou em seu país as ameaças das rupturas epistemológicas provocadas pela Revolução. De fato, “a presença das luzes na Inglaterra era plenamente sentida no século XVIII: o florescimento da razão, o respeito à liberdade de expressão e a tolerância religiosa foram reconhecidos e celebrados pelos estrangeiros que a visitaram.” (CERQUEIRA, 2006, p. 6) Entretanto, o que aparentemente pode ser visto como mudanças positivas, para Burke (2014), significara alterações bruscas e negativas da estrutura das instituições, como veremos posteriormente.

De toda forma, as transformações ocorridas na Inglaterra ao longo de todo esse século, com o fim do absolutismo, o crescimento populacional e urbano, e as mudanças econômicas, foram acompanhadas por significativas mudanças da mentalidade social.

2.1.1. A Inglaterra na era do esclarecimento

Desde a Revolução Gloriosa³⁴, a conquista de direitos essenciais já havia permitido aos ingleses a possibilidade concreta de experimentar novos valores e estilos de vida. Unida ao País de Gales, desde 1284, e à Irlanda, desde 1603, a Inglaterra formalizou sua união à Escócia em 1707³⁵, convertendo-se em um só

³⁴ Mesmo sendo um reino protestante, a Inglaterra vivia, desde 1685, sob a monarquia de um rei católico, Jaime II (1633-1701), tido como uma ameaça ao protestantismo. Em 1688, Jaime II foi destronado por seu genro e sobrinho, Guilherme II, príncipe de Orange (1626-1650). Conhecido como Revolução Gloriosa, o evento pôs fim ao absolutismo monárquico britânico, aumentando o poder do Parlamento e proporcionando a estabilidade política e econômica do país.

³⁵ Durante o século XVII, Inglaterra e Escócia preservaram sua autonomia e seus parlamentos. No entanto, problemas econômicos, a partir de 1690, a escassez de terras produtivas e os sucessivos colapsos da produção agrícola, obrigaram a Escócia a aceitar a união do seu parlamento com o inglês.

reino, a Grã-Bretanha. Logo depois, em 1714, tem início a dinastia da Casa de Hanover³⁶, trazendo calma às inquietações religiosas que agitavam o reino ao instituir a religião protestante como a oficial.

Foi nesse período, também, que o sistema político bipartidário desenvolveu-se no Parlamento Britânico, representado pelos partidos *Whig* e *Tory*, cuja atuação pode, atualmente, ser caracterizada como liberal e conservadora, respectivamente, embora não fosse reconhecida por esses termos naquela ocasião.

Whig é uma palavra de origem escocesa que deriva de *whiggamore*, cujo significado é *condutor de gado*. O termo ficou conhecido no ambiente político inglês em função da controvérsia sobre se o irmão de Carlos II (1600-1685), Jaime, poderia ou não lhe suceder ao trono, após sua morte. *Whig* era, inicialmente, um termo ofensivo, designado aos que não queriam Jaime como monarca, visto que era um católico romano. Mais tarde, a palavra passou a designar o partido que representaria a ala progressista da aristocracia rural inglesa e da nova sociedade civil que se formava, da alta nobreza e dos grandes proprietários de terras, além dos mercadores e industriais e dos pequenos fazendeiros da classe média. Cabe ressaltar que Edmund Burke era *um whig*; defendia o governo parlamentar e as minorias religiosas, acreditando que a política deveria se voltar à resolução de problemas de ordem prática para a sociedade.

Tory é uma palavra de origem irlandesa, utilizada também com conotações pejorativas, já que designava os ladrões de gado irlandeses. Na política, eram aqueles indivíduos que se identificavam com os interesses da aristocracia agrária, conhecidos pelo respeito ao governo e à Coroa inglesa, como o *partido da ordem*.

Na economia, o século XVIII foi marcado, na Inglaterra, por mudanças significativas, como a implantação de um sólido sistema bancário e grandes avanços tecnológicos no meio rural. Fundado após a Revolução Gloriosa e associado à Companhia das Índias, o Banco da Inglaterra fomentou as relações com as colônias inglesas. Com isso, a produção de algodão, matéria-prima básica para o processo de industrialização, aumentou. Além disso, o país beneficiou-se pelo acúmulo de capital, fruto do seu poderio naval e comercial, cujo início se deu com

³⁶ A Casa de Hanôver, cuja origem era germânica, substituiu a Casa de Stuart na coroa britânica em 1714. Jorge Luís (1760-1727) assume a coroa após o falecimento da rainha Ana (1665-1714) que não deixou herdeiros ao trono.

a vitória inglesa contra a Invencível Armada Espanhola de 1588³⁷, que atingiu principalmente os Países Baixos, seu rival no comércio e nos mares à época, seguido da implantação dos Atos de Navegação de 1651³⁸. Mais tarde, em 1703, o Tratado de Methuen³⁹, pelo qual Portugal, abriu o comércio entre os seus mercados e o de suas colônias aos produtos manufaturados ingleses, conferiu à Inglaterra condições financeiras extremamente favoráveis ao desenvolvimento industrial.

Em relação ao sucesso econômico inglês no período, o geógrafo e cientista social Antônio Carlos Robert Moraes (2000), na obra *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*, afirma que o feudalismo com características militares, fruto de uma formação com estruturas monárquicas antigas, proporcionou à Inglaterra uma unificação da economia nacional. Assim, ao longo do século XVI, o país obteve segurança e paz suficiente para organizar-se internamente, o que lhe proporcionou o aprimoramento industrial, o uso intensivo da terra e a diminuição dos impostos feudais. Todos esses fatores, somados ao grande crescimento demográfico, podem explicar o sucesso econômico da Inglaterra à época.

Paralelamente, as Leis dos Cercamentos, *Enclosure Acts*, colocadas em prática no século XVIII, permitiu à nobreza rural britânica a expansão de terras, que passou a comprar propriedades pertencentes a pequenos proprietários arruinados e, de uma forma geral, dedicar-se à criação de ovelhas, que produzia matéria-prima para a indústria têxtil. Algumas culturas novas, como as da batata e da beterraba, foram introduzidas, assim como foram estimuladas novas técnicas de produção, integrando o sistema capitalista, em desenvolvimento, ao trabalho rural.

³⁷ Felipe II, da Espanha (1527-1598), tinha o objetivo de restaurar o catolicismo na Inglaterra protestante, evitar a rebelião nos Países Baixos, território até então sob domínio espanhol, e impedir os frequentes saques do inglês Francis Drake (1540-1596) aos navios que faziam o transporte de produtos da América para a Espanha. Assim, montou uma grande frota de navios de guerra: a Invencível Armada. Seu objetivo era invadir a Inglaterra com 30 mil soldados. No entanto, em função do emprego de melhores táticas militares por parte dos ingleses e de uma série de infortúnios sofridos pelos espanhóis, não conseguiu derrotar a marinha inglesa.

³⁸ Ato para o Aumento da Navegação e Incentivo à Navegação desta Nação ou Atos de Navegação foi um conjunto de leis protecionistas que tinham por objetivo regular o comércio internacional da Inglaterra e das suas colônias. Estas somente poderiam fornecer matéria-prima e comprar bens manufaturados da Grã-Bretanha. Era, também, vedada às colônias a exportação de produtos para países e outras colônias que não fossem britânicos.

³⁹ O Tratado de Methuen, também conhecido como Tratado de Panos e Vinhos, determinava a venda de tecidos ingleses aos portugueses. Nessa época os ingleses detinham o monopólio sobre a manufatura desse produto. Em contrapartida, os portugueses venderiam seu vinho aos ingleses. O tratado foi desfavorável à economia portuguesa, em função da diferença de valor entre os produtos comercializados.

Moraes salienta a importância da questão agrícola para a emergência econômica da Inglaterra. Para ele, o mercado de terras bem desenvolvido no século XV, com níveis de transferência territorial altos e grande exploração fundiária, estimularam o aumento da produtividade e a produção em moldes capitalistas. Isso foi determinante para habilitar o país ao comando da Revolução Industrial no século XVIII. (MORAES, 2000)

Assim, o aumento da produtividade, as melhores condições de higiene e de alimentação, além dos progressos da medicina, promoveram um acentuado crescimento demográfico e favoreceram o êxodo rural, a urbanização e a criação de mão de obra disponível à indústria.

Cabe ressaltar que havia na Inglaterra matéria-prima básica para essa nova atividade econômica, abundantes reservas de carvão e ferro, o que facilitou a introdução das máquinas a vapor e da maquinaria bruta, principalmente na manufatura têxtil, aumentando a capacidade produtiva. Dessa forma, ao final dos anos de 1700, a economia inglesa, inicialmente baseada na força manual, foi substituída pela indústria e pelas máquinas.

Essa é uma questão que merece atenção do ponto de vista social, pois, apesar da grande prosperidade que a Revolução Industrial trouxe, segundo Karl Polanyi (2000)⁴⁰, o país enfrentaria, no século XVIII, uma catastrófica desarticulação na vida social e um profundo pauperismo, cujas causas seriam a fé inabalável no progresso, a ênfase no utilitarismo e a confiança que o desenvolvimento econômico era a resposta para todos os males da sociedade.

Para o autor, a busca pelo progresso desencadeou a descoberta de máquinas dispendiosas, cujo uso, para ser lucrativo, dependia de uma série de fatores que não existiam à época e que necessitavam de pesquisa e desenvolvimento, o que demandava investimentos. Além disso, para que o sistema econômico em curso fosse viável, a terra e a força de trabalho precisavam ser uma *mercadoria*, transformando a própria atividade humana e parte da natureza na qual ela se processa comercializáveis. Isso significou, para o autor, a submissão da sociedade ao mercado, que passou a se organizar em função dele. Enquanto o mercantilismo

⁴⁰ Karl Paul Polanyi (1886 - 1964), húngaro, filósofo social, antropólogo e economista político, é conhecido por sua oposição ao pensamento econômico tradicional.

unificou condições já existentes, a economia de mercado exigiu condições totalmente novas às quais a sociedade teve que se adaptar. (POLANYI, 2000)

Além disso, o desenvolvimento do sistema de transportes, ligado à criação dos impérios coloniais, provocou uma avalanche de cereais na Europa, fazendo com que os preços desses produtos despencassem, trazendo grandes perdas aos agricultores. A aristocracia inglesa, então, interveio e foram criadas leis de proteção, pois eles consideravam que a relação dos agricultores com a terra era um fator determinante para a estabilidade e a organização da vida em comunidade.

Mesmo assim, qualquer incidente tornava instáveis os negócios e desestabilizava o mercado. Por isso, Polanyi (2000) acredita que o sistema capitalista de mercado desenvolvido à época tenha contribuído para limitar os tumultos e revoluções. Considera, também, que a posição conservadora da Inglaterra em relação ao mercado e às relações comerciais propiciavam melhores condições a se manter a ordem social. Segundo o autor, essas questões foram fundamentais para se pensar uma nova sociabilidade a partir do século XVIII, e foi em torno delas que vários filósofos e políticos como Edmund Burke e John Locke⁴¹ desenvolveram suas teorias.

Seguindo esse raciocínio, podemos dizer, então, que conservadorismo e liberalismo nasceram como expressão de uma visão de mundo em transformação, em oposição ou fundamentado na racionalidade iluminista. No entanto, sempre existiu uma dialética entre esses termos; alguns consideram contrapostos e outros perfeitamente passíveis de convivência harmoniosa. A modernidade, mesmo tendo rompido com as estruturas do Antigo Regime, criou tanto os liberais quanto os conservadores, e ambos estão ligados pelas características históricas e sociais. Assim, enquanto Burke (2014) concentrará sua obra nas relações sociais, Locke (1999) vai expor suas ideias sobre o estado de natureza e a formação e condução do corpo político.

Locke (1999) desenvolve uma teoria do conhecimento, o liberalismo político, baseada num empirismo moderado⁴², na concepção do que chamou

⁴¹ John Locke (1632 – 1704), conhecido como pai do liberalismo e fundador do empirismo, foi um filósofo inglês. Defendia a liberdade e a tolerância religiosa, e foi um dos principais teóricos do contrato social.

⁴² Quando os conhecimentos advêm tanto da experiência quanto da capacidade reflexiva do entendimento humano a ela aplicados.

direitos naturais do homem, levando em consideração as grandes transformações ocorridas no mercado de trabalho e nas estruturas de propriedade e comércio que estavam acontecendo. Para ele, o homem era totalmente livre para objetivar-se por si só. Esse conceito limite de liberdade, que remete a um estado primitivo, pelo qual o indivíduo tem igualdade de condições e capacidade de dispor sua vida como lhe convém, assemelha-se, em parte, aos princípios trabalhados por dois teóricos políticos e filósofos. O primeiro foi o inglês Thomas Hobbes (1588-1679), que na obra *Leviatã*, explanou seu ponto de vista sobre a natureza humana e a necessidade da existência de governo e sociedade fortes. O outro foi o suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que em seu *O contrato social, propõe a união dos homens, através de um contrato que defenda a liberdade e os direitos de todos*.

Entretanto, enquanto Locke (1999) acreditava no estado da natureza humana como uma condição de relativa paz, para Hobbes (1979), cuja teoria antecedeu a de Locke, nesse estado, o homem é uma potência ilimitada dominado pelos desejos. É um ser integralmente livre, limitado apenas por questões materiais ou físicas do mundo. Dessa forma, Hobbes exclui qualquer possibilidade de existir, nesse estado, a sociabilidade ou a harmonia social, pois o homem estaria apenas centrado em seus sentimentos, dentre os quais predominariam a inveja e o medo, principalmente o de sofrer e de morrer.

Essa estrutura de conflito, entre o desejo de liberdade total e o medo, em último recurso, da morte, obriga o homem "... a construir uma instância superior, cujo fim é impôr uma ordem que limite a violência natural, substituir a guerra de todos contra todos pela paz de todos com todos ..." (PISIER, 2004, p.54) Isso significa a instauração da sociedade política e do Estado; pressupõe que os homens se despojem de sua individualidade em favor da autoridade pública. A ordem política, dessa forma, põe fim ao conflito mortal e se apresenta como ilimitada na soberania do Estado, um grande *Leviatã*, seja ele monárquico, oligárquico ou democrático.

Ao descrever o Estado como instância total da sociabilidade humana, Hobbes (1979), involuntariamente, oferece um argumento ao movimento iluminista e ao liberalismo, pois com neles, o indivíduo reivindicaria como direito sua liberdade de religião, de consciência e de opinião. Nesse contexto, a autoridade, não

seria mais suficiente para determinar as leis, tornando-se necessário o consentimento e até mesmo a participação dos súditos. (PISIER, 2004)

Por sua vez, Rousseau, cuja obra sucedeu a de Locke e foi gerada em pleno Iluminismo, polemiza sobre o tema da natureza humana, analisando as fontes de suas *desigualdades*⁴³. Sua crítica em relação às teorias anteriores era que elas teriam, erradamente, transportado para o estado da natureza humana as ideias relacionadas à sociedade, “... que falavam do homem selvagem, enquanto reproduziam o homem civil.” (PISIER, 2004, p. 82)

Rousseau idealizava a unidade do homem, a inexistência de separação entre matéria e espírito, entre corpo e mente. Apesar de não ser contrário ao progresso, acreditava que ele ensejaria a decadência moral da humanidade, e que o desenvolvimento das capacidades racionais poderiam desvirtuar o homem e levá-lo à destruição. Dessa forma, quando ameaçados em sua segurança, os homens seriam levados a admitir uma certa organização política, um tipo de *contrato social*, um pacto legítimo pelo qual “cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo.” (PISIER, 2004, p. 84).

A vontade geral, conduziria, então, às características da soberania e estaria calcada na razão. No entanto, sabendo-se que o homem não é apenas dotado de razão, haveria a necessidade da figura de um legislador, cuja função seria de delimitar ou aconselhar o poder soberano. A proposta de Rousseau é classificada por alguns como antiliberal ao dar valor ao corpo político em detrimento aos individuais, ao afirmar que a liberdade só se efetiva no estado de sociedade, sob a regência do contrato social.

As diferentes percepções de cada autor são importantes pois influenciarão o arcabouço de ideias que comporão os escritos de Burke (2014) sobre o conservadorismo e trarão maior compreensão às dinâmicas históricas que, mais tarde, envolverão a formação do Estado Brasileiro.

Retomando nossa atenção às condições históricas vividas pela Inglaterra no século XVIII, veremos que o período apresentava outro desafio aquele país: a crise política com suas treze colônias que ocupavam o atual território dos Estados Unidos

⁴³ Rousseau elenca dois tipos de desigualdades: a física (decorrente da diferença de idade, saúde, força do corpo ou qualidades do espírito), que não lhe merece atenção, visto que ela não funda a organização social; e a moral ou política (estabelecida com consentimento dos homens e por intermédio de convenções), que será objeto de seus estudos pois gera a sociabilidade.

da América. Valendo-se das noções extraídas da doutrina dos direitos naturais de Locke, em 1776, representantes dessas colônias formaram um exército tendo à frente George Washington (1732-1799), que se tornaria o primeiro presidente, e proclamaram sua independência.

O novo país, somente em 1787, com a aprovação de uma Constituição, foi reconhecido como uma república federativa, cuja organização do poder central obedecia aos princípios da divisão de poderes e no qual cada estado conservava sua autonomia.

Foi a primeira aplicação real das ideias iluministas; uma república democrática na qual o presidente e os representantes do congresso eram eleitos através do voto dos cidadãos e que tinha como pressuposto o papel fundamental das instituições na instauração da nova sociedade, esforçando-se para manter a tradição puritana em equilíbrio com o republicanismo, com os poderes locais e a autoridade federal, com os costumes do cotidiano rural e o mundo industrial que se avizinhava.

Alexis de Tocqueville (2005)⁴⁴, na obra *Democracia na América*, analisando a formação da sociedade americana, afirmou que lá o desenvolvimento de igualdades de condições estaria associado aos mecanismos da liberdade política, e que eles conseguiram estabelecer instituições concretas de representatividade da soberania popular, dentre elas a imprensa, a magistratura e as associações comunitárias.

O Iluminismo havia, então, influenciado a Revolução Americana e, posteriormente, faria o mesmo com a Revolução Francesa. Mas o seu legado aos franceses em muito se diferenciou ao dos ingleses. Na França, o movimento exacerbou um sentimento de desigualdade já existente pelas condições políticas e sociais do país, levando-o à desintegração da ordem pública, motivo das críticas de Burke (2014).

Na verdade, a Inglaterra é o típico exemplo de um *Estado fraco*, pois o processo de formação de seu poder levou à constituição de uma burocracia limitada, na qual o governo se realiza pela sociedade civil e tem no sistema parlamentar e no liberalismo as suas maiores expressões. (RAPOSO, 2008)

⁴⁴ Alexis de Tocqueville (1805 – 1859) foi um historiador e escritor francês, célebre por suas análises da Revolução Francesa. Referência da filosofia política liberal, ele defendeu a liberdade individual, a igualdade na política e a democracia, insistindo na importância e no papel fundamental dos organismos intermediários e na descentralização de poderes.

Esses fatores, aliados a um histórico de feudalismo de vassalagem, à conservação das grandes propriedades de terra nas mãos dos barões, ao papel da classe média que não se burocratizou e ao poder desenvolvido pelos juizes de paz contribuíram para a limitação do poder estatal no país. (RODRÍGUEZ, 2017)

Interessante observar essa conceituação proposta pelo historiador e ensaísta político Perry Anderson (1978) para o que considerou Estados *fortes* ou *fracos*. Segundo o autor, essa caracterização está submetida ao tipo de relacionamento que se estabelece entre os centros de poder, principalmente econômicos, e as regiões que lhes são periféricas. Dessa forma, países como a Inglaterra, os quais se desenvolveram a partir de um passado feudal, com a presença de uma nobreza com direitos e funções judiciárias, legislativas e militares, constituíram-se em Estados limitados, ou *fracos*, que têm por concepção atuar como um conjunto de funções públicas a serviço da sociedade. Por outro lado, França e Portugal, consolidaram-se como Estados *fortes*, nos quais o principal agente mobilizador social é justamente o Estado.

Típico Estado fraco, a Inglaterra teve o conservadorismo originário das ideias de Burke, e durante todo o século XIX ele esteve representado pelo partido da aristocracia que defendia a Câmara dos Lordes. No entanto, sob a liderança de Benjamin Disraeli⁴⁵, e adotando princípios democráticos, passou a defender o Império, assumindo um caráter social cujo objetivo era aproximar a aristocracia das classes populares.

No início do século XX, os conservadores britânicos tinham como ideais a defesa da unidade do Império e, por consequência, a oposição à autonomia política da Irlanda; o protecionismo comercial que preconizava o comércio entre as suas colônias; e uma forte posição antissocialista, em virtude do crescimento do movimento sindical fomentado pelo Partido Trabalhista.

Logo após a II Guerra Mundial, o Partido Conservador passou a adotar uma posição mais moderada, aceitando o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Atualmente, o conservadorismo britânico tem como referências a crítica ao racionalismo político, ao multiculturalismo e à influência

⁴⁵ Benjamin Disraeli (1804 – 1881) foi Primeiro-Ministro do Reino Unido, tendo papel de destaque na criação do Partido Conservador moderno da Inglaterra.

dos liberais econômicos sobre as ações do Estado, destacando-se autores como Michael Oakeshott e Roger Scruton.⁴⁶

2.1.2. A França no olho do furacão

A França foi o epicentro político das grandes transformações ocorridas no século XVIII. Na época, Luís XIV (1643-1715)⁴⁷, o *Rei Sol*, ao concentrar o poder em suas mãos, destituiu as instituições francesas como instâncias de mediação entre o governo e o povo e tornou-se o principal nivelador social.

Luís XIV provavelmente amava a glória tanto quanto a potência. Queria ser reconhecido como o maior dos reis; empregava a força para se apoderar de uma cidade e fortificá-la em ações parcialmente simbólicas, que se destinavam a manifestar seu poder. Não concebia uma França excessivamente extensa, com recursos superiores aos do conjunto dos seus rivais; queria que a admiração dos povos transfigurasse o nome da França e do seu monarca. (ARON, 2002, p. 130)

Seu reinado trouxe, inicialmente, um período de glórias militares ao país, que se tornou a nação mais rica e poderosa do continente. No entanto, a participação frequente em conflitos militares dispendiosos, como a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), os excessivos gastos da realeza e as constantes secas e inundações que levaram à baixa produção agrícola, constituíram-se alguns dos fatores que deixaram o reino francês em uma grave crise financeira. Contribuíram para isso, também, a perda do domínio de suas colônias na América e na Índia e os gastos com o apoio na rebelião dos colonos norte-americanos, em 1778, na guerra de Independência contra a Grã-Bretanha.

Diante desse cenário, o monarca decidiu impôr maiores tributos ao povo, além de medidas fiscais e comerciais, gerando a insatisfação da população. Na época, a sociedade francesa organizava-se em clero, nobreza e povo. Desses, somente o povo, também conhecido como *Terceiro Estado*, composto pela

⁴⁶ Michael Joseph Oakeshott (1901 – 1990) foi um filósofo e teórico político inglês que escreveu sobre filosofia da história, da religião, da estética, da educação e do direito. Roger Vernon Scruton é um filósofo e escritor apontado como o intelectual britânico conservador de maior proeminência na atualidade.

⁴⁷ Assumiu o trono aos treze anos de idade e teve o reinado mais longo de toda a História da Europa. Nos 54 anos de governo, empreendeu muitas ações que fizeram com que o país se tornasse uma potência à época como a construção do Canal do Midi, unindo o Mediterrâneo ao Atlântico, obra que contribuiu para o desenvolvimento econômico francês, e a reorganização e equipamento do exército francês, tornando-o o mais poderoso da Europa.

burguesia, profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes e população em geral, era taxado com os impostos. “Antes de 1789, o estado francês, a exemplo de quase todos os outros estados, governava de forma indireta no plano local, confiando principalmente na intermediação dos padres e dos nobres.” (TILLY, 1996, p.171)

A população exigia que os impostos fossem tributados a todos os segmentos da sociedade, inclusive ao clero e à nobreza, mas a aristocracia manifestava-se contrária. Luís XVI foi, então, convencido pelo primeiro ministro a convocar, em maio de 1789, a Assembleia dos Estados Gerais, para votar sobre a questão. Normalmente, cada uma das camadas representativas da sociedade francesa tinha direito a um voto, e, nesse caso, clero e nobreza, seriam a maioria. O povo não aceitou essa condição, exigindo a votação individual, na qual cada deputado teria direito ao seu próprio voto.

O rei tentou dissolver a Assembleia e impediu a entrada dos deputados na sala de sessões. Juntos, os deputados e o baixo clero, decidiram formar a *Assembleia Nacional Constituinte*. A burguesia montou uma Guarda Nacional que, armada, enfrentou as tropas reais e invadiu a fortaleza da Bastilha, em 14 de julho daquele ano, libertando da prisão os opositores políticos do governo. Para o historiador Guilherme de Andrea Frota:

As ideias revolucionárias e republicanas dos enciclopedistas e a pouca habilidade da monarquia francesa precipitaram a Grande Revolução. Ela representou o fim do Antigo Regime e o princípio da preocupação dos reis europeus, que desejavam que as “abomináveis ideias francesas” se restringissem à França. (FROTA, 2000, p.221)

O movimento alastrou-se pela França, trazendo morte e destruição, com camponeses invadindo e incendiando castelos e matando os nobres. Foi aprovada a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, estabelecendo o direito à propriedade privada, uma nova moeda foi instituída e os bens da Igreja foram confiscados. Em 1791, a primeira Constituição foi proclamada. Segundo o documento, o poder legislativo limitava os atos reais, o voto seria censitário, não haveria privilégios à aristocracia e as greves e as associações de trabalhadores tornaram-se proibidas.

Com receio de que as ideias revolucionárias se espalhassem pela Europa, reis dos países vizinhos à França afirmavam ser necessário reestabelecer a monarquia e ameaçavam invadir o país. Luís XVI tentou fugir com a família, mas foi impedido e preso na cidade de Verannes.

Em um curto espaço de tempo, os revolucionários provocaram mudanças significativas e drásticas na ordem política e social francesa:

Eliminaram todas as jurisdições territoriais anteriores, consolidaram muitas paróquias antigas em comunas maiores, aboliram o dízimo e os direitos feudais, extinguíram as corporações e seus privilégios, construíram de alto a baixo um sistema administrativo e eleitoral, impuseram taxas expandidas e padronizadas através desse sistema, apropriaram-se das propriedades dos nobres emigrantes e da igreja, dissolveram as ordens monásticas, submetteram o clero ao estado e impuseram-lhe um juramento de defender a nova igreja do estado, recrutaram os jovens numa proporção inédita e demitiram os nobres e os padres do exercício automático de comando local. (TILLY, 1996, p. 175)

Entretanto, à frente do governo, eles logo sentiram as dificuldades econômicas que o país já enfrentava e, tentando contornar o problema, passaram a emitir mais moedas, o que levou a uma inflação descontrolada. Em 1772, um exército organizado pelos prussianos e por nobres franceses, que fugiram da Revolução, ameaçou invadir a França. A Assembleia Nacional, então, foi transformada em Convenção Nacional, o rei foi acusado de traição e a República foi proclamada. Em 1793, Luís XVI foi guilhotinado.

A França mergulhou, dessa forma, no seu período mais conturbado, em meio à crise econômica, às ameaças de invasão dos países vizinhos e às divisões políticas e insatisfações internas. Jacobinos e girondinos⁴⁸, tornaram a rivalidade política em atos de violência e de radicalização, quando a liderança de Robespierre (1758-1795)⁴⁹ sobrepujou o moderado Danton (1759-1794)⁵⁰ e provocou a morte de milhares de pessoas acusadas de atividades contrárias à Revolução.

⁴⁸ Os *girondinos* eram representantes da alta burguesia. Os *jacobinos* tornaram-se o grupo mais radical do movimento.

⁴⁹ Advogado e político francês com importante atuação na Revolução Francesa, Maximilien François Marie Isidore de Robespierre era deputado pelo Terceiro Estado e membro do Clube dos Jacobinos. Foi responsável por instalar a fase do movimento revolucionário intitulado *Grande Terror*.

⁵⁰ Georges Jacques Danton, advogado e político francês, foi temporariamente Ministro da Justiça, renunciando para eleger-se deputado e opor-se a Robespierre. Era contra a violência, apesar de também fazer parte do grupo dos jacobinos.

Os valores sobre os quais o movimento se edificou: *Liberté, Égalité, Fraternité* (liberdade, igualdade, fraternidade),

... foram destorcidos para que a revolução tivesse uma base filosófica, a nascente República francesa transformaria sua população em uma máquina de guerra contra qualquer ameaça em oposição a revolução, promoveria regicídios e decapitações em massa, o terror seria instaurado pelo jacobinismo e pelo medo ... (GOMES, 2020, p. 112)

Apesar de ter, inicialmente, o apoio da população, Robespierre acabou perdendo o prestígio, face à insegurança do povo em relação à situação política, devido às execuções e às dificuldades econômicas e militares. A burguesia aproveitou a situação e retomou o poder em 1794, com o Golpe do Termidor. Dessa vez, Robespierre é quem foi para a guilhotina.

Os girondinos, ou burgueses, assumiram o poder, aliando-se ao jovem militar Napoleão Bonaparte (1769-1821)⁵¹, que se destacava à frente do exército francês na defesa contra as invasões da chamada Segunda Coligação⁵². Juntos, em 1799, pelo movimento denominado *Golpe do 18 Brumário*, instituíram uma nova forma de governo, o Consulado, cujo poder concentrou-se em Bonaparte.

A partir desse momento, o país iniciou sua transição de *França Revolucionária* para a *França Napoleônica*. Autointitulado Imperador, Napoleão conseguiu sanar a crise econômica, equilibrar o ambiente político e colocar em prática sua estratégia expansionista. A esse respeito, Evelyne Pisier comenta:

Defender um povo e seus ideais é defender e administrar seu território; é, portanto, aumentar, por todos os meios, o potencial militar, financeiro e econômico, é agregar a coletividade por meio de uma organização sociojurídica que assegure, tanto quanto possível, o respeito pelos direitos naturais e o aumento da segurança das riquezas. Um programa assim supõe, por um lado, um fortalecimento geral do executivo (cujo instrumento é um exército nacional e uma administração centralizada que estenda sua rede sobre todo o território), e, por outro, uma independência

⁵¹ Nasceu na Córsega, sob o nome *Napoleone di Buonaparte*, mais tarde adotando o nome de Napoléon Bonaparte. A família era descendente da pequena nobreza da Itália. Quando o movimento revolucionário iniciou, era oficial de artilharia do exército francês. Inicialmente, apoiou a monarquia, mas, em 1792, aliou-se aos jacobinos e foi nomeado comandante da artilharia das forças republicanas, dando início à carreira que o levaria a intitular-se, em 1804, Imperador da França.

⁵² Também chamada *Segunda Coalizão*, a aliança formada pela Áustria, Rússia, Grã-Bretanha, Império Otomano, Reino de Nápoles e outras pequenas regiões, confrontou a França durante três anos numa tentativa de impedir que as ideias revolucionárias francesas penetrassem em seus territórios.

da sociedade civil constituída como espaço de livre empresa. (PISIER, 2004, p.120)

Bonaparte conseguiu realizar muitas dessas ações. Em relação à unidade administrativa e política, foi um grande arquiteto ao concluir o trabalho de racionalização do território francês. Em 1810, a Europa estava sob seu domínio, com exceção da Inglaterra; a França transformara-se em um Estado moderno e forte, no qual o conceito de nação identifica-se imediatamente com o de soberania nacional centrada no povo.

Para Raposo (2008), a institucionalização do Estado francês procedeu a uma intensa extensão de seus poderes. Isso constituiu-se em uma poderosa e autônoma burocracia e na transformação desse Estado em um poder centralizador, que se impôs aos poderes regionais.

Esse modelo, acarretou o surgimento de instituições estatais fortes e burocratizadas com grande influência sobre os sistemas econômicos, e cuja atuação tinha o poder de gerenciar a sociedade em todos os seus aspectos, não deixando à sociedade civil a liberdade esperada. (RAPOSO, 2008) Veremos, posteriormente, que situação semelhante viria a ocorrer na formação do Estado brasileiro.

A Revolução Francesa e suas consequências fez surgir fortes opositores em vários setores. Entre 1814, queda de Napoleão Bonaparte, e a Revolução de 1830, período conhecido como Restauração, uma facção tradicionalista retomou a defesa do absolutismo real, a teocracia católica e a ordem hierárquica da sociedade. Seus apoiadores, a maioria no Parlamento inglês, são denominados *ultras*.

Após os movimentos revolucionários de 1830 e 1848⁵³, esse tradicionalismo passou a elencar outros temas relacionados aos problemas sociais advindos da Revolução Industrial. A partir de 1870, outro grupo tradicionalista surgiu. Com uma visão fortemente influenciada pelo Positivismo, valorizava o papel das elites intelectuais e propunha reformas no sistema eleitoral, que à época era baseado no

⁵³ Revolução de 1830 ou Revolução dos Três Dias Gloriosos, foi um movimento iniciado na França, mas que alastrou-se por vários países da Europa. Propagava o liberalismo e o nacionalismo. Foi deflagrado em função da alta de preços dos produtos agrícolas, à época, do desemprego, provocado pela falência das fábricas e do descontentamento da burguesia, alijada do poder político. Já a Revolução de 1848, foi uma série de movimentos revolucionários ocorridos na Europa Central e Oriental que eclodiram em função de regimes governamentais autocráticos, de crises econômicas, do aumento da condição financeira e da falta de representação política das classes médias. Também iniciou-se na França em razão de uma forte crise econômica.

sufrágio indireto, descentralização governamental, com maior autonomia dos municípios, entre outras mudanças.

Paralelamente, surgiu um conservadorismo dito liberal, que defendia a ação das associações como contrapeso ao poder do Estado, acreditando serem as dificuldades do país oriundas do fato da democracia não ter surgido de uma transição gradual da sociedade aristocrática, mas de uma forma abrupta e violenta, a partir do absolutismo.

Atualmente, o principal movimento conservador na França é o *gaulista*, que tem como representante o Partido *Os Republicanos*. Oriundo da tradição bonapartista, surgiu após a II Guerra Mundial e congregou pessoas de diferentes correntes de pensamento em torno do general De Gaulle. Além dos valores tradicionais, pregam o nacionalismo e o patriotismo.

Interessante observar que os conservadores franceses foram os primeiros a associar o liberalismo à Revolução Francesa, movimento que, historicamente, foi interpretado durante muito tempo sob o viés dos historiadores marxistas, para os quais ele teria sido resultado da ascensão social da burguesia. Em 1989, na comemoração de seu centenário, as análises realizadas por François Furet (1927-1997)⁵⁴, sobre as obras *O Antigo Regime e a Revolução* e *Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, deram-lhe nova dimensão.

Tocqueville (2005) procurou, utilizando a sociologia comparada, mesclar fatos e ideias da Revolução Francesa para compreender suas causas, caráter e alcance. Para ele, a monarquia francesa daquela época teria subvertido as relações sociais porque extinguiu a sociabilidade tradicional assentada nos princípios da hierarquia e da reciprocidade. A partir do século XVIII, a França teria sofrido com uma dinâmica de diminuição das distâncias sociais e com o crescimento do poder administrativo do Estado, cujo desafio era articular o processo de igualdade social com instituições políticas capazes de repartir o poder. Desde aquele período, a administração pública francesa já era centralizada e poderosa.

Para ele, a Revolução Francesa teve como efeito abolir instituições políticas que durante séculos reinavam sobre a maioria dos povos europeus, as instituições feudais, e substituí-las por uma ordem social e política uniforme, com base na

⁵⁴ François Furet (1927 – 1997): historiador francês, considerado um dos especialistas da Revolução Francesa.

igualdade de condições, mas que acabou confirmando tudo o que queria negar do Antigo Regime. (TOCQUEVILLE, 2005)

Raymond Aron (2002), na obra *Paz e Guerra entre as Nações*, afirma que a doutrina dos grandes Impérios dessa época, dependia das concepções relativas à guerra e aos privilégios da força, das ideias dos governantes. Para ele, quando somente os nobres portavam armas e dispunham da vida de seus súditos como se propriedade fossem, não havia limite racional para as conquistas e as guerras. Entretanto, depois da Revolução Francesa, as ideias de igualdade jurídica entre os membros de uma coletividade e a aspiração dos governados de participar de uma comunidade da sua escolha começaram a modificar as relações sociais no mundo.

A verdade é que,

As implicações do célebre movimento excederam muito a idealista tríade *Liberté, Égalité, Fraternité*, influenciando a queda paulatina de monocracias, a supressão dos privilégios de nascimento, a separação radical entre as prerrogativas de Deus e as de César. Mais do que isso, o sopro revolucionário forjaria uma nova mentalidade, avessa aos antigos acervos de pensamento que se moldaram na antiguidade e frutificaram na Idade Média. (QUADROS, 2015, p. 169)

Essa realidade, no entanto, teve lugar na maioria da Europa, mas não em Portugal. A estrutura da antiga sociedade portuguesa caracterizou-se pela inexistência do processo de industrialização, pela pouca atuação da burguesia e por uma ineficiente cultura social, pois a cultura escolástica e jesuítica de Portugal era baseada nas navegações, no mercantilismo e numa ética de recompensas. Esses aspectos bloquearam, por assim dizer, a influência das ideias revolucionárias francesas no território português. (RAPOSO, 2008)

2.1.3. Portugal, um Estado patrimonial

Historicamente, a ascensão de uma nova dinastia, a de Avis, e a conquista de Aljubarrota, em 1385⁵⁵, iniciaram, de forma precoce, a época moderna em Portugal. A partir de então, o país encampou uma política centrada na navegação e

⁵⁵ Batalha campal entre as tropas de D. João I de Portugal, Mestre de Avis, com o apoio dos ingleses, e as tropas de D. João I, de Castela, com o apoio da França e da Coroa de Aragão, Teve lugar na Vila de Aljubarrota e pôs fim a disputa que dividia o Reino de Portugal do Reino de Leão e Castela.

transformou-se na mola propulsora para as grandes descobertas territoriais e para o expansionismo.

As navegações e o mercantilismo acentuaram o poder central de Portugal que, para tal, cooptou a burguesia ligada ao comércio internacional e a nobreza de base agrária e “... rentista ligada aos setores burgueses por laços de matrimônio, e organizada militarmente em torno do rei.” (MORAES, 2000, p. 130). A expansão ultramarina centralizava o poder do Estado e beneficiava a burguesia, articulando, ao mesmo tempo, exército, colônia e comércio.

A burguesia mercantil aliou-se às antigas classes dirigentes e assimilou seus princípios, guiando-se pela tradição. Assim, os elementos aristocráticos não foram completamente alijados, e sim incorporados e adequados a essa nova classe.

Quanto aos aspectos culturais, Portugal “... não esconde as raízes senhoriais que se incorporaram à ideologia da Contra-Reforma.” (MERCADANTE, 1978, p. 15) sendo ali desenvolvida uma mentalidade cavaleiresca.⁵⁶

Raimundo Faoro, na obra *Existe um pensamento político brasileiro?*, argumenta que a burguesia comercial portuguesa foi incapaz de uma mudança cultural pois, “... nunca conseguiu transitar para a criação manufatureira, desvinculada da produção agrícola, ...” (FAORO, 1994, p.19) O autor acredita que a nacionalidade portuguesa constituída a partir da formação da dinastia de Avis, teve influência, ainda que parcial, do Renascimento e da Contrarreforma.

O cientista político Bernardo Ricupero (2011), estudioso do pensamento político brasileiro, também acredita nessa perspectiva. Na obra *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*, comenta que

A disputa sucessória, vencida pelo Mestre de Avis (1385), consolidaria a tendência, marcando, já no século XIV a derrota do feudalismo. Os reis, a partir daí, não se apoiariam mais nos proprietários de terra, mas nos funcionários, sustentados economicamente pela burguesia comercial. (RICUPERO, 2011, p. 162)

Dessas dinâmicas, prevaleceu, inicialmente, a política baseada no direito romano, que consolidou o poder no monarca. Essa política, aliada à própria

⁵⁶ Segundo Paulo Mercadante, esse tipo de mentalidade foi idealizada na cultura europeia pelo cronista Gomes Eanes de Zurara (1410 - 1474), cuja obra disseminava a ideia da honra ligada à nobreza, para quem a cultura e as boas maneiras eram prerrogativas indispensáveis.

atividade marítima que, por suas características, necessitava de um rei forte, dão origem a um absolutismo emergente.

Concorda com ele Moraes, para quem, naquela época, O Império português era

... essencialmente marítimo, estruturado como uma rede de bases mercantis através do mundo. Um império filiforme, preso aos litorais, cuja imensidão tornava difícil e caro o empreendimento. Um império mantido militarmente, fruto de uma conquista talassocrática, que abarcava cerca de cinquenta fortalezas, e uma significativa força naval, ... (MORAES, 2000, p. 74)

Entretanto, apesar do dinamismo econômico proporcionado pela expansão marítima, as finanças do país estavam deficitárias e as causas não eram poucas. Inicialmente, devem ser consideradas as dificuldades na distribuição interna de terras e rendas. A Igreja detinha um terço do território português e era isenta de tributos. A nobreza era financeiramente dependente do trono e recebia altas pensões, o que consistia grande encargo para a fazenda real. Já a pequena e média aristocracia compunha os contingentes militares e tinha na terra o seu meio de sobrevivência.

A geografia do país, por sua vez, também não ajudava. As dificuldades naturais do solo de Portugal, aliadas ao alto custo das rendas feudais, ou impostos, desestimulavam a agricultura e provocavam grande êxodo rural. Ao mesmo tempo, o domínio senhorial das terras e o atrelamento da agricultura a produtos de exportação levavam a um *déficit* de grãos no reino, cuja demanda só era suprida com a importação, o que onerava, cada vez mais, a balança comercial portuguesa.

Em contrapartida, a pujante economia mercantil desencadeava uma crescente urbanização do país. No final do século XIV, Portugal já teria uma organizada rede urbana recobrando todo o seu território. A navegação, tanto fluvial quanto oceânica e de cabotagem, estabeleciam maiores espaços de relações sociais, e em meados do século seguinte, Lisboa já apresentava-se como grande centro populacional, com quarenta mil habitantes, seguida pela cidade do Porto com oito mil. A capital do país já figurava como centro cosmopolita de comércio internacional com movimentado tráfego portuário e com habitantes de várias nacionalidades. (MORAES, 2000)

Esse desenvolvimento urbano foi responsável pela constituição de uma série de conselhos e órgãos de gestão municipal formando a base institucional e

burocrática portuguesa que, reportando-se diretamente ao rei, caracterizam bem a dinâmica de um Estado patrimonial. Na verdade,

O Estado português, já desde a Revolução de Avis (1385), consolidou-se como Estado Patrimonial. Alexandre Herculano destacou a ausência de feudalismo em Portugal e a forma pela qual os príncipes cristãos, que venceram os sarracenos, passaram a admirar o Reino como propriedade particular, tendo sido, nesse ponto, contaminados pela cultura política muçulmana. (RODRÍGUEZ, 2017, p. 71)

Essa também é a percepção de Faoro (1984). Em sua obra *Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, ele interpreta a realidade social brasileira tomando como base a formação do Estado nacional à luz do conceito de patrimonialismo. Ao se referir as nossas raízes ibéricas, o autor chama a atenção para a natureza centralizadora do poder que desde cedo desenvolveu-se em Portugal. “Tudo dependia, comércio e indústria, das concessões régias, das delegações, arrendamentos onerosos, que, a qualquer momento, se poderiam substituir por empresas monárquicas.” (FAORO, 1984, p. 9)

Cabe, nesse momento, uma explicação sobre a abordagem proposta por Faoro ao conceito de patrimonialismo, visto que, segundo o próprio autor, sua orientação teórica “... não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber.” (FAORO, 1984, p. 9)

Max Weber desenvolveu, na obra *A política como vocação*, o conceito de patrimonialismo como contraposto ao de feudalismo. Para ele, o Estado seria “... uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força dentro de um determinado território.” (WEBER, 1979, p. 98) O uso legítimo da força, ou do poder, por essa determinada comunidade ou grupo, somente se sustenta se houver um outro grupo que se submeta a essa dominação. Weber (1979), então, distingue três tipos puros⁵⁷ de dominação legítima: a racional, a tradicional e a carismática. Enquanto na racional a autoridade é exercida sobre a crença da legitimidade da ordem estabelecida, na tradicional a autoridade se fundamenta na crença em certas tradições que a consagram, e na carismática a autoridade é

⁵⁷ São denominados *tipos puros* porque, na verdade, são modelos que em sua aplicação prática não se materializam como tais, podem se misturar e ter características em maior ou menor grau de um ou outro tipo, dependendo das condições históricas da formação da sociedade a qual está vinculado.

embasada pela crença do valor pessoal da personalidade que encarna essa autoridade.

O patrimonialismo é, para Weber, um dos tipos de dominação tradicional ao lado do feudalismo, este último tomando como exemplo o encontrado na Inglaterra, conhecido como *feudalismo de vassalagem ocidental*, no qual o poder do nobre ou proprietário da terra não advém do soberano e sim de relações contratuais que limitavam-lhe esse poder. (RODRÍGUEZ, 2017)

No patrimonialismo, não existem essas relações contratuais. Nele, o monarca ou soberano organiza seu domínio de forma *doméstica*, ou seja, como se administrasse negócios particulares e não públicos. Dentro de uma estrutura estatal, esse tipo de dominação necessita de um quadro de instituições para seu funcionamento, que são os *estamentos*, instâncias às quais o soberano delega certos poderes, e, por consequência, as vantagens provenientes deles, mas que estão sempre subordinadas ao monarca.

Como dissemos, Faoro (1984) foi um dos primeiros pesquisadores a adaptar de forma sistemática o conceito *weberiano* de patrimonialismo à realidade brasileira como consequência de suas raízes ibéricas. Para ele, o Estado português consolidou-se pela grande concentração de poder monárquico, que nunca foi questionado.

Paralelamente, em decorrência da falta da experiência feudal completa na Península Ibérica, a nobreza e a burguesia jamais tiveram poder suficiente para se contrapor ao poder inquestionável do monarca. Assim, os nobres, mais do que uma tradição que independesse da Coroa, dela recebiam o prestígio sendo praticamente funcionários do príncipe. A empresa econômica, longe de constituir-se como fruto da iniciativa privada de uma burguesia em ascensão, foi realização do monarca. Essa situação de dependência do favor real fez que rapidamente se estruturasse no interior do Estado um poderoso estamento alicerçado no favor real e profundamente oposto a qualquer mudança renovadora. (RODRÍGUEZ, 2017, p. 42)

Portugal e Espanha entraram para a Idade Moderna como monarquias centralizadoras pós-feudais que transferiram esse modelo de governo para suas colônias. (RAPOSO, 2008) O centralismo retardaria a aceitação, anos mais tarde, da noção de direitos do homem proposto pelo humanismo renascentista, que posteriormente desencadearia no Iluminismo e na ordem liberal. A visão predatória do comércio, como fruto de conquistas, o desprezo pela agricultura, a expulsão dos

judeus do território português⁵⁸ e a admissão de um Estado como promotor de favores e de riquezas contribuíram para que se erguesse uma muralha isolando Portugal da Europa.

Ao final no século XV, outro Estado ibérico juntou-se a Portugal na conquista marítima: a Espanha. No entanto, enquanto Portugal não tinha, inicialmente, uma clara intenção de domínio territorial, no sentido de colonização, nem mesmo em relação à Colônia brasileira, para a Espanha o caráter de conquista territorial era mais demarcado e a atividade foi descentralizada nas mãos de particulares, notadamente da nobreza. (MORAES, 2000) Mesmo assim, numa ação diplomática protecionista, D. João II (1455-1495) assina o Tratado de Tordesilhas⁵⁹.

A expansão marítima de Portugal, que antes estava limitada a uma circulação atlântica, na virada desse século, expandiu-se com a descoberta de terras na América meridional e a entrada nas águas do Oceano Índico. Entre as terras recém-descobertas, encontrava-se o Brasil, que despertou pouca atenção da Coroa Portuguesa até meados do século XVI, quando "... a competição europeia transborda para o ultramar, gerando uma concorrência nos mercados coloniais e disputa pelas rotas." (MORAES, 2000, p. 169)

Nesse período, holandeses e ingleses entraram em competição com Portugal pelas rotas do Oriente. Enfraquecida, principalmente por já se encontrar unida à Espanha⁶⁰, a Coroa Portuguesa restringiu sua presença na Ásia e voltou-se ao Ocidente, onde a atividade do cultivo da cana-de-açúcar lhe proporcionava maiores lucros.

Apesar de tantas e significativas mudanças na Europa, Portugal passou pelo século XVII sem alterar as concepções e estruturas do Antigo Regime, e sem grandes avanços econômicos ou sociais. Ainda era uma sociedade absolutista, na qual a Igreja Católica detinha vasta proeminência e cuja economia centrava-se em

⁵⁸ Com a instituição da Santa Inquisição, em 1536.

⁵⁹ Assinado em 1494, entre o reino de Portugal e a Coroa de Castela, o Tratado dividia as terras descobertas e as que ainda viriam a ser, entre esses dois reinos. Sua demarcação era o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antônio, no arquipélago de Cabo Verde. Os territórios a leste seriam de Portugal, e a oeste de Castela. Representou grande vitória para Portugal, pois defendia a rota africana tão cobiçada por ele.

⁶⁰ De 1580 a 1640 as coroas de Portugal e Espanha estiveram unidas. Em 1578, D. Sebastião, rei de Portugal, desaparece em batalha. Como não deixou herdeiros, seu tio-avô, D. Henrique, assume o trono. No entanto, falece dois anos depois e nova crise de sucessão se instala. Entre os pretendentes estava o rei Filipe II da Espanha, que consegue apoio da nobreza portuguesa e assume o trono dos dois reinos, dando início ao período conhecido como *União Ibérica*.

suas colônias, principalmente na chamada *América Portuguesa*, o Brasil, fonte de cobiça e de invasões constantes e cuja função era prover os gastos da Corte. Para Faoro (1984), contribuiu para esse isolamento cultural da Europa um sistema educacional e cultural baseado na tradição jesuítica que aportou em Portugal em 1540.

Durante muito tempo, desde meados do século XVI até a metade do século XVII, o país esteve mergulhado no anacronismo da escolástica e a união das coroas portuguesa e espanhola não mudou esse quadro. Os jesuítas eram responsáveis pela educação básica. Assim, não se chegava aos bancos universitários sem receber deles a devida formação mental, o que favorecia a perpetuação desse tipo de mentalidade.

Podemos ver também nesse fato histórico outra marca do patrimonialismo do Estado português, a utilização estamental de duas instâncias, religião e educação, que amalgamadas, e sob o controle do soberano, contribuem para a centralização do poder estatal.

Portugal chegou ao século XVIII, com uma delicada situação financeira: altos preços dos produtos alimentícios, fome e insatisfação da população. Além disso, havia perdido, durante o período da União Ibérica, algumas importantes colônias na África e na Ásia, razão pela qual voltou-se cada vez mais para o Brasil⁶¹, que vivia o ciclo da mineração.

Na Corte deslumbrada com o ouro do Brasil, sempre em trânsito, como de trânsito era a economia, a terra jazia sem cultivo, senão com a vinha, para amenizar as contas do Tratado de Methuen. Quando não se importava trigo, porque os lavradores não tinham como plantá-lo, o povo não tinha o que comer. Os fidalgos, fascinados pelo fausto, giravam em torno dos favores de D. João V, entregue ao luxo e aos desperdícios arquitetônicos. (FAORO, 1994, p. 39)

Nem a débil a tentativa de modernização pretendida por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782)⁶², sob a influência do Iluminismo, na segunda metade do século XVIII, conseguiu “... reorganizar o

⁶¹ No século XVIII, eram colônias de Portugal, além do Brasil: Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, na África; Damão, Diu e Goa, na Índia; além de Macau e Timor, também no Continente Asiático.

⁶² Sebastião José de Carvalho e Melo foi secretário de Estado do Reino de D. José I. Ainda hoje é considerado uma das figuras mais controversas da história de Portugal. Administrou com severidade e, impressionado com o sucesso econômico inglês, à época, tentou implantar medidas semelhantes em território português. Representante do despotismo esclarecido, procurou fortalecer o poder real.

código mental do país, no seu sistema de ensino.” (FAORO, 1994, p. 37) Entre 1750 e 1777 as *Reformas Pombalinas*, tentaram romper com a dependência econômica de Portugal e restaurar a autoridade pública do Estado. Entretanto, “... ao disputar a predominância inglesa, ao cuidar de incentivar a agricultura, a indústria e o comércio, reforçava o sistema colonial, com o enrijecimento do comando da metrópole.” (FAORO, 1994, p. 40)

Pombal retirou o controle político das mãos da aristocracia, entregando-o à burguesia comercial. Com isso, o absolutismo português, à época, diferenciou-se do francês e do Iluminismo europeu, afastando-se das ideias, ainda que iniciais, do liberalismo e reativando as raízes medievais. (FAORO, 1994)

Nesse período, os jesuítas são expulsos e o ensino é retomado às mãos do Estado; são criados o Colégio dos Nobres e a Mesa Censória, decretados o novo regime da Inquisição e a Lei da Boa Razão, e realizadas a Reforma da Universidade e a abolição entre cristãos novos e cristãos velhos. Por breve tempo, embora de forma tênue, a elite portuguesa parecia sair das amarras da Contrarreforma. A influência do Iluminismo levava ao país as ideias do direito nacional para contrapor-se à mentalidade de quase veneração do diretor romano.

Os avanços culturais e ideológicos conquistados nesse período, embora poucos e restritos a uma elite, renderam frutos mesmo após a saída de Pombal do governo que: difundiu a instrução pública liberta da influência religiosa dos jesuítas, abrandou os atos da Inquisição, e expandiu a ciência politicamente neutra. Apesar disso, o absolutismo não se dissipou. No *Tratado do Direito natural*, obra de 1768, no qual consta a filosofia política de Portugal, as ações de Pombal são elogiadas por “... sobrepor o poder civil ao eclesiástico, em convivência, porém, com o absolutismo ilustrado.” (FAORO, 1994, p. 48)

O final do século XVIII, apresenta a Portugal um quadro de intensas mudanças internas e externas, com a crise do sistema colonial, do açúcar e do ouro, o fim do consulado pombalino, a independência das colônias britânicas, a Revolução Industrial na Inglaterra e, principalmente, a Revolução Francesa, cujo legado foi a subida ao trono francês de Napoleão Bonaparte. Nos 15 anos que se seguiram à tomada do poder na França, Bonaparte transformou a Europa num campo de batalha, e apesar de diversas coalizões terem sido montadas para conter sua ambição territorial, nada parecia deter seu poderio e sua habilidade tática.

Portugal, um dos modelos mais fiéis ao regime absolutista, que havia optado pela neutralidade política, determinado a manter-se longe dos conflitos das Guerras Napoleônicas, viu-se, em 1807, em uma situação-limite entre as duas potências da época, França e Inglaterra. Com o exército francês avançando sobre Lisboa, a família real embarcou em comboio marítimo, ladeados por escolta britânica, para as terras brasileiras.

Os que ficaram veriam Portugal enfrentar uma disputa entre as duas potências que acirravam a luta pelo poder e pela influência internacional. Os ideais liberais franceses chocar-se-iam contra as opiniões de grupos conservadores portugueses, defensores de uma sociedade que assegurasse a supremacia da nobreza, do clero e que qualificavam os franceses como inimigos.

Portugal aliou-se aos interesses ingleses, conseguindo retirar definitivamente as tropas francesas do país. A ausência de poderes centrais na metrópole, em função da ida da família real para o Brasil, foi agravada pela situação do Exército que perdeu seu prestígio, ficando subordinado às tropas britânicas. Além disso, a crise instalada após a invasão fez crescer a miséria e a fome entre a população.

Todos esses fatores resultaram na primeira Revolução Liberal, iniciada em 24 de agosto de 1820, e a partir de então, o país passou por um período de distúrbios e disputas entre facções políticas pelo controle do governo, pelas disputas eleitorais e pelos cargos administrativos do Estado.

Essa instabilidade só foi contornada após a Revolução Regeneradora de 1851, que marcou a ascensão do Partido Regenerador e o início do rotativismo político em Portugal, pelo qual se fixou a partilha de poder entre os grupos políticos sob a forma de alternância.

O Partido Regenerador defendia a Carta Outorgada por D. Pedro em 1826, pela qual foi instituído o Quarto Poder, o Poder Moderador, que se sobrepunha aos demais Poderes. Era claramente conservador, baseando-se na ordem e no nacionalismo. Em oposição a ele, havia a vertente constitucionalista conhecida como *shintismo*, pela qual os Progressistas defendiam a Constituição de 1822, promulgada após a Revolução Liberal de 1820.

Relativamente alheio a esses conflitos, o Brasil vivia um período de relativa prosperidade, como veremos posteriormente. Antes disso, teceremos algumas

considerações sobre a história e a trajetória daquele que, para muitos, é o fundador do conservadorismo moderno, procurando conhecer a origem de suas ideias.

2.2. Burke: vida e obras

Para Russel Kirk (2016), historiador norte-americano, e um dos principais responsáveis por trazer à lembrança o pensamento de Edmund Burke depois da Segunda Guerra Mundial, o termo *conservador* tornou-se popular na França, durante a era napoleônica e após esta, quando escritores políticos passaram a utilizar as palavras *conservateur* e *conservatif* para descrever a atitude moderada daqueles que pretendiam conciliar a ordem social do Antigo Regime com as transformações sociais advindas da Revolução Francesa.

Foi na França, após a derrota de Napoleão Bonaparte, que as palavras *conservateur* e *conservatif* foram cunhadas para descrever um conceito de política fundado nas ideias de Burke: por definição, então, o conservadorismo significa a política da prudência e dos usos consagrados tal como apresentados por Edmund Burke, para guardar e preservar as instituições do país. Esses termos passaram para a política inglesa durante a década de 1820 e para a discussão política norte-americana nos anos de 1840. (KIRK, 2016, p. 371)

Não somente Russel Kirk, mas entre a maioria dos estudiosos do assunto, existe o consenso de que a obra *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Edmund Burke, constituiu-se o marco inicial e a fonte de diversos outros estudos do chamado conservadorismo clássico ou moderno. “Se os conservadores soubessem o que defendem, Burke seria sua pedra de toque; e, se os radicais quisessem testar a têmpera da oposição, deveriam voltar-se para Burke.” (KIRK, 2016 p. 136)

Edmund Burke foi um homem cuja vida pessoal nada tinha de incomum, mas cuja atuação política deixou marcas significativas até hoje reconhecidas. Foi “... o filósofo político britânico mais interessante e um dos maiores retóricos modernos, o principal líder do partido *whig* e o adversário mais terrível da Revolução Francesa ...” (KIRK, 2016, p. 133).

Os discursos por ele proferidos no Parlamento Britânico e os escritos que deixou revelam um cidadão empenhado em defender suas ideias, mesmo que essas

fossem contrárias às ações dos governantes; preocupado com um mundo de intensas transformações que desde muito cedo vivenciou.

Em sua vida pública, por detestar o exercício arbitrário do poder político, foi compelido a tomar partido nos seguintes assuntos: a Revolução Americana, a oposição ao rei, as questões políticas e culturais da Índia e a Revolução Francesa. Nessa breve biografia, veremos como cada uma dessas situações repercutiu em sua vida e contribuiu para a formação de seu pensamento.

Burke nasceu em 12 de janeiro de 1729, na cidade de Dublin, Irlanda, que à época, atingia o auge da prosperidade. O pai, Richard Burke (1700-1761), era um advogado de sucesso e bem relacionado, membro da Igreja da Irlanda, ou seja, anglicano. A mãe, Mary Burke (1702-1770), era católica. Dos quinze filhos que o casal teve, somente três, além de Edmund, sobreviveram: Garret Burke (1725-1765), Richard Burke (1733-1794) e Juliana Burke (1728-1790). Como era costume naquela época, os homens foram criados segundo os preceitos da fé paterna; já a filha foi criada na fé materna. “Relativamente obscuros, os Burkes eram provincianos, não ricos.” (KIRK, 2016, p.132)

Dos seis aos onze anos de idade, foi morar com os avós maternos, em Ballyduff, no condado de Cork, área rural que aprendeu a amar e onde iniciou seus estudos, na escola *Monanimy Castle*, pequena fortaleza pertencente à família dos avós. Era um leitor ávido, com admiração fervorosa à literatura clássica e medieval, e, desde cedo, interessou-se por assuntos de natureza política, pela vida dos costumes, pela fé e pelas tradições.

Com onze anos, retornou por um breve período à casa dos pais, mas as condições insalubres com constantes inundações do Rio Liffey tornaram sua estada impossível. Dessa forma, em 1741, ele e os irmãos Garret e Richard foram enviados à escola em Ballitore, no condado de Kildare, onde recebeu uma educação voltada às ciências humanas. O ensino ali, no entanto, era abrangente. Seu diretor, mestre Abraham Shackleton (1697-1771), acreditava ser necessário ensinar

... aos meninos os clássicos (grego, latim) e história, matemática e geografia, literatura inglesa e arte escrita e composição. Enquanto as escolas provinciais *quakers* ensinavam com um currículo limitado, dispensando seus alunos ao atingirem a idade de 14 anos, a escola de Ballitore preparava seus alunos para a carreira profissional (contador, estenógrafo, etc) e muitos dos

alunos *não-quakers* para entrarem na Universidade, como aconteceu com o próprio Burke. (SILVA, 2018, p.75)

Em 1744, novamente em Dublin, matriculou-se no Trinity College, única faculdade constituinte da Universidade de Dublin, fundada pela Rainha Elizabeth I da Inglaterra, em 1592. Matriculou-se no curso de estudos Clássicos, com uma bolsa de estudos, e seguiu com o ensino na área humanística. Seus autores favoritos eram William Shakespeare, Edmund Spenser, Virgílio, Cícero, Homero, Epiteto, entre outros.

Quando contava com dezenove anos, ainda estudando no Trinity College, escreveu o primeiro esboço de sua análise teórica sobre a estética, intitulada *Uma Investigação Filosófica sobre a Origem de Nossas Ideias do Sublime e do Belo*. A obra, que relata suas percepções sobre o *belo*, por ele conceituado como aquilo que agrada esteticamente aos homens, e sobre o *sublime*, aquilo que os destruiria, foi publicada somente em 1757, e chamou a atenção dos filósofos Denis Diderot (1713-1784) e Immanuel Kant (1724-1804).

Recebeu o título de *Bachelor of Arts* (Bacharel em Artes), ao concluir seus estudos em 1748. Sendo um homem prático, decidiu seguir o caminho das letras e dos negócios públicos, abandonando a ideia de se tornar membro do corpo docente da universidade, algo esperado de alguém com tanta inclinação aos estudos, e escreveu no Registro Anual da escola: “Aquele que vive no *college*, após ter a mente suficientemente abarrotada de conhecimento, é como um homem que, tendo construído, aparelhado e provido de víveres um navio, o encerrasse em uma doca seca.” (BURKE *apud* KIRK, 2016, p.149)

Em 1750, seguindo orientação de seu pai e por sua própria escolha, decide estabelecer-se em Londres, com o objetivo de tornar-se *barrister*, advogado com atividade de elevada proeminência de defesa nas Reais Cortes Superiores de Justiça. Assim, ingressa no *Middle Temple*, associação responsável pela educação legal e treinamento desse tipo de profissional, para estudar Direito. Entretanto, os estudos revelam pouca profundidade e o decepcionam. Aos poucos, então, vai se afastando dessa área e dedicando-se à carreira literária, que não se mostrou fácil. Durante muito tempo, recebeu ajuda financeira do pai, e trabalhou como redator para políticos *whigs*.

Em 1756, publicou anonimamente a obra *Uma Vindicação da Sociedade Natural*, um ensaio irônico no qual se debate contra a ideia sustentada pelo Visconde Bolingbroke de que o homem não necessitaria de dogmas ou da Igreja cristã, apenas de uma *religião natural*, baseada nos instintos e no juízo individual. Na obra, Burke compara o conceito de religião natural, proposto por Bolingbroke, com o de sociedade natural:

Qualquer homem educado, argumentou, pode perceber o absurdo de uma sociedade “natural”, conveniente tão somente para selvagens, como substituta da intrincada ordem social da Europa, que preserva os homens da anarquia. Por analogia, uma religião “natural” só poderia reduzir o homem à anarquia do espírito e dos costumes. (KIRK, 2016, p.156)

O tom irônico e crítico iria se repetir onze meses depois, com a publicação daquele seu primeiro ensaio, *Uma Investigação Filosófica sobre a Origem de Nossas Ideias do Sublime e do Belo*, quando diverge dos sistemas *a priori* (a princípio ou pressuposto) dos filósofos franceses⁶³, das deduções a partir de proposições abstratas e do racionalismo do Iluminismo.

Foi nesse mesmo ano que contraiu núpcias com Jane Mary Nugent (1734-1812), uma moça tranquila, filha de um médico, e passou a desfrutar de certa celebridade literária. Esteve, também, envolvido com a elaboração do livro *Um relato das Colônias Europeias na América*, em parceria com um amigo, e iniciou uma obra sobre a História da Inglaterra, que foi parcialmente publicada. É nítido, quando analisamos suas obras, que o gosto pela história e a capacidade de visão conjuntural perpassou, ao longo dos anos, todos os seus discursos e principais escritos.

O nascimento de seu filho único, Richard Burke, aconteceu em 1758. No ano seguinte, ocorre a publicação do primeiro número da revista *The Annual Register* (O Registro anual), da qual foi, por quase seis anos, responsável por compilar e editar os artigos voltados, principalmente, para os acontecimentos políticos e questões literárias e filosóficas da época.

⁶³ A expressão *a priori* refere-se ao conhecimento que adquirimos mediante a dedução e que exclui a experiência. Foi utilizada pelos filósofos franceses René Descartes, para o qual a razão seria uma faculdade inata, independente da experiência; e Immanuel Kant, que, no livro *Crítica do Juízo*, estabeleceu o caráter *a priori* do juízo estético.

O trabalho anual com essa obra ajudou-lhe na preparação da vida pública, mas, apesar do sucesso financeiro, não era capaz de sustentar suas despesas numa cidade como Londres. Mesmo tendo herdado algumas poucas centenas de libras após o falecimento de seu pai, em 1761, foi necessário que ele combinasse a profissão literária com alguma outra atividade que lhe provesse maiores condições de sustento da família.

Tentou, então, uma indicação para cônsul britânico em Madri, por influência de amigos, mas não logrou êxito. Foi apresentado a Willian Gerard Hamilton (1729-1796), político de grandes posses, e em ascensão, que precisava do auxílio de um secretário para escrever seus discursos, e por três anos assumiu a função, através da qual familiarizou-se com as questões políticas da época, principalmente com as relacionadas aos seus conterrâneos. Assim, Burke passava os invernos trabalhando para Hamilton e os verões dedicando-se aos seus próprios escritos.

Ainda em 1761, acompanhando Hamilton, retornou em visita à sua terra natal, Dublin, onde iniciou um tratado sobre as leis papistas⁶⁴. Segundo Kirk:

Um acadêmico perceptivo, Walter D. Love (1924-1967), argumenta de modo convincente que foi o desejo ardente de Burke de melhorar as condições dos irlandeses, combinando as necessidades financeiras, o que na verdade o convenceu a desistir de sua carreira literária em prol das lutas desordenadas das políticas faccionárias e dos parlamentos. (KIRK, 2016, p. 167)

Demitido de sua função como secretário de Hamilton, após a saída deste do Parlamento, em 1764, Burke retorna à Londres e, ao lado de Samuel Johnson (1709-1784) e Joshua Reynolds (1723-1792), funda o *The Club* (O Clube), um grupo que se reunia semanalmente para debater sobre questões relativas à política, filosofia e economia. Importantes personalidades da sociedade inglesa fizeram parte dessa associação, tais como: David Garrick (1717-1779), Adam Smith (1723-1790), e Oliver Goldsmith (1730-1774)⁶⁵.

O ingresso de Burke ao *mundo dos whigs* deu-se por intermédio de um amigo, que o apresentou a Ralfy Verney (1714-1791), integrante de um grupo de

⁶⁴ De acordo com essas leis, os irlandeses católicos não desfrutavam das mesmas condições de proteção legais que os protestantes; não tinham direito à posse de terras ou a exercerem cargos públicos.

⁶⁵ David Garrick foi um ator, dramaturgo e produtor teatral de grande expressão da época; Adam Smith, como conhecemos, foi filósofo e economista, considerado pai da economia moderna; e Oliver Goldsmith era um conhecido médico e escritor irlandês.

políticos *whigs* de oposição a George III, cujo líder era o Marquês de Rockingham (1730-1782). O grupo era conhecido como *reformadores moderados*⁶⁶ e tinha uma visão política semelhante a de Burke. Imediatamente, destacou-se no grupo como um homem de reflexão que “Poderia dar ordem e coerência às ideias. [...] era uma boa companhia; ninguém se comparava a ele ao falar, seu raciocínio era extremamente rápido, despachava melhor que qualquer um deles e era confiável.” (KIRK, 2016, p. 175)

Dessa forma, quando, em 1765, Rockingham é convidado a formar um novo governo, após a demissão do ministério de Grenville, Burke assumiu naturalmente sua função de secretário particular, vendo-se, pela primeira vez e oficialmente, no centro do poder britânico. Apesar de a função ter lhe trazido certa notoriedade, não lhe compensava financeiramente, já que Burke não recebia salário algum por ela. Isso o levou a tomar empréstimos com o próprio Rockingham, dos quais só obteve perdão após a morte deste.

Em 1765, com o apoio de Lorde Verney, concorreu e elegeu-se a uma vaga para a Câmara dos Comuns como representante do município de Wendover, cargo que temporariamente conciliou com a atividade de secretário de Rockingham. Seu posicionamento liberal em relação à economia e tradicional em relação à política o tornou, então, conhecido.

No entanto, as políticas de Rockingham não eram populares no Parlamento e, em 1766, ele deixou o cargo e passou a fazer oposição ao governo, no que foi acompanhado por Burke, que passou, então, por uma época conturbada de grandes dificuldades financeiras. Mesmo assim, publicou três obras naquele período: *Discurso sobre a Tributação Americana*, *Discurso sobre as Deliberações Propostas para a Conciliação com as Colônias* e *Carta aos Delegados Eleitores de Bristol*.

É certo que, no início desse período, as perspectivas lhe pareciam promissoras. Tanto que adquiriu, em 1768, uma propriedade rural em Beaconsfield; uma fazenda com casa centenária, cujo alto custo, somado às perdas das ações da

⁶⁶ Havia, à época, uma dissidência entre os *whigs*. Uma parte deles era conhecida por ações corruptas dentro do Parlamento; a outra, da qual Rockingham fazia parte, condenava tal comportamento e lutava pelos direitos privados.

*East Índia Company*⁶⁷, quase o levaram à ruína, em 1769, ano em que publicou *Observações sobre a Presente Situação da Nação*.

Em 1770, após o incidente conhecido como Massacre de Boston, quando soldados britânicos dispararam contra civis que se manifestavam contra a revogação das Leis Townshend⁶⁸, pelas quais foi mantida a tributação sobre o chá, matando cinco homens e ferindo seis, Burke torna público outro ensaio crítico: *Reflexões sobre a Causa dos Atuais Descontentes*.

A causa seria novamente motivo de sua atenção em 1773, ao apresentar no Parlamento o *Discurso sobre uma Proposição para atenuar os Dissidentes Protestantes*, quando um grupo de colonos, fantasiados de índios, invadiu navios ancorados em Boston e destruíram o carregamento de chá, em protesto contra a Lei do Chá, que aumentou a tributação sobre a comercialização desse produto nas colônias norte-americanas e estabeleceu o monopólio da Companhia das Índias Ocidentais.

Em 1774, foi novamente eleito para a Câmara dos Comuns, mas desta vez pelo município de Bristol e começou a se envolver mais profundamente nas questões das colônias norte-americanas que à época, já demonstravam desagrado em relação aos impostos que lhes eram cobrados. A insatisfação logo se agravou e, em 1775, tem início a Guerra da Independência, com as batalhas de Lexington e Concord, em Massachusetts. Em relação ao assunto, Edmund Burke

... sempre se colocou na posição de um defensor da conciliação e da paz, mesmo não simpatizando com o recurso dos colonos a um suposto direito natural, como constava na Declaração de Independência de 1776. Para ele a liberdade civil é produto de uma experiência social, de acordo e de compromisso entre as partes envolvidas. (SILVA, 2018, p. 103)

Dessa forma, mesmo não lhe tendo apreço e apesar da oposição política, Burke encaminhou a George III, em 1777, a carta *Discurso ao Rei*, apresentando uma proposta de solução para o problema da Independência dos EUA.

⁶⁷ William Burke que morava com o amigo Edmund Burke, havia comprado ações da Companhia Britânica das Índias Ocidentais e se comprometera a ajudá-lo no pagamento da casa de campo, mas as ações da Companhia caíram, deixando-o à beira da perda da propriedade.

⁶⁸ O imposto de *Townshend* insidia sobre o chá, o vidro, o papel e o chumbo para tinta, destinando-se ao financiamento da administração das colônias da Inglaterra. (KIRK, 2016, p. 192) Burke era contrário ao aumento das tributações desse imposto.

Um ano mais tarde, em 1780, Burke perdeu o assento no Parlamento por Bristol, mas foi eleito pelo município de Malton. Logo depois, assumiu, em 1782, a função de Tesoureiro das Forças Armadas.

Nos anos seguintes, ele se concentrou na oposição às interferências de George III na política britânica, principalmente em 1784, quando a intervenção do rei favoreceu a substituição do gabinete *whig* pelo gabinete *tory*, motivo que o fez publicar *Uma Representação a Sua Majestade*.

Nos anos de 1788 e 1790, Burke discursou contra o comércio de escravos e neste último se referiu pela primeira vez à Revolução Francesa em seu *Discurso sobre as Estimativas do Exército*, publicando, ao final dele, *Reflexões sobre a Revolução Francesa*.

Defensor da Revolução Americana e de questões liberais, dessa vez Burke se opôs ferozmente ao movimento que viu nascer na França, e, embora muitos não concordassem com seu posicionamento claramente conservador, utilizaram seus argumentos para deter as ideias revolucionárias que pudessem desestabilizar as instituições inglesas e destruir o regime monárquico parlamentar. Assim, foram realizadas alianças de coalizão entre *whigs* e *torys* para traçar estratégias de enfrentamento à ameaça revolucionária francesa e aos grupos democráticos radicais internos.

Em 1793 Burke decidiu se aposentar do Parlamento e, nesse mesmo ano, viu falecer seu único filho, Richard. Durante os anos que se seguiram, mesmo não ocupando cargos políticos e com a saúde debilitada, ele se manteve ativo e a par de questões importantes para o país, escrevendo diversas cartas que, em sua maioria, foram publicadas postumamente como: *Cartas sobre a Paz Regicida*, *Observações sobre as Aparentes Circunstâncias da Guerra* e *Carta a um Senhor Nobre*.

Os objetivos políticos da vida de Burke foram:

- (1) Manter a estrutura tradicional do Estado britânico, centrado na divisão e no equilíbrio dos poderes.
- (2) Definir os limites constitucionais da prerrogativa e das influências reais.
- (3) Ampliar a autoridade legislativa da Câmara dos Comuns e manter a independência de seus membros.
- (4) Defender a organização e uso dos partidos políticos como parte legítima e publicamente aceita do processo político.
- (5) Ampliar os direitos civis e os privilégios econômicos da Constituição britânica para todos os súditos britânicos tanto

quanto forem necessários para cumprir as grandes finalidades da sociedade – a justiça distributiva e a comutativa, a boa ordem e a liberdade.

(6) Demonstrar os princípios da soberania e da liberdade civil par ao Império Britânico ao estabelecer uma regra equitativa entre a metrópole e todas as colônias.

(7) Defender a ordem civil histórica da Europa como uma comunidade cristã contra o materialismo científico e a sensibilidade romântica dos filósofos do Iluminismo, que desejavam estabelecer uma nova ordem social com base em teorias metafísicas abstratas a respeito do homem e da sociedade.

(8) Conjugar em todos os problemas práticos um exame completo das circunstâncias históricas, de “prudência” ou de conveniência, por um lado, com normas éticas e legais, por outro.

(KIRK, 2016, p. 208)

Finalmente, em 09 de julho de 1797, após uma carreira de quase cinquenta anos em defesa das ideias que julgava serem importantes para a manutenção da ordem social e o benefício de seu povo, Burke faleceu em sua propriedade rural, Beaconsfield.

2.3. O pensamento conservador de Burke

As bases sobre as quais se desenvolveram as ideias conservadoras de Edmund Burke estão firmadas na história da Escócia. Como vimos, em 1603, as coroas da Inglaterra e da Escócia se uniram, o que provocou a transferência da corte escocesa e de parte de sua aristocracia para Londres. Apesar disso, até 1707, os dois países mantiveram autonomia parlamentar, tendo a Escócia que aceitar a união de seu parlamento ao inglês, a partir desse ano, em função do crescimento de problemas econômicos, principalmente pela escassez de terras produtivas.

A perda de duas instâncias sociais e políticas tão importantes para a Escócia, a corte e o parlamento, representou também um grande golpe financeiro para o patrocínio de artistas e intelectuais, o que causou séria ameaça ao desenvolvimento cultural da região. Entretanto, o que parecia um obstáculo intransponível inicialmente, acabou transformando-se em estímulo e desafio para os escoceses.

A despeito das dificuldades, muitas das instituições nacionais escocesas, como sua Igreja, seu sistema legal, suas universidades e seu sistema educacional, foram preservadas, o que acabou gerando uma força produtiva intelectual e um desejo de manter uma identidade autônoma da britânica.

Dessa forma, quando as luzes iluministas aportaram na Escócia, encontraram um terreno relativamente fértil, preparado “pelos desafios políticos e econômicos do início do século XVIII e pelos estímulos à reflexão e à ação oferecidos pela percepção da necessidade de sua superação” (CERQUEIRA, 2006, p. 13). Terreno que recebeu, também, o beneplácito de contar com um grupo de professores formados no exterior e que já haviam lecionado nas universidades do continente, estando a par dos modernos conhecimentos no campo da física, da medicina, da filosofia e de outras áreas. As universidades, que até o século XVII tinham seu ensino voltado para a formação do clero, ampliaram sua atuação, abrindo espaço para a pesquisa e para a criação dos cursos de formação de médicos e advogados.

Isso tudo nos mostra que, ao longo dos séculos XV e XVI, os escoceses eram muito preocupados com o progresso intelectual e com o desenvolvimento científico do restante do mundo, possuindo uma elite que soube absorver os conhecimentos que a eles chegavam e que contribuiu de forma substantiva para aqueles progressos. (CERQUEIRA, 2006)

Burke nasceu nesse contexto, e suas ideias foram influenciadas pelo processo de transformação social e educacional pelo qual a Escócia passava, tanto quanto pelos principais intelectuais da época, entre eles David Hume (1711-1776)⁶⁹ e Adam Smith (1723-1790) que pertenciam ao grupo conhecido como *moderate literati*⁷⁰ (literatos moderados)

Os estudos a que se dedicava esse grupo tinham por objetivo investigar as causas da sociabilidade humana, recorrendo a quatro princípios de explicação para a existência da sociedade: como resultado de um instinto social, como desdobramento da ideia de família, como derivação do sentimento de amizade ou lealdade entre os indivíduos, e como resultado de uma certa suscetibilidade do homem a hábitos.

Eles rejeitavam a concepção contratualista, vigente desde o século XVI, que baseava a existência e a formação das sociedades na escolha racional dos indivíduos

⁶⁹ Escocês, ficou conhecido pelo seu ceticismo. Foi filósofo, historiador e ensaísta. Importante pensador empirista, contrapôs-se às teorias de cunho teológico metafísico, pois acreditava na aplicação de métodos experimentais para os fenômenos mentais. Influenciou, à época, Immanuel Kant, e, posteriormente teóricos da filosofia analítica.

⁷⁰ O termo foi cunhado em 1985, por Richard Sher. Faziam parte do grupo John Home, Alexander Carlyle, Hugh Blair, William Robertson, Adam Smith e David Hume.

em função apenas da relação de benefícios que essa estrutura pudesse fornecer. O princípio que lhes parecia mais aceitável era o do hábito, dos costumes; e a ideia foi defendida por Hume em vários de seus ensaios. Para ele, todo homem nascido em uma estrutura familiar tinha uma natural inclinação, um hábito, à manutenção da sociedade. A noção de hábito a qual ele e os demais *literati* referiam-se era a de comportamentos adquiridos ao longo do tempo, fixados por experiências vivenciadas repetidamente em situações de regularidade. Rotinas que conferem certa permanência ou constância às instituições que estruturam as sociedades.

Para os escoceses, os hábitos adquiridos ao longo do processo de educação e socialização são reforçados pela existência de instituições que conferem estabilidade e continuidade à vida em sociedade e fazem com que ela possa prescindir, em larga medida, de deliberações individuais para continuar existindo. Hábitos e instituições não apenas estabilizam comportamentos, mas limitam o leque de opções disponíveis ou autorizadas a cada indivíduo e, nesse sentido, contribuem para reduzir a incerteza e a desordem da vida. (CERQUEIRA, 2016, p. 22)

Muitos autores afirmam que o convívio com esses filósofos influenciaram as ideias de Burke em relação à concepção de sociedade como elemento orgânico, que prioriza a cooperação comunitária, com grande inspiração dos valores cristãos e uma valorização dos costumes e tradições para a ordem social. Ideias que desenvolveu na obra *A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*, (*Uma Investigação Filosófica sobre a Origem de Nossas Ideias do Sublime e do Belo*), publicada, como vimos na sua biografia, em 1757. Nela, Burke já revelava os primeiros argumentos que caracterizariam os valores conservadores, e que passaremos, a partir de agora, a abordar.

Robert Nisbet (1987), em sua obra *O conservadorismo*, e posteriormente, Russel Kirk (2016), no livro *Edmund Burke, redescoberto um gênio*, optaram por discorrer acerca do pensamento *burkeano* elencando algumas temáticas que foram constantes em seus escritos e que forjaram o que hoje entendemos como características do conservadorismo. Por acreditar que essa estratégia seja didaticamente esclarecedora, optaremos pela mesma estrutura, embora conjugando os assuntos e tendo em mente que, para efeito de aplicação prática, as temáticas devem ser vistas como complementares e entrelaçadas umas às outras.

2.3.1. Resistência às mudanças e apelo à prudência, à conciliação e ao reformismo

Como sabemos, as bases do pensamento conservador de Edmund Burke concentram-se na obra *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, na crítica que fez ao espírito de inovação e a como o movimento aboliu as estruturas sociais que permitiam, no seu entendimento, manter a ordem social.

Historicamente, não se pode negar que a Revolução Francesa foi o ápice de uma ruptura cultural e política, apresentando ao mundo os valores iluministas. Paradoxalmente, impulsionou o nascimento de uma visão completamente oposta a seus ideais e ao que aos revolucionários franceses importava, o conservadorismo.

Apesar de ser um membro do partido liberal inglês, Burke se opunha à restauração monárquica e ao poder absoluto do rei. Defendia as causas do liberalismo inglês, e por elas advogou como membro do Parlamento. Foi ardente opositor dos ideais da Revolução Francesa. Acreditava que o movimento havia rompido bruscamente com os antigos costumes e com a tradição e que o radicalismo progressivo do modelo adotado na França, ao contrário das mudanças graduais realizadas nos Estados Unidos e na Inglaterra, poderiam levar o país a sérias consequências.

Leis viradas de cabeça para baixo; tribunais subvertidos; indústria sem vigor; comércio agonizante; impostos sonegados e, ainda assim, o povo empobrecido; uma Igreja saqueada sem o que o Estado obtivesse alívio com isso; anarquia civil e militar transformada em constituição do reino; tudo que era humano e divino sacrificado [...] Eram necessários todos esses horrores [...] Não, nada disso. As recentes ruínas na França, que tanto horror nos causam aonde quer que olhemos, não são a devastação da guerra civil, mas os tristes, porém instrutivos, monumentos do conselho temerário e ignorante em tempos de absoluta paz. São o resultado do exercício de uma autoridade irresponsável e presunçosa, porque ninguém opôs-lhe resistência [...] Não derramaram uma única gota de seu sangue pela causa do país que arruinaram. [...] enquanto aprisionavam seu rei, assassinavam seus concidadãos, banhando em lágrimas e mergulhando na pobreza e miséria milhares de famílias e homens dignos [...] roubos, violações, assassinatos, massacres, incêndios por toda a extensão de sua terra devastada." (BURKE, 2014, p. 60, 61).

No entanto, enganam-se aqueles que afirmam ser Burke avesso às mudanças. Para ele, algumas reformas poderiam ocorrer desde que resultassem de um processo de experimentação, pois um Estado só se mantinha pela conjugação dos princípios

da conservação e da correção. Por isso, seu *modelo de revolução*, se assim podemos dizer, era o da Revolução Gloriosa⁷¹. O regime monárquico, conciliou os interesses; foi uma mudança sem rupturas, sem violência, que depôs o rei Jaime II e entronizou o holandês Guilherme III, pôs fim ao absolutismo britânico, aumentou o poder do Parlamento e, conseqüentemente, a estabilidade política e econômica do país. Por outro lado, a Revolução Francesa, segundo Burke (2014), foi uma ruptura abrupta, desnecessária e violenta com as heranças da tradição.

Também não havia sido favorável à Revolução Americana, a despeito do que alguns acreditam e apesar de ter se mostrado solidário às reivindicações dos colonos americanos quanto às políticas rigorosas do rei George III. “No entanto, revolução e separação do império, acreditava que fossem grandes males ...” (KIRK, 2016, p. 182). Era adepto da conciliação.

Segundo Russel Kirk, “Desde o momento em que pela primeira vez teve uma cadeira no Parlamento, Edmund Burke foi um defensor da paz: a conciliação com as colônias norte-americanas, a generosa concessão na Irlanda, o repúdio do engrandecimento britânico na Índia.” (KIRK, 2016, p.307). Essa foi a conduta que pautou a atuação política de Burke, com exceção à questão da Revolução Francesa, a qual não teve tolerância.

Para o autor:

Se circunspeção e cautela são uma parte da sabedoria quando trabalhamos somente com a matéria inanimada, por certo também se tornam uma parte do dever quando o objetivo de nossa demolição e construção não são tijolos ou madeira, mas seres vivos, que pela súbita alteração de seu estado, de sua condição e de seus hábitos de vida se podem fazer miseráveis em multidões. (BURKE, 2014, p. 181)

Na verdade, ele interpretava a sociedade como um organismo natural, cujo crescimento lento deveria ser respeitado, pois as instituições nela circunscritas representariam a sabedoria acumulada de gerações anteriores que não poderia ser desprezada. Por isso, era avesso à ideia de uma revolução e considerava que o ideal eram as reformas.

⁷¹ Ocorrida entre 1688 e 1689, a Revolução Gloriosa instituiu um novo regime monárquico inglês, submetido ao parlamento e a uma constituição. Segundo historiadores, o movimento preservou a ordem social vigente, pois trouxe reconhecimento e prestígio a uma parcela da burguesia, o que impediu o confronto armado e garantiu a continuidade da política já estabelecida.

Ao mesmo tempo, preservar e reformar é uma coisa mui diversa. Quando são mantidas as partes úteis de uma antiga instituição, e o que é acrescido deve ajustar-se ao que é retido, estão a ser exercidos um espírito vigoroso, de perseverante atenção, dotado de talentos para comparar e combinar, e os recursos de um entendimento pródigo, de expedientes, em conflito contínuo com a associação de vícios opostos, com a obstinação que rejeita todo o melhoramento e a leviandade que se fadiga e desgosta com todas as coisas de que está de posse. (BURKE, 2014, p. 181)

Essa conjugação entre a preservação das estruturas e das tradições respaldadas como benéficas pela experiência e as reformas que se fizessem necessárias, desde que realizadas lenta e gradualmente, por meio da prudência, constituía-se na melhor forma de realizar as mudanças sem que se pusesse em risco a ordem social. **“Por um progresso lento e bem amparado, o efeito de cada passo é observado; o bom ou mau êxito do primeiro dá-nos luz ao segundo, e assim, de luz em luz, somos conduzidos com segurança por toda a série.” (BURKE, 2014, p. 183)**

Para Kirk (2016), Burke esforçou-se por mostrar a importância em salvaguardar os usos consagrados pela experiência e pela tradição que conduzem a sociedade à construção de uma ordem social benéfica a todos, abrigada das paixões das imperfeições da natureza humana.

2.3.2. Crítica ao racionalismo e culto às tradições, aos costumes e à história

“Na política moderna, a tarefa de preservação começa com Burke.” (KIRK, 2016, p. 141). Ele defendeu, na vida política, a valorização de condutas pautadas nas tradições civis e cristãs. Abertamente avesso às mudanças pelas mudanças, acreditava que as instituições responsáveis pela construção da ordem social e pública devessem nascer da tradição; serem resultado de um longo processo de acúmulo de experiências e conhecimentos.

Esse foi o aspecto mais criticado por Burk no movimento revolucionário francês. Ao redigir *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, ele deixou clara sua aversão à forma como os costumes, a história, e as experiências de longos anos da sociedade francesa, foram execrados, e tentou “... estabelecer um sistema de ‘princípios’ - pelos quais exprimia verdades obtidas da sabedoria de nossos

ancestrais, da experiência prática e do conhecimento do coração humano.” (KIRK, 2016, p. 292)

Cabe ressaltar que Burke não fazia defesa ao Absolutismo, e sim à Monarquia Constitucional semelhante à erigida na Inglaterra. O que condenava nos revolucionários franceses era a ideia de construir uma ordem social a partir de uma suposta *razão abstrata*. “Por toda a vida, detestou abstrações – ou seja, as noções especulativas sem fundamento seguro na história ou no conhecimento do mundo.” (KIRK, 2016, p. 292). As relações sociais e a natureza humana, sendo tão complexas, não poderiam ser reduzidas à questões e postulados regidos apenas pela razão.

Para ele, a empiria era descolada da realidade e não proporcionava nenhuma certeza, ao passo que os usos testados e consagrados pela experiência e pela história traziam fundamentos mais seguros para o ordenamento social.

Nesse contexto, a história teria um papel fundamental, pois a compreensão da realidade social e a possibilidade de agir sobre ela para o benefício da sociedade, para Burke (2014), somente poderiam se concretizar através de uma abordagem histórica. O estudo dos comportamentos e das ações do passado é que nos levariam ao reconhecimento de padrões semelhantes de usos para aplicações no presente e no futuro. Evidentemente não seriam quaisquer experiências do passado possíveis de imediata e eficaz aplicação no presente, somente aquelas que se mostrassem, ao longo do tempo, salutares. “As tradições mais profundas foram emergindo naturalmente, o que significa que elas foram sobrevivendo naturalmente porque sucessivas gerações encontraram nelas vantagens que aconselharam a sua manutenção.” (COUTINHO, 2014, p.59)

Russel Kirk (2016), em sua biografia de Burke, salienta que embora ele não tivesse se aplicado a estudos históricos, suas primeiras obras, assim como o artigo anual que escreveu ao longo de três décadas para a revista *The Annual Register*, sugerem uma capacidade de visão histórica que ultrapassa a de renomados historiadores.

A perspectiva do papel da história é básica para o pensamento conservador. Burke (2014) reconhecia na história, na experiência histórica, nas tradições, nos costumes, e não no poder dedutivo e nas abstrações teóricas o valor prático da

construção do conhecimento. “Podemos conjecturar sobre o futuro apenas pela apreensão do passado, defendia Burke.” (KIRK, 2016, p. 163).

Esses componentes, por sua vez, estariam intimamente ligados às questões morais e religiosas, em função da instabilidade natural do comportamento humano, de sua imperfeição, aspecto que legou ao conservadorismo a característica ceticista pelo qual se tornou conhecido.

2.3.3. Ceticismo e defesa da religião e da moralidade

Burke (2014) sempre se mostrou cético em relação à natureza humana. Para ele, o homem, como ser imperfeito, não se pautava apenas pela lógica, mas sim pelas paixões, que nem sempre o levavam às melhores decisões.

Da consciência das limitações inerentes à natureza humana é que surge o seu entendimento, e posteriormente dos conservadores de forma geral, de que a sociedade, e por consequência os sistemas políticos, não podem ser perfeitos. Por melhores que sejam as intenções iniciais, existe sempre a possibilidade interferências que escapam ao controle dos homens, que podem remeter a consequências imprevistas, e que, segundo Burke (2014), podem ser evitadas levando-se em consideração a imperfeição humana. Dessa forma, os idealismos e as ideias abstratas devem ceder espaço às práticas testadas e comprovadas como acertadas pela experiência dos antepassados ao longo dos anos.

Ele acreditava que os homens não são bons por natureza, mesclam bondade com maldade, e devem ser, então, mantidos obedientes à lei moral pela força dos costumes e dos hábitos que a sociedade desenvolveu por muitos séculos. Nesse contexto, também a religião teria um importante papel.

Segundo Burke (2014), um dos instrumentos capazes de agir sobre a imperfectibilidade humana era a religião. A religiosidade seria o bem maior do homem, e um componente fundamental para a instituição da ordem social, principal necessidade da civilização para sua perpetuação. O componente religioso teria alto valor no sentido da moralidade social.

... o homem, por sua constituição, é um animal religioso; que o ateísmo é contrário não apenas à nossa razão, mas também aos nossos instintos, não podendo prevalecer por muito tempo. Todavia, se em um momento de tumulto e no delírio ébrio

produzido pelo espírito ardente destilado no alambique infernal que ferve hoje furiosamente na França, devêssemos descobrir nossa nudez, rejeitando aquela religião cristã que, até agora, tem sido nosso motivo de orgulho e nosso consolo, assim como uma grande fonte de civilização entre nós e muitas outras nações, ficaríamos apreensivos (sabedores de que a mente não suportará o vazio) de que alguma superstição grosseira, perniciososa e degradante devesse tomar seu lugar. (BURKE, 2014, p.110)

A religião, para o inglês, asseguraria a aplicação de certos *sentimentos naturais*⁷², valores básicos que fundamentam as relações humanas e cooperam para a ordem social, como a justiça e a benevolência. Esses valores básicos, decorrentes de uma concepção universal da natureza humana, devem estar na base de todas as civilizações e pautar as condutas sociais e políticas.

Nesse sentido, tanto a religião quanto as ações políticas deveriam concorrer para o mesmo objetivo, o aperfeiçoamento do comportamento do homem em favor da ordem social. Segundo ele, a sociedade seria um organismo cuja ordem moral ascenderia de uma origem divina. Dessa forma, as leis que regem o universo, criadas por Deus, também controlariam, através dos valores básicos da natureza humana, as obrigações entre os homens, e, conseqüentemente, entre os governantes e os governados. Por isso, Estado e religião deveriam comungar esforços para o desenvolvimento de uma moralidade social cuja base seria a cooperação e a conciliação.

Esse é um aspecto importante no pensamento *burkeano*, a visão da sociedade como uma comunidade cooperativa, cuja essência moral prevê um sistema de mútuas expectativas, com deveres e direitos sociais, cujo perfeito funcionamento demanda dos homens uma atitude conciliatória e prudente, na qual as instituições, como a família, a Igreja e o Estado têm papel fundamental na construção da ordem social.

2.3.4. Papel do Estado e da sociedade na construção da ordem social

Como vimos, Burke (2014) concebe a sociedade como um organismo vivo, que se desenvolve e amadurece em função das práticas históricas, dos costumes e das tradições. Essa é uma perspectiva natural de sociedade. Para ele, a sociedade é uma espécie de contrato entre os vivos, os mortos e os que ainda nascerão. “O que

⁷² Burke teira sido influenciado pela obra de Adam Smith, *Teoria dos sentimentos morais* (1759).

significa dizer que: ao indivíduo cabe receber o que foi preservado; desfrutar dessa herança como fiel depositário; e passá-la às gerações vindouras em uma cadeia que se percebe invisível e interminável.” (COUTINHO, 2014, p.61)

Esse contrato é um imperativo de qualquer sociedade e se estende às relações políticas, à concepção do papel do Estado, como um tipo de associação com fins que somente se concretizam a longo prazo, cujas ações devem se perpetuar de geração para geração.

Significa aceitar que a geração presente deve preservar, para as gerações futuras, os conhecimentos e tradições, heranças dos nossos antepassados, que tenham sido reconhecidas pelo uso como benéficas para a sociedade. Dentre essas heranças poderiam ser consideradas instituições como a religião, a justiça e a liberdade.

A legitimidade desse contrato está no fato de ser hereditário, na perspectiva de que aqueles que nos precederam tenham realizado as melhores escolhas disponíveis nos interesses da comunidade, buscando conservar para a posteridade as instituições que melhor dirigiram suas vidas e sociedade.

Nesse contexto, o governo, segundo ele, seria uma invenção da experiência e da sabedoria humana, para suprir as necessidades coletivas dos homens. Diante da imperfectibilidade humana, o Estado deve atuar, se necessário de forma coercitiva, com o objetivo de restringir as paixões que possam levá-lo à destruição.

O governo é uma invenção da sabedoria humana para prover necessidades humanas. Os homens têm o direito de prover essas necessidades por tal sabedoria. Entre essas necessidades, deve ser considerado o desejo, na sociedade civil, de suficiente comedimento das paixões. A sociedade requer não só que as paixões dos indivíduos sejam submetidas, senão que mesmo na massa e no corpo, bem como nos indivíduos, as inclinações dos homens sejam, com frequência, frustradas, a vontade controlada e as paixões levadas à sujeição. (KIRK, 2016, p. 296)

Dessa forma, tanto o Estado, quanto as instituições intermediárias como a família e a Igreja teriam a função aperfeiçoar a natureza imperfeita do homem. Ao impor a ordem, o Estado, devidamente validado pelo processo de acúmulo de conhecimento lapidado e maturado pelo tempo e pelos usos, antes de cercear o livre arbítrio individual, permitiria a verdadeira liberdade e um harmonioso convívio social.

Por sua vez, o Estado apenas se realiza ou tem possibilidade de se realizar se estiver baseado em uma Constituição e regido por determinadas convenções, usos, costumes e direitos. Para Burke (2014), a Revolução Francesa, pregando uma liberdade idealizada, destruiu essa possibilidade quando pôs ao chão a estrutura que torna isso realidade, as instituições que limitariam a anarquia e a servidão dos homens ao estado das paixões. (KIRK, 2016)

A verdadeira liberdade, assim, estaria sempre subordinada à ordem social, somente poderia existir a partir da sabedoria representada pela tradição e pela valorização da harmonia comunitária.

Segundo ele, as relações de cooperação estabelecidas na vida comunitária, seriam capazes de atenuar as desigualdades, propiciando a segurança e o vínculo coletivo, reforçados pelos princípios cristãos. A comunhão entre os homens que se vinculam em torno de valores básicos comuns, para além, portanto, das eventuais diferenças econômicas e sociais, seria o antídoto à injustiça e o exemplo de vida orgânica, cooperativa, ordeira e livre.

O homem não é plenamente homem — assim discorre o argumento perpétuo de Burke — até que seja totalmente civilizado; adquire sua natureza suprema quando se faz membro de uma cultura, de uma ordem social civil. No selvagem, a verdadeira natureza de homem encontra-se em estado de latência. (KIRK, 2016, p. 155)

Ao legislador, ao político, nesse contexto, caberia a conduta igualmente moral de resistir às paixões que levam à anarquia e ao nepotismo, pois todo governo deve ser fundado no compromisso social.

O verdadeiro legislador deve ter um coração cheio de sensibilidade. Vede amar e respeitar a sua espécie, e temer de si mesmo. Poder-se-ia permitir à sua têmpera notar o objetivo supremo num relance intuitivo; mas os movimentos nessa direção devem ser deliberados. O arranjo político, como é obra para fins sociais, é para ser forjado somente por meios sociais. (BURKE, 2014, p. 181)

Muitos outros aspectos das obras de Edmund Burke poderiam ser explorados. Ele foi um tradicionalista para o qual os costumes e tradições são a base da ordem social e moral. O componente histórico, como vimos, surge como central no pensamento *burkeano*, oferecendo os ensinamentos e a experiência acumulada dos antepassados às gerações futuras.

Sabia que a natureza humana é imperfeita e que nenhuma reforma ou mudança social pode torná-la perfeita, mas que devemos saber conter as paixões pelos instrumentos da lei civil e dos preceitos religiosos. A política, dessa forma, seria um ramo da ética, fundada na lei natural cristã; a religião, por sua vez, seria o centro da sociedade civilizada, sem ela não poderia existir a ordem.

Algumas das ideias de Burke foram trazidas para o Brasil durante o Império, como veremos mais adiante. No entanto, sendo o país fruto da colonização ibérica, temos que considerar a adaptação delas a essa nova sociedade que buscava, ainda, sua própria identidade.

3. Conservadorismo *burkeano* no Brasil

Um povo que não cultiva a memória de seus ancestrais não cuidará de seus descendentes.

Edmund Burke

Uma das proposições aceitas pela pesquisa social é a de que qualquer esquema de pensamento manifesto na linguagem, transformado em palavras, somente pode ser analisado em sua completude dentro de um contexto histórico. Dessa forma, ao estudarmos o conservadorismo, precisamos vê-lo como um sistema complexo e não como uma abstração descolada das especificidades históricas e sociais com os quais ele se relaciona.

Por isso, abordamos, anteriormente, vida e as concepções teóricas de Burke dentro do contexto histórico no qual se originou. Agora, precisamos entender como essas concepções foram disseminadas no Brasil, um país completamente diferente da Inglaterra, onde elas nasceram. Para isso, será necessário traçar um breve panorama de como passamos de simples colônia a um país independente e verificarmos as características da sociedade que aqui se formou.

3.1. Da América Portuguesa ao Brasil

A concepção de uma *superioridade cultural* adotada pelos países ao longo da história foi responsável por estratégias de colonização classificadas em dois *sistemas atlânticos*. Criado pelos portugueses e espanhóis, o primeiro, tinha por essência a produção baseada na monocultura, na escravidão e no latifúndio. Já no segundo, preconizado pelos holandeses, ingleses e franceses, havia alto grau de especialização dos núcleos produtivos, com orientação de leis da economia de mercado e com reduzida interferência do Estado. (ARRUDA, 2000)

Dessa forma, os dois sistemas diferenciavam-se completamente, na organização do comércio e dos investimentos, além da estrutura social. O segundo orientava-se para o mercado internacional, enquanto que o primeiro tinha o caráter de suprir as necessidades das suas metrópoles. Essa diferente visão na estruturação

do processo de colonização vai, durante o século XVIII, entrar em conflito e influenciar o rumo da formação de diversos territórios, inclusive do brasileiro.

Segundo Moraes (2000), foi a colonização lusitana que *inventou* o Brasil. Pela apropriação de terras, pela submissão das populações nativas o país ganhou forma como entidade geográfica, como formação social, política e econômica.

Portanto, o Brasil nasce e se desenvolve sob o signo da conquista territorial: trata-se da construção de uma sociedade e de um território, e mais, de uma sociedade que vai ter na montagem do território um de seus elementos básicos de coesão e identidade sociais. (MORAES, 2000, p. 411)

Após seu descobrimento, o território brasileiro não ofereceu grande interesse à Coroa Portuguesa que estimulasse uma ocupação imediata. Não havia aqui a rede de comércio já estabelecida no Índico ou produtos atrativos, a não ser os de natureza extrativa, como o pau-brasil. Assim,

... era explicável que Portugal envolvido com o domínio – em alguns casos em expansão e noutros não ainda solidificado – de vários circuitos de alta rentabilidade deixasse as possessões americanas como um todo (e, entre elas, as brasileiras) num plano secundário da geopolítica da Coroa e do capital comercial com ela associado na empresa ultramarina. (MORAES, 2000, p. 290)

O desprezo, no entanto, não foi completo, pois, se por um lado não havia atrativos para uma rápida ocupação, por outro Portugal não poderia fugir à lógica imperial expansionista de reter sob seu domínio a maior quantidade de terras. Dessa forma, procurou logo ratificar o Tratado de Tordesilhas e procedeu a uma estratégia de ocupação territorial bem lenta sobre sua nova Colônia.

Inicialmente, durante o século XVI, foram feitas apenas expedições exploratórias e visitas ocasionais para realização de escambo com os indígenas, mas que geraram a fixação de pequenas feitorias litorâneas, lugares de armazenagem e embarque do pau-brasil, nas quais alguns poucos portugueses se fixavam com a responsabilidade de gerenciar, o que acabava se transformando em um tipo de posto de comércio e de base de patrulhamento da costa. (MORAES, 2000) Dessa forma, no Brasil, “Tivemos o Estado antes de ter povo, esta a verdade.” (TORRES, 2017, p. 54)

“A feitoria representou, assim, um lugar de trocas não apenas econômicas mas culturais, e a importância das últimas não pode ser minimizada quando se busca entender a instalação lusitana nas terras americanas.” (MORAES, 2000, p. 293) Entretanto, apesar de fixar o colonizador, elas não garantiam uma efetiva ocupação da terra e a incidência, cada vez mais frequente, de navios franceses atracando ao litoral com o objetivo de comercializar com os índios acabou levando Portugal a desenvolver uma ativa ocupação do Brasil.

Vale destacar que se tratava de criar uma exploração econômica, e não de simples apropriação de uma riqueza já existente. Em outras palavras, urgia iniciar uma produção depositando capitais tendo em vista um retorno futuro. (MORAES, 2000, p. 298)

Estando em difícil situação financeira, em função dos altos custos em manter a atividade comercial marítima, Portugal decidiu-se pela ocupação do território sob a forma de capitânias⁷³, quinze grandes faixas de terra que iam do litoral até a linha do Tratado de Tordesilhas, doadas a titulares, os donatários, que possuísem poder de gerenciá-las e distribuí-las entre colonos, nomear autoridades administrativas e judiciárias, receber e taxar impostos, comercializar produtos, fundar vilas etc.

A esse respeito, Mercadante alude que:

Em Portugal, tinha de conservar o status ainda que isso significasse simulação de abundância. Era acanhada a nobreza lusitana. Confinada pela restrita base territorial. Vivendo de créditos agrícolas e alimentando tabus contra as profissões lucrativas, ia sendo conduzida a dificuldades financeiras insuperáveis. [...] Nessas condições, a colonização e o povoamento das novas terras descobertas ofereciam um campo ilimitado de ambição de manter o velho status. E da classe decadente partiram para o Brasil os seus representantes à procura do prestígio que as grandes propriedades poderiam proporcionar. (MERCADANTE, 1980, p. 31-32)

Sobre a relação entre o donatário das capitânias e o rei, apesar dela apresentar *traços feudalizantes*, visto que “... assentava-se em um arcabouço claramente senhorial que o isolamento e a autarquização amiúde reforçaram,” (MORAES, 2000, p. 300), não se pode considerar esse tipo de unidade administrativa como um feudo. O donatário era, por delegação real, ocupante da

⁷³ Havia dois tipos de capitânias: as principais, administradas pelos capitães-gerais e governadores das capitânias; e as subalternas, administradas pelos capitães-mores ou governadores.

terra, que não saía do domínio do rei, o que caracterizava um tipo de empreendimento.

A organização da economia das colônias portuguesas seguiu, então, a estrutura *feudal-mercantil*, estabelecida por D. João III, pois o objetivo primário da colonização sempre foi a exploração intensiva das riquezas da terra. Nesse contexto, a posse do território desempenhava papel fundamental, que garantiria internacionalmente o monopólio da exploração.

A atividade comercial escolhida para sustentar esse tipo de colonização foi a plantação de cana-de-açúcar, não só pela experiência que os portugueses obtiveram nas suas ilhas no Atlântico, como pelo alto valor do produto no mercado e pelas condições climáticas favoráveis do Brasil. Contribuiu, também, para esse tipo de mentalidade mercantilista e exploratória que caracterizou o início da colonização brasileira, a adoção, pelo Estado ibérico, da escolástica tomista, instrumento da Contrarreforma.

No entanto, o plano administrativo de colonização por capitâneas não logrou êxito. A maioria dos donatários, não tinha recursos suficientes para gerenciar as terras, eram pequenos fidalgos, servidores do rei ou militares. Aqui chegando, encontravam os índios, ciosos de sua soberania, em muito maior número e acostumados com o ambiente nativo, muitas vezes apoiados pelos franceses. Os embates eram constantes e mesmo recebendo empréstimos de banqueiros portugueses, muitos sequer vieram ao Brasil, outros fracassaram ou morreram.

Apenas Martim Afonso de Sousa (1500-1564) e Duarte Coelho (1485-1554)⁷⁴ obtiveram sucesso, em parte pelo apoio do rei de Portugal à época, D. João III (1502-1557). Nesse período, a defesa do território e a administração geral de toda a Colônia ficava a cargo de um Governador Geral.

Seguindo *o padrão colonial lusitano*, a colonização do Brasil transcorreu com uma ocupação litorânea. Essa foi a diretriz básica da estratégia de exploração comercial de Portugal e está expressa claramente nas cartas de doação das capitâneas aos seus ocupantes: era terminantemente proibido fundar vilas ou

⁷⁴ O nobre e militar Martim Afonso de Sousa fundou a primeira Vila no Brasil, em 1532, e foi o primeiro donatário da Capitania de São Vicente, administrando-a de 1533 a 1564. Duarte Coelho Pereira, também militar, foi o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco. Recebeu sua administração em 1532, por ter comandado as tropas que, com êxito, expulsaram os franceses do litoral brasileiro à época, permanecendo nessa função até 1552, quando retornou a Portugal por motivo de doença.

núcleos de povoamento distantes da costa. A circulação ou trânsito para o interior do território seria aceitável, apenas, com o objetivo de exploração das riquezas naturais e com a autorização real.

Entretanto, a proibição para a fundação de povoados afastados do litoral não foi obedecida, de forma que, além das áreas de trânsitos surgidas pelos deslocamentos das atividades exploratórias, cujo objetivo era o apresamento de índios e a busca por riquezas naturais, como dissemos, formaram-se pequenos sistemas autônomos baseados na agricultura e na navegação de cabotagem que principiaram algumas zonas de povoamento. “O povoamento colonial avançava nos espaços contíguos, gerando zonas contínuas de ocupação e jogando para diante as fronteiras do território ocupado.” (MORAES, 2000, p. 328)

Essa interiorização ganha reforço quando, com a União Ibérica, a partir de 1580, é introduzida nova sistemática no processo de colonização do território brasileiro. O Tratado de Tordesilhas havia perdido sua validade, e, com a ajuda dos espanhóis, os portugueses avançaram o país adentro. A esse respeito,

Mostrou-se, o Brasil, indiferente à questão dinástica, mas devemos observar que os funcionários da administração filipina pertenciam à carreira de Portugal ou nascidos nas Colônias. Contudo, a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas ficava praticamente sem efeito, pois todas as terras pertenciam agora a um só rei. Consequência: permitiu a penetração dos bandeirantes e ampliou o território, mas representou a causa das invasões holandesas e a visita de corsários ingleses. (FROTA, 2000, p. 58)

Em relação a Portugal, a união com a Espanha não lhe foi favorável, até porque instalou-se em meio a crise dinástica portuguesa. A nobreza lusitana rapidamente aderiu à Coroa espanhola, “... na crença de um reflorescimento econômico do reino advindo da participação nos negócios do rico e amplo império dos Filipes.” (MORAES, 2000, p. 343) Portugal continuava com autonomia administrativa sobre seu reino e suas colônias. Estas, eram agora dirigidas por um conselho do qual faziam parte elementos do clero e da aristocracia portuguesa, e que se reportavam diretamente à Espanha.

Essa situação resultou ao Brasil em que várias sanções lhe foram impostas nesse período, com influências econômicas significativas: restrições ao livre comércio, proibição de residência de estrangeiros na Colônia e fechamento dos portos. A união entre as Coroas portuguesa e espanhola despertou, também a cobiça

dos inimigos da Espanha. Dessa forma, lançaram-se sobre o território brasileiro: a Inglaterra, cujo objetivo eram os saques; a França⁷⁵, que, com espírito colonizador, buscava assentar-se em áreas ainda não povoada; e a Holanda⁷⁶, que atuava em áreas já produtivas, numa clara disposição de conquista.

Para Moraes (2000), esse período resultou na simultânea expansão e fragmentação do território brasileiro. Ao mesmo tempo em que permitiu que as extremidades das áreas ocupadas se expandissem, pela quebra dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, imprimiu ao país uma lógica imperial hispânica, atraindo para cá os inimigos europeus.

Em 1640, Portugal desvinculou-se da Espanha e conseguiu finalmente expulsar os holandeses do nordeste brasileiro durante o conflito conhecido como *Batalha dos Guararapes*. A data do primeiro confronto, 19 de abril de 1648, marca, simbolicamente, o início da construção de um sentimento de nacionalidade próprio ao Brasil, considerando-se que a tropa era quase totalmente formada por brasileiros. Essa data foi escolhida, em 1994, como dia oficial do surgimento do Exército Brasileiro.

A partir dessa época, o Brasil não sofreria invasões significativas ou ameaças à soberania portuguesa e iniciou-se um processo de sedimentação da unidade territorial. (MORAES, 2000) Portugal, assim, avançou com a expansão territorial para o interior⁷⁷, que já havia iniciado no século anterior com o movimento das *bandeiras*⁷⁸. O movimento, além de permitir a descoberta de ouro, provocou um rápido crescimento populacional no interior do país, antes despovoado. Entretanto, se o apelo pelo enriquecimento relativamente fácil contribuiu para o alargamento político do território, também provocou o abandono

⁷⁵ Os franceses já frequentavam as terras brasileiras desde o descobrimento, mas nesse período as investidas ganharam mais força.

⁷⁶ A cobiça holandesa pelo nordeste brasileiro iniciou em 1530 com a tomada de Olinda e Recife. Após dois anos entrincheirados, os holandeses iniciam um processo de expansão em direção ao norte. Em 1635, a chamada *Nova Holanda* se estende do Rio Grande do Norte ao Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Em 1637, João Maurício de Nassau (1604-1679) conquista o Ceará e avança até os limites do rio São Francisco. Era o domínio da Companhia das Índias Ocidentais.

⁷⁷ As terras ocupadas foram oficializadas por meio dos tratados de Utrecht (1713 e 1715), de Madri (1750), de Santo Ildefonso (1777) e de Badajós (1801).

⁷⁸ O movimento teve como principal núcleo irradiador a Capitania de São Paulo. Inicialmente, o objetivo era capturar índios para o trabalho escravo; eram as *bandeiras de apresamento*. Mais tarde, com a vinda o tráfico de escravos da África, o objetivo passou a ser a descoberta de metais preciosos.

da mão de obra das fazendas de açúcar, o que atingiu, principalmente, a região do nordeste brasileiro.

A queda do preço da cana-de-açúcar no mercado internacional, associada à queda da produção do produto pelo Brasil, levou Portugal a direcionar ainda mais esforços à busca de metais preciosos, o que sempre havia sido um objetivo dos colonizadores. “A economia brasileira, apesar de seus problemas, emerge nesse quadro como esteio financeiro fundamental para a retomada da autonomia metropolitana.” (MORAES, 2000, p. 371)

O período foi marcado por grande crescimento populacional⁷⁹ que correspondeu à dilatação das áreas produtivas e ao aumento do número de povoações. Com a expulsão dos holandeses, a região pernambucana foi reintegrada e expandida, as terras de Alagoas foram colonizadas e a pecuária abriu caminho pelo sertão, definindo caminhos perenes da Bahia até Minas Gerais, e chegando ao Maranhão. Nesse período, São Paulo e Rio de Janeiro já se consolidavam como grandes povoadamentos. Segundo Moraes, à época, “A colônia já se integra como um todo político e econômico, entabulando trocas e realizando ações comuns (como na defesa da soberania).” (MORAES, 2000, p. 403)

Quanto ao aspecto da estrutura de defesa militar da colônia e, mais tarde, do Império, em função de se tratar de assunto central para a presente pesquisa, faremos uma análise detalhada posteriormente.

Cabe assinalar que, pela maior presença metropolitana em solo colonial, órgãos e cargos da administração do Reino foram criados para gerir o território, e a hierarquia entre os núcleos de povoamento foi adquirindo contornos específicos em função da presença ou ausência desses órgãos, o que diminuiu o âmbito do poder local, claro sinal da centralização estatal portuguesa. “Quanto à orientação metropolitana, uma orientação mais estadista revela bem essa modificação no agir dos governos pós-Restauração, com maior esforço na montagem de um aparato administrativo mais efetivo na colônia.” (MORAES, 2000, p. 405)

É grande a dificuldade em sintetizar em poucas linhas a quantidade de fatos históricos e fatores geográficos, econômicos, políticos e sociais de um período tão

⁷⁹ No século XVII o Brasil vê triplicado o número de habitantes, de 100 mil em 1600 para 300 mil em 1690.

grande da nossa colonização, mas Moraes (2000) propõe uma leitura que demarca quatro fases distintas.

A primeira refere-se às três primeiras décadas depois do descobrimento, quando as terras brasileiras são apenas um posto de repouso para os navios a caminho da Índia, período de *descoberta e exploração*.

A segunda fase advém da necessidade se manter as terras recém-descobertas sob domínio lusitano, o que requer “A criação de uma armada para policiar águas costeiras do Brasil, a adoção do sistema de capitanias hereditárias com doação de sesmarias e, por fim, a instituição do governo geral em 1549, ...” (MORAES, 2000, p. 413) O autor a classifica como fase de *instalação efetiva*.

O período de unificação das Coroas ibéricas, com a perda da soberania de Portugal e a transformação da colônia em um *Brasil hispânico*, inaugura a terceira fase, marcada por forte *expansão territorial* e pela fragmentação da soberania do território brasileiro, com várias invasões estrangeiras e a instalação dos holandeses na região do nordeste. “A relativa longa duração da União Ibérica – 60 anos – demonstrou ao Brasil a fragilidade da dominação colonial portuguesa.” (CHACON, 2005, p. 15)

A quarta fase inicia-se com a retomada da soberania política de Portugal, desvinculando-se da Coroa espanhola. É a fase da consolidação do domínio territorial e da integração da América portuguesa. Nesse momento, vemos a expulsão dos holandeses do solo brasileiro, a grande imigração às regiões mineradoras recém-descobertas, o aumento demográfico e um maior esforço na estruturação de um aparato administrativo por parte da metrópole. Essa fase é denominada por Moraes como *apogeu* da exploração econômica do Brasil, que se extinguirá em meados do século XVIII, já com um período de grandes transformações sob a crise do sistema colonial. (MORAES, 2000)

Com a expulsão dos holandeses das terras brasileiras, que buscam as Ilhas do Caribe para o cultivo da cana-de-açúcar, rompe-se o monopólio da produção e se inicia uma competição entre as metrópoles e suas próprias colônias que assumem uma importância vital na definição da política mercantil. Além disso, vê-se a aceleração da internacionalização do capital, já que as metrópoles passam a buscar o lucro independentemente dos limites nacionais ou imperiais. (ARRUDA, 2000)

No campo das relações sociais, cada uma dessas fases comportará características singulares e, às vezes, concorrentes, de acordo com a abordagem sociológica dos autores que estudaremos posteriormente.

O Brasil chega, então, ao século XVIII, período que se inicia com boas perspectivas econômicas para a Coroa portuguesa, pela descoberta de minas de ouro e diamante nas terras brasileiras. Nessa mesma época, Portugal assinou com a Inglaterra o Tratado de Methuen, sobre o qual comentamos anteriormente. Passou, então, a pagar os tecidos ingleses não apenas com vinhos, mas com o ouro da Colônia brasileira. Cabe assinalar que a Inglaterra utilizou o ouro do Brasil para o desenvolvimento de novas tecnologias no setor da indústria e para contrapor-se às investidas militares de Napoleão.

É importante lembrar, também, que, na segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial na Inglaterra, o capitalismo comercial foi substituído pelo industrial, com o aumento da produção de bens industriais, e que a necessidade de mercados consumidores para esses bens gerou a quebra do pacto colonial. Essa modificação impactou na dinâmica das relações comerciais no mundo inteiro.

A Espanha, que via em suas colônias da América do Sul apenas a fonte de captação de metais preciosos, não desenvolveu com elas uma parceria comercial. A Inglaterra, então, assumiu esse papel, visto que, por seu lado, necessitava de mercados para escoar sua produção de produtos industrializados, passando, assim, a depender cada vez mais do comércio com as colônias espanholas.

Diante desse quadro, a Espanha tentou reforçar e centralizar a burocracia administrativas de suas colônias, impondo-lhes monopólios de comercialização dos produtos e maiores taxações de impostos, o que gerou grande insatisfação da população.

É interessante salientar que, à época, diferentemente do contexto brasileiro, já existiam universidades nas colônias espanholas vizinhas ao Brasil, o que facilitava a circulação das ideias iluministas e revolucionárias vindas da Europa. As próprias Constituição e Declaração dos Estados Unidos da América foram traduzidas para o espanhol e trazidas para as colônias por comerciantes norteamericanos. Dessa forma, quando José Bonaparte (1768-1844), irmão de Napoleão, após a invasão da Península Ibérica, sobe ao trono da Espanha, em 1808, várias colônias espanholas se rebelam e iniciam movimentos de independência.

Em relação à questão econômica, verificamos que o mercantilismo⁸⁰, começou a ceder lugar ao liberalismo, privilegiando o livre comércio em detrimento da intervenção estatal na economia, trazendo problemas a Espanha e a Portugal. Este, em particular, dependia totalmente do comércio entre suas colônias e os países europeus, pois quase nada produzia. O liberalismo seria, posteriormente, por vezes, atrelado ao conservadorismo e, em outros momentos, seria-lhe oposto, dependendo do cenário político e econômico de cada país.

Em 1776, Adam Smith publica o livro *Pesquisas sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, trazendo novas concepções a respeito da relação entre riqueza e sua produção. A ideia de que a verdadeira causa da geração de riquezas é o trabalho humano e não o que existe na natureza modifica a forma de pensar a economia mundial. Ao pontificar a doutrina da liberdade de concorrência e o término do intervencionismo estatal, Smith desfere um duro golpe no mercantilismo e, por extensão, no pacto colonial sob o qual o Brasil vivia. (FROTA, 2000)

Soma-se a isso o fato de que o Brasil em quase nada se beneficiou do tão afamado ciclo do ouro. Cada vez mais dependente dos produtos coloniais para suprir seu mercado e seu comércio internacional, a Coroa portuguesa impôs maior fiscalização administrativa sobre sua Colônia, através do Controle Ultramarino, retomando o domínio das capitanias que, em meados do século XVIII, já estavam todas nas mãos do rei.

Por um curto período de tempo, a Colônia vislumbrou algum desenvolvimento interno, com atividades econômicas voltadas para a subsistência e abastecimento das cidades mineradoras. Essa fase trouxe, também, algumas mudanças significativas do ponto de vista social e administrativo que desencadearam uma série de acontecimentos políticos importantes na história do país.

A atividade mineradora forçou um deslocamento do eixo econômico, anteriormente centralizado no nordeste, para a região centro-sul da Colônia, proporcionando a dinamização do comércio de gado, proveniente do Rio Grande do Sul, de escravos, vindos do nordeste, e de gêneros alimentícios em geral,

⁸⁰ O Mercantilismo, que privilegiava o comércio como atividade econômica, uniu as monarquias nacionais e a burguesia em torno de uma balança comercial favorável (exportação superior à importação), do protecionismo (com a proibição da concorrência) e do monopólio do comércio em determinadas regiões.

oriundos do Rio de Janeiro e São Paulo. As cidades receberam um afluxo de migração muito grande de pessoas vindas de outras regiões. Foi, também, significativo o volume de imigrantes portugueses vindos para o Brasil à época.

Isso se deu porque, em Portugal, a produção de milho tivera excelente safra, o que gerou melhores condições de alimentação e um aumento das taxas de crescimento populacional. Como a economia no norte do país era baseada na pequena propriedade rural, esse aumento populacional, aliado à atração pela busca de enriquecimento na mineração em terras brasileiras, levou um considerável contingente de portugueses da região do Minho a migrarem para o Brasil. Esse surto migratório foi tão intenso que, nos anos de 1709, 1711 e 1720, tentando evitar o colapso das cidades mineradoras, a Coroa portuguesa baixou leis proibindo a migração de portugueses do noroeste de Portugal para o Brasil.

A sociedade mineradora no século XVIII era relativamente diferente da sociedade açucareira. Ambas eram escravistas, mas, enquanto a açucareira tinha por características a ruralidade e a imobilidade social, a mineradora era urbana e de classe média, com relativa mobilidade social. Havia a possibilidade de enriquecimento na mineração e no comércio mesmo para os mais pobres. Formaram-se, então, diversos centros urbanos nos quais habitavam funcionários da Coroa, comerciantes, tropeiros, artesãos etc.

Nesse período, foram realizadas importantes mudanças administrativas, sob o reinado de D. José I, momento em que as ideias iluministas tiveram alguma, apesar de incipiente, influência sobre a Coroa portuguesa. O rei nomeou o Marquês de Pombal (1699-1782)⁸¹ seu primeiro-ministro, de 1750 a 1777, e sua administração sobre a Colônia brasileira trouxe benefícios e retrocessos.

Para o historiador José Jobson de Andrade Arruda (2000), a política de Pombal foi uma tentativa de resposta à crise do sistema colonial, e teve como alvo central o comércio com a Inglaterra, esperando equilibrar as relações comerciais e restabelecer o controle português sobre a economia da colônia brasileira. Os principais objetos de sua ação de governo foram a agricultura e o comércio. Cabe

⁸¹ Considerado um homem contraditório, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, teve seu governo influenciado pelo Iluminismo. Tentou implementar, em Portugal e no Brasil, reformas administrativas, econômicas e sociais, o que lhe trouxe inúmeras inimizades.

lembrar que Portugal dependia do Brasil como mercado consumidor de produtos industrializados e produtor de matéria-prima⁸².

Dessa forma, o estímulo à agricultura no território brasileiro abasteceu de matéria-prima as fábricas portuguesas, numa simbiose entre os dois espaços econômicos separados pelo oceano. (ARRUDA, 2000) Com a criação das Companhias de Comércio, essa política integrada de desenvolvimento econômico se concretizou. Uniam-se os espaços agrícolas e industrial e ficava fechado o circuito da perspectiva econômica que se buscava para o Império Luso-Brasileiro na segunda metade do século XVIII.

Pombal estimulou a agricultura e proibiu a manufatura no Brasil para satisfazer as necessidades, ainda que incipientes, de tentativa de industrialização de Portugal. Visando ao maior controle sobre a Colônia e a extração de ouro, extinguiu, em 1759, o sistema de capitânicas hereditárias; elevou o Brasil a vice-reino; transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em razão da proximidade com a região mineradora, em 1763; e expulsou os jesuítas do Brasil⁸³, entre outras medidas.

Segundo Frota,

Pombal preocupou-se com a situação econômica do Brasil, criando as Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba. Acabou com o contrato de diamantes. [...] Ao mesmo tempo, estimulou o casamento entre portugueses e nativas. Aboliu a discriminação entre cristãos velhos e novos, estes de procedência judia (25.05.1773). Diminuiu os poderes do tribunal da Inquisição (01.09.1774). (FROTA, 2000, p. 173)

Apesar de muitas das ações de Pombal representarem um certo desenvolvimento para o Brasil, “... seu principal promotor é o mesmo de sempre: o Estado.” (RICUPERO, 2011, p. 34) e as relações que se estabelecem são sempre pautadas no antigo absolutismo.

Entre as diversas mudanças realizadas no período, destaca-se a transferência da capital, que proporcionou relativo desenvolvimento para a região, com a abertura

⁸² Portugal não desenvolveu, no período mercantilista, os pré-requisitos para a industrialização moderna, e apresentava grande defasagem em relação às outras nações, com uma indústria baseada na pequena unidade artesanal pré-capitalista e uma produção independente que visava o mercado local. A existência de mão de obra escrava dificultava ainda mais essa situação, pois representava uma restrição ao mercado consumidor interno.

⁸³ Essa medida teve como objetivo acabar com os conflitos entre os colonos e os jesuítas em função da utilização de mão de obra indígena como escravos, a que os jesuítas se opunham.

de ruas e a construção do cais do porto, além de edificações para instalação da administração pública; e a instituição do aumento da fiscalização das áreas mineradoras, com a arrecadação de tributos⁸⁴ sobre a extração do ouro e diamantes, o que, posteriormente veio a desencadear muitas revoltas populares.

Apesar do período caracterizar-se pela crise do sistema colonial, Arruda afirma que de modo algum revelou-se como infrutífero ou decadente para Portugal:

Trata-se de uma fase de prosperidade econômica, apesar das dificuldades no plano político, especialmente das relações internacionais extremamente tensas, em meio às quais a diplomacia portuguesa saía-se airoso, aproveitando ao máximo o princípio da neutralidade. O *superávit* da balança comercial é um indicador seguro do estado de saúde das finanças do Reino. O auge da produção aurífera no Brasil correspondeu aos *déficits* mais elevados da balança portuguesa com as nações estrangeiras e, especialmente, com a Inglaterra. (ARRUDA, 2000, p. 77)

Como dissemos, a fase mineradora não representou grandes avanços no desenvolvimento econômico da Colônia; ao contrário. O rigor da tributação em relação a essa atividade somou-se ao fato de haver, à época, uma sociedade dinâmica que começava a receber influências do iluminismo europeu e a criticar o Antigo Regime e a administração lusa, suas arbitrariedades e corrupção.

A relação entre a Coroa e sua América portuguesa que, em função da exploração exagerada da Metrópole, desde o início do século XVIII, foi marcada por intensos conflitos, como a Guerra dos Emboabas, dos Mascates e Guaránica⁸⁵, prosseguirá com a mesma característica belicosa nos últimos anos desse século, com a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana⁸⁶. Para o historiador Fernando Antonio Novais, os dois conflitos podem ser considerados como precursores da

⁸⁴ Durante o período diversas formas de tributação foram impostas. As mais conhecidas eram o *quinto*, pela qual o rei tinha direito a quinta parte de todo ouro que fosse encontrado nas minas, e a *derrama*, sistema aplicado quando o resultado do *quinto* não atingisse o mínimo de cem arrobas de ouro, aproximadamente 1500 quilos.

⁸⁵ A Guerra dos Emboabas (1708-1709) ocorreu no litoral de São Paulo e caracterizou-se pelo confronto entre os bandeirantes paulistas que queriam explorar com exclusividade o ouro nas minas que encontrassem e os imigrantes vindos da metrópole portuguesa. A Guerra dos Mascates (1710 a 1711) ocorreu na então Capitania de Pernambuco, entre os donos de terras e de engenhos, localizados, principalmente na cidade de Olinda, e os comerciantes portugueses de Recife. Já na Guerra Guaránica (1751-1758) o conflito foi entre espanhóis e portugueses, estes últimos com o apoio dos ingleses, e os índios guaranis.

⁸⁶ A Inconfidência ou Conjuração Mineira (1789) ocorreu na capitania de Minas Gerais e foi debelada pelo governo. Foi uma tentativa de revolta contra o domínio português e a execução da derrama. A Conjuração Baiana (1798) pretendia libertar a colônia do governo de Portugal, abolir a escravidão e atender as necessidades das camadas mais pobres da população da região da Bahia.

emancipação política brasileira, pois foram momentos em que houve uma transcendência da consciência da situação colonial. (NOVAIS, 1986)

Eram as *luzes do esclarecimento* em terras brasileiras, que iriam se insinuar pelo Brasil somente na segunda metade do século XVIII, inspirando os inconfidentes de Minas e da Bahia.

A administração da Coroa de Portugal sempre tentou garantir a manutenção da ordem interna na colônia, além de defender o monopólio da exploração econômica. Dessa forma, concentrou-se em erradicar as principais formas de rebelião.

O final do século foi marcado, também, pelo declínio da atividade mineradora, pelo ressurgimento da agricultura com a produção de algodão, por um novo surto de produção de açúcar, e pelo crescimento da produção de café, introduzido, inicialmente, no Pará e trazido, posteriormente, para o sul.

Longe do que se esperava, o início do século XIX trouxe mudanças ainda mais determinantes para Portugal e Brasil. No final de 1807, a Coroa viu comprometida sua segurança em função da ameaça de invasão por parte das tropas de Napoleão, que, não obtendo vitória em uma investida militar direta contra a Inglaterra⁸⁷, tentou forçá-la a render-se através de um bloqueio continental, por meio do qual os países da Europa fechariam os portos aos navios ingleses.

Para Portugal, a situação era, aparentemente, sem saída. Não podia bater-se contra Napoleão, mas filiando-se à política do bloqueio, arriscava-se a perder o Brasil, única fonte de sustento da Coroa. Dessa forma, D. João resolveu, em 24 de novembro de 1807, transferir a corte real de Lisboa para o Brasil, e um novo ciclo histórico se iniciou, pondo fim ao período colonial brasileiro.

Os treze anos que antecederam à Independência do Brasil revelaram mudanças decisivas para o desenvolvimento do país. Uma das primeiras foi a abertura dos portos⁸⁸ em 1808, deixando o Brasil livre para integrar-se ao sistema

⁸⁷ Em 1805 a Marinha inglesa, comandada pelo Almirante Lorde Nelson (1758 - 1805), repele na região de Trafalgar, a tentativa de invasão de uma frota de navios franceses comandada pelo Almirante Villeneuve (1763 - 1806).

⁸⁸ A medida foi idealizada por José da Silva Lisboa e tinha por objetivo estabilizar as finanças portuguesas, impactadas pela mudança da corte para o Brasil. O fim do pacto colonial, pelo qual a colônia só poderia estabelecer comércio com Portugal, foi marcado pela abertura dos portos.

internacional de produção e comércio, o que beneficiou, principalmente, a Inglaterra⁸⁹, maior parceiro comercial de Portugal à época.

Outra mudança foi a construção de estradas interligando as províncias do país, o que estimulou a comunicação, o povoamento e a circulação de riquezas. Em 1815, ocorreu a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves⁹⁰ e o Rio de Janeiro tornou-se a capital do Império. A população, então, de aproximadamente 60 mil habitantes, em 1808, passava de 110 mil, em 1821.

Nos treze anos do governo de D João VI no Brasil, uma nova estrutura de Estado aqui se instituiu, com a organização do Supremo Conselho Militar e de Justiça, da Casa de Sublimação, da Intendência Geral de Polícia da Corte⁹¹, do Erário Régio, do Banco do Brasil, do Conselho de Fazenda e do Corpo da Guarda Real. Seria a transplantação de um tipo de estrutura burocrática determinante para o desenvolvimento da mentalidade política brasileira.

Para José Murilo de Carvalho (2006), teria sido essa herança burocrática portuguesa a responsável pela manutenção da nossa unidade territorial e pela construção de um governo monárquico.

A vinda da corte para o Brasil trouxe mudanças que foram sentidas também na cultura e na educação. Diversas missões científicas e artísticas disseminaram conhecimento documentando nossas paisagens e tipos humanos⁹², foram criadas as primeiras instituições de ensino superior no país, a Faculdade de Cirurgia da Bahia-Salvador e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e começou a circular o primeiro jornal impresso no território brasileiro, *A Gazeta do Rio de Janeiro*. Tudo

⁸⁹ A transferência da família real foi feita com a escolta da marinha inglesa. A Inglaterra garantiu apoiar a família real de Bragança como soberana no trono português em troca de benefícios comerciais. Dessa forma, Portugal e Inglaterra assinaram o Tratado de Navegação e Comércio, no qual as mercadorias inglesas seriam taxadas apenas em 15%, enquanto as brasileiras eram taxadas em 16% e as dos demais países em 24%. A longo prazo, essa medida impactou o desenvolvimento manufatureiro no Brasil.

⁹⁰ O principal motivo para essa mudança deveu-se à preocupação de D. João VI em fortalecer o papel da monarquia portuguesa no Congresso de Viena que, naquele momento, discutia os rumos da Europa após a queda de Napoleão. Com a medida, o governo de Portugal ganhava direito a voto embora estivesse fisicamente afastado de Lisboa, capital historicamente conhecida mundialmente.

⁹¹ A Casa de Sublimação tinha as funções que, atualmente, correspondem às do Superior Tribunal Federal; a Intendência Geral de Polícia da Corte congregava as funções de prefeitura e secretaria de segurança pública.

⁹² Os maiores exemplos foram os pintores: Jean-Baptiste Debret (1768 - 1848), que aqui permaneceu por 15 anos catalogando em desenhos e pinturas o nosso cotidiano, fauna e flora; e Nicolas-Antoine Taunay, (1755 - 1830), reconhecido por ter instalado o sistema de ensino acadêmico no país e ter contribuído com a inserção da arte neoclássica em nossa cultura. Ambos integraram, em 1816, a Missão Artística Francesa ao Brasil.

isso contribuiu para a instauração de um ambiente intelectual propício à propagação das ideias políticas vindas da Europa e dos Estados Unidos.

Entretanto, enquanto o Brasil prosperava, Portugal vivia uma grande crise. Sua população havia sido dizimada. Muitos pela fome, outros nos campos de batalha, e outros simplesmente fugiram. Além disso, a abertura dos portos no Brasil foi duro golpe nas economias de Portugal. Com o fim da guerra com Napoleão, havia a esperança do retorno de D. João e a revogação do tratado com a Inglaterra, o que não aconteceu. A situação ficou insustentável e as tropas portuguesas, revoltadas, reuniram-se na cidade do Porto, em 1820, exigindo o regresso do rei que, em 1821, embarca de volta para Lisboa, deixando no Brasil seu filho Pedro.

Na verdade, a Independência brasileira teve como principal agente as cortes portuguesas. Essas, tinham a esperança que o Brasil voltasse à condição de Colônia. Para isso, ainda em 1821, cassaram os benefícios concedidos por D. João nos anos anteriores e dividiram o país em províncias autônomas, cujos governos responderiam diretamente a Lisboa, sem se reportarem ao príncipe regente, D. Pedro. Era um esforço intencional de fragmentar o território para mais facilmente controlá-lo.

Em seguida, tornaram sem efeito legal os tribunais de justiça, no Brasil, e anularam diversas instituições criadas por D. João, no Rio de Janeiro. Depois, restabeleceram o monopólio comercial português sobre os produtos comprados e vendidos por brasileiros e exigiram o retorno de D. Pedro a Portugal. A reação dos brasileiros foi intensa, com manifestos e abaixo-assinados contra as medidas adotadas pelas cortes portuguesas, pedindo a permanência de D. Pedro.

Contrariando as ordens das cortes portuguesas, D. Pedro decide ficar no Brasil e inicia a organização de seu governo tendo à frente José Bonifácio que, a partir de vários decretos, restaurou a administração das províncias e anunciou a ilegalidade na execução de qualquer ordem das cortes sem o consentimento do príncipe regente. Depois, providenciou a convocação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias, que, sendo substituído pela Assembleia Constituinte, encarregou-se de elaborar as primeiras leis do Brasil. (GOMES, 2015)

As cortes portuguesas reagiram a essas medidas,

Proibiram o embarque de armas e reforços para as províncias obedientes ao Rio de Janeiro e determinaram que D. Pedro

dissolvesse o novo governo, cancelasse a convocação da Constituinte e prendesse os ministros contrários às decisões de Lisboa. (GOMES, 2015, p. 95)

As ordens, recebidas no dia 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, foram as últimas, pois dali em diante o país declarava-se independente de Portugal.

Assim surgiu um novo país. Assim passamos da América portuguesa ao Brasil. Entretanto, a Independência brasileira, reconhecida em 1825, pelos portugueses, não cortou os laços culturais nem apagou a herança ibérica de nossa colonização. A identidade do povo que aqui se desenvolveu tem fortes raízes que até hoje podem ser notadas.

Para Mercadante (1978), após a Independência foi adotado um *liberalismo sob medida* à realidade brasileira, a fim de atender à liberdade de comércio e às necessidades sociais do regime escravocrata. “A mentalidade conservadora devia, pois, advogar por todo o percurso de sua preeminência, o instituto da escravatura e o liberalismo econômico das relações externas de produção.” (MERCADANTE, 1978, p. 30)

3.2. Aspectos da formação social brasileira: uma identidade híbrida

As interações, os processos e as estruturas sociais são temas da reflexão sociológica. Por intermédio do estudo da dinâmica entre eles, podemos entender a formação de uma sociedade, e muitos autores, ao longo da nossa história, buscaram descrevê-los no intuito de determinar os aspectos sociais que constituíram a sociedade brasileira.

O cientista político e escritor brasileiro Vamiereh Chacon afirma que

Há vários Brasis no tempo e no espaço, Brasis unidos pelo instinto de nacionalidade e por um Estado unitário herdado e transformado. O Brasil não é português e vice-versa, porque o Brasil não se limita a uma mistura de português, índio e africano. (CHACON, 2005, p. 12)

Acreditamos que “... as interpretações do Brasil devem, antes, ser tratadas como elementos importantes para a articulação das forças sociais que operam no desenho da sociedade, que contribuem para movê-la em determinadas direções.” (BOTELHO *in* RICUPERO, 2011, p. 15).

O pressuposto desse raciocínio é um processo que se apresenta como um tipo de metalinguagem reflexiva da realidade, na qual, através do estudo do nosso passado, compreenderemos as relações sociais e políticas em curso na nossa sociedade. Dessa forma, analisaremos, pela visão de alguns intérpretes do Brasil, aspectos da formação da sociedade brasileira que possam contribuir para entender em que bases culturais e sociológicas as ideias conservadoras *burkeanas* se apoiaram e foram adaptadas quando aqui se introduziram.

Por questões metodológicas e para melhor facilitar a abordagem de tão amplo espectro de informações, organizamos em duas grandes áreas, que, obviamente, não podem ser consideradas separadamente, pois sua interdependência é o que as tornam significativas. São elas: as relações com o meio físico, nas quais estão inseridos aspectos econômicos que desempenharão papel importante na organização política e geográfica do território; e as relações humanas, que englobam questões de interações sociais e culturais.

3.2.1. Relações com o meio físico

A história da formação de um território é fator decisivo para a constituição de sua nacionalidade. Dessa forma, ao estudarmos os fatores e dinâmicas da colonização brasileira, temos condição de visualizarmos que tipo de sociedade foi aqui desenvolvida. Anteriormente, fizemos uma breve reflexão sobre os aspectos econômicos e históricos dessa colonização. Agora, tentaremos vinculá-los aos aspectos geográficos, culturais e sociais.

Historicamente, existem dois tipos de colônias: as de exploração e as de povoamento; que estão ligadas às estratégias de colonização classificadas nos dois sistemas atlânticos anteriormente citados. “Na América, a colonização de povoamento prevaleceu na zona temperada, enquanto a de exploração foi dominante na região tropical e semitropical do continente.” (RICUPERO, 2011, p. 139)

Segundo Faoro (1984), ao longo do período colonial, o Brasil desenvolveria tanto o primeiro tipo, com as feitorias e as capitanias hereditárias, quanto o segundo, com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Entretanto, a maioria dos pesquisadores concorda que a colonização brasileira visou apenas a exploração do território.

Dessa forma, na época do Brasil colonial, poderíamos dizer que aqui não existia uma sociedade nos termos conceituais. Estaria quase reduzida a uma *empresa comercial*, como afirma o sociólogo e historiador brasileiro Caio Prado Júnior (1942), na obra *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. O objetivo da Colônia era o fornecimento de açúcar, tabaco e alguns outros gêneros, inicialmente. Mais tarde, foi a vez da extração mineral com o ouro e o diamante. Depois, o algodão e o café, para o mercado europeu.

O sistema colonial brasileiro, para o autor, teria, assim, se reduzido à grande exploração, agrícola ou mineradora, que se caracterizaria por três elementos: a produção para o mercado externo, as grandes unidades de produção e a utilização do trabalho escravo. Essa exploração seria a vida *orgânica da colônia*, que, voltada para o mercado externo, estaria desarticulada das necessidades de consumo interno, do *elemento inorgânico* do sistema. Esse elemento inorgânico, com atividades como a pecuária e a agricultura de subsistência, não receberia maiores atenções, sendo mero apêndice da grande exploração, da qual todas as formas culturais e a estrutura social e política seriam subordinadas. (RICUPERO, 2011)

O problema estaria em que no setor inorgânico encontravam-se todos os elementos necessários para a formação da nacionalidade brasileira, nascendo já sob condições de instabilidade e desorganização. Caio Prado Júnior (1942) alega que esse *defeito* poderia se converter em qualidade, a partir do momento em que a produção do setor inorgânico para uma economia em escala interna se transformasse em opção de formação da sociedade brasileira.

Entretanto, analisando a questão, vemos que isso nos levaria a um impasse, pois Portugal era um Estado absolutista com um tipo de capitalismo orientado para as atividades comerciais mercantis e não agrárias, no qual o rei promovia privilégios e monopólios, bloqueando o desenvolvimento de suas colônias. Em Portugal, a sociedade estaria subordinada ao Estado e essa estrutura foi transplantada para o Brasil. Era o patrimonialismo, conceito visto anteriormente, com seu estamento burocrático separando o Estado da nação, que estabeleceria a centralização do poder e determinaria os tipos de grupos sociais a serem formados na sociedade brasileira da época.

A estratificação social na colônia seria bem simples: ao lado do estamento burocrático, se encontraria a classe proprietária dos

senhores rurais, a classe lucrativa dos comerciantes e os negativamente privilegiados, os trabalhadores qualificados e braçais dos engenhos, técnicos em minas, livres e escravos, no meio dos quais se encontravam também os profissionais liberais, caixeiros viajantes, etc. (RICUPERO, 2011, p. 164)

Dentro desse contexto, não haveria espaço para as pequenas propriedades. As características da economia colonial, de caráter exportador, não estimulavam o desenvolvimento de uma produção interna. Essa economia mercantil, fruto de um capitalismo periférico, seria, de acordo com o sociólogo e político Florestan Fernandes (2006), um dos fatores de degradação da ordem social escravocrata e senhorial que, impulsionada pela Independência, teria instalado no Brasil uma sociedade de classes.

Na obra *A revolução burguesa no Brasil*, ele trabalha com a ideia de que a dominação burguesa, seu padrão, e como se daria a transformação capitalista em nossa sociedade dependeriam de fatores que estariam relacionados às nossas condições históricas, às características próprias de nossa condição periférica como colônia. Para ele, a Independência brasileira foi a primeira grande revolução em nosso solo. Foi ela que delimitou o fim da era colonial e o início da formação da sociedade nacional. Assim, "... o poder deixaria de ser imposto de fora, para ser organizado de dentro, as camadas senhoriais impondo seu domínio para além do nível doméstico. (RICUPERO, 2011, p. 192)

Essa reorganização do poder não entrou em conflito com a ordem senhorial vigente, nem com as estruturas que a mantinham. Desse modo, a economia escravocrata adaptou-se aos mecanismos capitalistas; "a ordem legal conviveria com a dominação tradicional, estabelecendo uma dualidade estrutural." (RICUPERO, 2011, p. 193) Isso transformaria o Estado em um instrumento das vontades dos senhores de terra, da dominação estamental, relegando a identidade e a integração nacional aos interesses da sociedade civil e à economia mercantil e levando ao desenvolvimento de uma "... economia 'nacional' híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variáveis 'arcaicas' e 'modernas'." (RICUPERO, 2011, p. 197)

Por outro lado, o também sociólogo e estudioso da sociedade brasileira, Oliveira Vianna (2005), em sua obra *Populações meridionais do Brasil*, argumenta que não teriam as relações econômicas papel determinante na sociabilidade aqui

desenvolvida no período colonial. Para o autor, o ambiente físico e geográfico de nosso território e suas condicionantes naturais é que teriam desempenhado papel preponderante na conformação dos grupos humanos aqui formados, principalmente no interior do país. Ele afirma que a grande extensão territorial encontrada pelos portugueses teria impedido relações sociais mais estáveis e desenvolvido uma variedade social tão grande que dificultaria uma unidade cultural necessária à formação de uma identidade nacional.

O país se apresentaria dividido em três regiões: a do norte, a do centro-sul e a do extremo sul. Cada uma delas com três sociedades e grupos sociais diferentes: a dos sertões, com o sertanejo; a das matas, com o matuto; e a dos pampas, com o gaúcho. Todas teriam desenvolvido o que o autor denominou *conformismo rural* ou *ruralização da população colonial* (VIANNA, 2005), cuja influência variaria de acordo com o predomínio da pequena ou grande propriedade. No caso brasileiro, como sabemos, o que predominou foram os latifúndios.

Quase que inteiramente auto-suficientes, era comum afirmar-se que precisavam comprar apenas ferro, sal, pólvora e chumbo. Atrairiam praticamente tudo que existia na vida colonial, como que reunindo vilas, indústria, comércio, etc. Os grandes domínios exerciam, portanto, uma verdadeira função simplificadora sobre o restante da sociedade. (RICUPERO, 2011, p. 61)

O mundo autossuficiente dos latifúndios foi também assunto dos estudos de Gilberto Freyre (2019), sociólogo e grande intérprete do Brasil sob os ângulos da Sociologia, da Antropologia e da História. Em *Casa Grande e Senzala*, ele afirma que o sistema mesclava elementos comerciais e feudais. Para o autor, a colonização brasileira diferenciou-se da inglesa, na qual o papel preponderante era dado ao indivíduo; da espanhola, na qual o Estado era o pilar; e da holandesa, movida pelas companhias de comércio.

Holanda (2014) também salientou a diferença entre a colonização portuguesa e espanhola. Para o autor, o personalismo de nossas raízes ibéricas portuguesas teria deixado até mesmo marcas físicas visíveis na conformação geográfica de nossas cidades. Comparando as colonizações espanhola e portuguesa, ele argumenta que, enquanto na primeira o objetivo era fazer de suas colônias verdadeiras extensões do reino, na segunda as pretensões eram de pura exploração comercial. Por isso mesmo, as cidades planejadas pelo colonizador espanhol eram

organizadas a partir da praça maior, como a ação do *ladrihador*, enquanto que as do colonizador português se desenvolveriam sem delimitações ou organização certa, à semelhança da ação de um *semeador*. (HOLANDA, 2014)

Analisando o aspecto geográfico da formação de nossas cidades e das grandes propriedades de terra, em conjunto com as características pessoais do colonizador português, vemos, então, que não foi uma civilização tipicamente agrícola que se instalou no Brasil com a lavoura açucareira, e sim uma civilização de raízes rurais. Os portugueses não tinham pendor para esse tipo de trabalho, em virtude da escassez de população no reino e porque sua tradição não era agrária. Como havia abundância de terras na colônia, eles não se preocuparam em cuidar do solo, o que acarretava sua deterioração.

A análise do sistema econômico, e, por consequência, das relações sociais associadas a ele, que no Brasil se desenvolveram, está vinculada à proposta *weberiana* do tipo de colonizador que se lançou à empreitada da conquista de Novos Mundos à época da expansão marítima. Para Holanda, haveria dois tipos: o aventureiro e o trabalhador.

Para o primeiro, o que importaria seria o fim último, seu ideal sendo colher o fruto sem plantar a árvore. Ignoraria, assim, fronteiras, vivendo em espaços ilimitados. Já o trabalhador enxergaria primeiro o obstáculo a vencer e não o trunfo a alcançar. (HOLANDA *apud* RICUPERO, 2011, p. 111)

Apoiados em valores diferentes, esses dois tipos teriam objetivos também diferentes na colonização. Holanda (2014) defende que os portugueses seriam mais afetos, por questões de plasticidade social, ao tipo aventureiro, audacioso, imprevisível, personalista e até certo ponto irresponsável. O autor salienta que, mesmo nos holandeses que se fixaram temporariamente no Nordeste brasileiro, esse seria o tipo de homem encontrado, e utilizará uma das características da personalidade do tipo aventureiro para explicar a subordinação das cidades ao campo tão presente na realidade colonial brasileira.

O predomínio do campo sobre a cidade seria, dessa forma, resultado do personalismo lusitano, de uma orientação da cultura ibérica, e não de uma imposição do ambiente, como sugeriu Oliveira Vianna (2005). Os grandes domínios rurais seriam propícios para o desenvolvimento do personalismo e do patriarcalismo.

Assim como Holanda, Vianna e Freyre, consideram que na dinâmica autossuficiente das grandes propriedades rurais e dentro das famílias patriarcais teria sido gerada uma unidade, ainda que frágil, no país.

De qualquer maneira, o patriarcalismo tornaria possível falar da existência de uma cultura brasileira, não simples prolongamento da europeia, mas algo próprio e distinto, relacionado com o tipo de ambiente que o colonizador encontrou na América. (RICUPERO, 2011, p. 89)

3.2.2. Relações humanas

Para analisarmos as relações humanas que contribuíram para nossa formação social, partiremos do conceito *weberiano* de nação como uma comunidade política caracterizada por um território soberano, no qual habitem indivíduos que pertençam a uma mesma raiz étnica e cultural, submetidos a uma única ordenação institucional. (WEBER, 1979)

Segundo essa concepção, reconheceríamos uma dada nação através do sistema de ideias e valores que permeia sua cultura e que está presente nas suas relações sociais, nas formas religiosas, nas interações sociais, nas instituições de ensino etc.

Essas dimensões, no caso da formação da sociedade brasileira, não se apresentaram prontas, mas foram historicamente construídas desde nossa colonização. Inicialmente, consideremos que nascemos como Colônia e somente após a Independência nos caracterizamos como uma comunidade politicamente soberana. Sob esse aspecto, então, nossa constituição como nação adveio apenas em 1922.

Quanto às questões étnicas e culturais, nossa formação se inicia com a relação entre o colonizador europeu e as populações indígenas, e variou da reciprocidade à guerra de submissão, produzindo tanto a miscigenação quanto a escravidão. (MERCADANTE, 1980)

Mais tarde, a essa relação somou-se uma outra, com a introdução do africano como escravo no Brasil. O que temos, então, não são indivíduos de mesma raiz étnica e cultural com mesmos sistemas de valores e crenças. Nossa sociedade já apresentava, desde o seu início a característica da miscigenação de raças e de

culturas, um hibridismo natural que será a marca constante de sua trajetória histórica e de suas relações sociais. Esse é um aspecto presente nas obras de muitos estudiosos da sociedade brasileira, como Gilberto Freyre, por exemplo.

O autor credita ao africano influência fundamental na constituição racial do brasileiro em comparação com o índio. Por não se adaptar ao tipo de trabalho e ao modo de vida tradicional do português, em razão do nomadismo, o índio influenciaria apenas em alguns aspectos ligados à alimentação e hábitos domésticos. (FREYRE, 2019)

Sobre a influência dos africanos, um dos primeiros historiadores do Brasil, Capistrano de Abreu⁹³, já em 1907, comentava:

Os primeiros negros vieram da costa occiderital, e pertencem geralmente ao grupo bantú; mais tarde vieram de Moçambique. Sua organização robusta, sua resistência ao trabalho indicaram-nos para as rudes labutas que o indígena não tolerava. Destinados para a lavoura, penetraram na vida domestica dos senhores pela ama de leite e pela mucama, e tornaram-se indispensáveis pela sua índole carinhosa. [...] O negro trouxe uma nota alegre ao lado do portuguez taciturno e do índio sorumbatico. As suas danças lascivas, toleradas a principio, tornaram-se instituição nacional; suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As mulatas encontraram apreciadores de seus desgarres e foram verdadeiras rainhas. (ABREU, 1907, p. 18)

Para Caio Prado Júnior (1942) a escravidão teria sido o traço mais marcante do sistema colonial, influenciando todos os setores da vida social assim como os padrões morais e éticos. O autor justifica “... de maneira tradicional, a adoção do trabalho servil em face do imenso desafio que representava a colonização de um território das dimensões do Brasil por um país com poucos recursos e população reduzida como Portugal.” (RICUPERO, 2011, p. 144)

Ricupero (2011) concorda com o autor que as condições de negação da humanidade, presentes no trabalho escravo, eram corrosivas para a formação da mentalidade da sociedade brasileira. Para ele, as condições mercantis significavam relegar o escravo a simples instrumento de trabalho.

Segundo Mercadante (1978), essa era uma característica herdada da Contrarreforma, cuja ética rígida e absoluta baseia-se na renúncia e na disciplina.

⁹³ O brasileiro João Capistrano Honório de Abreu (1853 – 1927) foi um dos primeiros historiadores do País, produzindo obras de relevância nessa área e também nos campos da etnografia e da linguística.

Para reagir aos propósitos capitalistas, a ideologia da Contrarreforma difundia o horror à riqueza, visto que

Ela é favorecida pelos pecados como a ambição, a soberba, a luxúria, a avareza, a gula, vícios que se encontram no Inferno, impedindo na vida o sossego, nada acrescenta à pessoa humana, desonrando-a, privando-a da salvação da alma. (ESQUERDO *apud* MERCADANTE, 1978, p. 23)

Dessa forma, pela catequização dos novos povos, da população que se formava na nova Colônia, reforçavam-se as relações de servidão como primado da salvação e da pobreza, que redimem os homens de todos os pecados, sendo a vida na Terra, “... um exercício operativo em busca da fé e de bem-servir a el-rei e à pátria.” (MERCADANTE, 1978, p. 24)

Esse é um aspecto que influenciaria fortemente a formação social brasileira e, por consequência, a mentalidade militar do Exército Brasileiro, pois reforçaria e, ao mesmo tempo, entraria em choque com uma característica já presente e necessária à profissão, a obediência. O historiador Frank D. McCann (2007), na obra *Soldados da Pátria – história do Exército Brasileiro 1889 – 1937*, afirma que a ideia de obediência no Brasil, sofreu influência do longo período de escravidão.

Para ele,

Um homem não podia ser totalmente submisso a outro sem sofrer perda de status ou dano a seu ego, a menos que o outro inquestionavelmente gozasse de status superior. A obediência nessa sociedade e nas Forças Armadas era mais complexa do que a idéia simplesmente cumprir a obrigação auto-assumida de executar ou acatar uma decisão consensual. No Brasil, a obediência significava submeter-se à vontade do outro, aceitar um status inferior, o que era indesejável. (MCCANN, 2007, p. 36)

Essa relação dicotômica estará presente em diversos momentos da história da formação do Exército Brasileiro, tanto de forma positiva quanto negativa, impulsionando o desenvolvimento e a profissionalização da Instituição ou, por vezes, abalando-lhe as relações hierárquicas.

Retomando as condições gerais da formação cultural da sociedade brasileira, temos que, as relações servis estavam apoiadas apenas nas relações comerciais de produção de trabalho. Nesse contexto, os senhores desenvolveriam uma atitude paternalista sobre os escravos, não por piedade, mas por sentimento de posse, e as

relações se formariam em torno da família patriarcal, que reforçaria a dominação desses senhores.

Assim, tínhamos de um lado senhores e escravos, "... vegetando como agregados-clientes dos grandes latifundiários ..." (RICUPERO, 2011, p. 62), e, de outro, a plebe rural, composta, em sua maioria, por jovens.

Somente após a chegada da família real ao Brasil esse quadro se modificaria um pouco, com a vinda de outros dois grupos: os mercadores portugueses, enriquecidos pela abertura dos portos, que se comportariam como uma burguesia, e os fidalgos lusitanos, burocratas estranhos ao novo ambiente.

Segundo o autor, o processo de Independência do Brasil, fruto da ação da aristocracia da terra, não foi capaz de iniciar a unificação nacional, cabendo ao Estado essa função. Assim, Vianna, que via na colônia o latifúndio com papel de

... instrumento para adaptação do colono português ao ambiente americano, depois da independência, devido a sua maior característica, a auto-suficiência, passa a vê-lo como impedimento mais sério para a tarefa de unificação nacional que então se imporia. (RICUPERO, 2011, p. 65)

Nesses grandes latifúndios não haveria espaço para a solidariedade social, prevalecendo a vida doméstica, o poder patriarcal e a escravidão.

Não existiria nenhuma instituição capaz de garantir segurança e tranquilidade para o homem comum que, assim, só poderia recorrer aos senhores territoriais. A solidariedade social seria muito restrita, toda atividade colonial restringindo-se praticamente ao latifúndio e ao círculo familiar. (RICUPERO, 2011, p. 63)

Visão semelhante das relações humanas na Colônia tem o sociólogo Gilberto Freyre, para quem a questão racial estaria relacionada diretamente à cultura e que vê na família patriarcal o principal terreno de onde teria surgido a mestiçagem. Em suas obras, ele analisa a família patriarcal brasileira, de sua formação a sua decadência. Em todas elas, Freyre atribui à monocultura latifundiária, com a separação de senhores e escravos, e à ausência de mulheres de sua raça, os motivos para a mestiçagem entre o branco e as demais raças presentes no Brasil.

Para ele, o equilíbrio entre os antagonismos presentes na sociedade brasileira, marcados, principalmente, na relação senhor escravo, teria formado no

Brasil um sistema econômico, social e político centrado na produção, no trabalho, no transporte, na vida em família, na política e na religião. Todas essas instâncias da vida em sociedade teriam características muito próprias ao país, com o carro de boi, a rede, o banho de gamela e de assento, o compadrinho, o catolicismo de família com o capelão subordinado ao poder pátrio. (FREYRE, 2019)

Essa dualidade já seria, no entanto, uma marca presente no próprio colonizador português, em seu passado influenciado por mouros e judeus, o que lhe teria dado uma certa plasticidade social e o habilitado à colonização e à miscigenação. Para o autor:

Essa modalidade de seu caráter, que os aproxima de outras nações de estirpe latina e, mais do que elas, dos muçulmanos da África, explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços. (FREYRE, 2019, p. 41)

Dessa forma, dos antigos invasores da Península Ibérica, Portugal teria herdado a forma um pouco mais amistosa, por vezes, no tratamento dos escravos. Já a orientação burguesa e cosmopolita da monarquia lusitana, seria resquício dos judeus. Na obra *História Colonial (1500-1800)*, Capistrano de Abreu já se referia a essas características da personalidade do português:

O portuguez do século XV era fragueiro, abstinente, de imaginação ardente, propenso ao misticismo, caracter independente, não constrangido pela disciplina ou contra-feito pela convenção; o seu falar era livre, não conhecia rebuscos nem eupherriismos de linguagem. A tempera era rija, o coração duro. As comminações penaes não conheciam piedade. A morte expiava crimes taes como o furto do valor de um marco de prata. (ABREU, 1907, p.15)

Para Freyre (2019), os traços dessa mistura de raças que gerou o português poderiam ser encontrados na sua compleição física e na ausência de preocupação com uma pureza racial, o que abriria caminho para a miscigenação e a formação do mestiço brasileiro. Ao contrário do que aconteceu com os holandeses quando aqui se instalaram no período da chamada *Nova Holanda*, os portugueses entraram em contato com a população nativa, cederam aos seus costumes, à linguagem e à religião, tanto dos índios quanto dos negros.

Entretanto, miscigenação não implica em coesão ou organização social, e essa é outra característica herdada de nossa raiz ibérica. Segundo Holanda (2014),

diferente dos demais países da Europa, em Portugal, a burguesia assimilou os princípios da tradição aristocrática e criou uma mentalidade que dificultou o desenvolvimento do espírito das organizações espontâneas, das associações.

Nas Nações Ibéricas, predominou uma reduzida capacidade de organização social e política mantida por meio da força exterior, na qual o trabalho físico era denegrido e se admirava a *vida de grande senhor*. Essa era a visão baseada no sistema do artesanato medieval. Quando os povos protestantes introduzem a ideia do esforço do trabalho, do lucro, as Nações Ibéricas se contrapõem resgatando as noções da Antiguidade Clássica, pela qual a razão sobre o mundo, sobre o universo material implicava na submissão a Deus, trazendo a noção de obediência a Ele, na figura do soberano, como virtude suprema. Esse modelo foi muito bem implementado na sociedade portuguesa, e, posteriormente, na brasileira, pelos jesuítas.

Esse traço cultural *aristocrata* do português, descrito pelo autor e por nós herdado, teria contribuído para que não estivesse presente em nossa sociedade uma ética do trabalho, no sentido *weberiano*, e sim uma cultura da personalidade.

Assim,

O trabalho mecânico, em particular, que visa objetos externos, se choraria com o personalismo desses povos, que insistiram no valor próprio de cada indivíduo. Seria bem considerado, em contraste o trabalho intelectual, até como uma maneira, no caso brasileiro, de marcar a diferença em relação aos escravos. O saber não seria, todavia, encarado como resultado de esforço, mas, de maneira aristocrática, praticamente como uma dádiva concedida a alguns poucos. (RICUPERO, 2011, p. 108)

Essa cultura da personalidade foi responsável por inibir, na sociedade brasileira, a solidariedade social descrita por Alexis de Tocqueville (2005) como existente nas colônias americanas, fazendo prevalecer o interesse individual e doméstico sobre o público e *bem compreendido*⁹⁴. É o domínio do *homem cordial*

⁹⁴ Alexis de Tocqueville, em sua obra *A Democracia na América*, desenvolveu a ideia do *interesse bem compreendido*. O autor acreditava que só existia uma característica irreversível na natureza humana, o interesse, que seria o elemento propulsor do agir do homem. Esse interesse, no entanto, deveria ser limitado por regras para que pudesse haver o bom convívio social. Assim, o interesse individual seria o ponto de partida para a constituição de um certo tipo de Estado ampliado, que transformaria o interesse como ação egoísta em uma ação coletiva positiva.

sobre o cidadão. Daquele que privilegia as escolhas particulares, do coração, sobre a razão ou os imperativos coletivos.

Em Populações meridionais do Brasil, Oliveira Vianna também ressalta a falta de uma consciência coletiva do povo brasileiro, o que lhe acarretaria a ausência do sentimento de nacionalidade. Para ele, “... culturologicamente considerado, o Brasil não me parece ainda uma unidade constituída e sim uma unidade a se constituir.” (VIANNA, 1949, p. 114)

Na obra *Teoria Geral da História*, João Camilo de Oliveira Torres (1963) também aborda a formação cultural brasileira. Para ele, os brasileiros pertencem a três tradições culturais universais: a tradição portuguesa das conquistas marítimas, que uniu diversas regiões pelos descobrimentos; a tradição latina, pela disseminação da língua e da política dos romanos; e a tradição católica.

Dessas três tradições, Torres enfatiza a importância da religião católica na formação da sociedade brasileira. O autor argumenta que os portugueses eram homens sem exclusivismos raciais, para quem o que importava era a fé católica. Por isso, no Brasil a miscigenação não foi um problema em nossa colonização.

O apoio dado pela Coroa portuguesa e pelos governadores-gerais aos jesuítas, no Brasil colonial, explicaria a política da Companhia de Jesus na estratégia de expansão do território e na *captação de almas* para a Igreja Católica.

A ação religiosa teria sido decisiva para a formação de uma mentalidade moral cristã que influenciou o ensino, os hábitos e as políticas da sociedade brasileira.

A Igreja dominava soberana pelo batismo, tão necessário á vida civil como á salvação da alma; pelo casamento, que podia permittir, sustar ou annullar com impedimentos dirimentes; pelos sacramentos, distribuídos atravez da existência inteira; pela excommunhão, que incapacitava para todos elles; pelo interdicto, que separava comunidades inteiras da comunicação dos santos; pela morte, permittindo ou negando suffragios, deixando que o cadáver descançasse em logar sagrado junto aos irmãos ou apodrecesse nos monturos em companhia dos bichos; dominava pelo ensino, limitando e definindo as crenças, extremado o que se podia do que não era lícito aprender ou ensinar. (ABREU, 1907, p. 13)

Lembremos que essa mentalidade tem raízes na Contrarreforma. Portugal, temendo a expansão protestante, une Vaticano e Império, institucionalizando-se o

mecanismo político. O Estado, então, afirma-se com um *colorido confessional*. (MERCADANTE, 1978) Esse mecanismo teve como instrumento a Santa Inquisição e a Companhia de Jesus que, pela educação da aristocracia portuguesa, disseminavam a mentalidade escolástica tomista e distanciava-se das ideias humanistas europeias.

Esse é um aspecto importante para entendermos a cultura transplantada de Portugal para o Brasil, pois a cultura e a ética medieval daquele país condicionaram a expansão marítima às questões religiosas, com o objetivo de levar a outros povos o Cristianismo. Assim, o Estado passou a assumir a defesa da fé e estabeleceria em suas colônias um tipo de organização que Mercadante chamou de *feudal-mercantil* com características senhoriais. (MERCADANTE, 1980)

A forte intervenção da Igreja Católica não se romperia nem com a insípida influência do Iluminismo que no Brasil chegou durante a administração pombalina. Apesar de expulsos os jesuítas,

O absolutismo não permitia a extinção dos instrumentos principais de repressão ideológica, a censura e a Inquisição, ‘remodelados e postos sob direta dependência do trono, que governa de ciência certa e vontade esclarecida. (FAORO, 1994, p. 42)

Para Faoro, a administração do Marquês de Pombal e a influência das ideias iluministas poderia ter semeado na colônia brasileira um tipo de *elemento nacional*, ainda não necessariamente um pensamento nacional ou uma nacionalidade. Seria mais uma *larva nativista*, uma corrente de emancipação que teria gerado os movimentos

... de 1789 (Inconfidência Mineira), na repressão do Rio de Janeiro (1794), na Revolução dos Alfaiates da Bahia, de 1789, irradiando-se depois em 1817, 1824, em 1831, nas insurreições regenciais, em 1842 e eventualmente na Praieira, em 1848. (FAORO, 1994, p. 53)

Certo é que, a influência da Igreja não se restringiu às questões religiosas, na verdade, apoiou-se na fé para propagar, através das primeiras atividades de ensino no país, a cultura ibérica do colonizador. Desenvolvidas por padres jesuítas,

essas atividades iniciaram com a catequese e a implantação de hospitais⁹⁵ nos quais se ensinavam noções precárias de medicina.

Com a expulsão da Companhia de Jesus por Pombal, no final do Século XVIII, houve grande retrocesso no ensino, que só veio a receber atenção com a vinda da família real para o Brasil. Até então, só possuía ensino superior os estrangeiros ou membros de famílias brasileiras com poder econômico para enviarem seus filhos para estudarem na Europa, principalmente em Portugal. Em 1808, são criadas as Faculdades de Cirurgia da Bahia-Salvador e de Medicina do Rio de Janeiro, e nos anos seguintes uma série de outras instituições de ensino técnico e superior.

Se considerarmos a cultura escolar como

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas. (ALVES, 2010, p. 127),

e que, à época, os professores eram todos estrangeiros, principalmente portugueses, poderemos inferir como foi reproduzida a mentalidade europeia e sua influência na formação da sociedade brasileira.

Esse é um ponto importante para nosso estudo e voltaremos a ele quando estivermos tratando especificamente sobre a formação institucional do Exército Brasileiro e analisarmos as influências de aspectos do pensamento conservador nos Regulamentos de Ensino das escolas de formação dos oficiais. Antes, porém, veremos como as ideias de Burke chegaram ao Brasil.

3.3. As ideias de Burke chegam ao Brasil

O principal responsável pela introdução oficial das ideias *burkeanas* no Brasil foi José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Nascido na Bahia, era filho de um português e de uma baiana. Foi historiador, economista, jurista, político e publicista. Conduziu importante reforma econômica no País e redigiu o texto da lei

⁹⁵ Denominados Santas Casas de Misericórdia, foram fundadas em meados do século XVI, primeiramente em São Paulo, Espírito Santo, Olinda e Ilhéus. No Rio de Janeiro, foi inaugurada em 1582, pelo jesuíta José de Anchieta. Algumas delas ainda encontram-se em funcionamento nos dias atuais.

de abertura dos portos às nações amigas, logo após a chegada da Família Real, em 1808. Também participou ativamente no processo de Independência.

Sua origem foi humilde. O pai era arquiteto, termo que, naquela época, referia-se aos profissionais responsáveis pela construção de edificações, uma ocupação manual sem formação específica, cuja remuneração era pouco superior que a de um carpinteiro ou pedreiro. Mesmo assim, proporcionou aos filhos uma excelente educação. Silva Lisboa estudou no Convento dos Frades Carmelitanos, em Salvador e, ao concluir os estudos iniciais, foi para Portugal, onde graduou-se em *Direito Canônico e Filosófico, Filosofia e Medicina*, pela Universidade de Coimbra, em 1778. Paralelamente, estudou *Sagradas Letras*, o que lhe possibilitou ser aprovado em concurso para Reitor e Reformador da Universidade D. Francisco de Lemos, Bispo de Coimbra e professor de grego e hebraico no Colégio das Artes de Coimbra.

Após sua graduação, retornou a Salvador e trabalhou por 19 anos como professor de *Filosofia Racional e Moral*, já como funcionário da Coroa portuguesa. Voltou, então, para Lisboa, em 1797, quando aposentou-se do cargo de professor e recebeu de D. João VI a designação para Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da cidade de Salvador.

Tornou-se estudioso da ciência econômica e grande conhecedor das dificuldades dos produtores coloniais do Brasil. Em 1808, D. João VI e a família real, de passagem em Salvador com destino ao Rio de Janeiro, encontraram, novamente, Silva Lisboa, e o trouxeram para a nova capital, onde passou a exercer o cargo de Deputado no Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

Era um dos assessores da área econômica mais respeitados de D. João VI. Com o advento da Revolução do Porto⁹⁶, em 1820, foi nomeado Inspetor dos

⁹⁶ A Revolução Liberal do Porto foi um movimento inicialmente militar, mas que ganhou a adesão da burguesia, do clero e da nobreza, e que começou na cidade do Porto, mas logo se espalhou por outras regiões do país até chegar à capital, Lisboa. Tinha por objetivo sanar os problemas de ordem econômica, vivenciados por Portugal, desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, e restabelecer a ordem anterior, ou seja, forçar a volta do rei ao país. Cabe ressaltar que, naquela época, outras regiões da Europa, como Espanha e Grécia, passavam por revoluções liberais. Influenciados por esses movimentos, Portugal tentou montar uma monarquia constitucional, para enfrentar a crise em que o país se encontrava.

Estabelecimentos Literários, cabendo-lhe a censura de todas as obras publicadas no Brasil.

Após o retorno de D. João VI à Portugal, manteve-se alinhado aos interesses da Coroa portuguesa, defendendo a união entre Brasil e Corte, e contrário à Independência.

É nesse contexto conturbado que Silva Lisboa se torna o primeiro brasileiro a redigir e publicar um jornal de sua propriedade, *O Conciliador do Reino Unido*, cujo primeiro número, composto por oito páginas, foi publicado em 1º de março de 1821. Como o próprio nome que lhe foi dado, buscava a reconciliação de Portugal e do Brasil, impedindo a separação, defendendo os direitos do Príncipe e as vantagens da monarquia constitucional. (SILVA, 2018, p. 205)

No entanto, após a consolidação da Independência, dirigiu ao novo Imperador, D. Pedro I, sua dedicação, tornando-se ativo no governo e sendo merecedor da confiança do monarca. Continuou a receber cargos elevados e distinções honoríficas.

Na Assembleia Constituinte de 1823, foi eleito Deputado representante da Província da Bahia e, posteriormente, já como Senador, defendeu os princípios liberais de uma monarquia constitucional. Foi, também, Desembargador da Mesa do Paço e da Casa do Rogo e, em 1832, defendeu a criação de uma universidade no Brasil. Foi agraciado por D. Pedro I, em 1825, com o título de Barão, e, em 1826, de Visconde.

Não restam dúvidas quanto a sua atuação política, no entanto, não se pode negar a grande participação literária que teve nas mais diversas áreas do conhecimento. Suas obras são abrangentes e podem ser divididas em três eixos: economia e direito; política e história; e moral, religião e educação.

Já em 1801, publicou *Princípios de Direito Mercantil*, primeiro título na língua portuguesa a tratar sobre o assunto. Inspirado na obra de Adam Smith (1723-1790), *Inquirição sobre as Riquezas das Nações*, escreveu, em 1804, *Princípios da Economia Política*. Em 1810, publica os livros *Observações Sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais Princípios da Nova Legislação do Brasil* e *Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil*. Em 1812, edita o ensaio sobre o *Estabelecimento de Bancos para o Progresso da Indústria e Riqueza Nacional*, e, em 1819, a obra *Estudos do Bem Comum e Economia Política*.

Silva Lisboa não foi só um divulgador da economia política no Brasil, mas coube a ele levantar a base dessa matéria em Língua Portuguesa. Em tudo que escreveu buscou dar grande importância à inteligência, à técnica aplicada à economia, pois para ele a inteligência estava ligada à moral, sendo esta um fator capital para o fator econômico em sua concepção. (SILVA, 2018, p. 181)

Também apresentou suas ideias em panfletos e periódicos, editados no período do processo de independência do Brasil, como: *O conciliador do Reino Unido, Sabbatina familiar de amigos do bem comum; Reclamações do Brazil; e Atalaia*, todos publicados pela Imprensa Régia.

Embora alinhado com o pensamento liberal econômico de Adam Smith, Silva Lisboa mantinha uma postura conservadora em relação à política, à moral e à religião, defendendo a monarquia do Antigo Regime e as tradições representativas da sociedade absolutista. Muito religioso, considerava que

A Religião Christã prescinde de discussões das diferentes formas de governo, Os Politicos disputão sobre preferencias das Monarchias, Aristocracias, e Republicas: mas o Evangelho he igualmente applicavel, util, e amigo,- á todas as Constituições; ... (LISBOA, 1824, X)

Assim como Burke, nunca se furtou a dizer o que pensava, sendo, por isso, muitas vezes combatido. Seu contato com as ideias do inglês foi consolidado, na obra *Extratos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke*, publicada em 1812. Era sua intenção que a publicação pudesse fornecer ao Império noções dos corretos princípios políticos que “... exaltam os sentimentos de lealdade e honra nacional e expõem os falsos princípios da anarquia e tirania da França.” (LISBOA *apud* SILVA, 2018, p. 173)

Na verdade, essa estratégia foi, inicialmente, traçada por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), o Conde de Linhares⁹⁷, amigo e mentor de Silva

⁹⁷ Diplomata e político português, era afilhado de batismo do Marquês de Pombal. Acreditava que a modernização da administração do Estado português era a melhor estratégia para a sobrevivência da monarquia e do Império. Assim, em 1798, no posto de Ministro da Marinha e Ultramar elabora um programa de reformas políticas e culturais no Brasil que, entre outras iniciativas propunha desenvolver: melhor preparo técnico para a atividade mineradora, maior incremento da agricultura e comércio no interior do país, abertura de vias de comunicação, abolição de sistemas de contratos, diminuição da carga tributária, criação de estabelecimentos e ensino e de divulgação de manuais científicos como a Casa Literária do Arco do Cego e o Seminário de Olinda, além da Imprensa Régia, do Curso de Economia Política e da Real Academia Militar (os três últimos após a vinda da família real para o Brasil).

Lisboa, temendo as ideias revolucionárias que já atingiam as colônias hispânicas vizinhas ao Brasil. Com a difusão antecipada das ideias de Burke, haveria maior possibilidade de prevenção da disseminação do radicalismo das ideias revolucionárias francesas.

Com a morte súbita do Conde de Linhares, em janeiro de 1812, coube a Silva Lisboa levar à frente a ideia do amigo, pois compartilhava com ele e com o inglês Edmund Burke o horror à Revolução Francesa, a defesa da tradição e a recusa à aplicação de princípios abstratos à realidade.

Sua admiração pelos escritos de Burke era clara como se vê na apresentação da obra:

Não proponho este resumo como Symbolo de Fé Política, e nem ainda como perfeito modelo de composição de literatura. Muitos descontos se devem dar a quaesquer escritos, ainda dos sábios da primeira ordem (*). Deixo aos Leitores formarem por si o devido conceito; na certeza de que se fixará a opinião a respeito de hum Gênio tão feliz, que doura tudo que toca, e que parece ter concentrado a *Sabedoria das Idades*. (LISBOA, 1822 p. 11)

Entretanto, Silva Lisboa concentrou-se nos aspectos contrarrevolucionários da obra de Burke, deixando de lado os textos nos quais o inglês se pronuncia a favor das reivindicações das treze colônias americanas ou dos interesses da Índia, por exemplo, numa explícita indicação da adaptação das ideias às necessidades e ao contexto brasileiro.

Muito interessante observar que a principal obra de Burke, aquela que apresentou os fundamentos do que viria a ser considerado o conservadorismo moderno tenha chegado oficialmente ao Brasil pelas mãos de um jurista. Como vimos anteriormente, o direito romano representa uma das tradições do conservadorismo nas esferas social e moral, junto com a **filosofia grega e o cristianismo**.

De fato, apesar de não ter formação jurídica, Burke dedicou praticamente sua vida toda a uma carreira diretamente voltada ao Parlamento inglês e à elaboração de leis, demonstrando uma visão bem idealizada das funções da magistratura.

Segundo ele,

... a magistratura executiva, mesmo reduzida a seu aspecto político, é uma função de grande responsabilidade. É um encargo que realmente depende muito da fidelidade e da diligência tanto daqueles que o exercem, como de seus subordinados. (BURKE, 2014, p. 210)

Para Mercadante (1978), o estatuto de estrutura política, dada ao campo jurídico pelo Estado burocrático romano, levaria o bacharel em leis, o jurista, a uma posição de mando no curso natural da história. No Brasil, tendo em vista as condições históricas do processo de Independência, caberia aos juristas a formulação da estrutura nacional política, e estes adotaram um modelo constitucional conciliatório.

À interpretação de Silva Lisboa das ideias de Burke, então, seguiram-se outras, como a de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Oliveira Vianna, José de Alencar, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, cada um valendo-se dos pressupostos apresentados pelo inglês no que lhes seria válido a respaldar seus interesses.

Vale salientar que, assim como o fez Silva Lisboa, todos eles contribuíram para forjar na sociedade um tipo de mentalidade com tendências conservadoras, próprias à nossa realidade híbrida. De fato,

... os conservadores brasileiros não apenas leram Burke, mas apropriaram-se de seus argumentos de modo inteligente e produtivo para o contexto brasileiro, e em um sentido mais progressista do que o próprio autor de *Reflexões sobre a Revolução em França* poderia adivinhar. (LYNCH *apud* KIRK, 2014, p. 484)

3.4. O pensamento conservador em um país com passado ibérico

Assim como procuramos visualizar as perspectivas de alguns pesquisadores brasileiros em relação à formação social brasileira, é particularmente importante, para o presente estudo, abordar o tipo de pensamento ou de mentalidade com características conservadoras que se desenvolveu dentro do quadro dessa formação.

É inegável que, em função de nossas raízes ibéricas, a sociedade aqui formada tivesse grande influência portuguesa. No entanto, vimos que a configuração geográfica de nosso território, somada às relações sociais e de natureza cultural aqui constituídas, proporcionaram o desenvolvimento de uma sociedade nova, híbrida, com características próprias, fruto já da necessidade de

conciliação entre três povos tão distintos. Afinal, “A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida.” (HOLANDA, 2014, p. 46)

Esse espírito conciliador vai gerar um tipo de pensamento com tendências conservadoras bem característico ao povo brasileiro após a Independência, com reformas liberalizantes de Estado, mas sem se afastar das “amarras” do antigo absolutismo. O pensamento conservador, antes de instituir-se em um tipo de filosofia ou ideologia, para nós brasileiros, seria mais uma espécie de *logus*, que direcionaria a *práxis* de nossa sociedade.

Esse tom de conciliação é a tônica da obra de Paulo Mercadante, *A consciência conservadora no Brasil*, editada pela primeira vez em 1965, na qual faz uma síntese do processo histórico brasileiro, analisando as características da formação da nossa sociedade e o desenvolvimento do que chamou de *consciência conservadora*. Mais tarde, em 1978, o tema seria retomado em *Militares e civis: a ética e o compromisso*. Para o autor

A forma conservadora norteia-se pela experiência do passado; parte do princípio de que tudo o que existe possui um valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e gradual. Trata-se assim do aproveitamento do passado para uma experiência real, isto é, como se o passado se experimentasse como um presente virtual. (MERCADANTE, 1980, p. 228)

Essa feição conciliatória pela qual Mercadante caracteriza a mentalidade conservadora brasileira, teria sido desenvolvida, principalmente, por aqueles que eram responsáveis pela elaboração das leis brasileiras. E por isso a importância do papel de Silva Lisboa ao trazer para o Brasil o pensamento de Burke. Essas leis seriam uma adaptação às condições nacionais, do que preconizava o direito público inglês e francês. (MERCADANTE, 1980)

Por isso, o autor argumenta que a forma de pensamento desenvolvido pelos intelectuais brasileiros responsáveis pela formação do nosso Estado baseou-se *no espírito da restauração*.

Os homens públicos desenvolviam um estilo específico de pensamento, correspondente a peculiaridades de suas origens sociais. Procediam, geralmente, do domínio rural ou da

incipiente burguesia urbana vinculada aos interesses de exportação. (MERCADANTE, 1980, p. 230)

Assim, enquanto na Inglaterra, por exemplo, o liberalismo econômico adequava-se mediante a consolidação do livre comércio, no Brasil havia a necessidade de adequá-lo ao regime escravista.

Para o autor, a conciliação na estrutura econômica, marca da América portuguesa, estaria forjada pela estrutura capitalista nas relações externas e escravocrata nas relações internas.

É dúplice econômica e mentalmente: vive numa fazenda de escravos de látigo em punho enquanto se empolga pelas ideias liberais correntes nos países europeus já libertos do feudalismo; revolucionário, quando analisa as suas relações de produção com o mercado externo, e conservador, quando reage a quaisquer ideias de abolição. Seu caminho é necessariamente o compromisso entre a escravatura e o liberalismo econômico. (MERCADANTE, 1980, p.69)

Ao longo de seu livro, Mercadante (1980) cita vários momentos da história política do país em que esse espírito de conciliação deixou suas marcas. Isso teria acontecido, segundo o autor, desde a época da nossa colonização. O fato da expansão ultramarina ter sido organizada por pessoas da área administrativa e militar recrutadas junto à nobreza e por uma classe mercantil, teria desenvolvido um tipo de compromisso, uma *dinâmica de mercadores através de métodos baronais*, que já dava sinais desse espírito de conciliação. Depois, ele apresenta a dinâmica da conciliação durante o período colonial, com a implantação da sesmaria, que seria uma materialização do espírito de conciliação na dimensão econômica.

Outro momento da nossa história que encerrou, em seu contexto, o espírito de conciliação, teria sido o processo de Independência política de 1822, assim como a formação das instituições nacionais que lhe sucederam. Para isso, foi utilizado o liberalismo parlamentarista inglês, que garantiu uma evolução sem sobressaltos, sem rupturas, numa reprodução clara de um dos princípios do conservadorismo.

Entretanto, como seria de se esperar, não foi aqui implantado o liberalismo em sua integralidade, teve que se adaptar ou se ajustar aos reflexos de nossa realidade domínio mercantil. A mentalidade conservadora brasileira, com suas *feições conciliatórias*, moldaria o liberalismo aqui implantado com o instituto da escravatura.

O Poder Moderador e a conciliação entre liberalismo e escravismo, estabelecidos institucionalmente com a Constituição de 1824, selariam esse espírito de conciliação na primeira fase de nossa história. Essa *cultura eclética* predominaria também em nossas instituições. Ela atuaria sobre os indivíduos, instalando-se sobre sua fisiologia e seu comportamento e teria no Imperador, D. Pedro I, seu modelo. A ele coube desempenhar a função de apaziguador, o que contribuiria ao necessário equilíbrio político para a época conturbada de formação do país. (MERCADANTE, 1980)

A semelhança entre o papel do Poder imperial e o papel apaziguador e patriarcal foi uma das características ressaltadas por Holanda (2014). Citando a influência do Visconde de Cairu na economia e política imperial, ele destaca um trecho da obra *Estudos do bem comum*:

O primeiro princípio da economia política é que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família e, conseqüentemente amparar a todos que nela estão, como seus filhos e cooperadores da geral felicidade. (LISBOA *apud* HOLANDA, 2014, p. 100)

Essas ideias não poderiam estar mais alinhadas com os pressupostos *burkeanos*, pois, para o escocês, o comportamento que temos em nossas relações sociais, públicas, tem origem na família, nas relações estabelecidas e fundamentadas nas afeições desenvolvidas entre nossos parentes. Dessa forma, não se poderia esperar o comportamento de cidadão zeloso daquele indivíduo que entre seus familiares fosse frio e egoísta, pois “Das famílias passamos à vizinhança e às nossas relações provincianas habituais.” (BURKE, 2014, p. 208)

Nesse contexto, podemos dizer que o monarca do Antigo Regime figurava como o chefe de família. Sua autoridade *paternal* regulava a sociedade, cuja característica era estar baseada na família e não no indivíduo, como propunha a sociedade liberal. Nessa sociedade patriarcal, o governo político tinha o consentimento popular, visto que governava de acordo com as tradições, um dos preceitos do conservadorismo *burkeano*.

Ao mesmo tempo, essa característica paternal ou patriarcal na regulação da sociedade aqui transplantada para a administração das instituições públicas geraria relações de patrimonialismo, mais um exemplo de adaptação dos princípios do conservadorismo à realidade de nossa formação ibérica.

A respeito das instituições públicas brasileiras, Raposo (2008) concorda com o caráter patrimonial que rege sua formação. Para ele, elas são fruto de um hibridismo de duas forças ou tradições oscilatórias da história do país; uma que visava a democracia e o desenvolvimento social e outra cujos interesses corporativos relegavam essas instituições a fator de barganhas políticas. Era o “... paradoxo entre a busca pela dominação pura e a realização dos objetivos da modernidade burguesa.” (MIRANDA, 2018, p. 39)

Esse hibridismo traria às instituições públicas brasileiras características patrimoniais, com a presença de um Estado forte e centralizador, e corporativas, com a subordinação das unidades territoriais ao poder central e a concessão do monopólio de representação dos interesses políticos a determinadas entidades e grupos da sociedade.

É significativo e peculiar que tal hibridismo, presente em diferentes interpretações sobre a formação brasileira, tenha resistido e se adaptado a todos os períodos da nossa história recente, transformando-se em uma marca da nossa sociedade. (RAPOSO, 2008, p. 75)

As raízes ibéricas de nossa colonização é que nos teriam legado as características centralizadoras, corporativistas e patrimonialistas.

Holanda (2014), chama a atenção para como esse patrimonialismo migrou das relações individuais para as institucionais. Segundo ele, a conciliação dos valores e comportamentos dos colonizadores portugueses com as características dos povos com os quais aqui eles se miscigenaram baseava-se em um tipo de patriarcado rural, cujas atitudes se tornaram comuns a todas as classes como norma de conduta. Isso fez com que a mentalidade da casa-grande invadisse as cidades. “Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial.” (HOLANDA, 2014, p. 105) Como fosse o Estado uma ampliação do círculo familiar e de suas relações, no qual prevalecessem as concessões e moderações.

Até mesmo a religiosidade, para o autor, encontrou no brasileiro o espírito da conciliação. Para ele, os valores religiosos do catolicismo acomodaram-se com facilidade “a outros aspectos típicos do nosso comportamento social.” (HOLANDA, 2014, p. 182) Mesmo hoje, não é incomum na sociedade brasileira o convívio e

aceitação de doutrinas das mais diferentes correntes e que as pessoas sustentem simultaneamente convicções díspares.

Mercadante (1978) também acredita nessa corrente de pensamento e acrescenta que a religiosidade teve papel tão importante na formação dessa mentalidade conservadora quanto o Romantismo⁹⁸. Esse tipo de filosofia advogava serem os costumes e as tradições de um povo a sua consciência jurídica. Assim, todas as normas de comportamento vinculavam-se às circunstâncias sociais de cada nação. Essas eram ideias amplamente defendidas por Burke (2014), ele mesmo um considerado um romântico, e que no Brasil encontraram ressonância nas obras de José de Alencar, Gonçalves Dias, entre outros.

Assim como Mercadante (1978), Ricupero (2004) acredita que o Romantismo brasileiro foi influenciado pelo francês, pois seus expoentes, no Brasil, haviam estudado naquele país. Haveria, porém, uma diferença; enquanto lá a ideia era superar o Antigo Regime, aqui se buscava superar o período colonial, sem, no entanto, desvincular-se da monarquia e das raízes ibéricas.

Na obra *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)* ele nos mostra como, naquele momento histórico, o país buscou, através do Romantismo, criar símbolos e referenciais para uma nação que acabava de nascer. Enquanto que no aspecto político, criaram-se instituições com funções estatais, no campo cultural, o empenho era na busca de uma identificação da população com a nova nação.

No que diz respeito ao conservadorismo, no entanto, o autor salienta que essa busca se apresentava como uma contradição ao que Burke (2014) advogava já que tentava romper com os laços da antiga colonização, assim como faziam todas as novas nações que começam a surgir com as independências do início do século XIX. Para o autor, esse seria o grande problema de se desenvolver aqui no Brasil o conservadorismo inglês.

Em poucas palavras, é muito difícil, como já foi dito, para conservadores na América valorizar o passado porque esse passado é o passado colonial. Aceitá-lo seria, no limite, valorizar a dominação das antigas metrópoles e pôr em questão a própria independência. (RICUPERO, 2004, p. 3)

⁹⁸ O movimento surgido nas últimas décadas do século XVIII. Abrangeu as áreas das artes, da política e da filosofia e reforçou os valores da burguesia, inaugurando a modernidade nas artes. No Brasil, evidenciou forte tom nacionalista

Ele acredita que alguns autores brasileiros, como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, retratam essa dualidade em suas obras. Ambos destacam a importância do latifúndio e do patriarcalismo na formação da sociedade brasileira, identificando o domínio rural como o principal instrumento de adaptação do português ao ambiente brasileiro. Entretanto, divergem quanto aos resultados do nosso processo de Independência.

Para Oliveira Vianna a vinda da família real portuguesa retiraria de seu isolamento a aristocracia da terra e a Independência teria sido uma vitória dos brasileiros contra os lusitanos. Apesar disso,

... deixada a si mesmo, a aristocracia da terra, seria incapaz de dar início à obra de unificação nacional. Dela não poderia provir solidariedade social, os caudilhos que a comporiam formando clãs, que lutavam entre si. Como resolver o problema? Se a aristocracia é incapaz, por conta própria, de estabelecer a unidade nacional, ela teria que vir de fora, da Coroa. Isto é, para criar a nação, a Coroa, como que filtraria os elementos provenientes da nobreza da terra mais capazes de contribuir para a tarefa. (RICUPERO, 2010, p, 07)

Gilberto Freyre já não veria na Independência a tarefa da unificação nacional e sim da composição de uma nova identidade nacional que se formaria com base no patriarcalismo. Nesse caso, perfeitamente alinhado ao conservadorismo *burkeano*, valorizando boa parte das estruturas históricas com as quais mais se identifica como a família patriarcal, a comunidade local, as tradições.

Ricupero (2010) considera que o conservadorismo de Gilberto Freyre, apesar de mais próximo ao conservadorismo clássico, não teve grande influência no pensamento político brasileiro, ao contrário do que chamou de *idealismo orgânico constitucional*, presente na obra de Oliveira Vianna (2005) e anteriormente nas ações do Visconde do Uruguai. Um pouco mais afastado das características do conservadorismo clássico, mas que teve maior repercussão na formação da nossa identidade.

Em *Populações Meridionais do Brasil*, Vianna (2005) analisou a situação política e social brasileira após a Independência, afirmando que os métodos de administração pública dos governantes do período colonial foram abandonados no momento histórico pós-independência. O autor argumentou que a Revolução Francesa, assim como a agitação política na Inglaterra e o espírito liberal presentes

na formação constitucional dos Estados Unidos exerceram forte influência sobre os governantes brasileiros, cegando-os aos reais problemas nacionais. Para ele, era impossível apenas transplantar as leis e costumes de países e instituições estrangeiras para o Brasil sem observar as características próprias da cultura política brasileira, o que poderia ocasionar o afastamento entre as instituições legais e o povo.

Vianna (2005) defendia, assim, a conservação das instituições e formas de pensar características do passado. Esse foi, também, o pensamento exteriorizado pelos romancistas brasileiros à época, e um dos princípios de Burke (2014).

Para Mercadante, a projeção do Romantismo em solo brasileiro “... dava-se, certamente, de modo limitado, incidindo sobre a intelligentsia vinculada ao domínio rural e, quando muito, a camada superior da incipiente classe média.” (MERCADANTE, 1978, p. 29), e a forma de pensamento adotada pelos intelectuais brasileiros se baseou na moderação e na conservação das ideias e dos costumes. Foi, também, responsável pela disseminação da ideia de um sentimento de nacionalidade que tomaria a figura idealizada do índio como mito de resistência ao português, o *indianismo*.

As questões relacionadas ao Romantismo ganhariam na literatura os elementos necessários para o desenvolvimento de um sentimento nacional. O índio simbolizava uma força natural do país, não mais algo ameaçador agora que caçado, catequizado e disperso. Constituía, entretanto, a imagem daquela gente que nunca se submetera aos colonizadores portugueses, que lutara pela sua terra, resistindo durante os primeiros séculos. Era, assim, “... um nacionalismo em busca de um mito ou de uma idéia que fosse ao mesmo tempo ética e estetizante, afigurava-se o índio como a concretização do ideal aspirado.” (MERCADANTE, 1980, p. 174)

O argumento da conciliação elencado por Mercadante (1980) é também marca do pensamento de João Camilo de Oliveira Torres (1968), que desenvolveu amplo estudo sobre a história política brasileira, no qual procurou mostrar a importância da intelectualidade brasileira da época, a qual denominou *Construtores do Império*.

Sua interpretação sobre o Brasil caracteriza-se por reconhecer no país os elementos fundadores do Estado e da sua nacionalidade, mantendo uma consciência histórica num diálogo entre o passado e o futuro, concepção fundamentada em

Burke (2014), naturalmente. Assim, sua atuação na área da política baseou-se na análise crítica ao liberalismo. Adepto do parlamentarismo, combateu o sistema presidencialista e apresentou várias propostas para reforma do sistema partidário brasileiro à época. Trabalhou como jornalista, professor e historiador.

As três dimensões que orientaram suas análises sobre pensamento conservador brasileiro são a cultural, a religiosa e a política. Sua preocupação foi descaracterizar a ideia de imobilismo ou de reacionarismo que muitas pessoas associavam ao conservadorismo, afirmando que o último deve atuar de acordo com o princípio da prudência, privilegiando os conhecimentos históricos.

Em sua obra, apresentou a seguinte noção de conservadorismo:

Poderíamos definir conservadorismo do seguinte modo: é uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro. Podemos dizer que o traço mais característico da psicologia conservadora consiste, exatamente, no fato de que não considera viáveis as transformações e mudanças feitas sem o sentido da continuidade histórica - mais: o conservador acha impraticáveis e condenadas ao suicídio todas as reformas fundadas unicamente na vontade humana, sem respeito às condições preexistentes. Podemos reformar - por meio de um processo de cautelosa adaptação do existente às novas condições - nunca o estabelecimento de algo radicalmente novo. (TORRES, 1968, p. 2)

Enfatizou a conciliação entre o conservadorismo e a religião, argumentado ser o catolicismo um elo entre o passado e o futuro, responsável por manter a tradição e um conjunto de crenças necessárias à sociedade.

Para ele, o conservadorismo não estaria relacionado à vontade de retorno no tempo, ao período do Antigo Regime, mas antes vinculava-se à manutenção dos alicerces da formação nacional, necessários para ordem democrática.

Tentou explicar e valorizar o pensamento e as ações empreendidas pelos conservadores àquela época, e apresentar as qualidades do conservadorismo no campo político, elegendo para isso as concepções reformistas da monarquia no papel de servir ao país. Esse espírito reformista, estaria plenamente ajustado à ideia de conciliação, pois, segundo Torres (1968), poderia ser definido em duas perspectivas: que seja uma verdadeira reforma, alterando o que for necessário sem modificar suas estruturas, sua essência; e que obedeça às tradições, que não se perca

a continuidade histórica. Dessa forma, concebia como a autêntica posição conservadora brasileira a do Partido Conservador à época Imperial.

O objetivo maior do Partido Conservador foi a unidade nacional e ele utilizou a Constituição de 1824 para criar os instrumentos necessários a atingir seu propósito, as instituições e instâncias jurídicas. Para os conservadores, o sistema político vigente era legítimo, útil e vantajoso; e para que houvesse liberdade social, era necessário o respaldo de uma autoridade que se contrapusesse à tendência ao anarquismo que as ideias do Iluminismo traziam.

Os cidadãos não poderiam ser livres se não estivessem sujeitos a uma lei, uma autoridade que promovesse justiça e equilíbrio social. Os conservadores brasileiros viam essa autoridade na figura do Imperador. A monarquia oferecia ao Brasil, segundo os conservadores, a garantia da ordem de um *status quo*. Era uma instituição básica e fundamental para a vida do país.

Para Torres (1968), os principais conservadores da época foram: Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), fundador do Partido Conservador; Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), Marquês de Paraná, chefe do Gabinete de Conciliação; Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), Visconde de Uruguai, ministro da Justiça do Regresso e principal redator das leis que fundaram as bases jurídicas do segundo Reinado; e, no plano militar, Marechal Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias.

Torres destaca, ainda, o trabalho desenvolvido pelo Visconde de Uruguai na formulação das leis que organizaram a vida política e administrativa do país como ministro da Justiça, em 1841, o que nos revela a força das instâncias jurídicas e burocráticas na formação da identidade brasileira.

O autor acredita que os políticos conservadores brasileiros no Império buscaram sempre estabelecer uma adequação dos preceitos do conservadorismo britânico e americano à nossa realidade, o que por si só já caracteriza o espírito da conciliação. Adotaram uma atitude pragmática de equilíbrio entre as ideias políticas e a vida pública que inicialmente surgiu como uma tendência, esboçada de modo empírico nas relações humanas, e que, depois, foi corporificada no arcabouço jurídico do país.

A mentalidade conservadora brasileira apresentou-se assim, transpassada pelo pensamento burocrático com o apoio das leis e da história. Estaria impregnada,

segundo Mercadante (1978), da ideologia de uma nobreza e de suas pretensões de classe dirigente. A classe político-administrativa que teria se formado após nossa Independência teria a mesma forma de pensamento, baseada no espírito da restauração, com estilo específico de suas origens rurais ou da incipiente burguesia urbana que surgia já vinculada aos interesses da economia de exportação. Assim, o conservadorismo brasileiro teria a mesma alma híbrida do povo que aqui se formou, fruto da miscigenação e da herança ibérica de sua colonização.

Aceitando a validade das perspectivas apresentadas por esses estudiosos da sociedade brasileira, cabe-nos, então, verificar até que ponto e como o espírito de conciliação que marcou a formação da identidade de nosso povo foi abstraído institucionalmente pelo Exército Brasileiro.

Antes, porém, é necessário entender um pouco mais sobre a natureza das Forças Armadas, sobre seu papel na sociedade e sobre a mentalidade do profissional da guerra.

4. Instituições militares: uma perspectiva sociológica

A natureza das coisas exige que o exército nunca aja senão como um instrumento. A partir do momento em que, erigindo-se em um corpo deliberativo, ele agir de acordo com suas próprias resoluções, o governo, seja ele qual for, degenerará imediatamente, em uma democracia militar, espécie de monstro político, que sempre termina devorando seus criadores.

Edmund Burke

A guerra sempre foi objeto de atenção dos mais importantes pensadores de nossa história. Alguns estudiosos acreditam que os textos atribuídos a Sun Tzu, em seu conjunto chamado *Arte da Guerra*, sejam os mais antigos escritos sobre estratégia militar que chegaram aos nossos dias. Seu objetivo era analisar a natureza da guerra e apontar os meios que conduziriam à vitória. Apesar de não existirem dados fidedignos sobre sua origem, é provável que a obra seja um compilado de experiências e date do Período dos Reinos Combatentes (403-221 a.C.), mais precisamente da segunda metade do século IV a.C.

Muitos outros estudos sobre a guerra foram feitos desde a antiguidade até os nossos dias. Platão (428-348 a.C.) acreditava serem os guerreiros uma classe fundamental, da qual se escolheriam os futuros filósofos. Aristóteles (384-322 a.C.) considerava o militar um elemento essencial na organização social e política das cidades. O *Libro della arte della guerra* (Livro da arte da guerra), de Nicolau Maquiavel, publicado em 1521, é uma das primeiras obras compostas para impressão sobre estratégia e tática militares.

Entretanto, embora a guerra já fosse considerada um fenômeno social cujos aspectos e problemas demandassem atenção, eram as questões geográficas antes das questões sociais que mobilizavam o interesse dos pesquisadores. Foi somente com Weber que se iniciou uma análise histórica e sociológica do papel da instituição militar. Suas contribuições nesse contexto perpassam a definição de Estado como comunidade que, em determinado espaço territorial, reclama para si o monopólio da força física legítima, a designação da classe militar, como uma associação de indivíduos com poderes de natureza política, e a identificação da instituição militar como uma estrutura burocrática.

Todos esses conceitos ancoraram os primeiros estudos sistemáticos na área da sociologia específicos sobre os conflitos armados, que surgiram nos anos 30, na

Universidade de Chicago, com Philip Quincy Wright⁹⁹ e Harold Dwight Laswell¹⁰⁰, sendo, esse último o responsável por definir as instituições militares como instâncias em que se processa a *administração da violência organizada*, conceito até hoje utilizado.

Na verdade, muitas das teorias referentes a esse campo de estudos devem-se a pesquisadores norte-americanos ou radicados nos Estados Unidos. Durante a Segunda Guerra Mundial, a instituição militar ganhou visibilidade como um campo específico das Ciências Sociais, quando, em 1941, foi criado pelo Governo dos Estados Unidos, o *Army Research Branch* (Setor de Pesquisa do Exército), um laboratório de pesquisa corporativa cujo objetivo, naquele conflito, era estudar e propor soluções para problemas de natureza sociológica e psicológica resultantes da intensa e rápida necessidade de mobilização para a guerra.

Posteriormente, já nos anos 50, o cientista político Samuel Phillips Huntington estabeleceu uma pesquisa aprofundada das relações entre civis e militares com a obra *O Soldado e o Estado*. Poucos anos depois, foi lançado o livro *The professional Soldier* (O soldado profissional), de Morris Janowitz, no qual ele apresenta um perfil sociológico e político das instituições militares nos Estados Unidos.

Mais tarde, nos anos 60, por sua iniciativa, foi criado o Seminário Interuniversitário sobre as Forças Armadas e Sociedade, que contribuiu significativamente para a institucionalização da chamada *Sociologia Militar*, cujos estudos se ocuparam de três grandes áreas: a profissão militar, as instituições militares como organizações e as relações entre civis e militares.

Decorrentes delas, temos, atualmente, uma variedade de aspectos que irão se ligar a diversas áreas do conhecimento como a psicologia, a linguagem, a história, entre outras.

O conceito da profissão militar e a profissionalização da atividade bélica são relativamente recentes se comparados ao fenômeno da guerra, atividade tão antiga

⁹⁹ Philip Quincy Wright (1890-1970) importante cientista político conhecido por seu trabalho pioneiro em direito e relações internacionais. Organizou um estudo interdisciplinar sobre a guerra que resultou na obra *A Study of War*, publicado em 1942.

¹⁰⁰ Harold Dwight Lasswell (1902-1978) foi cientista político e teórico da comunicação. Sua pesquisa versava sobre a influência de aspectos como a estrutura social, a cultura e a personalidade para os fenômenos políticos, associando as áreas de comunicação, ciência política, psicologia e sociologia.

quanto a formação das sociedades. Autores como Huntington (2016) consideram seu início datando do século XIX, com o Estado prussiano. Já o historiador britânico John Keegan (2016), considera a estrutura militar romana a precursora do exército moderno por sua já acentuada burocratização, à época, sua organização e recrutamento, entre outros aspectos. Entretanto, como força militar permanente e como profissão, o consenso é de que sua institucionalização tenha ocorrido com o surgimento do Estado moderno.

Academicamente, os modelos conceituais ou aspectos considerados na análise da profissão militar são semelhantes aos das profissões civis. O modelo adotado por Huntington (2016) denomina-se institucional. O adotado por Janowitz (1967) chama-se pragmático ou funcionalista. Ambos consideram a profissão militar distinguível das outras por de um conjunto de atributos específicos.

Existe, ainda o modelo pluralista ou ocupacional, também conhecido por convergente ou ainda institucional/ocupacional, adotado pelo sociólogo americano Charles C. Moskos (1977), e que pode ser encarado como a síntese dos modelos anteriores.

O modelo pluralista foi concebido recentemente e considera que a definição proposta por Lasswell e adotada por Huntington e Janowitz da profissão militar como administração da violência organizada já não é adequada aos papéis desenvolvidos pelas Forças Armadas na atualidade, pois esses envolvem a dissuasão, a manutenção da paz e as ações cívicas.

Em relação à estrutura e organização, a complexidade das Forças Armadas assemelha-se às instituições civis de grandes dimensões, com uma diferença fundamental: as instituições militares trabalham com o cálculo da *violência legítima*¹⁰¹. Existe, no entanto, uma tendência para a diminuição dessa diferença. Para Janowitz (1967), isso se deve, em parte, à contínua evolução da área tecnológica, que cria uma maior interdependência da área militar com a sociedade civil.

Huntington (2016) propõe a neutralidade política das Forças Armadas, que deveriam ater-se apenas à sua utilidade, ao que denominou de *valores da eficiência*

¹⁰¹ O conceito de violência legítima surgiu a partir da concepção de Estado e do poder delegado a ele pelos indivíduos para garantir a defesa da coletividade.

militar, e isolarem-se da sociedade. Por outro lado, Janowitz (1967) defende a integração entre a sociedade e as instituições militares.

Conforme dissemos, deve-se à sociologia militar americana muitos dos conhecimentos na área, mas não podemos esquecer que as Forças Armadas, tal como as sociedades em que se integram, são estruturalmente diferentes umas das outras. As realidades culturais, os sistemas de valores e as práticas sociais americanas não são as mesmas das brasileiras. Dessa forma, alguns dos conceitos aplicáveis àquela sociedade não serão necessariamente aplicáveis ao contexto brasileiro.

Academicamente, a Ciência Política se interessa especificamente pelos estudos das relações entre as Forças Armadas e o Estado, enquanto que as Ciências Sociais têm se preocupado com as relações entre as instituições militares e a sociedade.

O estudo de assuntos relacionados à guerra no Brasil foi, inicialmente, marcado por obras que abordavam a evolução histórica das forças militares no país, as campanhas e a atuação estratégica e tática das tropas e de seus comandantes. Podemos citar como exemplos dessa historiografia as obras: *A batalha do Passo do Rosário*, de Tasso Fragoso, *Um soldado do Reino e do Império*, de Afonso Arinos de Melo Franco; *A evolução militar do Brasil*, de João Batista Guimarães; *A História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, entre tantas outras clássicas.

Mais tarde, o interesse acadêmico voltou-se para as pesquisas sobre o papel das Forças Armadas na política brasileira, dos quais destacamos autores como José Murilo Carvalho, Celso Castro, Edmundo Campos Coelho, Eurico de Lima Figueiredo, Alain Rouquié, Frank Maccann, Robert Ames Hayes, Alfred Stepan, sob pena de não termos mencionado muitos outros importantes pesquisadores.

Recentemente, o campo de estudo diversificou-se, abrangendo pesquisas sobre aspectos culturais, psicológicos e sociais, o que tem promovido frutífero debate e diversos trabalhos de excelência. Cabe destaque às iniciativas do governo em criar, em 2005, a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), uma congregação de pesquisadores nas áreas de defesa nacional e de segurança internacional, e o programa Pró-Defesa, com o objetivo de fomentar o ensino e a pesquisa científica e tecnológica nas mesmas áreas. (RAPOSO, 2019)

Através desse programa, foi estabelecido, em 2008, um convênio entre o Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, tendo à frente os professores Maria Alice Rezende de Carvalho e Eduardo Raposo, e o Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), com a professora Sarita Schaffel. O objetivo foi desenvolver pesquisas para traçar um perfil sociológico dos atuais oficiais do Exército Brasileiro.

O trabalho desses três pesquisadores resultou na obra *Para pensar o Exército Brasileiro no Século XXI*, sobre a qual teceremos maiores considerações posteriormente. Além disso, provocou o interesse de muitos outros pesquisadores que se lançaram a estudos de diferentes aspectos relativos à Instituição, dos quais podemos destacar: *Mulheres no Campo de Marte: um estudo sobre o habitus de gênero na oficialidade do Exército Brasileiro*, de Júlio César Gomes; *O Carisma do Comandante e Exército Brasileiro: a transformação como valor e o valor da transformação* de Everton Araújo dos Santos; *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro* e *O processo de socialização militar: um estudo com cadetes e instrutores da Academia Militar das Agulhas Negras no século XXI*, de Denis de Miranda.

A diversidade dos assuntos mostra a riqueza e a abrangência que esse campo de estudo nos oferece. Para o objetivo da presente pesquisa, antes de verificarmos se e como o pensamento conservador influenciou a formação do Exército Brasileiro, é necessário entendermos a natureza do trabalho das Forças Armadas, como elas surgiram, a que se destinam, quais as suas características e sua função como agente social.

Cabe lembrar que adotamos, para melhor entendimento, a expressão *forças militares* para designar grupos ou tropas constituídas por elementos sem vinculação institucional, arregimentados com objetivos específicos e localizados, próprios dos conflitos característicos do início da formação territorial dos Estados.

A expressão *instituições militares* foi usada na designação de tropas formalizadas a partir da constituição dos Estados Nacionais. Já a expressão *Forças Armadas* caracterizou especificamente as instituições de caráter nacional, compostas pela Marinha, Exército e Força Aérea.

4.1. Poder, dominação, violência legítima, violência organizada e guerra

De forma geral, tanto as forças militares, quanto as instituições militares e as Forças Armadas atuam com base no conflito, na disputa, na beligerância no seio da sociedade, o que para alguns autores faz parte da natureza dos homens. A mesma natureza essencialmente má e egoísta do homem e sua capacidade autodestrutiva, foi um dos argumentos da teoria de Thomas Hobbes, que embasou o *Contrato Social*.

O sociólogo Raymond Aron considera que

O homem não agride seu semelhante por instinto, mas, apesar disto, é sempre, em cada momento vítima e carrasco. A agressão física e a vontade de destruir não constituem a única reação possível à frustração, mas uma ação espontânea. Neste sentido, os filósofos não se equivocavam quando diziam que o homem é naturalmente um perigo para outros homens. (ARON, 2002, p.21)

Por isso, ele acredita na guerra como uma expressão da agressividade humana, que, embora desnecessária, vem ocorrendo desde que as sociedades se organizaram e se armaram. Os conflitos entre os indivíduos, segundo o autor, não desaparecerão, pois em todas as sociedades sempre haverá indivíduos que não se adaptam à vida coletiva e que violarão as leis, o que chamou de *desajustados*. (ARON, 2002)

Para John Keegan, essa natureza agressiva é a fonte das cisões do tecido social. “O indivíduo violento é a principal ameaça à norma de cooperação dentro dos grupos, e o grupo violento, a principal causa de ruptura da sociedade.” (KEEGAN, 2016, p. 117)

Nesse contexto, as forças militares surgem, inicialmente, como instrumento para conter essa natureza destrutiva coletiva. Surgem da necessidade de continuidade existencial dos grupos sociais em função da luta por sobrevivência que caracterizou o estado de beligerância da evolução humana. Mais tarde, com o desenvolvimento das sociedades e o nascimento do Estado, outras motivações sustentaram a sua existência.

De toda forma, a natureza primária de seu trabalho é a utilização de certo tipo de força sobre outros, que recebe muitos nomes: poder, dominação, violência

legítima, violência organizada e guerra; conceitos aparentemente semelhantes, porém complexos, que merecem uma análise.

4.1.1. Poder e dominação

Ao fim a que se destina a presente pesquisa, tomaremos a noção de poder dentro do campo das relações humanas e sociais. Dessa forma, o poder se caracterizará na relação que estabelece entre os indivíduos que interagem em um determinado grupo ou sociedade. O poder, nesse caso, só se efetiva à medida que existir a submissão de um indivíduo ou grupo a outro. Como fenômeno social, podemos analisar o poder sob três perspectivas: a dos indivíduos ou grupos que o exercem, daqueles que se submetem a ele e da esfera ou campo social no qual ele se realiza.

Pretendemos aqui enfocar o poder dentro do quadro relacional dos indivíduos que compõem as instituições, ou seja, seus atores sociais e o exercício do poder dentro do campo social das próprias instituições.

Os estudos relacionados ao poder e seu exercício remontam à Grécia Antiga. Aristóteles (1998) já o considerava um *elemento natural* que permeia as relações humanas não somente como instrumento de dominação pela força, mas também como atributo capaz de gerar entendimento nas relações sociais.

Com o objetivo de “... investigar a origem, certeza e extensão do conhecimento humano, juntamente com as bases e graus da crença, opinião e assentimento, ...” (LOCKE, 1999 p. 29), John Locke apresentou, em seu *Ensaio acerca do entendimento humano*, uma a noção abrangente de poder *pautada na filosofia, como uma ideia capaz de realizar ou receber qualquer mudança. Classificando-o em poder passivo e ativo, deteve-se no segundo, por considerá-lo presente na maioria das ideias complexas que o ser humano desenvolve.*

O poder ativo relaciona-se em mesma proporção com as ações de pensamento e movimento. No pensamento, ele se traduz pela reflexão, já no movimento, traduz-se pela paixão humana em transferir aos corpos uma determinada ação. “Trata-se de uma ideia bem obscura de poder, que não apreende a produção da ação, apenas a continuidade da paixão.” (LOCKE, 1999, p. 115)

Para o autor, ao exercício do poder mental para escolha de qualquer pensamento, reflexão ou ação humana chamamos vontade ou faculdades da mente. Em função da extensão do poder mental sobre as ações do homem, nascem as ideias de liberdade e de necessidade. A liberdade consiste no poder de se fazer ou deixar de fazer qualquer ação particular. Quando nenhuma ação pode ser realizada ou depende da ação do homem para ser produzida segundo sua vontade, ele não é livre e estará sujeito à necessidade. As ações, por sua vez, podem ser voluntárias, quando racionalmente dependentes da vontade humana, ou involuntárias, quando não dependentes dela.

Ocorre que as ações voluntárias, produto da vontade humana, ou seja, do poder mental sobre o mundo, devem estar condicionadas a determinado conjunto de relações com o meio para que ocorra o equilíbrio adequado à sobrevivência do homem. No campo social, a principal delas é a relação moral por meio da qual são estabelecidas as noções de bem e mal¹⁰² e as regras ou leis para limitar seus efeitos dentro do convívio de uma coletividade. Dessa forma, o poder, nascido no campo das ideias, vai formalizar-se socialmente através das regras, leis e normas de conduta para estabelecer moralmente seu efeito limitador das vontades individuais sobre as coletivas, condição essencial para o bom convívio, e que, em última instância constitui argumento para a criação das instituições militares como uma das mediadoras ou sancionadoras dessas regras.

*Outro autor que relacionou o conceito de poder com a noção de vontade foi o filósofo David Hume (2004). Na obra *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*, ele afirmou que o poder segue o comando da nossa vontade e é um produto da experiência como tantos outros da natureza.*

Entretanto, o controle que a mente tem sobre esse comando é limitado e, por vezes, foge à racionalidade humana ou dos conhecimentos de causa e efeito. Para o autor, isso acontece porque nossa autoridade sobre os sentimentos e paixões é muito

¹⁰² Conceitos relacionados à noção de prazer e dor. Em 1789, Jeremy Bentham (1748-1832) publica *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, na qual apresenta, sob o ponto de vista da teoria utilitarista, a tese da sujeição humana aos domínios da natureza nas formas do prazer e da dor. Segundo o autor, em função disso, a felicidade só poderia ser alcançada pela razão e pela lei. Segundo seu *princípio da utilidade*, aprova-se ou desaprova-se qualquer ação que possa, em última instância, aumentar ou diminuir a felicidade humana. O termo utilidade, nesse contexto, foi usado para designar qualquer propriedade que possa produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer ou felicidade ou que possa impedir o dano, a dor, o mal ou a infelicidade.

tênue, o que acaba por desencadear conflitos de interesse e autoestima. Isso levou a humanidade

... a estabelecer as leis da justiça para preservar as vantagens da mútua assistência e proteção, também as eternas contrariedades devidas ao orgulho e a presunção dos seres humanos levaram a introdução, na convivência social, das regras de boas maneiras ou polidez para facilitar o trato dos espíritos e um tranquilo relacionamento e comunicação.” (HUME, 2004, p.337)

Lembremos que Hume fez parte do grupo conhecido como *moderate literati*, sobre o qual falamos anteriormente, que se dedicava aos estudos da sociabilidade humana, que muito influenciou as teorias de Burke.

Na Sociologia, Weber também relacionou poder com vontade ou imposição dessa, com a ideia de dominação. Ele define poder como “... toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade.” (WEBER, 1994, p. 33) Essa imposição da vontade é exercida a partir das posições sociais ou qualidades do indivíduo.

Quando o indivíduo submetido ao poder de outro o aceita, há uma transição de forças do âmbito do poder para o da dominação, um dos elementos mais importantes da ação social, que, para Weber (1994), representa um processo social, um comportamento que orienta-se em resposta a outro dentro das relações sociais. Cabe salientar que nem toda ação social corresponde a uma forma de dominação. No entanto, a dominação tem papel fundamental na ação social.

Assim, dominação seria a

... a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer “poder” ou “influência” sobre pessoas. Em cada caso individual, a dominação (“autoridade”) assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, de interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação. (WEBER, 1994, p. 139)

Nela, um indivíduo ou grupo social exerceria influência sobre outros sob forma de submissão legítima, ou seja, reconhecida e aceita, que poderia se apresentar sob três tipos: a racional-legal, a tradicional e a carismática.

A primeira estaria baseada no mérito, na aceitação de regras e no profissionalismo das funções e dos cargos. Ela se efetiva pela obediência às leis, à vigência das normas. Seu tipo mais puro ou ideal¹⁰³, para Weber (1994), é a burocracia, característica do Estado moderno. A obediência, então, estaria relacionada às regras e não às pessoas, o que equivale dizer que a autoridade advém da legalidade e legitimidade no exercício da dominação.

Na segunda, a dominação estaria relacionada aos costumes, à tradição e a aspectos informais, de influência social ou cultural. Seus tipos mais puros são o patriarcal e o estamental, cujas características são a subjetividade e o personalismo. Weber enfatiza que “A separação entre as estruturas patriarcal e estamental da dominação tradicional é básica para toda a sociologia do Estado da época pré-burocrática.” (WEBER, 1994, p. 135)

Já a dominação carismática estaria baseada na devoção afetiva, dos dotes de quem possui o carisma, a liderança. O que predominam são os atributos de liderança da autoridade que exerce a dominação. Assim,

No caso da dominação em estatutos, obedece-se à ordem impessoal, objetiva e legalmente estatuída e aos superiores por ela determinados, em virtude da legalidade formal de suas disposições e dentro do âmbito de vigência destas. No caso da dominação tradicional, obedece-se à pessoa do senhor nomeada pela tradição e vinculada a esta (dentro do âmbito de vigência dela), em virtude de devoção de hábitos costumeiros. No caso da dominação legítima, obedece-se ao líder carismaticamente qualificado para tal, em virtude de confiança pessoal em revelação, heroísmo ou exemplaridade dentro do âmbito da crença nesse seu carisma. (WEBER, 1994, p. 141)

Autoridade relaciona-se, dessa forma, às relações de dominação e, por consequência, de subordinação, implicando em um mínimo de submissão voluntária, em obediência, representando um poder legitimado. Nas relações de autoridade, existem expectativas baseadas nas posições sociais dos indivíduos no grupo. Quando institucionalizada, a autoridade concretiza-se dentro das

¹⁰³ A noção de *tipo ideal* proposta por Weber trata-se de uma construção metodológica que pretende reunir várias características ou elementos presentes no objeto a ser estudado (normalmente uma atividade humana) e formular um conceito genérico sobre ele, que sirva de modelo. A metodologia será comparar o tipo ideal formulado com as características específicas do encontrado na sociedade e pela diferenciação deles chegar à realidade social.

organizações. A liderança, por sua vez, surge em contextos informais e está mais relacionada à relação entre os indivíduos do que à posição deles na estrutura social.

Weber (1994) considera a dominação legítima baseada nas tradições legitimadas e na autoridade decorrente dessas tradições. Dessa forma, a obediência será individualizada na figura da autoridade, pela sua nomeação, legitimação perante o grupo e pela sua anuência às regras e tradições desse grupo. A autoridade nesse tipo de dominação é reconhecida pela tradição, que lhe confere dignidade pessoal. A dominação nesse grupo tende a se perpetuar pelos instrumentos educacionais, e as relações de poder são fundamentadas na fidelidade pessoal à autoridade.

Entretanto, esse poder deve estar legitimado e aceito pelo grupo. Disso decorre que esse tipo de autoridade pode ser questionada caso entre em desacordo com as regras e tradições do grupo, o que poderá gerar o conflito no exercício do poder.

Assim como Weber, o sociólogo Pierre Bourdieu (2007) também estudou a sociedade a partir das relações conflituosas do poder. Para ele, todas as ações humanas na sociedade são motivadas pelo interesse na acumulação de recursos sob diferentes formas de capital, que seriam quaisquer posses que operem como meios eficientes no exercício do poder em dado cenário social e histórico. São recursos que, transformados em capital, funcionam como relações de poder, dentro da estrutura de hierarquias sociais, gerando conflitos e disputas pela sua escassez.

Haveria, assim, o capital econômico, relacionado aos bens materiais; o capital social, relacionado às alianças ou relações humanas; e o capital cultural, no qual estariam inseridos os saberes socialmente valorizados. (BOURDIEU, 2007) Esses capitais, que se concretizam no que denominou de *certificados de consagração coletiva*, são escassos na sociedade, o que geraria uma competição por eles. Seu funcionamento depende do reconhecimento coletivo da sua legitimidade como instrumento de poder, de se transformar em *capital simbólico*.

Dito de outra forma, quando os capitais se manifestam sob a forma de prestígio e de autoridade reconhecidamente legitimadas socialmente, configuram-se, em um *capital simbólico*, peça fundamental dos estudos de Bourdieu sobre a condição humana e fonte que anima o ser humano no anseio por dar sentido, por justificar sua existência.

Bourdieu (1989) também trabalhou com a ideia de poder dentro dos processos nos quais as relações de dominação são vivenciadas e reproduzidas através de sistemas simbólicos do conhecimento e da comunicação. Seria o *poder simbólico*. O autor afirma que, ao internalizar ou assimilar esses sistemas simbólicos, o indivíduo estrutura sua percepção do mundo. Quando ele mobiliza essas estruturas ou sistemas simbólicos para sua reprodução, pode adaptá-las às situações específicas para seu uso particular, conforme suas necessidades. Dependendo do modo como esses sistemas simbólicos do conhecimento e da comunicação são adaptados, podem acentuar a dominação, ou seja, desencadear o que Bourdieu chamou de *legitimação ideológica de assimetrias de poder*.

A importância do conceito e do mecanismo de atuação do poder simbólico encontra-se no entendimento de como ele pode ser utilizado, através das estruturas de geração do conhecimento e da comunicação, para a reprodução da dominação ideológica, um tipo de poder exercido sobre a percepção do indivíduo na sociedade e de reprodução de hábitos e comportamentos. Entretanto, para que isso ocorra, novamente voltamos à questão da legitimação, é necessário que esse poder seja legítimo.

O poder simbólico como poder de constituir o, dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p. 14)

Dessa forma, deve existir um entendimento comum das regras referentes ao tipo de conhecimento ou de comunicação entre os agentes da interação social e uma aceitação dessas regras. Elas devem ser legitimadas para que o poder simbólico se efetive. Nessa perspectiva, o poder simbólico, pode-se afirmar, é historicamente situado, pois fará sentido em determinada situação, para determinado grupo cujos membros partilham os mesmos conhecimentos, códigos, valores em uma dada realidade.

Visão semelhante tem o filósofo francês Michel Foucault (1976), para quem o poder é uma prática social constituída historicamente. Em seus estudos sobre a formação da sociedade capitalista, através das pesquisas sobre as instituições

carcerárias, materializadas na obra *Vigiar e Punir*, publicada em 1975, ele argumenta que algumas formas de exercício do poder não se caracterizam unilateralmente ou são exercidas verticalmente¹⁰⁴, mas sim permeiam as relações humanas. O poder, nesse contexto, materializa-se na realidade concreta dos indivíduos, penetrando no cotidiano de suas vidas, nos seus corpos.

A essa dinâmica, Foucault (1976) denominou *microfísica do poder*, um estudo minucioso das técnicas e procedimentos que realizam o controle do corpo nos gestos, atitudes, hábitos, gostos, discursos. Os mecanismos que exercem esse controle não são, necessariamente, criados ou regulados pelo Estado. Eles nascem de diferentes instâncias das relações sociais, não estando fixos em nenhum lugar específico da estrutura social e sim perpassando-a em toda a sua abrangência e atrelados a determinado contexto histórico. Por isso, o autor afirma que, a rigor, não existe o poder, existem práticas ou relações de poder, das quais ninguém pode fugir.

No estudo que fez sobre as instituições carcerárias, o filósofo *trabalhou com a ideia da lei como uma verdade construída socialmente em função da necessidade de delimitação formal do poder, de sua justificação para o controle das relações em sociedade. Dessa necessidade, surgem as regras do direito e os seus mecanismos de produção, transmissão e oficialização.*

Ao mesmo tempo, o autor procurou enfatizar a noção positiva de poder a partir do momento que afirma sua eficácia produtiva da realidade. Quando o poder tem por objetivo gerir o comportamento humano através de mecanismos de controle do corpo, o faz no sentido de aproveitar ao máximo as potencialidades do indivíduo, utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual de suas capacidades. Assim, simultaneamente aumenta a capacidade de trabalho do indivíduo e inibe sua vontade de resistência, transformando-o em um corpo dócil. (FOUCAULT, 1976)

Nessa perspectiva, o poder estaria relacionado à possibilidade de, através das técnicas da disciplina, manter o controle das operações do corpo, assegurando a sujeição constante e impondo-lhe uma relação entre docilidade e utilidade. Esse tipo de poder disciplinar tem algumas características. A primeira é estabelecer uma organização do espaço. Ele insere o indivíduo em uma classificação, uma

¹⁰⁴ Foucault referia-se especificamente à relação de poder atribuída ao Estado.

hierarquização dentro de uma função específica. A segunda é a sujeição do corpo ao tempo com o objetivo de uma produção máxima em um tempo mínimo, no ideal modelo capitalista. A terceira é a utilização da vigilância como instrumento de controle. A última é a necessidade de um registro contínuo de conhecimento, de reprodução desse poder. Cabe salientar que todos esses aspectos correlacionam-se entre si.

O indivíduo torna-se, então, uma produção do poder e do saber. Saber e poder que se implicam mutuamente, pois não existe uma relação de poder sem a formação de um saber ou conhecimento para reproduzi-lo. Ao mesmo tempo, todo saber assegura um campo de poder. Assim, as instituições carcerárias seriam, simultaneamente, espaços de exercício desse poder disciplinar e campo de saber das técnicas relacionadas a esse domínio. Algumas outras instituições se prestariam a essa dinâmica como por exemplo as escolas, as fábricas, os hospitais e os quartéis¹⁰⁵.

As teorias de Foucault sobre o poder vão ao encontro da perspectiva integracionista¹⁰⁶ que a Ciência Política defendia sobre o assunto entre as décadas de 30 e 50. O pressuposto dessa perspectiva era o estudo do poder como instrumento da política social, como agente integrador dos valores da sociedade. O objetivo do poder seria integrar valores definidos como acontecimentos desejados e classificados em bem-estar e deferência. O poder estaria relacionado com a participação no processo decisório.

O exercício do poder é, simplesmente, o exercício de um elevado grau de coercitividade. Quando os valores prometidos ou ameaçados são suficientemente importantes para aqueles sobre quem a influência está sendo exercida, estes últimos estão sendo coagidos: estão sujeitos a uma relação de poder. (KAPLAN & LASSWELL, 1979, p 133)

¹⁰⁵ Essas instituições podem ser parcialmente entendidas como *instituições totais*, conceito desenvolvido por Erving Goffman, na obra *Asylums*, resultado de um trabalho de campo realizado no Hospital Saint-Elizabeth, em Washington.

¹⁰⁶ São representantes dessa perspectiva os autores Abraham Kaplan e Harold Lasswell, que na obra *Poder e Sociedade* procuraram estabelecer os arcabouços conceituais de uma Ciência Política cujo objetivo era desenvolver a investigação do processo político em contraposição ao que consideravam doutrina política, que visaria, antes de mais nada, a justificativa de estruturas políticas existentes ou propostas; e Talcott Parsons que desenvolveu seus estudos sobre o poder dentro do que denominou *Teoria da Ação*.

Nessa perspectiva, as relações de poder podem se apresentar sob diferentes formas, conforme os valores em que se baseiam e os que estejam em sua esfera de atuação. O exercício do poder seria classificado em formal, designado como *autoridade*, quando reconhecida sua legitimidade conforme a fórmula política estabelecida. Já o poder não legitimado ou reconhecido, tende a assumir a designação de *violência*.

Nem sempre o poder é exercido diretamente pelo seu detentor, mas por outros a quem pode ser atribuída a responsabilidade pelo seu exercício. Isto ocorre devido à divisão de trabalho dentro de um grupo, num sistema hierárquico. Nesse caso, a hierarquia vai contribuir para a estabilidade do poder porque minimiza a possibilidade de conflito, em função do reconhecimento da posição de cada indivíduo no grupo. A ideia, então, é que o poder teria a função de contribuir para a integração do sistema social.

Em oposição a esse pensamento, o sociólogo Wright Mills (1968) apresentou na obra *Sociologia da estratificação*, publicada em 1952, sua interpretação da estrutura do poder nos Estados Unidos. O poder seria uma das quatro dimensões interconexas responsáveis pelas desigualdades sociais, ao lado de ocupação, classe e *status*. Essas dimensões foram usadas pelo autor para explicar três segmentos que ganhavam força na sociedade norte-americana à época, os líderes sindicais, a nova classe média e as grandes elites. Nesse estudo, Mills (1968) destaca as elites políticas, empresariais e militares como principais agentes das decisões nacionais dos quais emana o controle do poder na sociedade.

Posteriormente, o autor desenvolveu o conceito institucional ou estrutural de elite. Ele destacou os valores assumidos pela elite, o caráter psicológico de seus membros e a identidade política de seus integrantes como participantes de uma mesma classe social. Para o sociólogo, ao definir elites em termos institucionais, chega-se a três concepções que relacionam o poder exercido por essas elites e as relações de papéis e de valores construídas nas relações sociais de seus membros:

- 1) as posições institucionais que os homens ocupam em toda a sua vida determinam as oportunidades de obter e conservar valores escolhidos; 2) o tipo de seres psicológicos em que se transformam é em grande parte determinado pelos valores que assim experimentam e pelos papéis institucionais que desempenham; 3) finalmente, se eles chegam ou não a se sentir como pertencentes a uma classe social seleta, se agem ou não de

acordo com o que consideram seus interesses – são questões também em grande parte determinadas pela sua posição institucional e, por sua vez, pelos valores selecionados que possuem e pelo caráter que adquirem. (MILLS, 1968, p. 25)

O autor atribui grande importância ao desenvolvimento dos valores institucionalizados para que o poder seja perpetuado dentro das elites, assim como ao *status* que os indivíduos possuem dentro desses grupos.

Status e posição da autoridade formal de um grupo também são para Samuel Huntington (2016) aspectos das duas dimensões que uma relação de poder tem. Estudando as relações entre civis e militares, o autor o determinou como um dos pontos de equilíbrio dessas relações a tríade poder, autoridade e ideologias. Poder, segundo ele, seria a capacidade de controlar o comportamento de outras pessoas, podendo ser individual ou coletivo. Uma relação de poder teria duas dimensões: o grau ou volume e o alcance ou faixa de poder.

O grau ou volume estaria relacionado à extensão na qual tipos particulares de comportamento podem ser controlados. Assim, quanto maior for a autoridade do indivíduo, maior grau de poder de influência, maior *status*. Já o alcance por faixa de poder se relacionaria aos tipos de comportamentos submetidos à influência de outro indivíduo ou grupo. Nesse caso, quanto mais amplo for o alcance de sua autoridade, mais poder você terá.

Cabe salientar que a autoridade a que o autor se refere é aquela legitimada estruturalmente na relação social estabelecida por leis, regras ou pela tradição, e que o interesse do estudioso era discutir as relações entre duas instituições, dois atores sociais. Nesse caso, essas relações estariam vinculadas às posições políticas do que denominou controle civil, sendo esse alcançado “... na medida em que se reduz o poder de grupos militares.” (HUNTINGTON, 2016, p. 103)

Vemos que, em todas as abordagens conceituais apresentadas, seja sob o ponto de vista das relações individuais, seja na observação das relações entre grupos ou mesmo institucionais, a dinâmica do exercício do poder ou da dominação estará sempre condicionada às regras, leis ou tradições legitimadas e aceitas pelos agentes sociais. Caso isso não ocorra, será rompido o tecido das relações sociais e deflagrado o conflito.

As instituições militares e os militares como seus integrantes estão inseridos nessa dinâmica. Essencialmente fundamentadas na hierarquia e na disciplina, a

dinâmica do exercício do poder é uma realidade no cotidiano das relações sociais dessas instituições. O militar e sociólogo Everton Araujo dos Santos (2018), em sua obra *O carisma do comandante*, ao estudar o Exército Brasileiro, exemplifica essa dinâmica, fazendo referência ao poder simbólico exercido pela figura do comandante militar. Para ele

Este poder é tanto exercido sobre quanto por todos os militares. Normalmente é reproduzido da mesma forma, com a mesma natureza, características e intensidade nos diversos níveis de comando e chefia, sobre todos os subordinados, sem que se perceba que se reproduz no subordinado a mesma pressão imposta ou sentimentos produzidos pelo superior. (SANTOS, 2018, 34)

Apesar do cargo de comando e chefia nas instituições militares estar vinculado à questão hierárquica, ou seja, será sempre um privilégio do mais antigo, tomando como referência os postos e graduações, o tipo de poder simbólico ao qual o autor se refere não se pauta apenas nesse requisito. Ele se fundamenta, principalmente, na crença da legitimidade das palavras e das ações da figura do comandante, figura quase paternal, na qual os subordinados se inspiram. Exemplo puro da dominação carismática *weberiana*.

Na verdade, o exercício do poder dentro das instituições militares, sob a perspectiva de Weber, Bourdieu, Foucault, Hume, Locke, Mills ou Aristóteles pode ser observado em diversas situações nas relações individuais ou institucionais.

Como o *elemento natural*, descrito por Aristóteles (1998), o poder é força inerente à condição primária das instituições militares. Ele faz parte da eficiência que lhes dá finalidade à existência e à função social. No campo institucional, é a eficiência no gerenciamento da dominação pela força, pelo poder, no enfrentamento à situações de hostilidade e de conflito. No campo individual, é a eficiência para estabelecer o entendimento das relações sociais, para a perpetuação de valores indispensáveis à própria existência da instituição, sua identidade, traduzida no capital simbólico do qual nos fala Bourdieu (2007), e que pode ser observada no poder da linguagem militar, nos seus ritos, regulamentos, uniformes, canções, educação e cultura.

Todas essas instâncias também fazem parte do poder ativo preconizado por Locke (1999) sob o qual repousa a legitimidade das regras e tradições prescritas nos manuais militares. Aquela dominação racional-legal baseada no mérito, no

profissionalismo das funções e dos cargos, na burocracia, mas também a dominação relacionada aos costumes, à tradição, e na devoção afetiva, dos dotes de quem possui o carisma, a autoridade e a liderança.

Com efeito, as instituições militares, na obrigação de exercer seu poder ou dominação pela força, que lhes é inerente por natureza organizacional, no cumprimento de sua função social, necessitaram desenvolver em seus integrantes um capital simbólico capaz de unificar seus pensamentos e comportamentos como um só corpo, uma só *máquina de guerra*. (SANTOS, 2018)

Máquinas justamente montada e mantida para situações hostis e desfavoráveis que, por sua complexidade exigem uma série de atributos exaustivamente interiorizados em cada uma de suas peças, a fim de produzir o resultado almejado para o todo. [...] Máquina de guerra composta por homens que têm de agir de forma autônoma, sem perder a criatividade e a capacidade de reagir de maneira original e inteligente e que, sobretudo, imperiosamente necessitam confiar uns nos outros e no resultado do todo, do qual dependem suas próprias vidas. (SANTOS, 2018, p. 37)

Foi necessário, então, impor-lhes um poder disciplinador para a obediência irrestrita de ordens, comportamento fundamental em situações de guerra. Essa disciplina, essa forma de obediência individualiza-se na figura da autoridade, pela sua nomeação, legitimação perante o grupo e pela sua anuência às regras e tradições desse grupo.

A disciplina, constituída de

... técnicas que permitem trabalhar o corpo de maneira detalhada, submetendo-o a uma correção sem folga a fim de que se exerça um controle minucioso e absoluto sobre as atitudes, os comportamentos, os movimentos, os gestos, o tempo de duração e o espaço utilizado. (SANTOS, 2018, p. 38)

A imposição de uma relação de *docilidade-utilidade*, como nos fala Foucault (2009).

O poder, nesse sentido, é usado para a manipulação do corpo, adestrando-o e modelando-o aos objetivos da instituição, a guerra. A disciplinarização dos comportamentos de seus integrantes garante o máximo de rendimento, de eficiência. Essa eficiência submissa é um "... imperativo do campo militar que se posiciona ao lado da hierarquia e da disciplina." (SANTOS, 2018, p. 39) Ela está diretamente

vinculada às ordens recebidas da autoridade a que está submetido hierarquicamente o militar e aos regulamentos disciplinares, sendo estes últimos, outro fator de docilização dos corpos.

Nas instituições militares, as sanções disciplinares rígidas, preconizadas pelos manuais e regulamentos, funcionam, segundo Foucault (2009), como mecanismos de punição ou de recompensa, que reforçam ou reprimem um dado comportamento reconhecido como correto ou incorreto segundo as regras legalmente aceitas no grupo, o que nos lembra a afirmação de Locke (1999) sobre a relação moral do poder ativo. Assim, mesmo tendo a *liberdade* de agir conforme sua vontade, o militar estaria limitado pela *necessidade* de agir conforme as regras morais determinadas institucionalmente.

Esse mecanismo exerce uma dupla função quando, simultaneamente, assegura o cumprimento da missão precípua da instituição militar pela correta submissão de seus integrantes às regras e leis da própria instituição e regula as relações internas de convívio social, prevenindo conflitos sociais, como atributo para o entendimento como salientou Aristóteles (1998).

Isso acontece em função da existência, nas instituições militares da

... dominação da impessoalidade formalista: *sine ira et studio*, sem ódio e paixão, e, portanto, sem ‘amor’ e ‘entusiasmo’, sob a pressão de simples conceitos e dever, sem considerações pessoais, de modo formalmente igual para ‘cada qual’. (SANTOS *apud* WEBER, 2018, p. 45)

Acontece, também, porque elas são instituições que exercem a *dominação burocrática*.

Na obra *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Weber (1994) denomina como *dominação burocrática* uma das características das organizações constituídas com o surgimento do Estado moderno. Esse tipo de dominação é regida por leis ou regulamentos administrativos delimitados por competências oficiais fixas e ordenadas; possuem uma distribuição de atividades que são reguladas e necessárias aos objetivos da instituição, baseadas na hierarquia de cargos e na ordenação sequencial das instâncias administrativas e, em função disso, requerem um processo de fiscalização das atividades dos funcionários por seus superiores. Além disso, nesse tipo de instituição, os integrantes devem possuir um conhecimento especializado que determinará sua ocupação nos cargos.

Todas essas características podem ser observadas nas instituições militares e se desenvolveram ao longo da história, a partir da transformação de grupos ou forças militares constituídas por indivíduos cujo objetivo era, inicialmente, a defesa e sobrevivência do grupo, para organizações especializadas no controle do poder, com todas as suas implicações, para a defesa da soberania de Estados; o controle da violência legítima, da violência organizada e da guerra.

4.1.2. Violência legítima, violência organizada e guerra

É usual que os termos violência legítima e violência organizada sejam tomados como sinônimos. Entretanto, enquanto o primeiro refere-se a instrumentos de coerção utilizados pelo Estado para o controle social, tanto no âmbito da política interna quanto da política externa, o segundo foi criado, como vimos anteriormente, por Laswell para designar especificamente o tipo de ação desenvolvida pelas instituições militares como característica de sua funcionalidade.

O conceito de violência legítima surgiu atrelado à noção de Estado moderno. Na concepção da filosofia política, quando os indivíduos, antes vivendo no que Hobbes (1979) concebeu como *estado de natureza*, constituem o Estado, destinam-lhe o poder¹⁰⁷ de representá-los na garantia de seus direitos, bem comum e segurança. O Estado, dessa forma, desenvolve um dos mecanismos para assegurar aos indivíduos esses direitos, o uso da violência legítima para o controle social.

Essa é a vertente conhecida como *contratualista*, pela qual, a partir da necessidade de regulação e mediação das relações entre os indivíduos, desenvolve-se o *pacto ou contrato social*. Os indivíduos, evitando a sujeição ao caos social provocado pela brutalidade da própria natureza humana em saciar seus interesses particulares, unem-se para formar a sociedade civil. Por intermédio desse contrato, os homens cedem seus direitos a um soberano ou governo suficientemente forte para protegê-los contra a violência. Dessa forma, segundo Hobbes (1979), instituíam-se o Estado-nação, que seria

¹⁰⁷ Na concepção de Hobbes, o indivíduo pode ter poderes naturais, que se constituem de suas qualidades físicas ou inerentes à sua personalidade, ou poderes instrumentais, que seriam compostos por artifícios materiais para obter vantagens sobre outros indivíduos. Entretanto, para o filósofo, o poder de maior importância seria aquele que resultasse da união dos poderes de diversos indivíduos e delegado a um único ente, personificado no Estado.

... um conjunto de formas institucionais de governo, mantendo um monopólio administrativo sobre um território com fronteiras (limites) demarcados, seu domínio sendo sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência. (GUIDDENS, 2001, p. 145)

A ideia do uso da violência como instrumento legítimo do Estado na dominação ou coerção social foi amplamente discutido nas obras de Weber (1994), como já vimos. Para o sociólogo, o Estado é a consolidação das vontades dos indivíduos vivendo em comunidade em determinado território. Ele é a única fonte desse poder e a ele os indivíduos devem obediência enquanto representante legítimo dessa comunidade. Da concessão de poder pelos indivíduos ao Estado, surge a legitimidade de seus atos, mesmo aqueles considerados violentos, em favor do bem comum. Assim, segundo Weber (1994), cabe somente ao Estado a utilização de meios violentos com o objetivo de controle social em favor da coletividade.

Também Locke (1999) advogava que a mediação realizada pelo *contrato social* era responsável pela criação de mecanismos de controle social. Entretanto, enquanto que para Hobbes (1979), o estado da natureza humana baseava-se na disputa e no conflito, na natureza beligerante do homem, para Locke (1999), o estado da natureza caracterizava-se pela igualdade e liberdade, no qual os homens poderiam relacionar-se sem dever de subordinação ou de sujeição uns aos outros; uma relação pautada no uso da razão, observando-se a preservação da paz e evitando-se ferir os direitos dos outros.

A existência do Estado deveria, para o filósofo, garantir o que denominou de *leis positivas*. Leis que visavam à preservação da vida e da liberdade. O homem, então, pautado nesse estado da natureza, viveria em sociedade política com o objetivo de empregar suas forças na execução das leis positivas.

Raymond Aron (2002) acredita que o gerenciamento da violência legítima do Estado deve equilibrar dois aspectos para que consigamos ter uma sociedade na qual persistam o que Locke (1999) chamou de leis positivas e o que o próprio Aron denominou *Estado universal*, no qual predominam as ações relativas às áreas da política interna e da política externa. Enquanto na primeira tende-se a preservar o exercício da violência pelos detentores da autoridade legítima e exige-se dos indivíduos a obediência às leis, na segunda admite-se a existência de vários centros de poder entre os Estados. Assim, coexistem duas políticas distintas, aquela que

ensina os homens a viverem em paz no interior das suas coletividades e aquela que ensina as coletividades a viverem em paz ou em guerra no âmbito das relações entre Estados.

Aron (2002) argumenta que nas relações que envolvem a política externa existem dois agentes, dois personagens denominados por ele, simbolicamente, de *diplomata* e *soldado*. Ambos atuam como representantes das coletividades as quais pertencem. O diplomata representa a unidade política em nome da qual fala, já o soldado, em situação de guerra, ou seja, agindo para a função a qual se destina, administra a violência legitimada pela comunidade a qual representa.

O diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra. As relações interestatais apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais: elas se desenrolam à sombra da guerra; para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre os Estados implicam essencialmente na guerra e na paz. Como cada Estado tende a reservar para si o monopólio da violência, no curso da história, todos os Estados, reconhecendo-se reciprocamente, reconheceram a legitimidade das guerras que faziam entre si. (ARON, 2002, p.52)

Nesse contexto, o autor questiona qual seria o objetivo primeiro da unidade política, do Estado. Como resposta, retoma Hobbes (1979) e sua análise do estado da natureza: a sobrevivência. Qualquer que seja o Estado e o tipo de governo por ele instituído, deseja manter a sua coletividade e em estado de paz, que o autor classificou em três tipos: a paz de equilíbrio, que ocorre em dado momento histórico no qual as forças das unidades políticas encontram-se em harmonia, sem posição de destaque uma sobre a outra; a paz de hegemonia, quando uma das forças da unidade política sobrepõe-se sobre a outra; e a paz de império, quando a preponderância de uma das forças das unidades políticas é tamanha que todas as demais perdem a sua autonomia e tendem a desaparecer como centros de decisão política.

Ele ainda acrescenta um outro tipo de paz, fruto do progresso das técnicas de produção e de destruição da atualidade, a paz do terror, característica das unidades políticas em que cada uma detém a capacidade para desencadear sobre a outra o aniquilamento total. (ARON, 2002)

Para manter a paz, a unidade política necessita ter a garantia de que possui as vantagens e os instrumentos adequados para repelir os inimigos ou dissuadi-los. Assim, por mais que o objetivo seja a paz, compete ao Estado também o poder de usar a violência que lhe foi legitimada pela sociedade para fazer a guerra, e o instrumento para isso são as instituições militares.

A guerra seria o último estágio da política externa, um agente catalisador que anula as individualidades em nome de um objetivo coletivo, cuja natureza primária é a sobrevivência. Enquanto parte das relações sociais, a guerra será sempre baseada na pressuposição de vontades contrárias. Ela, através da violência física, é o instrumento último para imposição das vontades de um grupo sobre outro.

Em seu estudo sobre o fenômeno da guerra, Aron (2002) questiona se o ser humano teria por natureza o espírito violento e a vida em sociedade pautada pelas leis seria a forma de pacificar essa natureza, ou se, ao contrário, as raízes das guerras estariam na própria sociedade. O autor faz, então, uma abordagem das origens desse tipo de conflito sob os aspectos biológico, psicológico e social.

Biologicamente, a agressividade e a combatividade no reino animal são consideradas manifestações normais como conduta de sobrevivência da espécie. Elas também estão presentes nos seres humanos em função de termos a mesma base biológica. No entanto, a conduta agressiva pode ser modificada pela experiência do indivíduo. Segundo a escola pavloviana¹⁰⁸, ela pode ser aprendida ou esquecida. O ser humano pode receber certos estímulos que desencadeiem essa agressividade e, por outro lado, pode ser condicionado a reprimir o comportamento combativo. A frustração ou a privação de alguma necessidade são situações que podem desencadear reflexos agressivos, assim como outros fatores como a impulsividade, a competitividade ou a disputa por um bem escasso. Todos eles estão relacionados à vida em sociedade. Para ele,

Na espécie humana, porém, as manifestações de agressividade são inseparáveis da vida coletiva. Mesmo quando se trata da reação de um indivíduo contra outro, a agressividade é influenciada, de muitos modos, pelo contexto social. A agressividade de um grupo com relação a um dos seus membros, a um estranho, ou a um indivíduo de outro grupo, são fenômenos

¹⁰⁸ Refere-se aos trabalhos dentro da psicologia comportamental desenvolvidos pelo fisiologista russo Ivan Petrovich Pavlov (1849 – 1936). Seus estudos resultaram no que conhecemos hoje como condicionamento clássico pelo qual considera-se que algumas respostas comportamentais são reflexos incondicionados, inatos, enquanto que outras são aprendidas, podem ser condicionadas.

que podemos encontrar em qualquer sociedade. (ARON, 2002 p. 439)

Essa agressividade gera conflitos que podem envolver indivíduos, grupos ou nações. Quando os indivíduos encontram-se inseridos em uma mesma coletividade cujos membros estão sujeitos às mesmas normas e leis, há uma autoridade legítima, reconhecida por todos que intermediará os conflitos.

Existe, também, certa consciência de solidariedade coletiva que pode ser suficiente para inibir os conflitos ou desencorajá-los mediante o respeito pelas leis e sanções sociais. Entretanto, pode acontecer, normalmente entre grupos e entre nações, a inexistência dessa consciência de solidariedade ou de leis em comum que impeçam os conflitos. Nesses casos, eles tomam proporções maiores e desencadeiam as guerras.

Em estudos antropológicos que datam da idade do bronze, encontramos os primeiros indícios da guerra organizada, diferentes das emboscadas, expedições e lutas entre grupos de parentesco. Ao longo dos anos, as diferentes sociedades desenvolveram maior ou menor grau de agressividade e de competitividade nos combates.

Aron (2002) divide tipologicamente a guerra em quatro categorias: defensiva, social, econômico política e aristocrático conquistadora¹⁰⁹. Segundo ele, todas as quatro são formas que os indivíduos, em cada cultura e sociedade, encontraram para solucionar os conflitos, e cada uma delas cumpre uma função social.

Na primeira, característica das sociedades arcaicas nas quais predominada o ritual religioso ou competitivo, existia na guerra uma função estabilizadora a partir do momento em que o grupo adquiria, pela atividade do combate, uma consciência mais forte de sua unidade coletiva.

Na guerra social “... o julgamento da força toma o lugar da autoridade do costume.” (ARON, 2002, p.453). Nesses casos, só a diplomacia ou o combate podem decidir os conflitos, pois não há aceitação das normas entre as coletividades. Já nas categorias das guerras econômico políticas e aristocrático conquistadoras existiria uma função histórica, pois sem elas as sociedades não se desenvolveriam.

¹⁰⁹ Aron toma como referência os conceitos desenvolvidos por Philip Quincy Wright.

Segundo Aron (2002), em todas essas categorias estão presentes três elementos ou aspectos comuns que gerariam e definiriam a guerra: o espaço físico ou território, como unidade política; os recursos naturais disponíveis e o conhecimento para transformá-los em riquezas, somados aos recursos humanos, que poderiam ser transformados em soldados; e a organização das instituições militares¹¹⁰, sua disciplina e a qualidade de seus combatentes. Para ele, a potência de uma coletividade, de uma nação, depende diretamente da sua capacidade de empregar recursos humanos e materiais para sua ação de defesa e segurança. De forma geral,

As sociedades não combateriam a não ser para expandir o território que cultivam, ou de algum outro modo exploram; para submeter pessoas (hoje, estrangeiros; amanhã, escravos ou concidadãos) ou para assegurar o triunfo de uma certa idéia, religiosa ou social, proclamada verdade universal e objeto de uma missão. (ARON, 2002, p, 131)

A verdade é que, ao longo da história humana, viu-se diferentes razões para a instauração das guerras. Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1976), autor do clássico *Vom Kriege*, (*Da Guerra*), que forneceu muitas das teorias para a profissão militar e para as estratégias da guerra moderna, define-a como continuação da política, por outros meios, em busca da paz. Sua conceituação se baseia na distinção que faz entre a atividade política e a atividade militar. A primeira teria como fundamento a negociação, já a segunda o uso racional da força bruta.

Clausewitz (1976) acreditava na existência de elementos ou atores que, ao relacionarem-se entre si, alteram a condução, duração e intensidade da guerra. Seriam eles o poder político, as instituições militares e a sociedade. O poder político teria o papel de definir o objetivo do conflito e os seus limites; as instituições militares seriam responsáveis pela administração da violência; a sociedade legitimaria as ações públicas para a continuidade da guerra ou sua suspensão.

Para ele, o poder político, ou melhor, os objetivos políticos, definiriam as guerras em ilimitadas ou limitadas. Quando o objetivo era remover o poder de resistência do adversário ou “derrubar o inimigo – deixá-lo politicamente sem saída ou militarmente impotente, forçando-o desta maneira a assinar qualquer paz que nos beneficie.” (CLAUSEWITZ, 1976, p. 99), ela seria ilimitada. Por outro lado,

¹¹⁰ O sociólogo refere-se especificamente aos exércitos, nesse caso.

quando a motivação era um determinado fim, a ocupação de um território, por exemplo, ela seria limitada. Essa distinção condicionaria a guerra à atuação do Estado e às suas relações políticas.

Huntington acredita que a grande contribuição da obra de Clausewitz foi a análise que realizou sobre “... a natureza inerente da guerra e das relações desta com outras formas da atividade humana.” (HUNTINGTON, 2016, p. 78) Para ele, muitos escritores militares da época debruçaram-se sobre as mesmas questões e chegaram a antecipar alguns aspectos abordados posteriormente por Clausewitz (1976), mas o fizeram de forma abrangente e generalista. Dessa forma, *Vom Kriege* foi uma obra seminal, por apresentar o conceito da dupla natureza da guerra e também o papel do soldado nela. Assim,

A guerra é ao mesmo tempo uma ciência autônoma, com método e objetivos próprios, e condicionada na medida em que seus supremos propósitos vêm de fora. Esse conceito de guerra é verdadeiramente profissional, que incorpora elementos essenciais de toda profissão: a delimitação de uma particular disciplina independente e outra atividade e de outro pensamento humano e o reconhecimento dos limites dessa disciplina dentro da estrutura total da atividade e dos fins humanos. (HUNTINGTON, 2016, p. 78)

Apesar de creditar a Clausewitz (1976) a grande contribuição no campo dos estudos bélicos, Huntington (2016) discorda de seu conceito de uma guerra absoluta ou ilimitada. O americano afirma que o conceito não se sustenta na realidade prática, pois a guerra nunca é um ato isolado ou com fim em si mesma. “Ela só se justifica quando racionalmente empregada em favor de fins públicos.” (HUNTINGTON, 2016, p. 79) Assim, estará sempre subordinada a questões políticas que lhes são externas a sua essência e que condicionarão sua extensão e o grau de violência que empregará.

Certo é que, como já dissemos, as razões para os conflitos transcendem necessidades coletivas, questões básicas de alimentação, proteção e reprodução, como também objetivos políticos. A percepção sobre essas questões é sempre relativa, baseada na cultura e nos valores de cada sociedade, por isso, em momentos de graves inflexões da História da humanidade, ocorreram impulsos naturais cegos que desencadearam graves conflitos.

Para John Keegan,

A história conhecida do mundo é, em grande parte, uma história de guerra porque os estados em que vivemos nasceram através de conquistas, combates cívicos ou lutas por independência. Para além disso, os maiores estadistas da história foram quase sempre homens de violência; mesmo que não fossem guerreiros, compreendiam o uso da violência e não se coíbiam de a usar para atingir os seus fins. (KEEGAN, 2016, p.419)

O historiador militar João Batista Magalhães (1998) acredita que a guerra, como fenômeno social desde tempos imemoriais, ao contrário do que dizia Clausewitz (1976), não pode ser considerada apenas no âmbito das relações políticas do Estado, pois surgiu muito antes dele. Argumenta que, mesmo hoje, a guerra contextualizada em um mundo dividido em Estados nacionais, ainda é a forma pura da relação social, ou seja, a tentativa de imposição da vontade de um grupo sobre outro através da força bruta.

Na obra *A evolução militar no Brasil*, em uma breve retrospectiva acerca da origem da guerra, ele mostra que, desde o início do período *homérico*¹¹¹, quando os povos adquiriram uma existência coletiva, os conflitos se fizeram presentes, mesmo que ainda não de forma organizada, tendo em vista que, à época, a vida era essencialmente agrícola e a indústria rudimentar. Assim, a guerra tinha objetivo e alcance local restrito. “As massas que as executam combatem inspiradas, inspiradas pelo sacerdócio, a bem dizer individualmente, grupadas em torno do chefe que as dirige pelo exemplo de sua conduta pessoal.” (MAGALHÃES, 1998, p. 24)

Mais tarde, com as civilizações de Esparta e Atenas, as sociedades passaram a ter maior complexidade na estrutura de sua organização e os mecanismos para a guerra acompanharam essas mudanças. Porém, ainda encontravam-se baseados essencialmente na capacidade de lutar dos indivíduos, o que começaria a se modificar com a preponderância bélica dos atenienses sobre o mundo helênico¹¹², quando os contornos da guerra passaram a observar princípios de conduta coletiva, em *unidades de ação*, já com algumas funções definidas e com certa hierarquização.

¹¹¹ Período caracterizado pelo fim da Civilização Micênica, por volta de 1150 a.C., e o início das cidades-estados, cerca de 800 a.C., que marcam a sociedade da Grécia Antiga. O período é assim denominado por suas informações basearem-se nos escritos da literatura de Homero, *Iliada* e *Odisseia*.

¹¹² Refere-se ao território conquistado por Alexandre Magno (356-323a.C.) que compreendia toda a região da antiga Macedônia, o conjunto de cidades-estados que formavam a Grécia Antiga e a região da então Anatólia, atual Turquia, indo até o Oriente Médio e à Índia.

Apesar disso, os exércitos ainda reproduziam a organização e os costumes da nação grega e suas funções militares correspondiam à situação de cada cidadão na vida civil. Além disso, as guerras ainda eram motivadas, principalmente, pela conquista territorial, o que nos leva novamente à questão da formação do Estado, já que “Os estados sempre se desenvolvem a partir da luta pelo controle de território e população.” (TILLY, 1996, p. 49) Esse é um dos pressupostos do sociólogo Charles Tilly (1996) que na obra *Coerção, Capital e Estados Europeus*, analisa as relações entre a *coerção* e o *capital* na formação dos Estados Nacionais, tomando como base geográfica a Europa.

Para o autor, “A coerção¹¹³ compreende toda aplicação combinada - ameaçada ou real - de uma ação que comumente causa perda ou dano às pessoas ou às posses de indivíduos ou grupos, os quais estão conscientes tanto da ação quanto do possível dano”. (TILLY, 1996, p. 67) Os meios mais comuns de coerção são os exércitos, as forças de polícia, as armas, as prisões e os tribunais. O capital seria composto pelos elementos que produzem riquezas, sejam meios, indivíduos ou grupos.

A função dos meios de coerção em um conflito, em uma guerra, era o ataque aos inimigos e a proteção territorial, responsabilidade que cabia aos exércitos. Na formação do Estado, os meios de coerção tinham a função de controle interno dos ataques ao poder vigente. Também cumpriam o papel de extração, na tributação de impostos à população para sustento das necessidades estatais e militares; e de justiça, resolvendo as disputas de ordem social da comunidade. “Somente quando surgiram a produção e a distribuição é que os meios de coerção deixaram de ser os principais suportes da atividade do estado.” (TILLY, 1996, p. 108)

Cabe ressaltar que, para o autor, a configuração estatal, como organização que aplica a coerção e que exerce prioridade manifesta sobre outras organizações em determinado território, esteve presente na Europa sob diversas formas de autoridade: impérios, cidades-Estado, federações de cidades, ordens religiosas entre outras. Entretanto, o que ele caracteriza como um Estado nacional é uma unidade territorial mais ampla, que governa outras regiões por meio de uma estrutura central

¹¹³ Esse conceito difere da ideia geral de coerção como uso da força através de chantagem, ameaça ou influência.

relativamente coordenada e que conta com importantes organizações: militares, extrativas, administrativas, distributivas e produtivas. (TILLY, 1996)

Para ele, as combinações diferentes de capital e coerção produziram no território europeu três tipos diferentes de Estado a partir do ano de 990 a.C.: impérios extorquidores de tributos; sistemas de soberania fragmentada como as cidades-estado e as federações urbanas; e estados nacionais.

O primeiro tipo formou um considerável sistema militar e extrativo, mas relegaram a administração desses sistemas a elementos que detinham o poder regional o que acabou por conferir a esses uma grande autonomia. Nos sistemas de soberania fragmentada, o papel significativo, tanto na parte bélica quanto na parte extrativa, cabia às instituições consultivas e a pequenos grupos formados por coalizões temporárias e tiveram pouca durabilidade. Os estados nacionais, por sua vez, eram uma estrutura relativamente coordenada com grandes organizações militares, extrativas e administrativas. Por vezes, tinham até estruturas distributivas e produtivas. (TILLY, 1996)

Nota-se, assim, que a relação estabelecida entre a coerção e o capital, ou melhor, o desenvolvimento simultâneo da acumulação de riquezas e da concentração dos meios coercivos produziram estados ou organizações estatais distintas e, simultaneamente, um tipo específico de força militar. Para Tilly (1996), as mudanças na forma da guerra e na organização do Estado se relacionam em quatro fases distintas: patrimonialismo (de 990 d.C. até o século XV), corretagem (de 1400 a 1700), nacionalização (de 1700 a 1850) e especialização (da metade do século XIX até o passado recente).

Inicialmente, era comum aos indivíduos ou grupos que controlavam o poder local ou regional também controlar os meios de coerção e, por muito tempo, em diversas partes da Europa, a nobreza gozou do direito legal de realizar guerras. Nos primeiros séculos após 990 d.C., os reis raramente dispunham de maior contingente de força armada sob seu controle, “... um exército real era constituído da pequena força permanente do rei e das tropas que deixavam temporariamente a vida civil a

chamado dos partidários do rei.” (TILLY, 1996, p.108) Esse momento marcou o período denominado pelo autor como patrimonialismo¹¹⁴.

... uma época (até o século XV em grande porção da Europa) em que as tribos, os conscritos feudais, as milícias urbanas e forças costumeiras semelhantes desempenharam o papel principal na guerra, e os monarcas de modo geral extraíram o capital de que necessitavam, sob a forma de tributos ou rendas, das terras e das populações que se achavam sob o seu controle imediato; ... (TILLY, 1996, p. 79)

Nesse período, os grupos que controlavam os meios de coerção eram, fundamentalmente, ligados pelo parentesco, como as linhagens ducais, por exemplo; por interesses territoriais comuns, geralmente vizinhos, ou comunidades de guerreiros. Havia, também, a combinação desses três, que se configurava na aristocracia feudal. As guerras aconteciam quando um indivíduo ou grupo revelava sinais de fraqueza em relação a seu vizinho, quando ocorria uma sucessão passível de disputa ou quando não havia descendentes na linhagem sucessorial e quando surgia um novo conquistador. A vitória de um monarca estava, geralmente, relacionada à lealdade de seus vassalos.

No segundo período, denominado de corretagem, as forças mercenárias estavam à frente da atividade militar. Elas eram recrutadas por indivíduos que possuíam capital para financiar os exércitos. Os governantes, então, estavam sujeitos aos empréstimos e à arrecadação dos impostos para manter a atividade bélica e garantir a segurança de seus domínios. Lembremos que, a essa época, ainda havia o peso das ambições dinásticas na política do Estado, o que limitava a possibilidade de guerra, visto que o governante necessitava do consentimento da aristocracia para reunir os meios para lutar.

A guerra, então, reveste-se de maior peso da necessidade de recursos econômicos, pois as oportunidades comerciais e o ensejo de expansão territorial desencadeiam alianças entre Estados com o propósito de ampliar as possibilidades de extração de mais tributos. Ao mesmo tempo, estabelecem-se rebeliões em grande escala incitadas pelas tentativas dos governantes de extrair os meios de guerra ou de impor uma religião nacional.

¹¹⁴ Fica clara a relação estabelecida por Tilly entre o contexto histórico e as características econômicas e sociais dessa fase com o conceito de patrimonialismo desenvolvido por Max Weber e característico do tipo de dominação tradicional.

Entre os anos de 1700 a 1850, período em que os exércitos eram compostos por indivíduos recrutados em grande parte entre as próprias populações, tem-se o período da nacionalização. A principal característica dessa fase é o fato dos governantes agregarem as instituições militares diretamente à estrutura administrativa do Estado. Esse foi o momento da constituição dos Estados nacionais, do Estado moderno.

Esse momento para o autor, apresentou três importantes mudanças nas condições de guerra. A primeira foi que as condições do sistema de Estado passaram a fazer diferença na probabilidade e na localização da guerra. A segunda foi que os Estados em igualdade de poder é que passaram a enfrentar-se, principalmente se ocupassem territórios contíguos. A terceira foi que fatores econômicos, fundamentalmente a renda nacional total dos Estados, limitaram-lhe a capacidade militar. Dessa forma, os grandes Estados comerciais e industriais passaram a predominar no campo bélico.

O último período, que o autor limitou entre a metade do século XIX até o passado recente, denominado de especialização, apresenta as tropas, agora já institucionalizadas, como poderosa área especializada dos governos nacionais. Como consequência, houve, principalmente, uma separação entre as atividades fiscais e a atividade militar e um crescimento da divisão do trabalho entre o exército e as forças policiais. Além disso,

... as instituições representativas passaram a ter uma influência significativa sobre os gastos militares, e os estados adotaram uma gama altamente expandida de atividades de distribuição, regulamentação, compensação e justiça. (TILLY, 1996, p.79)

Podemos notar uma certa correspondência cronológica entre os períodos apontados por Tilly (1996) e o que Alvin Toffler (1994)¹¹⁵ considerou como as três grandes *vagas*, ou ondas na tradução para a língua portuguesa: a primeira *vaga* correspondente à era agrária, a segunda *vaga* à era industrial e a terceira *vaga* à era tecnológica.

¹¹⁵ Alvin Toffler (1928 – 2016) foi escritor norte-americano conhecido por seus estudos sobre a revolução digital, tecnológica e das comunicações. Seus trabalhos deram enfoque ao impacto da tecnologia, com a sobrecarga de informações, na sociedade, e no poder crescente do armamento militar, das armas e do capitalismo.

Quando a revolução agrícola lançou a primeira grande vaga de modificações na história humana, levou gradualmente à formação das primitivas sociedades pré-modernas. Isto deu origem a povoadamentos de carácter permanente e a muitas outras inovações sociais e políticas. Entre estas, por certo uma das mais importantes foi a própria guerra. A agricultura tornou-se o ventre da guerra por dois motivos. Permitia às comunidades produzir e armazenar um excedente econômico pelo qual valia a pena lutar. E acelerava o desenvolvimento ao estado. Em conjunto, estes dois aspectos proporcionaram as pré-condições para aquilo a que hoje chamamos guerra. (TOFFLER, 1994, p 43)

Na segunda *vaga*, marcada pela revolução industrial, os conflitos armados refletiram as modificações da criação de riqueza e do trabalho. Assim como a produção em massa foi o princípio da economia industrial, a destruição em massa significou o princípio da guerra da era industrial.

A terceira *vaga*, caracterizou-se, na economia, pela produção de produtos altamente especializados e, na cultura, pela quebra dos padrões claramente definidos até o momento. Os valores sociais são questionados ou ignorados e a estrutura da sociedade muda, exigindo uma necessidade cada vez maior de fluxo de informações, de computadores, de telecomunicações digitais. Na guerra, a ameaça nuclear, química e terrorista surge como instrumento possível e a sociedade civil não está mais protegida com a exclusão do combate, constituindo, muitas vezes, alvo preferencial de determinado tipo de ações.

Vemos que as fases propostas por Toffler (1994) não podem ser dissociadas da relação estabelecida por Tilly (1996) entre o capital e a coerção. Assim, a guerra derivou da conquista por tributo para as batalhas entre exércitos permanentes em função das relações econômicas e do desenvolvimento tecnológico delas resultantes.

Simultaneamente, com as inovações organizacionais e técnicas da guerra dos séculos XV e XVI, os Estados que tinham grande poder econômico e um contingente expressivo de guerreiros adquiriram uma vantagem que lhes propiciou gerar uma estrutura estável e duradoura. Dessa forma, a expansão do poder militar impulsionou os processos de formação do Estado; a guerra fez o Estado e vice-versa.

Esquemáticamente, a transformação ocorreu nos quatro estágios do patrimonialismo, corretagem, nacionalização e especialização com que agora estamos familiarizados: primeiro, um período em que os principais detentores do poder eram militares da ativa, os quais recrutavam e comandavam os seus próprios exércitos e marinhas; segundo, o apogeu dos empresários militares e dos soldados mercenários que se alugavam aos detentores civis do

poder; terceiro, a incorporação da estrutura militar ao estado com a criação de exércitos permanentes; e, finalmente, a mudança para o recrutamento em massa, as reservas organizadas e os exércitos de voluntários bem pagos recrutados essencialmente entre os próprios cidadãos do estado (TILLY, 1996, p.188)

Alguns aspectos podem ser destacados como fatores que contribuíram para a institucionalização dos exércitos em entidades permanentes. Um deles é a instabilidade na utilização de tropas contratadas, os mercenários. Tilly (1996) afirma que, nos primeiros estágios da expansão militar, os governantes acharam dispendioso o recrutamento de soldados entre a sua própria população, porque retirava-os das atividades econômicas, da produção de riquezas.

Esse problema também foi observado por Raymond Aron (2002), para ele, em todas as sociedades e épocas, sempre houve um limite para a mobilização dos exércitos nos momentos de conflitos, pois havia a necessidade de que se deixassem um certo número de indivíduos capazes de produzir os recursos indispensáveis à vida da coletividade.

Além disso, havia o risco político de uma resistência doméstica ou rebelião interna. Por isso, optavam pela contratação de mercenários. Entretanto, o custo dessa contratação também mostrou-se excessivo, ao longo do tempo, e ainda havia as diferenças no preparo das categorias das tropas, no aprimoramento do uso do armamento e, principalmente, no aspecto disciplinar.

A esse respeito, Nicolau Maquiavel, na obra *O Príncipe*, já alertava:

Se alguém baseia o seu Estado em milícias mercenárias, nunca estará estável e seguro, porque desunidas, ambiciosas, sem disciplina e infiéis; corajosas entre os amigos e vil entre inimigos; não temem a Deus, nem dão fé aos homens; adia-se a ruína somente adiando-se o ataque; na paz, o Estado é espoliado por elas, na guerra pelos inimigos. (MAQUIAVEL, 2018, p. 73-74).

Maquiavel (2018) tinha, sobre a atuação dos exércitos, uma visão próxima a de Samuel P. Huntington (2016) e Morris Janowitz (1967), as quais abordaremos mais adiante, cujas principais esferas de interesse eram as relações entre as Forças Armadas e o Estado já constituído. A discussão de Maquiavel (2018) pautava-se no grande valor das *Armas*, que para o autor se caracterizava como uma organização de soldados reunidos institucionalmente a serviço do governante com o objetivo de manutenção e conquista de novos territórios, em um Estado ainda por constituir-se.

Ainda que o governante não devesse ansiar pela guerra, ele acreditava que ela não poderia ser descartada como instrumento de dominação e como característica de um Estado organizado.

Vivendo em uma época de grande fragmentação de poder em virtude da proximidade geográfica dos principados e governos, seria natural que Maquiavel se preocupasse com assuntos relacionados à guerra. Como secretário de Florença, escreveu sobre a atuação dos exércitos, afirmando serem as leis e as Armas os principais fundamentos de um Estado. Argumentava que os exércitos poderiam se constituir de quatro formas: por forças próprias, compostos por homens leais ao governante; por mercenários, cujo interesse centrava-se apenas no retorno pecuniário; por forças auxiliares, que eventualmente poderiam ser enviadas por governantes vizinhos em ajuda a situações específicas; ou por forças mistas, que se comporiam de mais de uma dessas formas. Por considerar as Armas como instituição subordinada diretamente ao governante para a segurança do Estado, Maquiavel (2018) recomendava o uso de Armas próprias, deixando as outras formas para utilização em extrema necessidade.

Tilly (1996) relata que, por muito tempo, os maiores Estados europeus esforçaram-se para conter o uso de mercenários dentro de seus exércitos. Com o advento do Iluminismo, os custos altos e os riscos políticos levaram os governantes a realizar o recrutamento militar cada vez mais entre seus próprios cidadãos.

Outro motivo que conduziu à institucionalização das forças militares foi a evolução da arte da guerra. O progresso tecnológico desse campo transformou a atividade bélica progressivamente em uma atividade complexa e dispendiosa, o que gerou a carência de um profissional especializado para exercê-la.

Além disso, sobreveio a necessidade de instalação de organizações ou atividades complementares para a manutenção da atividade bélica e da própria burocracia administrativa estatal, como serviços de manutenção e abastecimento, formas de recrutamento, órgãos de coleta de impostos, entre outras. Essa sempre foi uma grande dificuldade no gerenciamento das forças militares, pois após a vitória sobre o inimigo, era preciso administrar as terras, os bens e as pessoas dos territórios conquistados, e isso envolvia a extração de recursos, a distribuição de bens, a administração de disputas, encargos que excediam a atividade principal da guerra, mas que eram indispensáveis para a manutenção do produto da conquista.

A atividade militar já nascia, assim, implicada na atividade administrativa, burocrática.

Aqui, uma vez mais retornamos a Weber (1994), para quem a burocracia revela-se em seu estado puro na dominação racional-legal, como já dissemos, manifestada em uma organização de caráter permanente e de cooperação entre indivíduos, na qual cada um exerce uma função especializada, características do Estado moderno e bem marcadas pelas instituições militares.

Assim, a transformação das forças militares em instituições e sua desvinculação das instâncias da atividade de segurança interna, ou forças de polícia, resultaram no que hoje denominamos Forças Armadas. Originárias do nascimento do Estado, elas têm por natureza a garantia dos objetivos nacionais, caracterizando-se por serem permanentes e por pautarem-se em uma estrutura burocrática, um conjunto normativo de leis que delimitam sua atuação na manutenção da soberania e da defesa estatal. Para fazer face aos desafios de sua função social, as Forças Armadas tornaram-se, também, instituições políticas, mas não no sentido partidário, e sim no sentido estrutural, pois necessitaram administrar as diversas dimensões das políticas públicas voltadas para a segurança nacional.

Dessa forma, embora já houvesse, desde as falanges gregas, certa distribuição de tarefas e especialização de funções para o emprego das tropas em combate, a medida que as forças militares se institucionalizaram, viram-se obrigadas a profissionalizar seus integrantes em virtude das diversas demandas tecnológicas e burocráticas advindas da evolução da sociedade e da própria guerra.

Essa institucionalização, no entanto, realizou-se gradativamente e sob certas características peculiares próprias da natureza da profissão militar.

4.2. Forças Armadas como instituição profissional

A transformação de um grupo de indivíduos isolados em forças militares e, posteriormente, em instituições militares e em Forças Armadas baseou-se em uma série de condições históricas e sociais. Entretanto, a finalidade primeira foi sempre atingir um objetivo comum ao grupo. Na verdade, é desse modo que nascem quaisquer instituições sociais.

Todo grupo social interage de modo a garantir a satisfação de determinadas necessidades comuns, que são transformadas em hábitos pela sua repetição. Para Hume,

... sempre que a repetição de algum ato ou operação particulares produz uma propensão a realizar novamente esse mesmo ato ou operação, sem que se esteja sendo impelido por nenhum raciocínio ou processo do entendimento, dizemos invariavelmente que essa propensão é o efeito do hábito. (HUME, 2004, p. 74)

O hábito é, assim, o grande guia da vida humana, é o princípio que torna nossa experiência útil e nos faz esperar, no futuro, uma cadeia de acontecimentos semelhantes aos que ocorreram no passado. Os hábitos formalizados em normas de conduta conferem estabilidade e previsibilidade à convivência social, dinâmica que desenvolve um tipo de padronização do comportamento, denominado por Peter Berger e Thomas Luckmann (1987), teóricos da sociologia do conhecimento, de *institucionalização*.

O conceito foi apresentado na obra *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Nela, os autores mostram o percurso através do qual, no decorrer de determinado processo histórico, normas de condutas que se revelaram necessárias ou funcionais para solucionar determinadas demandas da existência humana transformam-se em hábitos e se institucionalizam, baseando-se na divisão das tarefas e na definição de papéis¹¹⁶ a serem desempenhados pelos indivíduos. (BERGER & LUCKMANN, 1987)

A institucionalização desses hábitos ou comportamentos ocorre sempre que os indivíduos interpretam a realidade e interagem em função dessa interpretação. Numa sociedade, a mesma pessoa pode integrar diferentes grupos segundo padrões de comportamento cujo contexto é uma espécie de uma *moldura institucional* criada e aperfeiçoada ao longo dos anos. Essas molduras institucionais são construídas socialmente e apresentam-se sob diversas formas: religião, educação, linguagem, leis, entidades sociais. Basta que possuam estruturas normativas decorrentes de exigências sociais.

¹¹⁶ O conceito de papéis sociais para Berger está atrelado ao conceito de instituição social, como sendo a forma pela qual os indivíduos lidam com o conjunto de normas e padrões de agir e pensar, os quais garantem a produção e reprodução da vida social.

Essa interação, por sua vez, depende de um conhecimento prévio do indivíduo sobre a situação vivenciada, que vai ser adquirido no processo de socialização, aqui entendido como o meio pelo qual o homem aprende a ser membro da sociedade. A socialização é, também, um dos mecanismos que nos possibilita a construção de uma identidade a partir do momento que nos reconhecemos em determinados papéis, que interiorizamos elementos da realidade subjetiva, derivados de experiências individuais e da apreensão de padrões sociais tipificados. (BERGER & LUCKMANN, 1987)

A construção social da realidade seria, então, um processo de atribuição de significado às nossas experiências, que envolve a normatização de procedimentos, com base em conhecimentos prévios já objetivados na ordem social. Quando esse processo de atribuição de significados se rompe, quando o indivíduo não é capaz de objetiva-se na ordem social, dá-se a *anomia*, com a perda do sentido de realidade e de identidade. Para que isso não ocorra, o indivíduo estabelece estruturas de identificação, instituições nas quais pode se reconhecer e estabelecer vínculos que lhe garantam esse reconhecimento.

Essas estruturas, organizações ou *instituições sociais*, podem, então, ser designadas como complexos integrados de padrões de comportamento, regras e normas que formalizam as relações interpessoais, que refletem papéis sociais, modos de sentir, pensar e agir de um grupo ou sociedade ao longo do tempo, com os quais o indivíduo se identifica e a partir dos quais constrói sua realidade.

É interessante analisar como o conceito de papéis sociais foi aplicado dentro dos estudos sociológicos por diversos autores no contexto das representações coletivas, das instituições sociais. Na verdade, os estudos de Berger e Lukmann (1987) sobre o assunto apoiaram-se nas obras de Durkheim, um dos responsáveis pela sistematização e delimitação dos métodos de pesquisa e da abordagem científica no campo das Ciências Sociais.

Suas obras refletiam o movimento de transição do tradicionalismo religioso ao racionalismo, em uma época na qual o desenvolvimento da industrialização fazia surgir uma nova divisão do trabalho e novas relações sociais. Era um momento histórico no qual o indivíduo estava cada vez mais consciente de sua dependência ante a sociedade.

Durkheim (1995) concebia a sociedade como resultado de um tipo de solidariedade praticada entre os indivíduos e a função das relações e da divisão do trabalho seria a criação dessa solidariedade que ele classificou em *mecânica* e *orgânica*. A primeira seria baseada na semelhança entre os seus componentes – característica das sociedades tradicionais. Já a segunda, fruto das novas divisões do trabalho das sociedades modernas, teria como base a complementação de partes diversificadas. O encontro de interesses entre essas partes complementares criaria um laço social novo, ou seja, outro tipo de princípio de solidariedade, com moral própria. A solidariedade orgânica seria uma relação que tem como princípio a diversidade de papéis sociais.

O indivíduo moderno estaria, então, completamente imerso nessa solidariedade orgânica e tiraria dela sua noção de identidade, a partir de sua interação com o que denominou *atos sociais*. Esses seriam quaisquer aspectos da nossa sociedade responsáveis por moldar as ações dos indivíduos, tais como a moral, a religião, a educação, a cultura, a economia entre outros. Os fatos sociais influenciariam a construção da solidariedade e, por consequência, de uma identidade coletiva.

A individualidade, então, projeta-se como valor associado às formas modernas de solidariedade social. A ideia de indivíduo, e por consequência de identidade individual, estaria sempre vinculada à totalidade das ações, das relações sociais e, principalmente, do que denominou de *consciência coletiva*, a cuja noção o sociólogo chegou a partir do estudo do direito. Para ele, a consciência coletiva, “conjunto das crenças e dos sentimentos comum à média dos membros de uma mesma sociedade que forma um sistema determinado que tem vida própria” (DURKHEIM, 1995, p. 50), seria a responsável pela constituição de valores morais. No momento em que os indivíduos agem sobre a realidade, sofrem a coerção desses valores, que formam essa consciência coletiva do grupo ao qual o indivíduo pertence.

Durkheim (1995) afirma que a sociedade é o resultado da associação dos indivíduos, e que a subordinação desse indivíduo aos interesses gerais é a fonte de toda atividade moral. Assim, formas de agir coletivas tornam-se frequentes e viram hábitos que ganham força e se transformam em regras de conduta. Essas regras de conduta materializam-se nas relações sociais, solidificando a solidariedade orgânica

e fomentando a consciência coletiva que, em última instância é responsável pela formação da identidade individual de cada membro da sociedade.

As instituições sociais, nesse contexto, seriam o resultado dessa associação de indivíduos, dessa solidariedade orgânica baseada nos valores formados pela consciência coletiva de um grupo com objetivos comuns.

As instituições militares são o exemplo desse processo. Constituíram-se a partir de objetivos comuns, inicialmente por necessidade de sobrevivência, posteriormente por outros motivos, e caracterizam-se por congregar indivíduos que partilham dos mesmos valores e que se organizam com base em normas de conduta, possuindo uma consciência coletiva própria desse grupo. Como afirma Aron, “Um exército é sempre uma organização social, uma expressão de toda a coletividade.” (ARON, 2002, p.109)

Esse compartilhamento de valores, de uma consciência coletiva, associado aos conceitos de hierarquia e disciplina orientou a evolução e a transformação profissional da instituição militar e os estudos acerca desses temas, que iniciaram nos anos 50 e 60 do século XX, no contexto da discussão que Huntington (2016) e Janowitz (1967) desenvolveram a respeito dos modelos de Forças Armadas.

Embora o tema central não fosse a profissionalização militar e sim estudar o relacionamento entre civis e militares com o objetivo de estabelecer ou de garantir as melhores relações e o controle do âmbito civil sobre as Forças Armadas, reforçando os laços entre os militares e a sociedade, a discussão proporcionou oportunidade para pensar de forma séria a temática do militar profissional.

Antes de abordarmos o aspecto da profissionalização militar, específico do modelo profissional elaborado por Huntington (2016), é particularmente interessante a esse estudo trazer as considerações de Alfred Stepan (1975) sobre o *modelo ou padrão moderador* das relações entre civis e militares proposto na obra *Os militares da política, tendo em vista que o autor aplica-o ao Exército Brasileiro*.

Na obra, Stepan (1975) afirma que, academicamente, existem quatro modelos ou tipos ideais de relacionamento entre civis e militares: o aristocrático, o comunista, o liberal e o profissional.

O modelo aristocrático foi, segundo o autor, historicamente o que obteve maior êxito pois os valores sociais e interesses materiais das elites militares eram naturalmente os mesmos da aristocracia, visto que os oficiais eram provenientes dessa classe. Nele, “O militar tem um nível de diferenciação interna baixo, de

forma que pouco treinamento especial é necessário para fazê-lo qualificar-se como oficial” (STEPAN, 1975, p. 46) Esse modelo deteriorou-se quando a própria aristocracia entrou em falência e quando, com a industrialização, a atividade militar passou a requerer um quadro mais especializado.

No modelo liberal, cômicas do potencial de conflito existente na relação entre civis e militares, as elites políticas procuram garantir que os militares não tenham legitimidade de ação nessa esfera. “No plano ideal, o militar deve permanecer apolítico. Uma vez que o conflito de valores é reconhecido como uma ameaça em potencial, dá-se grande ênfase aos esquemas de neutralização.” (STEPAN, 1975, p. 47) Nesse modelo, os efetivos são mantidos reduzidos e desmobilizados rapidamente após uma guerra. São criadas forças correlatas como milícias ou utiliza-se o recurso de convocações oportunas de cidadãos. É o modelo que tem maior êxito em sociedades com instituições fortes e sem grandes ameaças à segurança externa.

Por sua vez, o modelo comunista, assim como o profissional, atribuem grande valor à força militar e à especialização e têm o controle dos militares pelos civis como elemento fundamental. Nele, o militar é politizado. Essa politização é feita por doutrinação, garantindo que os oficiais de patentes elevadas sejam membros do partido comunista. A debilidade desse modelo reside no fato de que, em situação de ameaças externas à segurança nacional, normalmente, os oficiais se esforçam por obter autonomia ou por dominar o partido, se ele enfraquecer.

Stepan (1975) propõe um novo modelo, o moderador, que julga aplicar-se à realidade histórica brasileira. Para o autor, ele surge em sociedades nas quais as exigências políticas são elevadas, mas a capacidade política de convertê-las em resultados efetivos é pequena. Nesses casos, a sociedade é denominada pretoriana, com alto grau de politização. Por outro lado, as instituições políticas são fracas.

Nessas sociedades, os militares também são politizados, mas não como no modelo comunista, e todos os grupos tentam cooptá-los para aumentarem sua força política. Segundo Stepan,

Em tal modelo de relação entre civis e militares, estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhes é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudanças dentro do sistema político. [...] os militares têm uma tarefa que consiste essencialmente na

atividade conservadora da manutenção do sistema. (STEPAN, 1975, p. 50)

O modelo profissional ou institucional ao qual Stepan (1975) se referiu foi o mais utilizado academicamente no estudo das relações entre militares e civis.

Huntington (2016), na obra *O Soldado e o Estado*, abordou essas relações como principal componente institucional da política de segurança nacional, afirmando ser o seu equilíbrio fundamental para a defesa do Estado nacional. Nessa obra, sugeria um modelo de relações entre civis e militares que dependia do profissionalismo militar. O modelo, por ele denominado *institucional ou profissional*, defendia que a profissão militar diferia das demais pois revelava-se como uma vocação que apresentava duas características: a função essencial do militar na administração da violência na defesa da política de segurança nacional, e o fato de possuir comportamentos básicos como o dever, a honra e a responsabilidade.

Segundo Huntington (2016), a política de segurança nacional tem por objetivo assegurar a existência das instituições sociais, políticas e econômicas de um país contra possíveis ameaças. Essa política é exercida de três formas: externamente, internamente e situacionalmente.

Na primeira forma, ela se traduz na política de segurança militar, “... o programa de atividades destinado a minimizar ou neutralizar esforços inclinados a enfraquecer ou destruir um país por forças armadas que operam de fora de suas fronteiras institucionais e territoriais.” (HUNTINGTON, 2016, p. 19)

Na segunda forma, são as ameaças internas que merecem atenção, o que o autor denominou *subversão*. Assim, haveria a necessidade de elaborar estratégias de uma política de segurança interna que se contrapusesse a essas ameaças.

Já a terceira forma, estaria relacionada à possibilidade de enfraquecimento do poder estatal em virtude do desgaste resultante de mudanças das situações econômicas, sociais, demográficas e políticas de um país.

As três formas possuem níveis de operacionalidade e institucionalidade. O nível operacional diz respeito aos meios adotados para enfrentar as ameaças e o nível institucional à maneira como esses meios serão utilizados, ou seja, à estratégia de execução.

No que se refere às Forças Armadas, à política militar, o nível operacional envolve:

- (1) questões quantitativas dos efetivos, recrutamento e manutenção das forças armadas, abrangendo a questão fundamental da proporção de recursos do Estado consignado às necessidades militares;
- (2) questões qualitativas de organização, composição, equipamento e desdobramento das forças armadas, incluindo os tipos de armas e material bélico, localização de bases, programas de ação com aliados e questões semelhantes; e
- (3) questões dinâmicas de utilização de forças armadas, como saber como e em quais circunstâncias terá uma força que ser levada à ação. (HUNTINGTON, 2016, p. 20)

Deve-se considerar que algumas dessas questões estão mais direcionadas à realidade militar dos Estados Unidos da América logicamente, país no qual Huntington baseou suas análises e teorias. Entretanto, muitos aspectos levantados pelo autor são facilmente aplicáveis de uma forma geral a qualquer Força Armada, em qualquer país, como as questões do recrutamento e do orçamento, por exemplo, e são decisivas no processo de profissionalização dessa instituição.

O cientista político analisou a profissionalização como um instrumento do controle civil sobre as instituições militares, podendo este se apresentar de forma subjetiva ou objetiva. A primeira forma, subjetiva, procura desenvolver nas instituições militares características das estruturas institucionais civis, vinculando-as diretamente à política estatal. Esse tipo de controle pode ser observado em países cuja instabilidade política provoca o surgimento de autoridades sem legitimidade para o exercício do controle estatal. Nessa situação, as Forças Armadas vinculam-se aos grupos políticos e não à nação, o que para o autor caracteriza um comportamento pouco profissional.

Já a segunda forma, a objetiva, desenvolve características específicas nas estruturas das instituições militares, ocorrendo pela profissionalização dos militares com a formação de uma ética profissional própria. Nesse caso, existem instituições cuja autoridade é legítima e formalmente aceita. Assim, distingue-se o militar do político, não havendo interposição no exercício das funções de cada profissional.

O controle civil objetivo, para Huntington (2016), é a solução para as relações civis e militares, entre o desejo de controle civil e a necessidade de segurança militar. Ele garante a proteção da sociedade de ameaças externas e das

próprias Forças Armadas, utilizando o profissionalismo militar. Quando os militares se especializam na sua função básica, a gestão da violência e da defesa do estado, retiram-se do cenário político civil.

No controle objetivo, as Forças Armadas são enfraquecidas politicamente sem que o sejam em termos militares. Elas se tornam politicamente neutras e voluntárias à subordinação. Essa teoria enfatiza o *imperativo funcional* militar de segurança nacional sem contrapor-se ao sistema político do governo e permite o isolamento do poder militar do poder político. A autonomia das Forças Armadas das estruturas políticas de governo é reconhecida pelo profissionalismo militar, o que as torna uma ferramenta do Estado.

Historicamente, Huntington (2016) demarca o desenvolvimento do profissionalismo da atividade bélica em três momentos distintos: da Idade Média até o século XVII, durante o século XVIII, fases que denominou como pré profissional, e a partir do século XIX, que descreveu como fase emergente do profissionalismo militar.

Na fase pré profissional, as forças militares eram constituídas por mercenários, para quem a guerra era um negócio. Seus serviços eram postos à venda a reis ou soberanos em troca pecuniária ou de patrimônios. Não consideravam o oficialato como profissão. As dificuldades de se gerir uma força militar composta por homens com essa natureza de motivação eram grandes como vimos pelos comentários de Tilly (1996), Aron (2002) e mesmo Maquiavel (2018), anteriormente. Na maioria das vezes, eram forças heterogêneas no conhecimento e no armamento, indisciplinados e instáveis.

Essa fase, para o autor, encerra-se com a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). A partir de então, surgem as tropas comandadas pelo *oficial amador aristocrático*, em função da consolidação do poder dos monarcas e da necessidade de tropas permanentes. O comando dessas forças era confiado a cavalheiros de origem nobre, por indicação, origem familiar ou influências pessoais e políticas.

O corpo de oficiais do século XVIII atendia mais às necessidades da aristocracia do que ao desempenho eficiente da função militar. A riqueza, as origens familiares e a influência pessoal e política é que ditavam a indicação e a promoção dos oficiais. (HUNTINGTON, 2016, p. 46)

O recrutamento da tropa variava entre o voluntariado e a conscrição, dependendo da possibilidade de pagamentos de soldos, que era feito pela Coroa, estando, assim, a tropa diretamente subordinada ao rei. Dessa forma, a função militar estava subordinada aos interesses políticos dos soberanos.

Essa situação era agravada pelo fato de que, até os anos de 1800, não havia, segundo Huntington (2016), nenhuma concepção de ciência militar como um ramo distinto do conhecimento. A literatura disponível versava sobre lições das práticas militares dos gregos e romanos e conselhos relacionados a aspectos variados na aplicação de técnicas de guerra. A função do comando era considerada uma *arte*, um talento inato. “Competência militar não podia ser transmitida nem ensinada, era um produto de fatores puramente subjetivos que existiam dentro das pessoas ...” (HUNTINGTON, 2016, p. 49)

A chegada do século XIX, com a atuação do Estado prussiano, marca o momento de profissionalização da atividade militar. Em 06 de agosto de 1808, o governo da Prússia publicou um decreto sobre o recrutamento e progressão de oficiais pelo qual

O único título a dar direito a um posto de oficial será, em tempo de paz, o da educação e conhecimentos profissionais; em tempo de guerra, bravura e percepção exímias. De qualquer parte da nação, portanto, todos os indivíduos que possuem essas qualidades estão habilitados aos mais altos postos militares. Fica abolida toda distinção de classe anteriormente existente, e todo homem, independentemente das suas origens, tem iguais deveres e iguais direitos. (HUNTINGTON, 2016, p. 50)

Essa medida abriu caminho para o ingresso ao oficialato sem distinção de classe social, com critérios pautados na educação geral e específica militar. A data marca, também, a criação da primeira escola militar especializada na formação de oficiais, a *Kriegsakademie*, cujo primeiro diretor teve como assessor Clausewitz.

Huntington (2016) afirma que o profissionalismo militar surgiu da confluência de diversos fatores. Um deles foi a expansão tecnológica, fruto da industrialização, que provocou intenso crescimento populacional e urbano, fatores que contribuíram para maior divisão do trabalho e especialização funcional. Os conflitos também passaram a ter maior complexidade, seja por conta do avanço tecnológico no armamento, seja pela maior necessidade logística e de transporte, o que vai demandar tropas cada vez mais organizadas e com indivíduos capacitados

e especializados. Essa complexidade vai exigir aumento de gestão da burocracia militar, tornando essencial o planejamento e a coordenação de várias unidades e funções, além da necessidade de profissionais com conhecimento específico para acompanhar os grandes avanços derivados da industrialização dos exércitos.

Outro fator, destacado por ele, que contribuiu para o profissionalismo militar foi o crescimento do Estado-nação. A partir do momento em que os territórios uniram-se em grandes unidades político-administrativas, houve a necessidade de uma força militar com capacidade para garantir-lhe a soberania, o que demanda um grande efetivo e recursos suficientes para sua manutenção.

A competição entre Estados fez que cada qual criasse um corpo permanente de especialistas dedicados aos interesses da segurança militar. A perda ou a ameaça de perda dessa segurança pela guerra, ou mais precisamente pela derrota na guerra, significou para cada país uma instigação imediata ao profissionalismo. (HUNTINGTON, 2016, p. 52)

Nesse aspecto, a teoria do americano converge para os estudos de Tilly (1996) no que se refere à relação entre as mudanças das guerras e a organização territorial e política dos Estados. A profissionalização militar teria se desenvolvido no período compreendido entre as fases denominadas por Tilly (1996) de nacionalização e especialização (de 1700 até o passado recente), quando os governantes agregaram as instituições militares diretamente à estrutura administrativa dos recém-criados Estados Nacionais.

Um terceiro fator seria a emergência dos ideais democráticos que ganhou força principalmente com a Revolução Francesa. O sistema democrático, aplicado na organização das instituições políticas, influenciou as instituições militares ao favorecer o ingresso ao oficialato a indivíduos que não pertenciam à classe da nobreza. Assim, "... o oficialato seria democratizado e seus membros escolhidos, não por títulos de família, mas pela escolha de seus concidadãos." (HUNTINGTON, 2016, p. 53)

Entretanto, para o autor, o fator definitivo para o crescimento do profissionalismo militar foi o reconhecimento da necessidade da existência de uma única autoridade legítima e reconhecida a quem as forças militares se subordinassem. O oficial profissional serve à nação e deve lealdade a uma instituição que corporifique a autoridade desta. "Onde há autoridades ou ideias

conflitantes quanto a reconhecer a quem cabe a autoridade, o profissionalismo se torna uma coisa difícil e até impossível de alcançar.” (HUNTINGTON, 2016, p 55)

Por fim, ele destaca, como mais um fator importante para o profissionalismo militar, o surgimento da noção ou conceito de *nação em armas*, que desencadeou a ideia de um exército nacional com o recrutamento realizado por meio do serviço militar obrigatório. Para ele, há uma relação direta entre conscrição e profissionalismo, pois quando os exércitos são compostos por soldados amadores, não engajados, há a necessidade de uma liderança especializada, capaz e experiente, ou seja, profissional.

Assim, com o crescimento do número de soldados sem experiência ou qualificação que passavam a incorporar os exércitos por períodos curtos de tempo, surge a necessidade de um profissional que os dirija continuamente, o que conduziu ao nascimento de mais uma função ou perfil para o oficial, o de educador, condição que mais tarde, já no século XX, traria grande prestígio social aos militares.

Cabe destacar que toda a análise do cientista político sobre a institucionalização e a profissionalização das Forças Armadas baseia-se na figura do oficial como dirigente da estrutura militar e cuja capacidade profissional se encontra na administração da violência em um combate armado que inclui: organizar, equipar e treinar as tropas; planejar suas atividades; e dirigir as operações dentro e fora do combate.

Para isso, seria necessário um profissional com especialização, corporatividade e responsabilidade, características consideradas por ele fundamentais e que distinguem a profissão, conceito diretamente ligado ao grau de especialização funcional de determinado grupo.

Nesse contexto, o conceito de profissão refere-se a um conjunto de atividades especializadas executadas por um indivíduo ou um grupo na busca de um determinado objetivo comum. O objetivo principal da profissão militar é a defesa da pátria e de suas instituições. Esse profissional serve ao Estado, é o instrumento de defesa e segurança da sua soberania. Por essa razão, lealdade e obediência são relevantes virtudes militares.

A especialização militar é adquirida pela educação e experiência no exercício da função, sendo, assim, pautada no conhecimento técnico e nas habilidades. Esse conhecimento, a que Huntington (2016) se refere é o formal, de

natureza intelectual e acadêmica, transmitido pela escrita e pelos sistemas de tradição culturais da sociedade. Nesse contexto, o papel da educação e das instituições de ensino é fundamental:

A educação profissional consiste conseqüentemente de duas fases: uma que comunica um amplo e liberal lastro cultural e outra que transmite as habilidades e conhecimentos especializados da profissão. A educação liberal do profissional é normalmente ministrada pelas instituições educacionais comuns da sociedade dedicadas a esse objetivo. Por outro lado, a segunda fase ou fase técnica da educação profissional é ministrada em instituições especiais dirigidas pela própria profissão ou a ela vinculadas. (HUNTINGTON, 2016, p. 27)

Isso ocorre, como sabemos, com a profissão militar que possui um sistema educacional e profissional próprio com instituições de ensino específicas cujo objetivo é a formação e a especialização dos militares.

A corporatividade, o segundo elemento destacado por Huntington (2016), é descrita como uma sensação de unidade orgânica e de autoconsciência de um grupo, bem aos moldes da teoria de Durkheim (1995) sobre a formação da sociedade baseada na solidariedade orgânica. Ela se desenvolveria na disciplina e no treinamento constante das habilidades profissionais. Haveria um vínculo comum de trabalho e de responsabilidade social no grupo. “A qualidade de membro de uma organização profissional, a par com a posse de formação especial e a aceitação de responsabilidade especial, torna-se, assim, um critério de *status* profissional que distingue publicamente o profissional do leigo.” (HUNTINGTON, 2016, p. 28)

Esse aspecto nos remete aos conceitos *weberianos*, visto que a corporatividade reúne os indivíduos em associações normalmente burocráticas, regidas pela dominação racional-legal nas quais, como já vimos, cada um exerce uma função especializada, características do Estado moderno e bem marcadas pelas instituições militares. O autor é enfático ao afirmar que “O oficialato é ao mesmo tempo uma profissão e uma organização burocrática.” (HUNTINGTON, 2016, p. 35)

A última característica, responsabilidade, refere-se ao papel social da função do profissional na sociedade. Suas habilidades e conhecimentos devem estar a serviço da sociedade. Ele advoga que “Um médico deixa de ser médico quando utiliza suas habilidades para objetivos antissociais; a responsabilidade para servir e a dedicação à sua especialidade é que lhe fornecem a motivação profissional.”

(HUNTINGTON, 2016, p. 27) Quanto a essa característica, é facilmente perceptível seu grau de aplicabilidade na profissão militar, uma vez que a atividade exige o sacrifício da própria vida no exercício da função.

Essas três características definem, para o autor, profissão como um tipo de vocação, termo que tem sua fundamentação na teoria *weberiana* sobre a cultura protestante e a implantação do capitalismo nas sociedades ocidentais. O termo vocação ou *chamamento* designaria o ato de servir a uma causa. Quando Weber proferiu, em 1918, as conferências *Ciência como vocação* e *Política como vocação* aos jovens estudantes alemães da Associação dos Estudantes Livres da Baviera, na Universidade de Munique, pretendia fazê-los refletir sobre a necessidade de se engajarem em tarefas que exigiam um alto grau de renúncia e especialização profissional, uma vocação, em um momento delicado da história alemã.¹¹⁷

Para Weber (1995), o trabalho intelectual, a ciência, enquanto profissão, significava uma vida baseada no dever vocacional e na autolimitação. As ações profissionais não poderiam estar vinculadas com ideais de ordem política e sim em certos valores que uma pessoa pode alcançar no processo de *bildung*, (treinamento). Deveriam ter, então, a característica do asceticismo e do individualismo humanista que dá ao profissional uma personalidade voltada para uma ação a serviço de uma causa cujas ações se dirigem para valores últimos.

A profissão seria uma vocação quando estivesse presente o espírito do asceticismo pelo qual o trabalho perde o estigma de obrigação para a sobrevivência e passa a significar profissão. Não é por acaso que o processo de construção do profissionalismo militar iniciou e ganhou forma precisamente nos países onde predominava a ética protestante, e cuja ênfase era nos princípios do dever, da disciplina e do sacrifício.

Para Huntington, a vocação principal do oficial é a administração da violência em certas condições prescritas.

A variedade de condições sob as quais a violência pode ser empregada e as diferentes formas de aplicação formam a base da especialização subprofissional. Elas também formam a base para se avaliar a relativa competência técnica. Quanto maiores e mais

¹¹⁷ Naquela época, a Alemanha sofrera com a derrota militar da Primeira Guerra Mundial, conflito que desencadeou a queda das monarquias e dos impérios austro-húngaro, germano e turco otomano. Isso causou grande impacto entre os estudantes, profundamente envolvidos com a guerra e com suas atividades profissionais.

complexas forem as organizações de violência que um oficial é capaz de dirigir e quanto maior for o número de situações e condições sob as quais ele se empenha, maior será sua capacidade profissional. (HUNTINGTON, 2016, p 30)

A função militar requer, dessa forma, alto grau de especialização e habilidade intelectual que pressupõe estudo e treinamento abrangente. A vocação do oficial para a administração da violência é o resultado de um processo contínuo de desenvolvimento histórico de dirigir e organizar as forças militares, que estão ligados à cultura das sociedades.

Para seu domínio, o oficial necessita ampla cultura geral e conhecimento em diversos campos do saber, inclusive e principalmente, na área do comportamento humano, tendo em vista que lidará constantemente com seres humanos e suas motivações. Sua competência profissional será testada na aplicação de seus conhecimentos técnicos militares em um contexto humano. Por isso, seu comportamento dentro da organização militar é limitado por regulamentos, costumes e tradições. Na sociedade, o militar é guiado pela consciência de seu papel social, da noção de que “suas habilitações só podem ser utilizadas para fins aprovados pela sociedade por seu agente político, o Estado.” (HUNTINGTON, 2016, p. 34)

Considerada dessa forma, a profissão militar torna-se mais do que uma ocupação, transforma-se em um estilo de vida. O oficial faz parte de uma corporatividade cuja consciência coletiva transcende seus deveres diários. Cabe salientar que uma profissão que se preocupe continuamente com a ameaça de perigo realmente deve desenvolver um elevado senso de solidariedade para que possa funcionar com eficiência. Nesse contexto, a especialização, a responsabilidade e a corporatividade, bem como a obediência minuciosa aos regulamentos, ajudam a realçar a coesão grupal e a vocação profissional. Ao mesmo tempo, ao se profissionalizar, o militar torna-se cada vez mais apto a garantir a segurança nacional e outros valores importantes em uma sociedade, tendo a autonomia da estrutura militar configurada pela lei.

Como Huntington (2016), Morris Janowitz (1967) também acredita que a profissionalização militar construiu um conjunto de características próprias a esse tipo de profissional. Para ele, essas características refletem nas questões públicas e nos aspectos políticos dentro e fora das Forças Armadas.

No entanto, enquanto o primeiro pregava um profissionalismo institucional no qual os militares se preocupariam apenas com o cumprimento de suas atividades bélicas e se distanciariam das questões políticas, o segundo, na obra *O soldado profissional*, defendia o militarismo pragmático ou funcionalista. Ele acreditava ser inevitável a politização nas Forças Armadas, tendo como argumentação o fato da crescente evolução das operações militares e do alcance das políticas nessa área em termos internacionais. As ideias desenvolvidas pelo autor foram denominadas de teoria *ocupacional*.

A profissão militar é mais do que uma ocupação: é todo um estilo de vida. O oficial faz parte de uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais. [...] A missão fatal da guerra tem exigido que o oficial esteja preparado para abandonar sua rotina e seus compromissos pessoais de um momento para outro. Isto é óbvio e prosaico. Contudo, um pouco menos explícito é o fato de que qualquer profissão que se preocupe continuamente com a ameaça de perigo requer uma forte senso de solidariedade para que possa funcionar com eficiência. A regulamentação minuciosa do estilo de vida militar tem o fim de realçar a coesão grupal, a lealdade profissional e manter o espírito marcial. Em boa medida, a doutrinação militar tem sido eficiente devido à comunidade relativamente fechada em que os militares têm vivido. Por sua vez, o estilo de vida da comunidade militar contribui para a autoconfiança e auto-consciência da elite militar. (JANOWITZ, 1967, p. 175).

Para ele, é fundamental compreender o papel das características do militar, de suas experiências profissionais e de sua formação para conseguir delimitar o tipo de relação eles terão com o meio civil em cada país. O caráter organizacional, ou seja, o tipo de comportamento gerado por um grupo que exerce determinada atividade constrói uma solidariedade que orientará esse grupo nas suas relações com outros grupos. É importante entender essa dinâmica.

Por isso, Janowitz (1967) afirma que, além da especialização do oficial militar, os preceitos da hierarquia, da disciplina e da obediência são aspectos necessários para que civis e militares possam relacionar-se de maneira positiva. Esses três elementos seriam a garantia de um certo equilíbrio de forças entre os dois lados, visto que os civis não possuem acesso às armas. Assim, para que os militares possam exercer, nos termos *weberianos*, o monopólio legítimo do exercício da força física, a profissionalização precisa estar atrelada ao grau de hierarquização, obediência e disciplinarização.

Sua teoria leva em consideração os seguintes fatores para análise da profissão militar: a possível mudança da autoridade e da disciplina militar para competências de persuasão e manipulação; a inexistência de uma característica ou capacidade profissional que diferenciasse os militares dos civis; a evolução no sistema de recrutamento dos oficiais e o desenvolvimento de um comportamento político mais explícito. Com base nesses fatores, o autor considera que o profissionalismo militar pragmático ou ocupacional seria determinado por necessidades imediatas. Considera, também, que a integração das Forças Armadas na sociedade asseguraria o controle efetivo do poder político sobre elas.

Janowitz (1967), contrariamente a Huntington (2016), defendia que os militares eram, antes de tudo, cidadãos que deveriam estar envolvidos na vida pública e que o futuro da profissão militar estava no equilíbrio entre a estabilidade organizacional e a adaptação às rápidas mudanças tecnológicas e políticas.

Para esse papel, o militar deveria estar capacitado com habilidades comuns aos administradores civis e aos líderes políticos. Dessa forma, Janowitz (1967) apresentou uma definição mais abrangente das relações entre civis e militares, defendendo novas responsabilidades militares como nas atividades relativas à manutenção da paz e à construção de um Estado, atividades que fogem das operações militares convencionais. Essa relação baseava-se na forma como o profissional, enquanto político-militar e gestor da violência, relacionava-se com os outros segmentos do governo na criação da política, no planejamento e na gestão da segurança nacional.

O controle civil pragmático reconhecia a existência de diversas formas de interação entre militares e civis em tempos de paz e de guerra. Reconhecia, também, que os métodos utilizados pelos civis para o controle das Forças Armadas dependeriam do tipo de conflito e do meio envolvente, o que implicaria uma cultura militar abrangente, capaz de interagir com os vários cenários de segurança nacional, procurando a melhor solução não só para o alcance eficiente da vitória militar, mas também para os agentes políticos.

Nesse contexto, o conceito de emprego das Forças Armadas não é mais o tradicional e sim o de *força policial sujeito à política*, pois visa relações internacionais estáveis, buscando preferencialmente a proteção, dissuasão e uso mínimo da força, sendo fundamental, para isso a profissionalização.

Talvez, a diferença maior da teoria de Huntington (2016) para a de Janowitz (1967) seja considerar a profissão militar integrada à vida política da sociedade, considerar os militares não como seres ideológicos, mas como seres políticos, o que os leva a desempenhar a essência de sua função política traduzida na vontade de combater, de defender a sua nação. Esta vontade se realiza quando o militar se sente pertencente à sociedade e à nação que defende, não podendo estar isolado dela como defendia o controle civil objetivo preconizado por Huntington. Os valores do soldado profissional não se contrapõem aos do cidadão, pois eles também são cidadãos como os demais e partilham valores comuns com a sociedade civil.

Um pouco depois de Huntington e a Janowitz, em 1977, Charles Moskos publicou *From Institution to Occupation* (Da Instituição à Ocupação), obra na qual apresenta o modelo pluralista ou ocupacional/convergente ou ainda institucional/ocupacional, uma síntese dos modelos anteriores. Para o autor, as Forças Armadas norte-americanas estariam em transição do modelo institucional para o ocupacional. Nesse modelo, a profissão militar seria consequência dos valores do mercado que teriam se sobreposto aos institucionais.

Moskos (1977) constrói sua tese analisando as Forças Armadas sob os conceitos de instituição e de ocupação. Levando em consideração que uma instituição é legitimada pelos valores e pelas normas organizacionais, pelas quais os interesses gerais sobrepõem-se aos interesses próprios, o autor afirma que os militares estariam vinculados à instituição por força de um chamamento, uma noção de autossacrifício. Os militares seriam não só os agentes diretos da administração da violência, mas igualmente os seus analistas, preparadores e gestores.

Segundo Moskos (1977), quando o perfil dos militares estivesse relacionado ao grau de institucionalização, os valores que os moveriam seriam o senso de dever ou honra. Nesse contexto, as Forças Armadas estariam legitimadas por valores normativos nos quais a justiça militar ocuparia papel determinante e seria um dos elementos de separação entre militares e civis. A remuneração pecuniária não seria o principal atrativo para a profissão e sim o reconhecimento social e a atuação abnegada em servir ao país e à sociedade. Por outro lado, quando a profissão militar é relacionada aos valores ocupacionais,

... percebe-se que a orientação segue os preceitos do mercado e que o interesse individual rege a conduta dos indivíduos, havendo

pouco espaço para o sentido holístico do dever ou da honra. A disposição dos membros da organização tende a ser horizontal e a remuneração predominante é o dinheiro. Em termos legais, vale a jurisprudência e os códigos civis. (COSTA, 2020, p, 185)

Qualquer que seja o modelo adotado, é coerente afirmar que a profissão militar tem como característica comum com outras profissões um conjunto de conhecimentos especializados, adquiridos através de uma formação específica, de treinamento e de uma experiência avançados. A característica peculiar da profissão militar, mesmo com as transformações tecnológicas e as possíveis implicações políticas que subjazem a atividade, continua a ser sinteticamente resumida na expressão de Lasswell, a administração da violência. Nesse ponto, não há como fugir à afirmação de Huntington:

A função militar é desempenhada por um técnico de profissão pública burocratizada, especialista na administração da violência e responsável pela segurança militar do Estado. Um valor ou uma atitude só faz parte da ética profissional militar se for deduzido ou derivado da especialização, da responsabilidade e da organização peculiares da profissão militar. (HUNTINGTON, 2016, p. 83).

Para o autor, a busca por esse profissionalismo, pelo contínuo desempenho objetivo da função profissional, dá origem a um tipo de *mentalidade militar* realista e conservadora que tem na ética profissional sua personificação.

Faremos, agora, uma análise comparativa entre o que Huntington (2016) propõe como elementos dessa mentalidade e os pressupostos elencados por Burke (2014) como características da mentalidade conservadora.

4.3. Mentalidade militar e mentalidade conservadora

Com o objetivo de aprofundar sua análise sobre o profissionalismo da atividade militar, Huntington (2016) propõe, ainda em sua obra *O Soldado e o Estado*, o estudo do que denominou *mentalidade militar*, o que para o autor pode ser feito examinando-se a sua substância, ou seja, as atitudes, os valores, as opiniões e a visão desses profissionais.

Para ele, dado que os militares também estão inseridos em determinada sociedade e cultura, sendo, portanto, suas atitudes o reflexo de suas origens sociais,

políticas ou religiosas, e não somente de sua mentalidade, a melhor solução é assumir o estudo sob a perspectiva *weberiana* do tipo ideal, obtido

... mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de encontrar um quadro homogêneo de pensamento. (WEBER, 2001, p. 137)

Dessa forma, ele sugere que a base seja a *ética profissional militar*, o conjunto de perspectivas, valores e atitudes que fazem parte do desempenho da função de um militar. Da mesma forma que a profissão que representa, a ética profissional militar não se situa localmente ou temporalmente. “Desde que não haja alteração básica na natureza da função militar, não haverá mudança alguma no conteúdo da ética profissional.” (HUNTINGTON, 2016, p 84) Sendo assim, ela se torna um padrão pelo qual é possível estudar e julgar a mentalidade e o profissionalismo dos militares em qualquer tempo e de qualquer lugar.

Para a comparação entre a mentalidade militar e a mentalidade conservadora, tomaremos, então, os elementos apresentados por Huntington (2016) sobre a ética profissional militar e os dez princípios gerais que norteariam o pensamento e o agir conservadores, elencados por Russel Kirk, na obra *The Conservative Mind: From Burke to Eliot* (A mente conservadora: de Burke a Eliot), produto final de sua tese de doutorado, publicada em 1953. Simultaneamente, tentaremos alinhá-los com as temáticas extraídas das obras de Edmund Burke, que baseiam o pensamento conservador moderno.

A escolha pelos princípios apresentados por Russel Kirk (2014) deve-se ao fato de serem uma síntese, aplicada por ele ao comportamento humano, dos preceitos gerais da obra de Burke (2014).

Kirk foi o pioneiro no resgate do pensamento burkeano, após a Segunda Guerra Mundial. Em A Mente Conservadora, tradução para a língua portuguesa, procurou reconstruir a história da tradição do pensamento político conservador norte-americano. Ele defende que o conservadorismo não se caracteriza por conceitos delimitados, já que

Não existe um modelo conservador, e o conservadorismo é a negação da ideologia: é um estado conservador, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social. A posição chamada conservadora se sustenta em um conjunto de sentimentos, e não em um sistema de dogmas ideológicos. (KIRK, 2014, p. 103).

Kirk (2014), então, elege dez princípios que seriam a essência do conservadorismo.

O primeiro princípio seria a *crença numa ordem moral duradoura*. Segundo o autor, o conservador acredita que o colapso do que considera a *ordem moral* foi responsável pela maioria das guerras, convulsões sociais e atrocidades da humanidade. Dessa forma,

Uma sociedade em que os homens e as mulheres são governados pela crença numa ordem moral duradoura, por um forte senso de certo e errado, por convicções pessoais de justiça e de honra, será uma sociedade boa – seja qual for o mecanismo político utilizado;... (KIRK, 2014, p. 105)

Como segundo princípio Kirk (2014) ressalta a *adesão aos costumes, convenções e continuidade*. Para o conservador, os costumes são responsáveis pela coesão social, são o que mantém os grupos unidos por uma identificação natural. As convenções, corporificadas nas leis, garantem os direitos e determinam os deveres para que haja paz social. Já a continuidade trataria de unir as gerações, perpetuando as tradições, que nesse contexto podem ser definidas como

... um conjunto de convicções, crenças, valores, atitudes, comportamentos, opiniões, disposições, sentimentos e percepções de um determinado grupo social construído ao longo dos anos pela interação de seus integrantes, que persiste por várias gerações e se expressa nos costumes, nos hábitos e nas normas deste grupo, definindo as formas de relacionamento, as relações de poder e a visão de mundo existentes entre seus integrantes. É o amálgama que permite uma certa dose de consenso essencial à manutenção da ordem social do grupo e a sua caracterização como tal (SANTOS, 2018, p. 230)

O autor denominou de *consagração pelo uso* o terceiro princípio. Segundo ele, “Conservadores afirmam ser improvável que nós, modernos, façamos qualquer descoberta nova e extraordinária em moral, política ou gosto.” (KIRK, 2014, p. 106) Assim, existe uma ênfase no que já foi testado e experimentado, que já foi aprovado pelo seu uso.

A *prudência* é o quarto princípio, e talvez o mais caro aos conservadores. Principalmente em se tratando de questões públicas, qualquer situação deve, no pensamento conservador, ser objeto de extrema prudência, julgada por suas consequências a longo prazo e não por suas vantagens imediatas.

Para Kirk (2014), os conservadores são afeitos à *variedade*. Esse seria o quinto princípio. A variedade natural, pessoal e institucional enriquece a sociedade. A diversidade é saudável e estimula o crescimento individual e entre os grupos. O nivelamento leva à estagnação social. Essa é a crença do conservador.

“Por ser o homem imperfeito, uma ordem social perfeita jamais pode ser criada.” (KIRK, 2014, p. 108). Essa seria a ideia central do princípio da *imperfectibilidade*. Não existe sociedade perfeita, apenas aquela em que a ordem, a justiça e a liberdade são a conduta da maioria dos indivíduos.

O sétimo princípio une dois componentes fundamentais para a vida em coletividade: *liberdade e propriedade*. Para o conservador, elas caminham juntas. A propriedade privada garante a estabilidade e a produtividade de uma sociedade. Através dela, segundo o pensamento conservador, o indivíduo aprende a exercer seus direitos e deveres, suas obrigações legais e morais. A liberdade estaria vinculada à possibilidade de

Poder conservar os frutos de seu próprio trabalho; poder ver que o próprio trabalho é duradouro; poder deixar as próprias posses aos descendentes; poder elevar-se da condição natural de uma pobreza opressora à segurança das conquistas permanentes; ... (KIRK, 2014, p. 108)

O oitavo princípio se baseia no natural espírito das *comunidades voluntárias* norte-americanas. Os conservadores defendem esse tipo de associação, mas *se opõem ao coletivismo involuntário*. Por eles, as decisões que afetem a vida dos cidadãos devem ser tomadas coletivamente, por meio das associações privadas, nas quais a liberdade de participação é garantida e nas quais a ação em comunidade ensina a prudência, a caridade e a eficiência. (KIRK, 2014, p. 110)

O *poder e as paixões humanas* são forças que necessitam de limites para o conservador. Esse é o nono princípio. Segundo ele, o conservador tenta equilibrar o poder, situado no campo político, para que não haja a possibilidade do surgimento da tirania ou da anarquia.

Um Estado em que um indivíduo ou um pequeno grupo é capaz de dominar as vontades dos pares sem restrições é despótico, seja chamado de monarquia, aristocracia ou democracia. Quando cada um pretende ser um poder em si mesmo, então a sociedade cai na anarquia. (KIRK, 2014, p. 110)

Já as paixões humanas, como a ganância e o ódio, podem levar o indivíduo a posições extremadas que, em última instância, desestabilizam a ordem social, necessitando, portanto, de limites.

O último princípio elencado pelo autor diz respeito à carência de um *equilíbrio entre permanência e mudança*. Para o pensamento conservador, a sociedade caminha progressivamente, fator altamente positivo para que ela não se estagne. No entanto, sem uma saudável permanência de valores, interesses e convicções duradouros, que dão estabilidade para essa contínua progressão, a sociedade acaba no caos. Assim, essas duas forças devem estar sempre combinadas.

O autor é enfático em considerar que “As fontes da ordem conservadora não são escritos teóricos, mas, em vez disso, o costume, a convenção e a continuidade.” (KIRK, 2014, p. 129). Por isso, ele acredita que os traços marcantes na distinção do pensamento conservador surgem em determinados contextos históricos e culturais.

Nesse ponto, e em alguns outros, suas ideias encontram-se com as de Huntington (2016), para quem *a ideologia conservadora é produto dos conflitos sociais que se estabelecem em determinados momentos da história. Esses conflitos surgem quando um grupo social ou político desafia alguma dimensão ou característica da ordem vigente*.

Essa é a razão de seu interesse no estudo das relações militares e o poder civil. Também é o motivo pelo qual afirma que o conservadorismo está atrelado à história e à tradição, pois surge a partir de uma ameaça específica, sempre circunscrita a uma conjuntura histórica particular, ponto em comum com Burke (2014). Para Huntington (2016) esse talvez seja o motivo pelo qual o conservadorismo não possua uma estruturação teórica ou normativa; porque é refém das condições históricas de cada sociedade.

Em junho de 1957, Huntington publicou o ensaio *Conservatism as an Ideology* (Conservadorismo como uma ideologia). Para ele, ideologia é “... um sistema de ideias preocupado com a distribuição de valores sociais e políticos compartilhados por um determinado grupo” (HUNTINGTON, 1957, p. 454). Por

isso, diferentemente de Kirk (2014), o autor considera o conservadorismo como uma ideologia.

Nesse estudo, ele apresentou três interpretações acerca da natureza do conservadorismo. Uma delas é a teoria aristocrática, na qual o conservadorismo moderno seria uma reação da nobreza agrária à Revolução Francesa e aos princípios liberais ao longo do século XVIII e meados do século XIX. A segunda seria a teoria autônoma, que considera o conservadorismo um sistema com autonomia de ideias, que pode ser definido com base em alguns *valores universais*, tais como, justiça, ordem, moderação e equilíbrio. A última teoria seria a situacional, que vê o conservadorismo como uma resposta, ou estratégia, adotada como recurso à ameaças sobre as instituições estabelecidas.

Segundo a primeira teoria, o conservadorismo seria a ideologia da aristocracia e estaria ligada ao feudalismo. Nesse caso, uma política conservadora estaria fadada ao insucesso nos Estados Unidos, tendo em vista a ausência de um período feudal.

Na segunda teoria, o conservadorismo surgiria a partir de algumas variáveis históricas, dentro de contextos específicos, não estando, portanto, ligada a interesses de classes. Ele seria, como já dissemos, um sistema autônomo de ideias. Essa teoria foi popular entre os conservadores norte-americanos no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, pela sua democratização e pela disponibilidade, acessibilidade, e independência de qualquer tipo de vínculo ideológico ou econômico.

A teoria situacional, leva em consideração o comprometimento do conservadorismo com a defesa de certa ordem social. A tradição conservadora, seguindo esse raciocínio, reafirmaria o valor das instituições e das práticas do presente, opondo-se, assim, às mudanças. A ideia seria de preservação da ordem social já existente e, caso houvesse necessidade de mudanças, que elas transcorressem gradualmente. Essa teoria assemelha-se muito aos pressupostos de Burke (2014).

Na verdade, Huntington (1957) acredita que o inglês foi o conservador arquetípico. Dessa forma, sua metodologia foi enumerar os pontos centrais da teoria *burkeana*, analisando em que circunstâncias históricas elas se manifestaram. O elemento em comum a essas três teorias é sua relação com o tempo, com o processo

histórico, outro ponto que também coincide com um dos princípios elencados por Kirk (2014).

Vejam, então, como os princípios de Kirk (2014) podem se relacionar ao que Huntington (2016) considera como a *substância da mentalidade militar*.

Inicialmente, destacamos a crença de Huntington no fato de que “A existência da profissão militar pressupõe interesses humanos em conflito e emprego da violência para defender esses interesses.” (HUNTINGTON, 2016, p. 85)

Sob esse prisma, torna-se fácil entender o porquê da ética profissional militar admitir o conflito como um padrão universal. É característica da função militar, e, por consequência, de sua mentalidade, acreditar na natureza *hobbesiana* do ser humano, em sua fraqueza e egoísmo, o que o conduz à luta. O homem, apesar de ter traços de bondade e de racionalidade, também apresenta comportamentos maus e irracionais em qualquer tempo e local, independente da cultura e da história dessa sociedade.

A ética profissional militar mostra-se, dessa forma, cética e pessimista em relação à natureza dos seres humanos, encontrando-se em sintonia com o princípio da necessidade de limitação ao poder e às paixões humanas destacado por Kirk (2014) e, por consequência, com as ideias conservadoras de Burke (2014). Nesse contexto, as instituições militares agiriam como elementos limitadores das ações últimas das sociedades na defesa do caos gerado pelos conflitos entre os indivíduos.

Para Huntington,

A guerra é sempre provável e extremamente inevitável. Suas causas imediatas resultam das políticas conflitantes dos Estados, mas suas causas fundamentais refletem bem no fundo a natureza humanas quais existem as fontes de todos os conflitos. (HUNTINGTON, 2016, 88)

Dessa forma, o ceticismo da mentalidade militar em relação à natureza humana transfere-se, também, aos dispositivos institucionais destinados a evitar a guerra, pois nenhum tratado ou mesmo acordos diplomáticos resultam em ações efetivas para deter um conflito se não refletirem as realidades do poder entre os Estados. Considerando-se que não existe ser humano perfeito, também não pode existir sistema político ou sociedade perfeita, ficando-se, assim, vulnerável às instabilidades do comportamento humano, o que nos leva ao princípio da imperfectibilidade.

Essa situação conduz o profissional militar a envidar esforços em uma constante expansão e fortalecimento dos recursos bélicos e dos conhecimentos tecnológicos necessários para o enfrentamento das ameaças que podem advir dessa instabilidade política e social. É o que salienta Huntington:

Como consequência disso é que o militar se mostra favorável a manutenção da mais ampla variedade possível de armas e forças desde que cada sistema de armas seja mantido suficientemente forte de modo a poder lidar com a ameaça que lhe cabe enfrentar. (HUNTINGTON, 2016, 90)

Por isso, outra característica da mentalidade militar é estar em permanente alarme quanto à possibilidade de ameaças à segurança nacional.

Torna-se interessante observar como uma característica conduz a outra. A necessidade de estar permanentemente pronto para a defesa do Estado, pois "... a responsabilidade da profissão é fortalecer a segurança militar do Estado." (HUNTINGTON, 2016, p. 86), leva o militar à especialização e à busca pelo profissionalismo. Por sua vez, isso requer cooperação, organização e disciplina.

Huntington (2016), então, ressalta o valor do trabalho cooperativo, afirmando que, em função da natureza dos meios que empregam na execução de seu dever, os militares tendem a dar grande importância ao trabalho em grupo e que, muitas vezes, eles submetem a sua vontade pessoal em favor desse grupo. Não se pode questionar que a profissão militar é uma atividade essencialmente grupal e a cooperação, a coesão dos elementos, é fundamental para o êxito de suas missões.

Frank D. McCann (2007) acredita que

... a identidade individual e os sentimentos de auto-estima e satisfação de um soldado estão vinculados a seu senso de participação e integração em uma identidade coletiva maior. Um senso de honra compartilhado serve de ligação entre o soldado individual e a entidade coletiva ou corporativa. (McCann, 2007, p. 35)

Esse é um aspecto que, guardadas as devidas proporções, pode ser relacionado ao tipo de espírito comunitário desenvolvido pelos primeiros colonos americanos ao qual Kirk (2014) se referiu e que Burke (2014) defendia com a **visão da sociedade como uma comunidade cooperativa**. **“O homem é antes de tudo um animal social. Só existe em grupo. Só se defende em grupo. E o mais importante só se realiza em grupo.”** (HUNTINGGTON, 2016, p. 86)

Assim, ideias de coesão, trabalho em grupo, cooperativismo e, principalmente, de lealdade estão sempre em alta conta no sistema de valores do militar. “Na esfera individual, essas lealdades pessoais, que são parte importantíssima da cultura brasileira, poderiam ser associadas à idealizada lealdade pátria.”, acredita Frank Mccann (2007), referindo-se especificamente à história do Exército Brasileiro.

São, também, ideias que remetem à unidade básica da sociedade, à família, a qual Burke considerava elemento fundamental para o desenvolvimento do sentimento pátrio. Para ele,

“... o amor ao pequeno núcleo da sociedade a que pertencemos, é o primeiro princípio (o germe, por assim dizer) dos sentimentos de afeição pública. É o primeiro elo de uma cadeia que nos une pelo amor à nossa pátria e à humanidade.” (BURKE, 2014, p. 67)

Essa afeição à família e à comunidade, ao grupo social ao qual pertence, transfigura-se no culto às tradições e aos costumes, com o que identifica esse grupo como uma nação, com o que, em última instância, é o dever do militar resguardar: os valores, os costumes, a tradição, as leis, o território, a liberdade de determinada sociedade. Burke afirmava que “Um povo que não cultiva a memória de seus ancestrais não cuidará de seus descendentes.” (BURKE, 2014, p. 55)

Esses sentimentos coadunam-se não só ao princípio do apelo à liberdade e propriedade, como ao que exalta os costumes e tradições. Por consequência, ele leva o profissional militar a ter grande apego à história.

Para Huntington, “A vocação militar é uma profissão porque acumula experiências que fazem um conjunto de conhecimentos profissionais.” (HUNTINGTON, 2016, p. 86) O militar acredita no aprendizado pela experiência, não só a sua, mas aquela advinda pelo estudo histórico. Por isso, a ética profissional militar dá valor ao estudo comparativo, sistemático e objetivo da história, dos fatos e fenômenos do passado que podem servir de aplicação futura, característica que se relaciona com o que Kirk (2014) denominou consagração pelo uso e à adesão aos costumes, convenções e continuidade.

Entretanto, isso não significa que o militar, assim como o conservador, seja um indivíduo retrógrado ou avesso às inovações e mudanças. Ao contrário, pelo fato de sua área de atuação estar em constante evolução tecnológica, o militar

necessita manter-se atualizado, o que requer dele uma mentalidade aberta às mudanças. Apesar disso, existem aspectos nos quais ele se mantém cauteloso, como diz Huntington, “O militar ideal é conservador em estratégia, mas de mentalidade aberta e progressista com respeito a novas armas e táticas.” (HUNTINGTON, 2016, p. 94)

Assim como os conservadores, os militares se mostram favoráveis ao progresso, mas prudentes em relação às mudanças repentinas, e precisam testar, experimentar antes para aceitar as novas condições. Acreditam que existem sempre aspectos necessários à preservação. Como Burke, pensam que

Quando as partes úteis de uma velha instituição são preservadas, e se adapta àquilo que conservamos, um espírito vigoroso, uma atenção firme e perseverante, variados poderes de comparação e combinação, e os recursos de uma inteligência pródiga em expedientes devem ser exercidos. (BURKE, 2014, p. 182)

Essa prudência tem como base a ética profissional militar, a responsabilidade de manter a ordem e o equilíbrio social do Estado. Afinal, “A existência da profissão militar depende da existência de Estados-nação capazes de manter um estamento militar e de querer mantê-lo em virtude de ameaças à sua segurança.” (HUNTINGTON, 2016, p. 87)

Isso significa, conseqüentemente, que o militar admite o Estado-nação como a melhor forma de organização política, pois nela está a justificativa para a manutenção e o emprego da força militar, que deve constituir-se instrumento da segurança estatal.

A existência da profissão militar como instrumento da segurança do Estado pressupõe sua estruturação com base na hierarquia e na obediência. “Para que a profissão desempenhe sua função, cada escalão dela deve ser capaz de merecer a obediência leal e instantânea de seus subordinados.” (HUNTINGTON, 2016, p. 96) É a lealdade ao ideal de seu dever para com a sociedade, para com o Estado que determina o grau de profissionalismo do militar. “Só se forem motivadas por ideais militares serão as forças armadas servidoras obedientes só Estado, como será garantido o controle civil.” (HUNTINGTON, 2016, p. 97)

A mentalidade militar, é, então “... pessimista, coletivista, historicamente situada, orientada para o poder, nacionalista, militarista, pacifista e instrumentalista em sua visão da profissão militar.” (HUNTINGTON, 2016, p. 102)

Assim,

O conservadorismo identifica-se perfeitamente com a ética militar, mormente no que concerne à aceitação das instituições existentes, à concepção da inevitabilidade de uma realidade imperfeita e à desconfiança em relação a projetos que tenham por propostas a reversão radical desta realidade imperfeita. O militar, assim, atribui realismo ao conservadorismo. A realidade é imperfeita e é com esta realidade imperfeita que ele tem de lidar. (SANTOS, 2018, p. 200)

Apesar disso, a mentalidade militar conservadora não se configura estática no tempo. Como Santos (2018) afirma, ela age de forma intensa e metódica pois necessita ser construída dentro da instituição militar. Para manter-se, a ação de conservar seus valores e de transmiti-los às novas gerações está sempre em conflito com as forças sociais de mudanças. Assim,

Conservar e manter valores, crenças e atitudes dentro de um grupo social ou de uma instituição cujos integrantes encontram-se continuamente expostos às influências exógenas que os impulsionam à mudança, e ainda transmiti-los às novas gerações, o que talvez seja ainda mais difícil, se constituem num verdadeiro e poderoso movimento contra o movimento da mudança. Isso se faz por meio de ação social, e não de inércia social, como normalmente se pensa; gera conflitos, não sendo meramente o resultado de uma postura inercial. (SANTOS, 2018, p. 207)

Como vimos, existem vários pontos em comum entre as características da mentalidade militar descrita por Huntington, os princípios elencados por Kirk (2014) para o que denominou mentalidade conservadora e o que Burk (2014) preconizava ideias norteadoras do pensamento conservador.

Para facilitar a visualização desses pontos em comum, elaboramos um quadro comparativo que relaciona as principais ideias. Na sequência, passaremos a analisar como essas características se desenvolveram dentro do quadro histórico da formação do Exército Brasileiro, principalmente dentro das estruturas educacionais de formação de sua oficialidade.

Tentaremos visualizar de que forma esse tipo de mentalidade militar realista e conservadora, como afirma Huntington, apresenta-se em uma instituição com raízes ibéricas tão culturalmente distintas da sociedade inglesa da qual se originou o pensamento conservador *burkeano*.

Tabela 1: Quadro comparativo – mentalidade conservadora e mentalidade militar

Temáticas presentes nas obras de Edmund Burke	Princípios da mente conservadora segundo Russel Kirk	Aspectos conformadores da mentalidade militar segundo Samuel Huntington
Resistência às mudanças e apelo à prudência, à conciliação e ao reformismo	Consagração pelo uso Prudência Equilíbrio entre a permanência e a mudança	Destaque à continuidade Posicionamento pacifista e prudente, contrário a atitudes belicosas e aventureiras
Crítica ao racionalismo e culto às tradições, aos costumes e à história	Adesão aos costumes, convenções e continuidade	Valorização das tradições e da história
Ceticismo e defesa da religião e da moralidade	Crença numa ordem moral duradoura Limitação ao poder e às paixões humanas Imperfectibilidade	Ênfase na imutabilidade, irracionalidade, fraqueza e maldade da natureza humana Destaque das ameaças contra a segurança do Estado
Papel do Estado e da sociedade na construção da ordem social	Apelo à liberdade e propriedade Defesa das comunidades voluntárias e oposição ao coletivismo involuntário Afeição à variedade	Aceitação do Estado-nação como forma de organização política e da supremacia da sociedade sobre o indivíduo Crença nas forças militares como sustentação da ordem social Exaltação à obediência

Fonte: a autora.

5. Exército Brasileiro

Para garantir um verdadeiro exército, o oficial deveria ser o primeiro e o último aos olhos do soldado; primeiro e último em sua atenção, obediência e estima.

Edmund Burke

Analisaremos, a partir de agora, aspectos da evolução histórica e da formação dos oficiais do Exército Brasileiro que possam apresentar as marcas da influência do pensamento conservador *burkeano* que foi, como vimos, adaptado à realidade social e cultural brasileira.

Considerando a abrangência temporal e a riqueza de fatos que caracteriza a história dessa Instituição, abordaremos alguns dos aspectos que envolvem sua estrutura, organização e relações sociais, com ênfase na formação de sua oficialidade, desde a fase colonial até a implantação da Academia Real Militar na cidade de Resende, no Estado do Rio de Janeiro.

A escolha por esse período justifica-se por acreditarmos que a constituição da sociedade brasileira, por seus aspectos culturais ibéricos, tenha influenciado no Exército Brasileiro o desenvolvimento de uma mentalidade conservadora com características próprias que foram reforçadas pelas características conservadoras já presentes na mentalidade profissional desse grupo em função dos imperativos da função militar.

Além disso, a concepção dos pesquisadores estudados, é que, principalmente após a Proclamação da República, essa organização construiu as bases para sua institucionalização e profissionalização.

Finalmente, a formação dos oficiais brasileiros, especificamente do Exército, sofreu várias mudanças ao longo da história, seja em sua estrutura, seja no aspecto doutrinário, fruto, principalmente, de fatores políticos e sociais vivenciados pela Instituição. Essas mudanças influíram decisivamente na estruturação da mentalidade desses profissionais.

5.1. Evolução

A evolução histórica das Forças Armadas Brasileiras acompanhou a constituição do país. Iniciou-se com a formação das primeiras tropas de origem portuguesa, a partir da necessidade de defender a então Colônia portuguesa das inúmeras invasões de outras nações. Mais tarde, desenvolveu-se paralelamente à formação do país e de outras instituições nacionais.

Esse processo sofreu implicações devido às especificidades da nossa colonização, da extensão territorial do país, da origem e miscigenação que compôs a população brasileira e de outros fatores que influenciaram a formação da nossa sociedade, cujas peculiaridades vimos anteriormente.

Para facilitar a compreensão, principalmente em relação aos fatos históricos relacionados à evolução militar, segmentaremos nossa abordagem em três fases: Colônia, Império e República.

5.1.1. Colônia

A principal característica no aspecto militar da fase do Brasil como Colônia de Portugal é que, nesse período, o interesse da Coroa lusa era apenas assegurar a conquista, defesa e expansão do território recém-descoberto. Para isso, D. João III decretou a edificação da capital da Colônia como uma fortaleza defensiva tanto de ataques indígenas quanto de invasões estrangeiras. Além disso, determinou o comando a um donatário com poder militar e função de comandante.

Esse foi o início da legislação militar, que data de 1534. Segundo Nelson Werneck Sodré (2010), cuja obra *História Militar do Brasil*, apresenta a evolução militar brasileira em três fases¹¹⁸, com essas ações, observou-se em nosso território “... a conjugação de dois tipos de organização militar, o europeu e o americano, justapondo-se e reagindo um sobre o outro, no sentido de enfrentar os assaltos externos.” (SODRÉ, 2010, p. 37)

A defesa marítima era responsabilidade de Portugal, que, assim, assegurava a garantia da costa litorânea e o escoamento dos produtos comercializados. Para a

¹¹⁸ As três fases apresentadas pelo autor são: a fase colonial, que corresponde ao período da conquista ultramarina por determinação da Coroa portuguesa até o processo de Independência; a fase autônoma, que abrange da Independência até o fim da chamada República Velha; e a fase nacional, que se inicia em 1930 e segue até a implantação do Governo Militar, em 1964.

defesa terrestre, Sodré considera que existiam, nesse período, três tipos de organizações militares: as regulares, as semirregulares e as irregulares.

As regulares eram compostas por tropas vindas de Portugal com o objetivo de defesa contra as tentativas de invasão estrangeira, principalmente dos franceses, na Guanabara e no Maranhão, e dos holandeses em Pernambuco.

As tropas semirregulares foram constituídas pelos Serviços de Ordenanças

... regulares do ponto de vista de que institucionalizadas pela legislação, a partir dos primeiros documentos, as Cartas de Doação e as Cartas de Floral, concedidas aos donatários, e ampliadas com os Regimentos baixados aos governadores-gerais, mas irregulares do ponto de vista de que não eram compostas de soldados, mas de moradores, povoadores, sesmeiros, que deixavam os seus trabalhos para acudir às necessidades militares, quando se apresentava a oportunidade; ... (SODRÉ, 2010, p. 32)

As tropas irregulares se organizavam com base na iniciativa dos colonos e povoadores e tinham por interesse atender às necessidades particulares desses indivíduos, estando, portanto, à margem da legislação. Essas organizações eram conhecidas como *bandeiras*, usadas tanto na defesa territorial quanto no policiamento, na destruição de quilombos, no apresamento de indígenas e em outras situações. “O fato é que a ocupação, o povoamento, a produção revestir-se-iam de um caráter guerreiro que o meio impunha.” (SODRÉ, 2010, p. 33) Dessa forma, as propriedades ganharam feições de pequenas fortalezas e as povoações eram sempre cercadas de muros, com os moradores armados e prontos para a defesa.

O historiador argumenta que a missão das forças militares nos três primeiros séculos de dominação lusa foi assegurar a *empresa da colonização*, o que se concretizou com a posse, a manutenção e a expansão territorial. A colonização esteve sempre baseada no regime da “... grande propriedade produzindo sob o trabalho escravo e para o exterior, estabelecida em região colonial, com uma sociedade dividida em senhores e escravos.” (SODRÉ, 2010, p. 78) Essa situação impactou, ao longo do tempo, a forma de militarização de nosso território, pois determinava a localização geográfica das tropas e mesmo a sua função¹¹⁹.

¹¹⁹ Vale ressaltar que, desde 1641, havia em Portugal o Conselho de Guerra, órgão superior para regular a justiça e disciplina militares, que organizou a força terrestre entre Exército de Linha, Ordenanças e Tropas Auxiliares e as Cortes, com soldados pagos e que dividiu o Reino em Províncias militares, num conceito de organização territorial de defesa onde se incluíram as

Os inimigos eram o pirata estrangeiro e o índio nativo. Ao primeiro aplicava-se a luta armada com o objetivo de expulsão. Ao segundo, o método variou entre o extermínio e a tentativa de escravização ou de catequização, de acordo com a maior ou menor resistência de cada grupo étnico aqui encontrado.

Para Mercadante (1978), a ética medieval, que caracterizou a expansão ultramarina, cujo objetivo era, também, propagar a religião cristã, foi responsável por implantar na Colônia brasileira a ideologia da guerra santa. Essa ética, tinha por base o que o autor denominou *mentalidade cavaleiresca*, caracterizada pelo sentimento da honra vinculada ao feudalismo e à cruzada. Nela,

O ato honroso é gratuito, sem fins mercantis, é atributo da alma e não do corpo. Sendo guerreira a nobreza, sua virtude ganha-se na luta armada, nos campos de batalha, onde a honra é conquistada, quer em serviço de Deus, quer em serviço do Rei. (MERCADANTE, 1978, p. 16)

O serviço de Deus passou a condicionar a conduta do guerreiro, que devia, então, obediência à Igreja no combate aos infiéis.

Contra piratas e índios, organizavam-se os Serviços das Ordenanças comandadas pelos próprios senhores de terras com reforço, quando necessário, de expedições da Metrópole¹²⁰. As fortificações iam sendo edificadas ao longo da costa nos locais de portos para resguardar o escoamento da produção. Não havia, portanto, concepções políticas na organização das forças militares, que seguiam as necessidades da estrutura econômica e social que se impunha naquele momento.

Outra característica importante nessa fase foi a instituição de uma burocracia ligada às atividades militares. A esse aspecto se refere Robert Ames Hayes (1991) no livro *Nação Armada, a mística militar brasileira*. Segundo o autor, os militares em função de comando nas Ordenanças exerciam, também, funções administrativas, fiscais, judiciárias, legislativas, na estrutura de governo da Colônia, muitas vezes pela inexistência ou incapacidade dos funcionários burocráticos locais de atender as exigências e necessidades governamentais diárias.

fortalezas e suas guarnições permanentes. Esse sistema foi parcialmente transplantado para o Brasil, com as adaptações necessárias à realidade e condições de nosso território.

¹²⁰ Essas expedições eram organizadas em *Terços*, unidades táticas compostas por dez companhias de cem homens, comandadas por capitães, chamados mestres de campo, auxiliados por um sargento-mor e por um ajudante.

As forças militares brasileiras, já nasciam, assim, atreladas às estruturas políticas e administrativas do Estado português, que, como vimos era centralizador e patrimonial, o que, a longo, prazo reforçaria o caráter conservador dessas forças.

Após o início do ciclo de mineração, além do inimigo externo, surgiu outra ameaça ao governo português, o próprio povo. Com a tributação extorsiva imposta pela Metrópole, a população se revoltou e passou a se constituir fonte de constantes conflitos. A Coroa portuguesa, então, não pode mais limitar-se a delegar poderes aos donatários e se sentiu obrigada a instalar amplo aparelho administrativo para garantir efetivamente o controle sobre a produção da mineração. Assim, adotou, a partir de então, uma nova política, mantendo o monopólio comercial sobre os produtos açucareiros e extrativistas além do poder de explorar as jazidas.

Para isso, necessitou de uma força militar ampliada e de um imenso poder público representado pelas Milícias, que assumiram a tarefa de policiar a população, procurando coibir as mais diversas tentativas de sonegação e evasão de recursos. Assim, viu-se gradativamente o declínio das Ordenanças que passaram a atuar somente em territórios onde não havia a atividade mineradora.

O comando e a direção das organizações militares, dessa forma, começa a transferir-se para as mãos da Metrópole, que as proveria com elementos de sua confiança, enviados do Reino ou aqui recrutados entre os portugueses. As Milícias assumiram caráter permanente e, em função da atuação na repressão à mineração e aos movimentos de revolta contra Portugal, que começaram a surgir nas incondições, tenderam a antagonizar-se com a população.

Quanto ao recrutamento das Milícias, o historiador Gustavo Barroso salienta que

Nessa época, o recrutamento era feito de três maneiras: o recruta à força, que servia 16 anos; o voluntário, que servia oito; e o semestreiro, filho do lavrador ou do ricoço, que servia seis meses no primeiro ano de praça e três nos sete anos seguintes. Os milicianos, terminado seu tempo de serviço, deviam conservar o uniforme e o armamento reíúnos por tempo igual ao que tivessem passado nas fileiras, estando prontos para qualquer chamado. (BARROSO, 2019, p. 29)

Nas tropas regulares do Exército os postos mais altos do oficialato eram ocupados por portugueses trazidos da Metrópole ou por membros da aristocracia rural, o que reforçava as relações sociais políticas e econômicas da sociedade

colonial e, novamente, fazia perpetuarem-se as características conservadoras ibéricas.

Esse tipo de recrutamento era característico desse período histórico, como vimos anteriormente nos estudos de Tilly (1996) e Huntington (2016). Trata-se de um período inicial dos exércitos permanentes europeus, no qual o grau de especialização e profissionalização apresentava-se ainda incipiente, e o recrutamento dos oficiais realizava-se entre a nobreza.

Segundo Carvalho (2006), o recrutamento nesses moldes possibilitava, ao mesmo tempo, a identificação dos oficiais com as camadas politicamente dominantes da sociedade e o afastamento deles do restante da população. Para o autor, essa foi uma característica herdada pelo Exército Brasileiro no início de sua formação.

A tradição aristocrática do recrutamento dos oficiais seria também responsável por retardar o surgimento da coesão interna dessa Instituição. Mesmo que aos portugueses coubesse aquela plasticidade social descrita por Holanda (2014), que lhes facilitasse aceitação da miscigenação, a hierarquização presente nas relações sociais aristocráticas aplicadas às estruturas militares afastaria os oficiais de seus soldados, à época recrutados entre as camadas mais degradadas da sociedade.

No século XVIII, o interesse da política militar desloca-se para o sul do país, tanto pelas necessidades econômicas internas como em função das relações internacionais, com o problema em torno da fixação dos limites fronteiriços envolvendo os domínios português e espanhol, que ficou conhecido como Questão Platina¹²¹. Para Sodré,

As organizações militares que se destacam, na medida em que o tempo avança, são, assim, as irregulares sulinas, as Milícias de cavalaria, comandadas pelos estancieiros transformados em chefes militares, os Regimentos lusos, que são deslocados para a colônia, e os mercenários estrangeiros, que vêm reforçar a tropa repressiva ou destinada a operações contra os castelhanos. (SODRÉ, 2010, p. 79)

¹²¹ Lideranças políticas do Uruguai, Argentina e Paraguai pretendiam reunificar os territórios platinos sob os antigos limites que demarcavam o antigo Vice-Reinado da Prata com o objetivo de obterem crescimento econômico e de limitar a influência econômica do Império Brasileiro, cujo interesse era preservar os direitos de navegação na região do Rio da Prata. Essa disputa resultou em diversos conflitos e, posteriormente, na deflagração da Guerra do Paraguai.

Interessante observar que, se aplicarmos a tipologia proposta por Aron (2002), vista no capítulo anterior, temos que, durante esse período, o território brasileiro esteve imerso nas quatro categorias de guerra: a defensiva, posta em prática pelos nativos por ocasião da chegada dos portugueses e demais conquistadores estrangeiros; a social, levada a cabo pelos próprios portugueses, principalmente na disseminação da religião católica; e a econômico política e aristocrático conquistadora, pela necessidade de defender as riquezas do novo território e de expandir a produção e de desenvolver a Colônia.

Já se traçarmos um paralelo com as teorias de Tilly (1996), em seu estudo sobre as mudanças na forma da guerra em relação à organização do estado, podemos afirmar que a fase colonial brasileira estaria entre a corretagem e a nacionalização. As principais características para classificá-la à corretagem seriam: o fato de a atividade militar ser realizada, predominantemente, por forças mercenárias ou contratadas e, fundamentalmente, pelos próprios colonos; a necessidade de amplos recursos econômicos em função da atividade militar estar relacionada diretamente à expansão territorial; e a incidência de rebeliões em grande escala incitadas pelas tentativas dos governantes de extrair os meios de guerra ou de impor uma religião nacional, no caso a católica romana.

Quanto à classificação da fase colonial como nacionalização, vemos claramente como principal característica o fato das instituições militares estarem diretamente ligadas à estrutura administrativa do Estado.

Em 1699, o monarca português Pedro II, contratou oficiais europeus para empreender, na Colônia brasileira, reformas militares a semelhança das já iniciadas em Portugal. A estrutura do Exército regular foi alterada e criaram-se as armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, que tinham como instrutores da tropa os engenheiros portugueses, presentes em solo brasileiro desde o início da colonização, pela necessidade da construção de fortificações para defesa do território.

Data, também, desse ano, a criação de um novo código de Artigos de Guerra que, embora muito rígido, padronizava as punições, associando-as com a natureza das faltas. Antes de sua implantação, “Não havia um conjunto de normas, sendo que a modalidade da punição era deixada ao livre arbítrio dos oficiais superiores. As penas de morte e de tortura eram ainda aplicadas com muita frequência.” (HAYES, 1991, p. 27)

A vinda da Corte para o Brasil marca o início de um novo ciclo para nosso território que, administrativamente, passa a ser a sede da Metrópole. Entretanto, no contexto militar, teremos ainda por muito tempo a herança de uma estrutura ancorada nas características da fase colonial, assim como no contexto econômico e social. Nesse sentido, Sodré afirma que “A separação entre o Brasil e Portugal não trouxe à colônia, assim grande abalo social, e não correspondeu a alterações profundas: a estrutura de produção permaneceu a mesma, a posição das classes sociais permaneceu a mesma.” (SODRÉ, 2010, p. 86)

Dessa forma, manteve-se o regime da grande propriedade, do trabalho escravo e da economia de exportação. Entretanto, Portugal teve que solucionar alguns problemas oriundos da fase anterior, e, não possuindo recursos para constituir uma estrutura militar adequada a atender suas necessidades, subordinou-se à Inglaterra, “...dominadora dos mares e dominadora das trocas, que será a dominadora do mercado interno e a dominadora das finanças.” (SODRÉ, 2010, p. 90), tanto no fornecimento do material bélico, como na própria defesa naval da costa brasileira. Cabe lembrar que foi a Marinha inglesa quem forneceu a escolta militar na fuga da família real quando Napoleão invadiu Portugal.

Na tentativa de incrementar a estrutura militar da nova Metrópole, diversas iniciativas foram adotadas, como a criação da Academia Real Militar e da Real Academia dos Guardas Marinhas; a instituição do Corpo da Brigada Real do Brasil, a inauguração do Arsenal Real da Marinha e da Real Fábrica de Pólvora; além da criação da Intendência e Contadoria da Marinha.

Datam, ainda, do governo de D. João VI, a inauguração de novas oficinas na fábrica de armas da Fortaleza de Santa Cruz, a instalação de várias fábricas de espingardas em Minas; a criação de milícias na Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará, Goiás, Mariana e Ouro Preto, e a fundação do Regimento de Lanceiros Guaranis, composto de índios, nas Missões. (BARROSO, 2019)

Esse período, segundo Magalhães (1998), foi fecundo para a organização do sistema militar brasileiro no sentido de maior autonomia em relação ao de Portugal, com o desenvolvimento em nosso território de certos órgãos necessários à administração militar que aqui se instalou.

Assim, em 1808, são formados três ministérios: Reino; Marinha e Ultramar; e Guerra e Estrangeiros. Em 1821, eles são desdobrados em quatro: Reino e

Estrangeiros; Marinha; Guerra; Fazenda. Sobre isso, Magalhães salienta, “Fato importante foi a criação do Ministério da Guerra, subordinando todas as forças militares terrestres, e unificando o trato das questões militares de terra, até então a cargo dos vice-reis e capitães-gerais.” (MAGALHÃES, 1998, p. 237)

Depois que D. João VI voltou a Portugal, precipitaram-se os acontecimentos que resultariam na Independência do Brasil e na instauração da fase do Brasil Império.

5.1.2. Império

A Independência brasileira se processou sob grave e profunda crise na economia brasileira em função da concorrência sofrida pela produção de cana-de-açúcar, no exterior, da diminuição da exportação do algodão, após o término da guerra da independência dos Estados Unidos da América, e da dificuldade na produção de couros em decorrência das lutas na região platina.

Considerando-se que “As organizações militares, parte do aparelho de Estado, refletem sempre as condições da sociedade que as geram.” (SODRÉ, 2010, p. 91), pode-se perceber que havia muitas dificuldades para se organizar uma estrutura militar adequada à nova condição do território brasileiro.

Não apenas dificuldades materiais, decorrentes da crise econômica, mas também políticas, pelas mudanças que a Independência produziu. Entre elas, o autor destaca a necessidade de levar o exercício da autoridade a todo o território, tarefa demasiadamente difícil pela “... imensidade geográfica do Brasil, com vários focos de turbulência, alguns já na fase da rebeldia declarada;...” (SODRÉ, 2010, p. 95) Além disso, havia o problema da consolidação das fronteiras na zona platina, em conflito há muito conflagrado.

Soma-se a esses fatores a qualidade do recurso humano disponível para compor as tropas. À época, o recrutamento dos soldados era feito entre os servos, os escravos e elementos da camada média da sociedade, o que Sodré diz constituir as *sobras urbanas*. (SODRÉ, 2010)

Essa camada média surgiu como uma classe social intermediária, a partir do crescimento demográfico e do mercado interno. Estava representada pelo grupo mercantil, pelos funcionários e artífices. Com ela, surgiu, também a pequena

burguesia, cujo precoce aparecimento é uma das peculiaridades de nossa formação histórica. Existia, ainda, uma pequena classe trabalhadora não escrava.

Outro fator importante salientado pelo historiador é o surgimento, nessa fase, de um segmento cujos indivíduos, antes ligados à classe senhorial, em função das crises econômicas, veem-se destituídos de sua posição social e passam a ocupar as profissões liberais. (SODRÉ, 2010)

Havia muita dificuldade para arrematar homens para o Exército e a Marinha. Os escravos preferiam o cativo a engajarem-se nas Forças Armadas e a utilização deles nessa tarefa não era bem-vista pelos senhores de terras, que perdiam a mão de obra. Para Sodré:

Em condições normais, a classe dominante não necessitava do aparelho militar para impor a sua dominação de classe: só na tarefa repressiva que exerceu quando das rebeliões provinciais houve essa necessidade, porque naquelas rebeliões a luta de classes se manifestou. Daí a sua subestima pela atividade militar. (SODRÉ, 2010, p. 94)

Por isso, foi necessária a contratação de mercenários estrangeiros; indivíduos em postos subalternos e, em alguns casos, oficiais em postos superiores. Obviamente que havia um desequilíbrio na postura e conduta militar de cada grupo de mercenários contratados, dependendo do grau de instrução e do tipo de treinamento e de cultura, e isso também se revelou um problema a longo prazo, com situações de indisciplina e insubordinações.

Os mercenários, recrutados nos subúrbios da Europa, tinham, muitas das vezes, poucos conhecimentos táticos, eram indivíduos violentos e sua ação contribuiu para que a população desenvolvesse uma visão cada vez mais negativa em relação à profissão das armas e repelisse o interesse no ingresso ao Exército e à Marinha dos chamados *homens de bem*¹²². Nesse contexto, não se pode negar que “O recrutamento militar será melhor ou pior conforme o prestígio da profissão militar, a situação material e moral dos militares.” (ARON, 2002, p. 119)

Outro aspecto particularmente importante a ressaltar em relação à participação de tropas mercenárias na história da formação militar brasileira é que,

¹²² Sodré exemplifica a hostilidade de que era vítima a oficialidade brasileira citando o pedido feito, à época, por um oficial português a D. João no sentido de que não se concedesse aos oficiais brasileiros, servindo no Exército, posto acima de capitão e que os que tivessem posto superior a este fossem destituídos.

seja pela diversidade técnica e cultural de seus indivíduos, seja pelo curto tempo de permanência em nosso território, não teriam elas contribuído para a consolidação de conhecimentos militares suficientes a serem transmitidos para as gerações futuras.

Por muito tempo, então, as forças militares, principalmente as do Exército e da Marinha, ressentiram-se de recursos humanos especializados. O próprio imperador, D. Pedro I, após a declaração de Independência, precisando de soldados, organizou uma Guarda de Honra, composta por homens escolhidos entre a aristocracia portuguesa e organizada em um estado-maior e três esquadrões de 158 homens cada um. Essa Guarda foi dissolvida em 1832. (BARROSO, 2019)

Interessante observar, já nessa época, os indícios da mentalidade conciliatória característica do conservadorismo na estrutura militar que aqui se formava, pois ao mesmo tempo imitava modelos e padrões disciplinares de combate e de organização portugueses, foi forçada, em várias ocasiões, a adaptar-se às condições sociais e econômicas que a realidade do território e da história brasileira lhe impunha, como com a contratação dos mercenários, por exemplo.

Mesmo a característica do recrutamento de oficiais entre a nobreza, herança de nossa colonização ibérica, aqui encontrou sua adaptação. Carvalho (2006) afirma que, apesar de Portugal ter abolido esse sistema em 1832, ele persistiu no Brasil até o fim da monarquia. No entanto, para que aqui sobrevivesse, teve que permitir que “... se relaxassem os critérios de nobreza.” (CARVALHO, 2006. p. 16) Dessa forma, podiam ser recrutados como *cadetes*¹²³ os filhos dos oficiais das forças de linha, das milícias, das ordenanças e, mais tarde, da Guarda Nacional.

Assim, mesmo preservando o pressuposto *burkeano* conservador de que as instituições são o resultado da sabedoria e das tradições acumuladas pelas gerações anteriores, ao continuar com o recrutamento entre a nobreza, foi necessário conciliá-lo à realidade brasileira.

A Constituição de 1824 definiu a composição geral da estrutura militar ainda seguindo os moldes coloniais. Seriam três linhas: a primeira, composta da tropa regular e paga; a segunda e a terceira, compostas de Milícias e Ordenanças,

¹²³ Cadete, historicamente, era a designação recebida pelo filho não primogênito da nobreza europeia que seguia o sacerdócio ou a carreira militar. Alguns países passaram a usar a palavra para nomear os jovens nobres que estudavam em escolas militares ou que eram iniciados como soldados em alguma força militar antes de serem admitidos como oficiais.

auxiliares e gratuitas. A partir de então, tem-se as três categorias militares, Exército e Marinha, Milícias e guardas policiais ou Ordenanças, com efetivo e recrutamento fixados anualmente. O Artigo 145 definia a finalidade dessas forças como de sustentação da Independência e integralidade do Império.

Ao Exército, cabia a defesa das fronteiras e seria nelas sua localização física; às Milícias, cabia a manutenção da ordem pública nas comarcas, não lhe sendo autorizada a saída desses limites e cujos oficiais seriam eletivos e temporários; às guardas policiais ou Ordenanças, cabia a segurança física dos indivíduos, perseguindo e prendendo os criminosos. Somente em casos de rebelião ou invasão externa, com a autorização da Assembleia Geral, as tropas seriam desviadas de sua ocupação.

Os artigos 147 e 148 estabeleciam que as Forças Armadas deviam obediência total à autoridade legítima, que para o contexto da época era o Imperador. A Constituição proibia que os oficiais se reunissem em assembleias deliberativas, mas permitia que concorressem a cargos públicos. Para Hayes, “Isto permitia aos oficiais que tinham inclinação política que dessem vazão às suas tendências sem que isto viesse a ser ilegal, o que poderia provavelmente implicar no envolvimento da tropa.” (HAYES, 1991, p. 48)

O Decreto de 1º de dezembro de 1824 determinou a organização do Exército, repartindo-a em 1ª e 2ª linhas. A 1ª linha era composta pelas Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, contando a Infantaria com Batalhões de Granadeiros, de Caçadores e o do Imperador. Os mercenários faziam parte da Infantaria. A Cavalaria constava de 7 Regimentos e a Artilharia de 17 Corpos de artilharia, 12 de Artilharia de Posição e 5 de Artilharia Montada.

Além disso, havia um estado-maior general, um corpo de engenheiros e um estado-maior. Essa era a composição, mas não foi plenamente executada, pois inexistiam no país as condições militares materiais e doutrinárias necessárias para isso. Teoricamente, o efetivo total era de 30 mil homens. Na prática, chegava, quando muito, a 12 mil homens. (MAGALHÃES, 1998)

Nos anos seguintes, essa organização sofreu diversas modificações “... por motivos ocasionais e sem obedecer a nenhuma diretriz firmemente estabelecida ...” (MAGALHÃES, 1998, p. 251)

Quanto às forças marítimas, com o retorno de D. João a Portugal, e, posteriormente, a Independência, houve o deslocamento da maior parte dos navios e das forças navais, eminentemente portuguesas. José Bonifácio, então, tomou as primeiras medidas destinadas à criação de uma força naval nacional capaz de atender às necessidades que se apresentavam e contratou mercenários da Inglaterra e do Chile, entre eles Lord Thomas Cochrane¹²⁴, que teria papel fundamental na consolidação do processo de Independência brasileira nas províncias do Nordeste e do Norte.

É interessante observar o texto da Constituição de 1824 em relação à composição e recrutamento das tropas. Nos Artigos 145 a 150, ela determinava que todos os cidadãos eram obrigados a defender a Independência e a integridade do Império, sendo competência privativa do Executivo o emprego das tropas. Não se fazia distinção entre inimigo externo e interno, sendo a população responsável pela defesa territorial de forma ampla.

De fato, afirma Torres, “No império, as forças armadas estiveram, sempre, ao lado do imperador em defesa da Constituição – viam no soberano o defensor perpétuo, e podemos dizer que, na prática, comportavam-se como instrumentos do Poder Moderador ...” (TORRES, 2017, p. 87)

Cabe aqui uma observação sobre a participação militar da população na defesa territorial. Esse era um procedimento usual à época. Lembremos os impactos causados pela Revolução Francesa, conflito que havia despertado a ideia da *nação em armas*, retomando, de certa forma, o papel do cidadão como soldado da Roma antiga.

Historicamente, o conceito de um cidadão soldado surgiu com as comunidades *póliades*¹²⁵ no século VIII a.C., pequenos proprietários de terras que deixavam suas atividades agrícolas para pegar em armas e defender o território contra o inimigo invasor, aumentando seu prestígio social e adquirindo o direito de participar das decisões políticas. Naquela sociedade, ser um cidadão implicava em ter condições econômicas para se armar quando necessário e guerrear. Assim, a ideia de cidadania e, por consequência, de nacionalidade, conjugava aspectos

¹²⁴ Thomas Cochrane (1775-1860), oficial naval e político do Império Britânico, contratado pelo Brasil para organizar e comandar a Marinha brasileira e garantir a independência e unidade territorial.

¹²⁵ Cidades-estado da Grécia Antiga.

econômicos e militares; a democracia era participativa e o cidadão era diretamente dono dos seus poderes e interesses políticos.

Com o passar do tempo e o avanço da tecnologia do combate, assim como com o surgimento dos impérios e das novas configurações feudais da Idade Média europeia, o soldado distinguiu-se do cidadão. Desapareceu a figura do cidadão soldado nos moldes romanos, surgindo o soldado que não está mais vinculado diretamente à propriedade privada, mas ligado ao rei ou ao nobre pelo sistema de vassalagem ou como mercenário.

Maquiavel (2018) nos apresenta essas duas categorias de soldado: o mercenário, homem que oferece seus serviços na *arte de combater* a um soberano em troca de retribuição pecuniária, não tendo vínculos morais ou relações de pertencimento com as terras ou reinos pelos quais luta; e o soldado do exército real que jura fidelidade ao príncipe ou rei.

Quando surge a Revolução Francesa, retoma-se essa vinculação com o objetivo de consolidar o novo regime. Naquele momento, a ideia do cidadão soldado relacionava-se à defesa do Estado-nação.

Estas novas milícias eram denominadas «nacionais» para reforçar a ideia de que eram uma força de defesa da nação formada por cidadãos. Em França, no início da Revolução, o nome adotado foi o de **Guarda Nacional**¹²⁶. Vestida de azul e vermelho, com as suas calças brancas, era tricolor como a bandeira nacional e opunha o seu próprio uniforme ao dos soldados reais. (PATA, 2021, p. 69) grifo nosso.

A Revolução Francesa advogava que cidadão era todo indivíduo política e socialmente integrado à nação, cujos deveres eram a defesa dela e a defesa da segurança pública, na condição de soldado. Essa era a concepção da *nação em armas*.

No Brasil, a ideia do cidadão soldado ou soldado cidadão, como ficou mais conhecido depois da República, vai apresentar-se, durante o Império, com as feições próprias da formação da nossa sociedade. Reforçamos que, à época, a oficialidade era eminentemente formada pela nobreza portuguesa, fiel ao Príncipe. O soldado

¹²⁶ A designação surgiu na Revolução Francesa e foi adotada por Portugal, em 1820, durante a Revolução do Porto, para referir-se às "... forças armadas compostas de cidadãos com o objetivo da segurança interna e de consolidação do regime liberal. Neste sentido pretendia-se manter a ordem pública e a ordem política, dois conceitos que no momento revolucionário se identificavam." (PATA, 2021, p. 71) A Espanha adotou organização semelhante, com o nome de Milícia Nacional, em 1812.

não era um proprietário de terras, seu recrutamento dava-se à força, como punição, o que causava nos indivíduos sentimento de repulsa à atividade e não a noção de nacionalidade ou amor à pátria.

Quem detinha as condições econômicas para a atividade militar eram os senhores de terra que criaram a Guarda Nacional¹²⁷, em 1831, em substituição às Milícias, Ordenanças e Guardas Municipais. Para essa instituição, não havia necessidade de defesa do Império, mas da propriedade privada do coronel. Assim, não havia na atividade uma relação de cidadania ou de nacionalidade, pois os interesses não eram de desenvolvimento da *pólis*, como na Roma antiga, mas econômicos particulares.

Veremos que mais tarde, já na República, o Exército tentará resgatar a ideologia do soldado cidadão como instrumento de valorização da atividade militar, relacionando-a aos sentimentos de patriotismo e de nacionalidade.

A Guarda Nacional foi uma instituição cuja existência desperta controvérsia. Para Barroso (2019), ela prestou relevantes serviços ao país, participando em guerras civis e externas do Império. Durante a Guerra do Paraguai, policiou os sertões ou substituiu “... os corpos de polícia e de guarnição nas capitais das províncias, assegurando a manutenção da ordem interna.” (BARROSO, 2019, p. 77)

Entretanto, sua criação acabou por depreciar as forças regulares do Exército, pois era um instrumento militar de manutenção do controle político do Estado. Além disso, “A elite civil passou a preferir, para o serviço militar, a Guarda Nacional, que exigia menor esforço e interferia pouco nas atividades particulares.” (CARVALHO, 2006, p. 17) Dessa forma, contribuiu para que as Forças Armadas regulares ficassem em segundo plano no contexto político e no aspecto do recrutamento.

Os postos de oficiais da Guarda Nacional eram compostos por indivíduos de posse, sob o comando do senhor de terra, representante da divisão territorial administrativa, escolhido pela Câmara Municipal. Era, pois, “... força de elite, por

¹²⁷ Muito semelhante à criada em Portugal, em 1820, pois também era subordinada às autoridades civis portuguesas locais e tinham recrutamento obrigatório. Entretanto, enquanto que no Brasil estava diretamente ligada aos interesses econômicos dos senhores de terras, em Portugal, sua criação relacionava-se ao momento de instabilidade política após a Revolução do Porto, num “... no processo de reestruturação e clarificação orgânica das forças militares de Antigo Regime.” (PATA, 2021, p. 71)

assim dizer, selecionada, escolhida, cuidadosamente recrutada, na base daquilo que hoje se convencionou conhecer como ‘senso alto’.” (SODRÉ, 2010, p.151).

Seu serviço, para praças, era obrigatório e abrangia todos os homens entre 18 e 50 anos, com exceção dos militares do Exército e da Marinha, senadores, deputados, conselheiros de Estado, clérigos, carcereiros, oficiais da Justiça e da polícia, reformados do Exército e da Marinha, empregados postais e os comprovadamente inaptos. O recrutamento era feito nas camadas mais pobres da sociedade. Carvalho (2006) nos apresenta um exemplo da composição de uma tropa da Guarda Nacional, à época, no quadro abaixo no qual podemos ver a diferença da origem social entre oficiais e praças.

Tabela 2: Renda e ocupação dos membros do 3º batalhão da Guarda Nacional ativa de Paranaguá, 1877

Posto	Renda	Número	Ocupação
Tenente-coronel	5000\$000	1	negociante
Major	2000\$000	1	negociante
Capitão	1000\$000	3	2 negociantes, 1 lavrador
Tenentes e alferes	600\$000	4	2 negociantes, 2 lavradores
Praças	300\$000	501	499 lavradores, 1 sapateiro, 1 alfaiate
	Total	510	

Fonte: Documentos do Ministério da Justiça IJ6, maço 446, Arquivo Nacional.

O sistema de recrutamento, dessa forma, denunciava a discriminação em relação às tropas regulares visto que, enquanto o serviço na Guarda Nacional era obrigatório, no Exército era de caráter voluntário, um castigo, destino de elementos incorrigíveis.

Para preencher os claros do Exército, era preciso caçar nas ruas os desocupados, alistar à força os pretos libertos, aceitar pretos escravos cujos donos quisessem dá-los, recrutar os vagabundos que perturbavam o sono da burguesia com as suas noitadas de álcool, enfim os párias ... (SODRÉ, 2010, 163)

Além disso, havia punições de prisão e multa, agravadas pelos castigos corporais e baixíssimos soldos, quando ocorriam. Todos esses fatores contribuíam para depreciar a imagem do Exército diante da sociedade e afastar o jovem da profissão militar. Afinal, “O grau de estima que se atribui a uma profissão torna-se

o padrão da estima que se têm de si mesmos os profissionais que a exercem.”(BURKE, 2014. p. 63)

Para McCann (2007), o serviço militar dessa época era “... parte do sistema penitenciário do Império, e os oficiais ressentiam-se do impacto negativo que isso tinha sobre seu prestígio social e sobre a imagem de sua instituição.” (MCCANN, 2007, p. 29)

No contexto político, não era diferente. Em 1831, após a abdicação de Pedro I, foram estabelecidos três grupos políticos: os *caramurus*, a direita radical, que pretendiam o retorno do imperador e dos portugueses estabelecidos no Brasil; os centristas, apelidados de *chimangos*, que não queriam o retorno de Pedro I, mas também não eram adeptos da Independência, pois temiam por perder seus privilégios já que eram grandes senhores de terras; e a ala radical de esquerda, os *jurujubas* ou *farroupilhas*, que pretendiam levar o processo da Independência a limites mais amplos, inclusive com o estabelecimento do regime republicano.

Ocorre que os dois primeiros grupos se uniram quando se tornou inviável o retorno de Pedro I e isolaram o terceiro. Como a maioria dos componentes do Exército apoiava a ala radical esquerda, a favor da instauração do governo republicano, “... a orientação conservadora do latifúndio se estabeleceu no sentido de reduzir o seu poder e a sua expressão, relegando-o a plano secundário.” (SODRÉ, 2010, p. 135)

Sobre a participação política do Exército nesse período, Carvalho afirma que

... desde 1831 até o surgimento das questões militares no início dos anos 80, o Exército teve reduzida influência na vida política nacional. Um dos melhores indicadores desse fato é que frequentemente os ministérios militares eram ocupados por políticos civis. Caxias era chamado para presidir o Conselho de Ministros como líder de confiança do Partido Conservador e não como general do Exército. (CARVALHO, 2006, p. 55)

Para Edmundo Campos Coelho (2000), esse período inicial de formação institucional do Exército, analisado na obra *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, corresponde ao que denominou *política de erradicação*. Englobando o Primeiro e o Segundo Império, essa fase, segundo o autor, caracteriza-se pela prevalência, por parte do governo e das elites civis, de

uma postura hostil em relação à existência de uma força armada permanente, disciplinada e profissional. Por isso, o seu desprestígio.

A política de erradicação, segundo Coelho (2000), foi responsável, no entanto, por uma reação dessa Instituição que gerou autoconsciência e autoestima, quando tem início, na República, o que chamou de *política de cooptação*. Nessa fase, as elites civis implementaram medidas no sentido de cooptar os militares para o cenário político.

Para Sodré (2010), apesar da situação de isolamento que se encontrava o Exército ao final do Império, cada vez mais ciente estava de seu papel e de sua força nas mudanças políticas que se avizinhavam. Segundo ele, os oficiais eram

... fortemente imbuídos de idéias liberais e republicanas. Até a Independência, era nas sociedades secretas, nas lojas maçônicas, que se discutiam as novas doutrinas e os mais avançados princípios políticos chegados da Europa, e da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos; depois da emancipação, será nos clubes, nas ruas e mesmo dentro dos quartéis, nas barbas respeitáveis dos velhos marechais de campo, brigadeiros e generais estupefatos. (SODRÉ, 2010, p. 146)

Entre 1831 e 1864 as tropas regulares continuaram sofrendo com a situação de desprestígio e de falta de condições materiais para o cumprimento de suas missões. Nesse período, grandes transformações ocorreriam no país. Sua economia ganharia desafio com um pequeno aumento na produção cafeeira, o rompimento dos acordos tarifários com a Inglaterra e a extinção do tráfico negreiro, condições que deixaria livres recursos necessários a investimentos em setores deficientes da sociedade.

Surgiram as primeiras ferrovias e a navegação a vapor aproximou as regiões do país. Foram instaladas as linhas telegráficas, a vida urbana e o comércio se desenvolveu, e a população livre cresceu.

Em 1842, o Exército teve nova reestruturação, passando a se constituir de: estado-maior general; estado-maior de 1ª classe; estado-maior de 2ª classe; Imperial Corpo de engenheiros; e as armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Teoricamente, o efetivo seria de quase 20 mil homens. A necessidade de também aperfeiçoar a instrução militar, conduziu à adoção, então, de novos regulamentos de exercícios e de manobras.

Em 1850, foram aprovadas novas medidas de organização das Forças Armadas como a mudança na estrutura de corpos, a regulamentação de acesso aos postos de oficiais e o estabelecimento dos requisitos para promoção por antiguidade, privilegiando a profissionalização e extinguindo o sistema aristocrático. Ocorreram, também, outras modificações relativas ao sistema de instrução e ensino, sobre as quais teceremos maiores considerações posteriormente.

Muitos dos poderes delegados às províncias foram retomados pelo governo central e isso acabou por afetar diretamente o funcionamento da Guarda Nacional. “Esta instituição passa, também a ser subordinada, desde 1850, ao poder central. Dele passam a depender o comandante e a oficialidade, bem como a organização do alistamento.” (SODRÉ, 2010, p. 174)

Com o crescimento urbano, cresceu, também, a pequena classe média brasileira, cujo surgimento havia se dado na fase colonial. Sodré (2010) salienta que é dessa classe média que o Exército vai compor sua oficialidade, formada na Escola Militar.

Paulo Mercadante (1978), na obra *Militares e civis: a ética e o compromisso*, refere-se à importância sociológica desse fato. Para ele, o Brasil herdeiro da cultura ibérica, até a Independência, recrutou seus oficiais entre os nobres ou senhores de terras. Depois da Independência, a sociedade rural preferiu mandar seus filhos às faculdades jurídicas. Assim, o Exército passou a recrutar seus oficiais na classe média, formada por indivíduos sem vínculos com a empresa latifundiária colonial ou com a nobreza. Segundo ele,

Não estando vinculados aos grupos latifundiários ou senhoriais, ou à nobreza cidadina, podemos considerá-los portadores das características de grupos conservadores do interior brasileiro, herdeiros da cultura portuguesa. (MERCADANTE, 1978, p 53)

Cabe ressaltar que a classe média brasileira “... teve peculiaridades, conforme as condições, as atividades, o modo de vida, que surgiram na fazenda, em cada tipo de exploração econômica estabelecido e, conseqüentemente, em cada região cultural.” (JÚNIOR *apud* TORRES, 2017, p. 105) Podiam ser classificadas em: classe média comercial, composta por donos de armazéns, mascates e donos de ranchos nos quais os tropeiros faziam suas transações comerciais; classe média intelectual, da qual faziam parte os indivíduos empregados nos serviços públicos,

nas profissões liberais, no clero e outras atividades semelhantes; e a classe média artesanal, constituída por *mestres-alfaiates*, *mestres-carapinas*¹²⁸, mestres de obras, entre outros artífices. (TORRES, 2017)

Em 1865, quando eclodiu a Guerra do Paraguai, o Exército estava dividido em guarnições provinciais chefiadas por um *comandante das armas*. Suas decisões, no entanto, estavam subordinadas ao presidente da província, um civil com “... patentes militares honorárias, na tradição dos governadores-gerais portugueses no período colonial.” (McCann, 2007, p. 32) Essa estrutura, porém, foi removida com o início da guerra, pois as atividades de campanha ocorriam longe dos domínios políticos dos presidentes das províncias.

Esse fato gerou maior coesão da Instituição e alimentou o descontentamento da oficialidade que viu, após o término do conflito, ser retomada a antiga estrutura de subordinação.

Para Hayes (1991), o conflito

... serviu como divisor de águas na busca histórica dos chefes militares brasileiros por sua destinação verdadeira na sociedade, já que lhes proporcionou um sentido de solidariedade corporativa. Esta solidariedade dentro da instituição, por sua vez, facilitou o surgimento de um espírito de corpo que extravasou os limites da organização – chegando a ser uma mística – e impulsionou os chefes militares no cenário político nacional, donde não se afastaram mais, em caráter definitivo. (HAYES, 1991, p. 63)

Mercadante (1978) e Sodré (2010) também acreditam que foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou a estabilidade e coesão interna, “... que dele fariam daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político.” (SODRÉ, 2010, p. 176)

Entretanto, o conflito evidenciou, também, grandes problemas para as forças militares brasileiras, pois já não se tratava de enfrentar “... o estancieiro-chefe militar, com a sua tropa irregular de cavalaria, constituída, à maneira medieval, pelos peões das estâncias, com as suas montadas, os seus arreios e as suas armas ...” (SODRÉ, 2010, p. 179)

O Exército

¹²⁸ Ofício relativo à carpintaria. Na época, esse profissional ocupava-se das mais variadas fases da construção, pois a carpintaria dividia-se em quatro áreas principais de atuação: naval, militar, civil e industrial.

Não possuía em armas efetivos bastantes e, habituado às guerras das planícies do sul, suas forças eram inadequadas a uma luta armada da natureza e do vulto da que tinha de enfrentar. Faltava-lhe quase tudo efetivos, armamentos, organização e até instrução em dia com os progressos da arte da guerra. (MAGALHÃES, 1998, p.290)

O inimigo, agora, era organizado com técnicas de combate e armamentos superiores aos nossos, o que exigiu uma reorganização dos recursos e da mentalidade dos militares brasileiros. Conjugavam-se a falta de equipamento e os baixos soldos, às dificuldades no recrutamento de melhores recursos humanos, cuja prioridade fora sempre o preenchimento dos efetivos da Guarda Nacional. Além disso, não se podia apelar ao patriotismo em uma sociedade na qual a maior parte dos seus integrantes era composta de escravos e estrangeiros.

Em janeiro de 1865, uma lei previu a organização dos corpos de *Voluntários da Pátria*, homens entre 18 e 50 anos que, além do soldo, receberiam mais 500 réis diários, gratificação de 300 mil réis ao final da guerra e outros benefícios. Entre 1864 e 1865, os efetivos das forças militares de terra variaram de pouco mais de 18 mil homens para quase 36 mil homens, iniciando a participação no conflito com cerca de 80 mil homens de todas as regiões do país, principalmente negros escravos, com a promessa de alforria. Assim, foram os benefícios e recompensas oferecidos que os sensibilizaram a irem à frente de batalha e não o sentimento de nacionalidade.

Ao final da guerra, em 1870, os efetivos foram decrescendo paulatinamente e, não havendo aproveitamento satisfatório da experiência da participação no conflito como era de se esperar, retornou-se ao sistema de organização militar anterior. Para o autor,

Explica-se isto em virtude de não ter sido ainda bem conhecida no Brasil a organização do serviço de estado-maior, tal como o constituíra a Prússia e que depois da guerra com a França, em 1870, foi adotada pelo mundo civilizado. Assim sendo, não havia aqui nenhum órgão adequado e preparado para estudar a organização militar em vista da mobilização e cuidar de aproveitar, sob os diversos pontos de vista, as experiências da guerra. (MAGALHÃES, 1998, p. 297)

Caberia, nesse momento, especular se a diminuição dos efetivos não poderia ter, também, sofrido influência do contexto mundial da época, pois, entre 1871 e 1914, reinou a ideia de uma *paz universal*, pela qual as sociedades estariam livres de conflitos, e de que a ciência traria a solução de todos os problemas econômicos

e sociais. Analisando os dados apresentados por Coelho (2000), temos uma melhor percepção da situação no período.

Tabela 3: Evolução dos efetivos do Exército

Ano	Efetivos	Índice de crescimento 1830 = 100
1830	30.000	100
1831	14.342	47,8
1841	20.925	69,7
1848	16.000	53,3
1855	20.000	66,6
1863	16.000	53,3
1865	35.689	118,9
1871	19.000	63,3
1880	15.000	50
1889	13.000	43,3
1892	27.013	90
1907	30.066	100,2
1920	45.405	151,3

Fonte: COELHO, Edmundo Campos. Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. São Paulo: Record, 2000, p. 55.

Observa-se que, a partir de 1831, os efetivos sofrem reduções significativas. Com o início da guerra, em 1865, o efetivo volta ao patamar de 1830, ano que antecede a criação da Guarda Nacional. Em 1889, com a proclamação da República, o efetivo já havia regredido consideravelmente, elevando-se apenas em 1920, quando se verifica o aumento da população brasileira.

Com o fim do conflito, persistiram os problemas com o recrutamento, principalmente em relação ao escravo. O Exército, que havia, durante a Guerra, encontrado na figura desses homens a força e a combatividade, era abolicionista, e sua oficialidade não se furtou a apresentar manifestações ostensivas em relação a isso. “A unidade que se formara os campos de batalha manter-se-ia após o retorno aos quartéis.” (MERCADANTE, 1978, p. 107)

Mesmo por que, os oficiais originavam-se daquela classe média em ascensão cujas relações capitalistas não se compatibilizavam com o trabalho escravo, assim como com o regime monárquico, o que impulsionou os acontecimentos que levaram, mais tarde, à República. Para Mercadante, a escravidão

... parece ter sido o principal motivo de desencanto do militar com o Império e seu governo parlamentar. Ombro a ombro com os negros e mulatos, o oficial brasileiro compreendeu, na

campanha contra López, o sentido revoltante do escravismo, e traria aos quartéis a náusea daquela chaga social. (MERCADANTE, 1978, p. 107)

Para Sodré (2010), os militares eram o tipo representativo da burguesia que ansiava pela abolição da escravatura e que, para isso, tinha que se opor, também, ao latifúndio. A origem de classe da oficialidade brasileira foi responsável, para o autor, pelas posições políticas e atitudes tomadas pelos militares diante dos fatos que desencadearam na República e após esta. O jovem dessa classe encontrava na Escola Militar o acolhimento a essas ideias. Assim, enquanto que no Império a profissão era subalterna e desprezada, na República, após a vitória na guerra com o Paraguai e com a ascensão política, o Exército já apresentava outra face e começava a despertar as atenções.

Iniciou-se, então, uma tentativa de profissionalização da Instituição, de maneira que situações como as vividas até a Guerra do Paraguai não se repetissem. Para isso, era urgente resolver a questão do serviço militar obrigatório.

Em 1874, foi aprovada a Lei de Reforma do Exército, que visava, entre outras disposições, a modificação da política de recrutamento para as Forças Armadas, tornando a conscrição um fenômeno universal. Infelizmente, a Lei não foi à frente em função do desinteresse político e da carência de recursos materiais e humanos para implantação e fiscalização do sistema.

Além disso, após a Guerra, havia sido retomada a *política de erradicação* e as relações entre o Exército e as instâncias política passaram a se caracterizar por muitos atritos, como foi o caso da Questão Militar¹²⁹.

Ao final do Império, o Exército tinha cerca de 13, 5 mil homens divididos por todo o território brasileiro em 53 unidades com menos de trezentos militares em média cada uma. As unidades eram subordinadas a três quartéis-generais: dois no Rio de Janeiro e um em Curitiba. A maioria delas concentrava-se no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Os efetivos por arma refletiam a doutrina de distribuição delas no campo de batalha, mas também era resultado da reduzida verba destinada

¹²⁹ Foi uma sucessão de conflitos entre militares e o governo monárquico que resultaram no fortalecimento da campanha republicana. Iniciou com as declarações do Tenente-Coronel Sena Madureira opondo-se ao Projeto de Lei que obrigava a contribuição do montepio pelos militares, no que foi punido pelo Imperador.

às Forças Armadas. Dessa forma, os maiores efetivos eram de Infantaria e os menores de Artilharia, cujos armamentos eram demasiados caros.

Tabela 4: Distribuição do Exército Brasileiro em 1889

Unidades	RS	PR	RJ	MT	SC	SP	MG	PE	BA	NE	GO	PA	AM	Totais
Infantaria	8	1	6	3	1	-	-	2	2	4	1	1	3	32
Cavalaria	5	1	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	10
Transporte	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Artilharia	3	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	8
Engenharia	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Totais	18	3	10	5	1	1	1	2	2	4	1	2	3	53

Fonte: Almanak do Ministério da Guerra, no ano de 1889, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p,xii. In. McCann, 2007, p. 39.

Para Hayes (1991) no período entre o final do Império e o início da República havia três gerações de militares cujas concepções em relação ao papel do Exército eram diferentes.

A geração de Caxias, por certo, fizera sua carreira de forma leal em atividades diversas. [...] Dessa forma, embora evidentemente desapontados pela falta de gratidão por parte dos civis, os militares continuavam sempre leais e se opunham a agitações que vinham de baixo. (HAYES, 1991, p. 66)

Os oficiais da geração que iniciara na profissão combatendo na Guerra do Paraguai, conhecidos por *tarimbeiros*¹³⁰, não nutriam lealdade à Coroa, sentiam-se superiores em virtudes cívicas, em comparação aos líderes civis, e ressentiam-se pela falta de apoio à profissionalização institucional.

Já a geração mais jovem, que acabara de sair da Escola Militar após a Guerra, havia sido influenciada pelo chamado *positivismo militar*, acreditava que os militares eram melhores preparados do que os civis para solucionar os problemas nacionais e liderar a sociedade. “Eles estavam de acordo com o conceito de *soldado cidadão*¹³¹, ou de *cidadão-uniformizado* lançado pelos líderes políticos civis que

¹³⁰ Tarimbeiro era o soldado que dormia na tarimba (palavra que designa uma cama feita de estrado de madeira, plano e duro. Por extensão, também é usada para designar a vida na caserna). À época, era um termo pejorativo conferido aos oficiais que não haviam cursado as escolas militares, sendo, por isso, considerados sem “refinamento intelectual” pelos oficiais *cientistas* ou *bacharéis* formados pela Escola Militar da Praia Vermelha.

¹³¹ A expressão foi usada pela primeira vez em um manifesto redigido por Rui Barbosa ao Parlamento brasileiro, em maio de 1887, no qual ele defendia o direito dos *cidadãos fardados* de participar da vida pública do país. (CARVALHO, 2006)

procuravam inscrever os heróis militares da Guerra do Paraguai em seus partidos políticos.” (HAYES, 1991, p. 67) Acreditavam que o papel profissional dos militares era incompatível com uma postura de obediência passiva que lhes degradava a moral.

Denominado por Hobsbawm (1988) como a *Era dos Impérios*, esse período marcou, para o autor, uma mudança na concepção funcional dos exércitos, que não eram mais percebidos apenas como instrumento de defesa territorial, mas como mecanismos usados para inculcar na população *comportamentos cívicos*, e a doutrina positivista pode ter contribuído nesse contexto.

O Positivismo, como se sabe, era uma doutrina político-filosófica que preconizava o progresso da humanidade com base nas ciências e no avanço técnico-científico. Havia, também, no conjunto das ideias positivistas, uma forte relação entre a política e a teologia. A ciência positiva partia do pressuposto de que, para o progresso político e social, a ordem histórica militar deveria ser substituída pela ordem social científica industrial. Além disso, Comte acreditava que o progresso do homem, através das leis da ciência, traria a sua evolução espiritual, o que levaria ao término dos conflitos e ao pacifismo, fundamentos da religião positiva, e acabaria por fazer desaparecer a classe militar, pois as guerras, perderiam o sentido.

Longe de extinguir as forças militares, historicamente o que se viu foi a aplicação dos conhecimentos técnicos e científicos no desenvolvimento de armamento e munições. A revolução industrial aperfeiçoou as técnicas de guerra, introduzindo, nos campos de batalha, material bélico mais eficiente e de maior mobilidade.

O Positivismo é introduzido no Brasil no final do Império. Para José Camilo de Oliveira Torres, veio

... para preencher uma lacuna, a que fora aberta em nossa cultura pela ausência de uma filosofia elaborada racionalmente e segundo critérios seguros. Era uma concepção do universo e dos valores, construída sistemática e rigorosamente e, ao tempo, irrefutável. Ora, nós não possuímos então nem ao menos uma teoria do estado exequível, quanto mais uma posição filosófica séria e estável. (TORRES, 2018, p. 37)

Devido a isso, houve no Brasil duas correntes de positivismo: o das escolas de direito e o das escolas de matemática. Foi nessas últimas onde teve maior propagação, principalmente na Escola Militar e na Escola Politécnica.

A situação apresentar-se-ia completamente contraditória, uma filosofia antimilitarista a propagar-se em uma escola militar, se não fosse o contexto brasileiro da época. “A Escola Militar era principalmente uma escola de engenheiros. Os que tinham vocação para professores de matemática perdiam completamente o espírito bélico.” (TORRES, 2018, p.10) Os jovens acorriam à vida militar como forma de ascensão social e não por vocação, tornando-se, assim, facilmente adeptos a esse tipo de filosofia.

Além disso, o positivismo configurou-se como uma alternativa à falta de projeção social da classe militar, na medida em que reiterava, como vimos antes, a figura do soldado cidadão. A visão da geração mais jovem de militares, que tinha como maior expoente Benjamim Constant, era a de um “... soldado cumprindo sua missão civilizadora, em essência, através de processos educacionais e de projetos públicos que serviriam para integrar o país política e socialmente.” (HAYES, 1991. p. 83)

Podemos acrescentar a já conhecida mentalidade conservadora brasileira com seu espírito conciliatório e de adaptação aqui endossado por Torres:

O fato de ser uma influência contraditória, não tem a menor importância. As revoluções no Brasil sempre foram feitas pelos baluartes da ordem. Todas as classes que no resto do mundo defendem a ordem, a hierarquia, etc., entre nós fazem revoluções. A começar dos reis: a Independência e a Abolição, não foram feitas por nossos príncipes? (TORRES, 2018, p. 238)

Na verdade, a própria doutrina positivista guardava em si um aspecto que se encarregaria de fornecer aos militares uma fonte de inspiração para as aspirações sociais da época. Comte identificava dois tipos de movimentos na sociedade: o primeiro era de mudança, de passagem, através da ciência, das formas elementares às evoluídas, do caos ao progresso; o segundo era de conservação, de preservação dos elementos julgados necessários à permanência da organização social.

Para ele, “... o progresso destinava-se a aperfeiçoar os elementos da ordem, e não destruí-la.” (SANTOS, 2004, p. 37) Lembremos que o positivismo surgiu em um momento em que todo o mundo ansiava por reconstrução e reorganização. No

Brasil, não era diferente. Os militares procuravam reorganizar a Nação e a própria Instituição, e usaram as ideias positivistas adaptando-as às necessidades históricas da classe.

O período, então, foi marcado por uma espécie de impasse:

O grupo de militares mais antigos queria ver a honra da corporação restabelecida, enquanto que o grupo dos jovens oficiais queria a derrubada do regime monárquico. Não havia unidade de pensamento e isso ficou evidente durante a República Velha. (MIRANDA, 2018, p. 42)

Na prática, o que aconteceu foi uma junção dessas duas concepções, o que nos mostra, mais uma vez, além do aspecto conciliador brasileiro, a marca de um dos princípios do conservadorismo preconizados por Burke (2014); o apelo ao reformismo com mudanças graduais, preservando as estruturas e tradições.

Para Hayes (1991), a conjugação das concepções dessas duas últimas gerações desenvolveu uma espécie de *mentalidade salvadora*, produto de uma *mística militar*,

... um complexo de crenças semi-místicas de natureza genérica que se formaram em torno do Exército, impregnando-o de uma importância transcendental e esotérica. [...] certas idéias estereotipadas que se tornaram tradicionais pela constante repetição e que continuam a influenciar o comportamento e o pensamento brasileiros. (HAYES, 1991, p. 5)

Para Carvalho (2006) essa autoimagem dos militares como *salvadores da Pátria*, estaria relacionada à relação que tinham com os intelectuais da época. Seria o resultado do desprezo da burguesia agrária e seus intelectuais pelo Exército, de origem social modesta. Esse desprezo seria reforçado pela rivalidade política em virtude do papel de destaque que seria exercido pelos militares na República.

A mentalidade salvadora, então, que havia se generalizado no Exército após a Guerra do Paraguai, à medida que a Instituição se profissionalizava, contribuiu com os fatos que levaram à Proclamação da República.

5.1.3. República

Após a implantação da República, em 1889, foi necessário à sociedade brasileira superar os problemas herdados do período imperial. Além das adaptações

políticas e administrativas inerentes à nova forma de governo, havia a dificuldade de incorporar social e economicamente aquela grande parcela da população, antes escrava, agora transformada em cidadãos.

Essa dificuldade impactou, também, na estrutura militar que necessitava de reformas, inclusive para poder garantir a sobrevivência da própria República. No papel de *salvador da República*, para uma parcela da oficialidade do Exército interessava, agora, implementar a ideologia do *soldado cidadão*, diferente da ideia do *cidadão soldado* vinculada à Guarda Nacional. (CARVALHO, 2006)

A expressão serviu de instrumento de autoafirmação para os militares e refletia o ressentimento deles em relação às elites políticas. Para eles, o soldado era um cidadão e “... devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ...” (CARVALHO, 2006, p.39)

Para Coelho (2000), a Proclamação da República desencadeou um sentimento de individualidade, principalmente nos denominados oficiais *científicos* ou *bacharéis*, que desenvolveram uma consciência definida de sua condição militar e do papel da Instituição como entidade nacional.

Entretanto, esse sentimento de autoconsciência e autoestima não foi suficiente para instituir um sentido de unidade e coesão suficiente. Depois da eleição de Prudente de Moraes à presidência, em 1894, as elites cafejeiras paulistas e a aristocracia leiteira mineira passaram a se constituir um grande obstáculo a essas ideias já que vislumbravam no Exército um potencial agente de intervenção política.

Acreditando ser necessário impedir a possível intervenção dos militares, essa elite advogava que as Forças Armadas deveriam estar subordinadas ao poder civil e que a sua profissionalização e seu afastamento da política seria a garantia para que se estabelecesse uma relação de confiança entre as instâncias militar e civil, visão bem próxima ao que Huntington (2016) advogaria décadas depois.

Nessa época, a situação internacional não era das mais favoráveis, pois havia a possibilidade da deflagração de uma guerra mundial, o que fez com que as elites políticas brasileiras voltassem suas preocupações para nossa defesa externa, bem como para a necessidade de reestruturar as Forças Armadas. Entre as medidas a

serem tomadas, estava a implantação da Lei do Serviço Militar Obrigatório, pela qual lutavam alguns oficiais denominados *jovens turcos*¹³².

Esses oficiais haviam sido enviados, entre 1910 e 1912, para estagiar no Exército Alemão. Ao retornarem para o Brasil, os pejorativamente chamados *jovens turcos*, procederam várias iniciativas para o aperfeiçoamento profissional e doutrinário da Instituição. Entre elas podemos citar a criação da revista *A Defesa Nacional*, importante veículo de propagação das reivindicações institucionais de modernização e, também, da campanha para implementação da Lei de Sorteio Militar¹³³, criada desde 1874, mas que nunca foi posta realmente em prática devido a questões políticas.

Essa fase, que correspondeu ao governo de Hermes da Fonseca¹³⁴, de 1910 a 1914, é considerada o início de uma real busca pela profissionalização do Exército Brasileiro.

Em 1914, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, surge a oportunidade de reforçar a necessidade de fortalecimento das Forças Armadas e divulgar a ideia de nacionalidade e patriotismo. A guerra já não dizia mais respeito somente aos militares e aos campos de batalhas, mas envolvia toda a nação. Dessa forma, os militares conseguiram que a Lei do Sorteio fosse, finalmente, implementada. Além disso,

Dois anos depois, exigiu-se a carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos e reorganizou-se a Confederação do Tiro de Guerra, agora sob controle do Exército, para absorver os alistados não incorporados. Ampliou-se também a instrução militar nas escolas secundárias e superiores. (CARVALHO, 2006, p. 23)

Apesar disso, o sistema de recrutamento ainda estava sob responsabilidade das Câmaras Municipais, o que possibilitava seu uso como instrumento político. Em 1919, o Exército reivindicou o controle do recrutamento militar e a Guarda

¹³² Referência aos jovens oficiais do exército de Mustafá Kemal (1881-1938) marechal de campo e revolucionário turco, fundador e primeiro presidente da República da Turquia. Esses jovens haviam realizado o mesmo estágio no Exército Alemão, e, quando de volta a seu país, conduziram uma revolução em prol de mudanças que culminou na derrubada do governo local.

¹³³ A Lei nº 2556, de 26 de setembro de 1874, modificava o recrutamento militar que até então funcionava em regime de voluntariado ou pelo recrutamento forçado. A partir dessa Lei, foi instituído um sorteio do qual participavam todos os cidadãos considerados aptos.

¹³⁴ Hermes Rodrigues da Fonseca (1855 – 1923) era sobrinho de Deodoro da Fonseca e filho de João Severiano da Fonseca, primeiro presidente do Brasil. Foi aluno de Benjamim Constant, na Escola Militar da Praia Vermelha, sendo parcialmente influenciado por suas ideias positivistas.

Nacional foi extinta. Assim, pode contar com recurso humano mais qualificado, modernizar e sistematizar o treinamento, e preparar as reservas.

Para Carvalho, nesse momento, o Exército “Podia, finalmente, reduzir a distância que o separava da elite civil. Só então, de posse do monopólio do serviço militar, é que ele começou a se tomar uma organização verdadeiramente nacional.” (CARVALHO, 2006, p. 24)

A inexistência de uma estrutura administrativa que possibilitasse ao Exército gerenciar o recrutamento e o serviço militar em um território do tamanho do Brasil, a visão histórica negativa da população pela atividade militar e o fato de não haver, ainda, uma legislação adequada em caso de deserções ou descumprimento da Lei, foram alguns dos problemas com os quais a Instituição teve que lidar a partir de então.

Além disso, a educação nacional apresentava-se em um quadro crítico, com uma taxa de 80% de analfabetos, o que repercutia diretamente no perfil dos incorporados. Cabe salientar que o acesso à educação primária para toda a população era já um projeto das elites políticas republicanas, pois havia o interesse em aumentar o número de cidadãos aptos ao voto.

Assim, os militares, principalmente os chamados *joventes turcos*, passaram a dar ênfase ao papel da educação como pré-requisito para a formação do soldado, defendendo o ensino, desde a infância, nas escolas e nas famílias, dos conceitos de pátria, civilidade e disciplina. Eles queriam “... transmitir à sociedade as virtudes de um bom exército: disciplina hierárquica e social, o abandono do interesse individual em favor do coletivo e o senso do dever e sacrifício pela pátria.” (MCCANN, 2007, p. 217)

Interessante observar, pela própria fala de McCann, (2007), algumas das características do pensamento conservador que marcavam o posicionamento dos militares nesse momento histórico. Uma delas é a concepção da sociedade como elemento orgânico, na qual se deve priorizar a cooperação comunitária. Outra é a ideia de uma ordem moral, aqui traduzida pela hierarquia e disciplina, funcionando como regulador das paixões humanas para o estabelecimento das relações sociais. E ainda podemos ressaltar a ideia do sacrifício pela pátria como um papel messiânico, estabelecendo uma relação estreita entre a função do militar e valores religiosos tão caros ao conservador clássico.

Entretanto, a função primordial do Exército, a defesa externa do território, exigia uma intensa profissionalização de seus quadros. Isso implicava no completo afastamento da vida política. Dessa forma, foi implementado um acordo com a França, que enviou ao Brasil, em 1920, a *Missão Militar Francesa*. O objetivo era criar ou desenvolver uma mentalidade militar brasileira voltada para a modernização e para o permanente aperfeiçoamento profissional.

Embora limitada, por exigências do Estado-Maior, a um papel de consultora, a missão teve efeitos profundos e duradouros. De início excluída da Escola Militar, ela se encarregou de três diferentes cursos: o de Aperfeiçoamento de Oficiais, para capitães e tenentes, que se tornou permanente; o de Estado-Maior, e o de Revisão de Estado-Maior, este último para capitães, majores e coronéis que já tivessem feito o curso. Sob sua influência, a educação militar desdobrou-se em vários estágios e tornou-se mais técnica graças à criação de escolas para cada especialidade. (CARVALHO, 2006, p. 28)

Doutrinariamente, a Missão proporcionou maior coesão e centralização para a Instituição, pois as atividades militares passaram a ser planejadas e controladas por um órgão central após a reformulação do Estado-Maior. Segundo Hayes (1991), o sentimento de coesão foi, também, estimulado pelos próprios instrutores franceses, que destacavam o caráter de *sacerdócio* da profissão militar e o papel do Exército como reflexo da Nação.

Esse caráter sacerdotal da profissão coaduna-se perfeitamente à ideia de *weberiana* de vocação cuja ênfase está nos princípios do dever, da disciplina e do sacrifício. Também relaciona-se diretamente com o princípio de limitação das fraquezas humanas pregado pelo conservadorismo, como já vimos.

Outro legado da Missão foi ter proporcionado a criação de regulamentos que unificavam as ações no âmbito disciplinar e administrativo, desenvolvendo maior controle interno à Instituição e fortalecimento de sua dominação burocrática. Com essa burocracia foram delimitadas competências e distribuídas funções e atividades e necessárias aos objetivos organizacionais, baseadas na hierarquia e no conhecimento militar especializado, o que trouxe maior grau de profissionalização ao Exército.

Lembremos que, como vimos antes, a hierarquia contribui para a estabilidade do poder, pois minimiza a possibilidade de conflitos pelo

reconhecimento imediato da posição de cada indivíduo no grupo, gerando, automaticamente, maior coesão.

A esse respeito, Magalhães (1998) salienta a criação, à época, do Regulamento para Direção e Emprego das Grandes Unidades, que passou a direcionar as atividades do Exército em sua preparação para a guerra e conduta nas operações. Foi, segundo o autor, o início da consolidação de uma doutrina militar no campo da estratégia, da tática e da organização.

De modo geral, a Missão Militar Francesa, promoveu a reestruturação de todo o mecanismo geral do Exército, incluídos necessariamente os órgãos dos serviços, cuja reestruturação de sua existência em tempos de paz, tomou por base a melhor preparação possível para o desempenho do seu papel em caso de guerra, através do mecanismo de mobilização. (MAGALHÃES, 1998. p. 339)

Pensando assim, foram criados os Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), cuja finalidade era a formação de quadros de oficiais da reserva, visto que somente o processo de incorporação para o serviço militar não seria suficiente para compor o efetivo necessário para mobilização em caso de guerra.

Em relação ao material de emprego militar, em função da ausência de uma economia nacional que pudesse fomentar, à época, as bases para o desenvolvimento material e, conseqüentemente, para o equipamento das Forças Armadas, o recurso foi a importação desses materiais. Assim, enquanto para o Exército a França tornou-se a provedora de armas para a Infantaria e a Alemanha para a Artilharia, para a Marinha, foi Inglaterra a fornecer os recursos bélicos necessários à estruturação adequada.

Em termos de efetivos, houve um crescimento constante, com dois momentos de maior intensidade: no início da República e na implantação da Lei do Sorteio Militar. “A expansão dos efetivos foi grande também em termos relativos. A população do país cresceu 162% entre 1890 e 1930, os efetivos cresceram 220%.” (CARVALHO, 2006, p. 30)

Já em termos geográficos, enquanto que no Império a localização das tropas do Exército obedecia aos princípios de proteção das fronteiras e controle de alguns centros urbanos conflituosos, na República a distribuição desigual das tropas passou a constituir um problema político pela possibilidade dos governos estaduais

produzirem alianças contra o governo central do país, como podemos ver nos dados colhidos por Carvalho (2006):

Tabela 5: Distribuição de contingentes do Exército e da população em 1888 e 1920 (%)

Província /estado	1888			1920		
	Contingentes	População	Soldados p/ mil hab.	Contingentes	População	Soldados p/ mil hab.
São Paulo	3,29	9,66	0,28	8,56	14,99	0,80
Minas Gerais	0,96	22,21	0,03	8,82	19,22	0,64
SUBTOTAL	4,25	31,87	0,11	17,38	34,21	0,72
Bahia	5,26	13,39	0,32	3,60	10,89	0,46
Pernambuco	5,54	7,18	0,63	1,64	7,03	0,33
Rio de Janeiro	-	6,11	-	5,22	5,09	1,44
SUBTOTAL	10,80	26,68	0,43	10,46	23,01	0,64
Corte/DF	15,65	3,64	1,31	26,18	3,78	9,70
R,G. do Sul	31,13	6,26	4,08	21,68	7,12	4,26
SUBTOTAL	46,78	9,90	2,39	47,86	10,90	6,15
Mato Grosso	10,80	0,64	13,67	2,60	0,81	4,52
outros	27,37	30,91	0,73	21,70	31,07	0,98
TOTAL	100,00	100,00	0,82	100,00	100,00	1,40
	(N=11 748)	(N=14 333 915)		(N=42 920)	(N=30 635 605)	

Fonte: Para 1888, Relatório do Exército de 1888, Censo de 1890. Para 1920, Censo desse ano.

Podemos observar que foram feitas mudanças na distribuição de forma a posicionar as forças militares nos locais de maior concentração de poder político.

As revoltas tenentistas de 1922 e 1924 marcaram os anos vinte. Agravadas pelas greves operárias, elas contribuíram para acentuar os problemas políticos na República Velha e para a eclosão da Revolução de 1930.

Carvalho (2006) considera que alguns fatores relacionados à organização do Exército contribuíram para o envolvimento da oficialidade nos movimentos de revolta ocorridos naquele período. Entre os fatores, ele destaca a predominância numérica de oficiais em postos iniciais, como tenentes; as lentas promoções, com a permanência nos postos de um período entre dez e doze anos; além das origens sociais dos jovens. Todos esses aspectos somavam-se para incentivar a participação em lutas políticas de caráter contestatório.

Para Sodré (2010), o Tenentismo teve três fases: na primeira, os militares tinham por objetivo atingir apenas os demais militares e os pronunciamentos eram

restritos aos quartéis; na segunda, os militares ligam-se com os opositores políticos locais e seus pronunciamentos alcançam amplitude maior e revestem-se de natureza partidária; na terceira, militares e políticos opõem-se ao governo na sucessão do presidente Washington Luís, o que acaba deflagrando a Revolução de 1930.

Com a instauração do *Estado Novo*, inicia-se uma nova fase de desenvolvimento institucional do Exército, fortemente influenciada pelos frutos da Missão Militar Francesa.

Hayes (1991) acredita que essa fase marcou um momento de tradição patrimonial, com os militares intervindo em nome do Estado, para “... estabelecer um novo regime baseado em essência sobre um moderno conceito de nação armada que incluía uma versão conservadora do militar estadista/Messias.” (HAYES, 1991, p. 154)

Para Reis (1982), esse período correspondeu à construção de uma ideologia política do moderno Estado nacional que envolvia uma representação ideal da sociedade. Durante a Primeira República, o poder central era simbólico, pois a população prestava lealdade aos senhores de terras, às elites agrárias, e isso gerou empecilhos para o desenvolvimento de uma identidade nacional e de um Estado centralizado no Brasil. A partir do Estado Novo, houve um esforço para a institucionalização de um governo forte o suficiente para colocar a política a serviço dos interesses econômicos do país.

Nesse contexto, não haveria outro caminho do que a expansão de um aparato burocrático e militar, que desencadeou um processo de expansão e centralização do poder e da administração pública, característica da *modernização conservadora* de nossa sociedade.

Em meio a um período turbulento, tanto para o país quanto para a Instituição, despontam dois oficiais que dariam início a um processo de modernização e burocratização que transformaria aos poucos a identidade organizacional: os generais Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

Acreditando que a forma de se estabelecer uma sólida doutrina de segurança nacional implicava no desenvolvimento de uma consciência disciplinada da população, Góes Monteiro traçou estratégias organizacionais que levaram o Exército ao que Coelho (2000) denominou de *fase institucional*, na qual haveria de se formar uma espécie de solidariedade militar.

Essa solidariedade seria o resultado do desenvolvimento de um conjunto de valores e crenças responsáveis por promover uma identidade institucional capaz de fortalecer a coesão e as ações daquele grupo na consecução de determinados objetivos comuns.

Citando um discurso do próprio Góes Monteiro, Coelho (2000) refere-se à intenção do general em dar ao Exército uma dimensão organizacional baseada em uma consciência coletiva:

... sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército ... A política do Exército é a preparação para a guerra, e a esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material [...] e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria. (COELHO, 2000, p. 115)

O resultado dessa consciência coletiva seria expresso pela solidariedade, pela associação em torno de crenças e valores legitimados pelos militares e materializados nas relações sociais, no culto à história, às tradições, ao capital simbólico transmitido, na legitimidade, na autoridade dos chefes militares e, principalmente, nas escolas militares.

Nessa fase, a instituição atingiu um grau de complexidade e de coesão que intensificou as relações hierárquicas, diminuindo as revoltas internas e problemas de indisciplina tão constantes nos anos vinte. Para que isso se efetivasse, Góes Monteiro implementou significativas mudanças que “Abrangeu a efetivação do serviço militar obrigatório, o treinamento de reservas, a desprofissionalização dos sargentos, a homogeneização e doutrinação dos oficiais, o expurgo dos dissidentes e a formação de um núcleo hegemônico de oficiais” (SANTOS, 2018, p. 196)

Esse processo, entretanto, exigiu “... um longo esforço e o choque entre correntes antagônicas dentro e fora da organização.” (CARVALHO, 2006, p. 62), concorrendo para isso alguns fatores.

O primeiro deles é o fato de que a revolução não fora consenso dentro das Forças Armadas. Grande parte do sucesso do movimento deveu-se à ação de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, estados com fortes forças policiais militares e com

um passado histórico de grande participação popular na política. Segundo Carvalho (2006), a adesão do Exército não contemplou toda a oficialidade.

No Rio de Janeiro, “Ela de deveu a uma tentativa de evitar os possíveis exageros da facção minoritária do Exército que vinha comandando as tropas rebeldes.” (CARVALHO, 2002, p. 63) Esse posicionamento demonstra, claramente, a disposição do espírito de conciliação presente na mentalidade conservadora. Ao mesmo tempo, revela outro pressuposto *burkeano*, a necessidade da presença de uma ordem pública, de uma autoridade política, que no caso foi a posição tomada pelo Exército, como instância estatal, na organização das relações sociais.

O segundo fator apresentado pelo autor é que o grupo de revoltosos compunha-se, em sua maioria, de oficiais subalternos, tenentes e capitães, que haviam participado das revoltas da década de 1920 e que tiveram promoções rápidas, o que desencadeou grandes conflitos de natureza hierárquica.

Por último, haveria, ainda, a questão da oposição externa ao Exército, principalmente pelas lideranças civis dos estados e a influência dos sargentos junto à tropa. “Negligenciados depois da vitória, frustrados e insatisfeitos, os sargentos e as demais praças se tornaram em bases de apoio para outras revoltas ou se rebelaram eles mesmos.” (CARVALHO, 2006, p. 63)

Tudo isso demonstrava como a Instituição estava fragmentada nos anos iniciais da implantação do novo regime. Havia uma divisão organizacional que separava oficiais de praças; natural dentro da estrutura hierárquica militar, mas abalada por um regulamento rígido e discriminatório herdado do período imperial. Havia, também, uma divisão ideológica, principalmente entre os oficiais. Grande parte deles, seguindo as orientações da Missão Militar Francesa,

Obedeciam ao modelo de relação entre força armada e política desenvolvido nas democracias liberais do Ocidente, onde a solidez da ordem burguesa permitia, e mesmo pedia, exércitos primordialmente dedicados à tarefa de defesa externa, alheios ao jogo político interno. (CARVALHO, 2006, p. 74)

Entretanto, alguns oficiais, acreditavam no predomínio militar na política e no fortalecimento das Forças Armadas, o que implicava, para uma das correntes que percorriam esse grupo de oficiais, na introdução da luta de classes na organização militar. Para Carvalho (2006), esses conflitos ideológicos colocavam em risco a capacidade do Exército em se manter na posição política que havia alcançado e

abriram espaço para o surgimento de uma terceira concepção de relação entre os militares e a política, que o autor denominou *intervencionismo controlador*.

Essa concepção possibilitou a aliança ou adequação das necessidades dos dois grupos; ao mesmo tempo em que o primeiro aceitou a intervenção, o segundo se dispôs a mudar os métodos e o conteúdo da intervenção. Nesse momento podemos ver, novamente, a mentalidade conciliatória característica da formação social brasileira aliada ao aspecto do pensamento conservador, que destaca a importância do equilíbrio entre a permanência e a mudança, pelo qual a sociedade deve se desenvolver adequando as transformações necessárias com a estabilidade de certos valores e tradições.

Essa dinâmica levou a Instituição, segundo Carvalho (2006), a um duplo movimento, pois ao mesmo tempo em que proporcionou a abertura da sociedade ao Exército, fez com que ele se fechasse para a sociedade no que se refere às influências de cunho político-ideológico.

Para isso, foram traçadas estratégias no sentido de fortalecer a organização em termos de material, capacidade de mobilização, efetivos e profissionalização. Houve um grande investimento na educação e na formação do oficial e mudanças nas legislações e regulamentos, o que reforçou a coesão da Instituição e sua autonomia em relação ao poder político.

McCann (2007) acredita que o Exército pós-1930 criou mecanismos que o fizeram alcançar o *status* de instituição como a criação de departamentos específicos dedicados à formação, doutrinação e socialização das lideranças militares, o aperfeiçoamento de mecanismos que isolassem os militares de influências danosas à hierarquia e disciplina, além do desenvolvimento de bons canais de comunicação interna.

Para Hayes (1991), foram várias as ações desencadeadas com o objetivo de tornar a Instituição mais coesa nessa fase:

As inúmeras forças militares e paramilitares controladas pelos estados passaram a sofrer supervisão dos comandos militares regionais e por fim do Ministério da Guerra. O efetivo do Exército foi sendo aumentado progressivamente. [...] Aumentaram para o Exército os recursos do orçamento nacional. (HAYES, 1991, p. 168)

Havia, entretanto, uma grande dificuldade para a profissionalização do Exército. Carecia o Brasil, ainda, de industrialização necessária a fornecer os materiais de emprego militar adequados à modernização de suas Forças Armadas. O país deveria ter a capacidade de produzir seu próprio armamento, “Em vez de meramente exportar suas vastas reservas de minérios e importar produtos acabados, o Brasil devia criar indústrias para produzir ferro, aço, cobre, chumbo, zinco, alumínio, e outros produtos de metal.” (MCCANN, 2007, p. 451)

Nesse aspecto, o envio da Força Expedicionária Brasileira para a Europa a fim de combater junto com as tropas norte-americanas na II Guerra Mundial proporcionou ao Exército o acesso a equipamentos militares modernos e o aumento das habilidades combativas, além de conhecimento doutrinário e da experiência bélica frente a um inimigo externo que lhe rendeu aumento de prestígio junto à sociedade brasileira.

Para McCann (2007), após o término da II Guerra, no período entre 1946 e 1951, no qual o país foi presidido pelo General Dutra, o Exército cumpriu seu papel *intervencionista conservador*, pelo qual empenhava-se em “... remodelar o Brasil doutrinando as elites com a visão de um futuro industrial para o país.” (MCCANN, 2007, p. 553)

Entretanto, para colocar em prática essa estratégia intervencionista, a Instituição precisava ter bem desenvolvida uma consciência coletiva que anulasse a penetração de ideologias externas e pudessem comprometer a disciplina e coesão interna. Considerando que toda organização é um sistema que se orienta de forma a retirar do meio ambiente os recursos necessários à sua sobrevivência, é natural que o Exército, ao se deparar com um meio ambiente hostil, procurou estabelecer mecanismos para se resguardar.

Lembremos que o processo de profissionalização do Exército ocorreu em uma sociedade ibérica, um Estado forte, cujas relações políticas baseavam-se em atender os interesses de certas elites para quem não interessava o fortalecimento das Forças Armadas. Assim, as iniciativas para desenvolvimento de um Exército profissional partiram sempre de dentro da Instituição.

Por isso, ela precisou estabelecer uma elevada coesão interna, fruto do desenvolvimento de uma formação única para sua oficialidade, com uma doutrina de ensino fortemente marcada por valores e tradições conservadores.

5.2. Cultura, valores e socialização

A formação do oficial do Exército Brasileiro insere-se no campo mais amplo da cultura dessa organização e essa, por sua vez, é reforçada pelos processos de socialização por ele vivenciados no exercício de sua função, mas, principalmente, nas academias militares.

Dessa forma, antes de analisarmos aspectos do pensamento conservador na estrutura de formação desse oficial, é necessário, entendermos como se configuram a cultura, os valores e a socialização dentro das instituições militares.

O conceito geral de cultura implica em uma interdependência entre os fatores históricos e sociais, além de questões subjetivas e experiências individuais e coletivas. Na antropologia, a cultura é o resultado do aprendizado dos modos comuns da vida transmitidos pelos indivíduos e grupos em sociedade. Na sociologia, de forma geral, a cultura é o conjunto de saberes de um povo, resultante de sua interação social.

Cultura, dessa forma, envolve tudo o que a convivência social nos apresenta, com suas formas de produção e consumo dos bens materiais e, principalmente, imateriais, o capital simbólico de cada sociedade.

A cultura revela-se como resultado da interpretação que o ser humano faz de sua existência. Tentando dar significado a essa existência, ele cria mecanismos de produção de vínculos, tanto de conhecimento quanto de valores, ao relacionar-se com o ambiente no qual se insere. O produto dessa relação é a cultura. Isso acontece individualmente e coletivamente.

Também as instituições criam esses mecanismos, estruturas impregnadas de valores que permitem sua legitimação, isto é, a justificação de sua existência dentro da sociedade. Esses mecanismos e o que eles produzem, ou seja, a cultura dessa instituição, deve ser transmitida às gerações posteriores para a garantia de sua sobrevivência e para a identificação entre os membros do grupo.

Essa perspectiva enquadra-se nos estudos na área da Administração, que destacam a obra *Organizational Culture and Leadership* (Cultura e liderança organizacional), do psicólogo Edgar H. Shein (2009), cujos objetivos são esclarecer o conceito de cultura organizacional e mostrar que cultura e liderança estão inter-relacionados.

No livro, Shein (2009) argumenta que a cultura é um fator fundamental para a explicação de fenômenos organizacionais, interferindo na efetividade da organização. Além disso, sustenta ser a liderança o processo pelo qual as culturas são formadas e modificadas.

Historicamente, as primeiras organizações das quais se têm notícia foram as militares e religiosas. As militares tinham a função básica de garantir a sobrevivência física dos grupos e as religiosas a função de, em linhas gerais, explicar os fenômenos desconhecidos.

Com o desenvolvimento das sociedades, outros tipos surgiram e, atualmente, os estudos da área da Administração consideram como organizações entidades formadas pela união entre duas ou mais pessoas que tenham em comum o cumprimento de objetivos determinados e que apresentem uma divisão de tarefas e funções entre seus membros, além de um conjunto de normas e regras específicas a serem obedecidas pelos seus integrantes.

Cada organização possui uma forma específica de relacionar-se com o ambiente interno e externo. Tudo isso faz parte da sua cultura organizacional, do que a identifica e singulariza entre outras entidades.

Nesse contexto, não podemos deixar de citar José Murilo de Carvalho (2006), para quem as organizações militares não se apresentam apenas como representações de um determinado grupo social e sim possuem características próprias:

Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constroem identidades fortes. Quando plenamente desenvolvidas, requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. [...] Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente. (CARVALHO, 2006, p. 13)

Para Shein (2009), é a cultura que confere estabilidade estrutural à organização, sendo fruto das aprendizagens construídas ao longo de sua história.

Ela permite a identificação, a integração e a comunicação dos integrantes desse grupo.

A cultura de um grupo pode agora ser definida como padrão de suposições básicas compartilhadas, que foi aprendido por um grupo à medida que solucionava seus problemas de adaptação externa e de integração interna. Este padrão tem funcionado bem o suficiente para ser considerado válido e, por conseguinte, para ser ensinado aos novos membros como o modo correto de perceber, pensar e sentir-se em relação a esses problemas. (SCHEIN, 2009, p. 16).

O autor afirma que existem três componentes ou níveis na cultura organizacional: os artefatos, os valores expostos ou manifestos e os pressupostos básicos inconscientes.

Os artefatos são acessíveis a um observador externo em um primeiro contato com a organização e correspondem às estruturas e processos visíveis, ligados à tecnologia, aos regulamentos, ao tipo de linguagem, aos padrões de comportamento, aos procedimentos e rituais, por exemplo.

Os valores manifestos, situados em uma dimensão abstrata ou subjetiva, podem ser descritos como estratégias, políticas, metas e filosofias da organização que justificam suas ações. São manifestações racionais do comportamento dessa organização, soluções propostas pelos líderes que auxiliam as decisões.

Os valores expostos seriam a etapa a dar validade ao surgimento do terceiro componente: os pressupostos básicos inconscientes. Esses são, para o autor, os mais importantes. Constituem as “Crenças, percepções, pensamentos e sentimentos inconscientes, assumidos como verdadeiros...” (SCHEIN, 2009, p.24).

O psicólogo atribui a eles toda a fonte de explicação para a cultura de uma organização. Deles se extraem os significados das ações e percepções daquele ambiente de interação que, padronizados, farão parte da cultura organizacional e influirão no comportamento de seus membros.

Como qualquer organização, as instituições militares também possuem uma cultura que comporta artefatos, valores manifestos e valores expostos. Ela é traduzida, com vimos anteriormente, por Huntington (1957), pelo que chamou de *mentalidade militar*, que, por sua vez tem como base a *ética profissional militar*, um conjunto de valores, doutrinas, atitudes e perspectivas inerentes ao desempenho da profissão militar, podendo ser deduzido a partir de sua natureza funcional.

Considerando que o contínuo exercício de uma função profissional dá origem a um tipo de mentalidade profissional, ao ser preparado para desempenhar sua função e ao efetivamente desempenhá-la, o militar desenvolve, ao longo do tempo, uma mentalidade, uma cultura profissional e, por extensão, organizacional.

No Exército Brasileiro, como em todas as instituições militares, a cultura organizacional estará condicionada à sua natureza precípua, a administração e o emprego da violência em nome do Estado. Assim, as práticas que constituem a cultura militar relacionam-se às tentativas de atingir essa função básica, aos elementos que as subsidiarão: conhecimento especializado, normas, regulamentos, ritos, cerimoniais, linguagem, códigos, crenças etc.

O general Marcio Tadeu Bettega Bergo, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, afirma que a cultura militar é um dos ramos da cultura nacional e enfatiza o seu papel para o Exército:

A Cultura Militar alavanca valores anímicos, criando um diferencial na identidade da instituição. O agir pelo exemplo se vale essencialmente de valores que estão no passado, se conservam no presente e balizam o futuro. As ações dos grandes chefes e heróis, os nossos próceres, atuam como fontes de inspiração, são verdadeiros faróis que iluminam obscuras e íngremes veredas a percorrer, animam nobres e patrióticas vontades, vocações e pendores. Enfim, trazem forças a corpos muitas vezes combalidos por periculosas e extenuantes jornadas. Seus comportamentos se constituem em dimensões para os soldados de hoje pautarem seus atos, ajuizá-los como úteis, normais ou desejáveis. Tornam-se proporção, regra e norma. (BERGO, 2021)

Podemos verificar o caráter atemporal dispensado à cultura militar e a importância de sua reprodução como garantia de identificação e legitimidade institucional, fatores necessários à sobrevivência da organização. Vemos, também, que essa cultura está impregnada do que Bergo considerou *valores anímicos*, os quais Shein (2009), denominou expostos e manifestos. Estando presentes de forma explícita ou implícita nas práticas sociais da instituição militar, eles condicionam o comportamento individual e coletivo de seus membros, formando seu capital simbólico.

Esses valores são construídos dentro de um processo de socialização vivenciado pelo indivíduo ao integrar a instituição militar. São processos orientados para o desenvolvimento de uma cultura na qual valores como coragem, integridade,

justiça, honra, lealdade, são necessários para o enfrentamento de situações limites com as quais esse profissional irá defrontar-se, desafios inerentes ao combate.

Shein (2009) também atribui papel importante para a socialização na assimilação da cultura. Segundo ele, para entendermos a cultura de uma organização, é necessário analisarmos o processo de socialização de seus novos membros, pois os pressupostos básicos inconscientes, os valores manifestos, principalmente, são transmitidos ao longo dele.

Esse tipo de socialização, denominada secundária, prepara o ser humano para ser autossuficiente, para conhecer e interagir em estruturas sociais diferentes daquelas que fazem parte de seu núcleo familiar, aquele no qual desenvolveu a socialização primária.

Segundo Berger e Luckmann (1987), embora os seres humanos tenham a predisposição para viver em comunidade, necessitam de uma certa adaptação para isso, de um processo de socialização. Na socialização primária, a partir da interação com seu núcleo familiar, o indivíduo aprende o sentido da vida e a usar os recursos que o capacitarão a se relacionar com outros grupos sociais. A educação informal, a reprodução de comportamentos e a internalização de valores vivenciadas pela criança formarão, assim, uma estrutura objetiva do mundo inteligível necessária ao processo de socialização secundária, quando terá acesso a novas instituições sociais.

Já a socialização secundária, pela qual o jovem passa ao ser inserido no ambiente das escolas militares, por exemplo, tem por objetivo a profissionalização, ou seja, dar-lhe condições de conhecer e assimilar o papel profissional para o qual está sendo preparado a exercer. Além dos conhecimentos técnicos necessários à profissão, esse jovem deve internalizar o estilo de vida, o vocabulário, os valores próprios da instituição.

Assim, de forma geral, a reprodução ou transmissão de qualquer cultura e de seus valores realiza-se através dos processos de socialização primária e secundária que ocorrem nas relações interpessoais geradas dentro de instituições sociais como a família, a religião, a educação etc.

O processo de socialização militar ocorre desde das primeiras tentativas de institucionalização e profissionalização das Forças Armadas no mundo e, naturalmente, no Brasil. A ética profissional militar, sobre a qual nos fala Huntington (2016), regula a conduta de seus integrantes não somente através das

legislações que lhe são próprias, mas principalmente pelo comprometimento de determinados valores pertencentes à cultura militar.

Em uma instituição militar, a reprodução dessa cultura e desses valores pode apresentar-se na forma de seus regulamentos, no culto às suas tradições, na perpetuação de cerimoniais, nos uniformes etc. Entretanto, o instrumento de maior reprodução da cultura militar encontra-se no processo de socialização gerado na formação dos membros pertencentes a essas instituições, nas escolas militares.

A educação, além da transmissão do conhecimento cognitivo, assume, então, uma função primordial na perpetuação e internalização de valores essenciais à formação dessa cultura militar, da identidade que caracterizará a profissão e a instituição.

Janowitz, em seus estudos sobre a profissão militar, enfatizou o papel das escolas militares:

A educação numa academia militar é a primeira e a mais crucial experiência de um soldado profissional. As experiências educacionais de um cadete não obliteram seus antecedentes sociais, mas deixam impressões fundas e duradouras. [...] estas fixam os padrões de comportamento para toda a profissão militar. São elas a fonte da difundida “igualdade de sentimento” a respeito de honra militar e do sentido de fraternidade que prevalece entre os militares. (JANOWITZ, 1967, p. 129)

Em função da socialização militar ocorrer, normalmente, em estabelecimentos relativamente autônomos em relação ao ambiente externo, geralmente em sistema de internato, alguns autores como Carvalho (2006) classificam as escolas militares como *instituições totais*.

O conceito, foi desenvolvido por Erving Goffman para designar

“... um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOFFMAN, 1974, p. 11)

Apesar de o conceito guardar muitas semelhanças com o ambiente de formação das escolas militares e tendo mesmo o autor utilizado como exemplo de instituição total as academias militares, além dos manicômios e prisões, Coelho (2004) nos alerta para as grandes divergências que podemos encontrar com o modelo proposto por Goffman (1974).

Para o sociólogo, existem três diferenças básicas: a inexistência de uma rígida divisão entre os internados e a equipe que dirige o local; o fato de as academias militares serem vistas como locais de passagem, nos quais o interno busca alcançar uma *vitória cultural*; e o caráter voluntário de permanência do internado. Esses aspectos descaracterizariam as academias militares como instituições totais. No entanto, ainda persistiriam aspectos que garantiriam o mesmo tipo de socialização intensa como o fato de serem locais que envolvem todas as dimensões da vida de seus integrantes, por exemplo.

Castro (2004) utiliza a expressão *instituição totalizante* para designar o Exército Brasileiro e suas escolas de formação; um ambiente no qual os profissionais têm o que chamou de *carreira total*, repleta de significados compartilhados, coerentes e de vínculos fortes entre seus membros.

Santos (2018) concorda com essa classificação, acrescentando outro aspecto para a diferenciação, a família. Para ele,

... a instituição militar cooptar para englobar ou absorver a família, trazendo-a para dentro de si, transformando-a em público interno, a fim de diminuir, se possível anular as influências sobre seu integrante. Essa ação não é observada nas outras instituições consideradas totais, que têm na família uma permanente e ativa resistência à sua tendência ao fechamento. (SANTOS, 2018, p. 118)

O fato é que o processo de socialização militar, desenvolvido nas escolas, tem, de uma forma geral, o objetivo de proporcionar a esse profissional a internalização de recursos cognitivos e afetivos que possibilitarão a identificação com a instituição, além do exercício da profissão.

Existem diferentes métodos de proceder esse processo de socialização, empregados por instituições militares de diversos países,

... método pragmático, no qual não há educação ética formal e o etos institucional seria transmitido pelas tradições e exemplos dos instrutores; aulas formais de filosofia moral; estudos de caso, que podem consistir em dilemas; palestras motivacionais; modelos de papel, excursões a campos de batalha e visitas a museus; e, ainda, integração da ética a outros aspectos do treinamento militar, de forma transversal ao ensino de direito, história e política, ou, ainda, em atividades de campanha. (WORTMEYER, 2017, p. 72)

Independente do método utilizado, o importante é reconhecer que as escolas militares exercem um papel fundamental na criação de um sentimento de unidade institucional, de consciência orgânica ou coletiva, de solidariedade, o que comumente é denominado *espírito de corpo* nas Forças Armadas Brasileiras. Definido amplamente como uma espécie de alma coletiva e alcançado pela prática da camaradagem e da cooperação, ele

Representa a consciência do valor grupal existente entre militares de agrupamentos de combate em todos os níveis, que é capaz de ligá-los à própria instituição militar, à sua unidade operacional e aos agrupamentos institucionais subjacentes, constituindo-se em importante força aglutinante que sustenta a disciplina e o moral profissional. (BROCHADO *apud* MIRANDA, 2018, p; 51)

O espírito de corpo seria, então, a expressão da solidariedade orgânica sobre a qual nos fala Durkheim (1995); uma relação que tem como princípio a diversidade de papéis sociais e da qual o militar retiraria a noção de identidade profissional. O resultado desse espírito de corpo ou solidariedade orgânica é a constituição de uma consciência coletiva, formada pelos valores admitidos como válidos para representar os militares.

Para as Forças Armadas Brasileiras, esses valores estão descritos no Estatuto dos Militares, o código de ética profissional válido para a Marinha, o Exército e a Força Aérea, e instituído pela Lei Federal Nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, da Presidência da República. Nele constam seis valores: patriotismo, civismo, fé na missão, amor à profissão, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional.

É interessante observar que disciplina e hierarquia, valores comumente associados à profissão militar não se encontram nessa relação. Na verdade, eles constam no texto da Constituição Federal, em seu Artigo 142, que determina a missão das Forças Armadas:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988)

No âmbito específico do Exército Brasileiro, disciplina e hierarquia são relacionados como deveres militares pelo *Vade-Mécum* de Cerimonial Militar do

Exército – valores, deveres e ética militar (VM-10), publicado pela PORTARIA N° 156, de 23 de abril de 2002. Diz o documento que

Os deveres militares emanam de um conjunto de vínculos morais e jurídicos que ligam o militar à Pátria e à Instituição. São deveres militares: dedicação e fidelidade à Pátria; respeito aos símbolos nacionais; probidade e lealdade; disciplina e respeito à hierarquia; rigoroso cumprimento dos deveres e ordens; trato do subordinado com dignidade. (VM-10, capítulo 3)

Ressaltamos que a maioria, senão todos, esses valores já fazem parte, em maior ou menor grau, da construção cognitiva ou afetiva dos jovens que ingressam nas instituições militares. Inseridos na sociedade, originam-se de um grupo social, uma família, com a qual aprendeu e vivenciou muitos desses valores.

Esse é um aspecto importante a considerarmos no contexto do presente estudo, pois o conservadorismo *burkeano* defende a preservação das instituições, aí incluída a família, enfatizando a continuidade e as tradições. Dado que, como já vimos, **a sociedade brasileira herdou e adaptou muitos valores conservadores principalmente relacionados aos costumes, à família e à moral, não é difícil acreditar na influência que a família e as tradições familiares podem exercer na formação de uma mentalidade conservadora nesses jovens militares. Por outro lado, cabe ressaltar a característica totalizante das instituições militares que, como afirma Santos (2018), coopta a família transformando-a em partícipe dos mesmos valores militares.**

Nesse contexto, **cabe lembrar a importância da origem familiar da oficialidade das Forças Armadas Brasileiras, demonstrada por Carvalho (2006), ao verificar que o recrutamento realizado entre a aristocracia durante o Império passa, na República, a realizar-se dentro das próprias famílias de militares. Esse fato, reforçaria a perpetuação, dentro da instituição, de valores e tradições militares, e perdura ainda hoje.**

Em estudo sobre aspectos da identidade dos oficiais do Exército Brasileiro, o pesquisador Denis de Miranda (2018) realizou um *survey* nacional no qual foram propostas questões sobre temas políticos, sociais, econômicos, institucionais e éticos, buscando caracterizar o perfil desse público.

Trabalharemos com mais propriedade alguns dos dados resultantes dessa pesquisa posteriormente, mas, no momento, cabe destacar um dos aspectos

levantados que nos aponta para a endogenia do recrutamento militar, pois 45% dos 571 entrevistados são filhos de militares.

Outro dado importante foi a identificação dos valores ditos pelos entrevistados como os que mais distinguem um militar. Os mais indicados foram, nessa ordem de prioridade: disciplina, hierarquia, lealdade, comprometimento, patriotismo e honra.

Os mais citados, disciplina e hierarquia, são realmente os valores empiricamente percebidos como relacionados à profissão militar, o que demonstra uma forte identificação e assimilação deles por parte dos entrevistados. Essa identificação fica ainda mais evidente quando analisamos o resultado do questionamento sobre a forma de incorporação desses valores. Ao mesmo tempo que podemos perceber, novamente o reflexo do valor endógeno, da influência familiar, vemos que a formação militar, aí incluído todo o processo de socialização, desenvolvido nas escolas, tem maior peso.

Tabela 6: Questão 22 - Como o senhor incorporou os valores militares?

	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Na minha família.	27,9%	40,2%	33,0%	20,5%	33,0%
Ainda cedo no Colégio Militar.	14,0%	16,2%	19,8%	22,9%	18,2%
Na minha escola de formação (EsPCEx/AMAN)	51,2%	40,2%	43,25	45,8%	43,7%
Depois de formado, influenciados por outros militares mais experientes.	4,7%	1,0%	2,2%	8,4%	3,0%
Com meus pares.	0,0%	0,5%	0,9%	0,0%	0,5%
Não sei.	2,3%	2,0%	0,9%	2,4%	1,7%

Fonte: MIRANDA, Denis de. *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018, p. 81.

Ao mesmo tempo, são valores que se aproximam muito com alguns dos princípios elencados por Kirk (2011) como característicos da mentalidade conservadora. A disciplina, por exemplo, garantiria a limitação às paixões humanas, que podem levar o indivíduo a posições extremadas, fator de desestabilização da ordem social. Esta, por sua vez, necessita de hierarquização para estabelecer uma estrutura capaz de dar estabilidade às relações humanas e garantir o bom convívio.

Trazemos, então, de volta o quadro comparativo entre as mentalidades conservadora e militar, proposto anteriormente, acrescentando agora os seis valores descritos no Estatuto do Militares e os deveres militares elencados no *Vade-Mécum* do Cerimonial Militar:

Tabela 7: Quadro comparativo – mentalidades conservadora e militar, valores e deveres militares

Temáticas presentes nas obras de Edmund Burke	Princípios da mente conservadora segundo Russel Kirk	Aspectos conformadores da mentalidade militar segundo Samuel Huntington	Valores e Deveres Militares Estatuto dos Militares <i>Vade-Mécum</i> do Cerimonial Militar
Resistência às mudanças e apelo à prudência, à conciliação e ao reformismo	Consagração pelo uso Prudência Equilíbrio entre a permanência e a mudança	Destaque à continuidade Posicionamento pacifista e prudente, contrário a atitudes belicosas e aventureiras	Rigoroso cumprimento dos deveres e ordens
Crítica ao racionalismo e culto às tradições, aos costumes e à história	Adesão aos costumes, convenções e continuidade	Valorização das tradições e da história	Patriotismo Aprimoramento técnico-profissional Dedicação e fidelidade à Pátria
Ceticismo e defesa da religião e da moralidade	Crença numa ordem moral duradoura Limitação ao poder e às paixões humanas Imperfectibilidade	Ênfase na imutabilidade, irracionalidade, fraqueza e maldade da natureza humana Destaque das ameaças contra a segurança do Estado	Civismo Proibidade e lealdade Trato do subordinado com dignidade Respeito aos símbolos nacionais
Papel do Estado e da sociedade na construção da ordem social	Apelo à liberdade e propriedade Defesa das comunidades voluntárias e oposição ao coletivismo involuntário Afeição à variedade	Aceitação do Estado-nação como forma de organização política e da supremacia da sociedade sobre o indivíduo Crença nas forças militares como sustentação da ordem social Exaltação à obediência	Fé na missão Amor à profissão Espírito de corpo Disciplina e respeito à hierarquia

Fonte: a autora.

Obviamente, não existe relação comparativa direta entre os princípios e nestes com os valores ou deveres militares. Entretanto, existem semelhanças de ideias, de aplicação em cada campo de atuação.

Também podemos identificar alguns desses valores na sociedade brasileira. Retomemos, por exemplo, a disciplina e a hierarquia. São valores tradicionais da cultura ibérica, característicos, segundo Mercadante (1978), da Contrarreforma, cuja ética rígida e absoluta baseava-se na renúncia e na disciplina, e que, através de

mecanismos como a Santa Inquisição e a Companhia de Jesus, impuseram-se pela educação católica sobre a aristocracia portuguesa e, por consequência, na sociedade brasileira.

Esses valores fazem parte de nossas origens ibéricas. No entanto, a socialização militar os ampliará e aplicará no campo profissional, usando, para isso, as relações sociais desenvolvidas dentro das instituições militares e que têm sido investigadas com profundidade pela antropologia e sociologia, principalmente sob a perspectiva dos ambientes das academias militares.

Para Janowitz (1967), o processo de socialização dos cadetes¹³⁵, deve privilegiar valores e normas fundamentais ao bom desempenho profissional:

O oficial profissional ingressa numa carreira em que uma autoridade única regulamenta todas as oportunidades de sua existência. Com efeito, o aspirante verifica que todo o ciclo de sua vida diária está sob o controle dessa autoridade única, pois a vida militar é uma vida institucional. Além das qualificações técnicas que ele adquire, as academias devem prepará-lo para o estilo de vida militar [...] a finalidade de uma academia militar consiste, em transformá-lo num membro da “fraternidade” profissional. (JANOWITZ, 1967, p. 130)

Entre os estudos brasileiros sobre os processos de socialização militar encontra-se a pesquisa etnográfica realizada por Celso Castro (2004) na AMAN, nos anos de 1987 e 1988, cujo objetivo foi analisar a construção da identidade militar pelos cadetes. A pesquisa revelou as práticas simbólicas desenvolvidas no processo de socialização, levando em consideração elementos de oposição de valores entre os ambientes militar e civil.

O autor levantou diversos aspectos do cotidiano e do comportamento dos cadetes que teriam uma relação contrastante em relação a outros alunos de universidades civis como o uso de uniformes e de cabelos curtos, o cuidado com a postura sempre correta e com a firmeza no tom de voz. Destacou, também, aspectos morais que marcariam a fronteira de contraste entre militares e civis:

... o senso de honestidade e “retidão” de caráter; a preocupação com causas “nobres e elevadas” — Pátria, Brasil (no Curso Básico, quando um oficial grita “Brasil!”, as cadetes contestam em uníssono: “Acima de tudo!”; o “espírito de renúncia” e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à

¹³⁵ Título dado aos alunos dos cursos de formação de oficiais de algumas instituições de ensino militar.

hierarquia são os exemplos mais comumente citados pelos cadetes. (CASTRO, 2004, p. 45)

Essa experiência de socialização permite o compartilhamento de um mundo pleno de coerência e de significados comuns, assinalando o pertencimento a um grupo e uma instituição com vínculos afetivos fortes que operam, segundo Santos (2018), com base nos imperativos da hierarquia, da disciplina e da *eficiência submissa*.

Para o autor, a eficiência submissa permite que as ordens sejam seguidas com precisão, comportamento indispensável em situações de combate. Para se chegar a esse tipo de eficiência, a socialização militar utiliza processos disciplinatórios, treinamentos e outras técnicas presentes, principalmente, nas escolas militares.

Nesse contexto, são as experiências compartilhadas em grupo, durante o período de formação, as que proporcionam maior reforço dos valores e da coesão institucional. Isso fica muito claro na pesquisa etnográfica de Castro,

Todas as atividades são feitas em conjunto, chegando ao ponto de um cadete estabelecer a seguinte lei: “Se você estiver andando sozinho, pode parar e pensar, porque você deve estar fazendo alguma coisa errada.” O companheirismo é facilitado também porque os cadetes compartilham símbolos, objetos, gírias e preocupações comuns, que possibilitam uma facilidade de comunicação raramente encontrada em outros lugares. (CASTRO, 2004, p.40)

As escolas militares têm um papel preponderante nesse aspecto. Afinal, elas são uma das instituições que constituem a identidade do indivíduo e como tal possibilitam a manutenção e a reprodução de uma determinada ordem social.

5.3. Formação da mentalidade do oficial do Exército Brasileiro: escolas militares e seus Regulamentos de ensino de 1810 a 1944

No contexto brasileiro, aplica-se a expressão *educação militar* em relação aos processos educacionais que ocorrem dentro de organizações militares, tanto das Forças Armadas, quanto das Forças Auxiliares. A maior parte das escolas militares

destinam-se à formação profissional¹³⁶, ao aperfeiçoamento e especialização ao longo da carreira.

No primeiro nível da educação militar, a formação, ocorre o processo de socialização profissional e organizacional, pois muitas vezes esse é o primeiro contato do indivíduo com a instituição militar.

Os cursos de formação de militares do Exército Brasileiro são, atualmente, divididos por círculos hierárquicos, oficiais e praças, e por linhas de ensino que podem ser: bélica, científico-tecnológica, complementar e de saúde.

A linha bélica destina-se à atividade-fim da Instituição, o combate, enquanto que as demais ao apoio ao combate e às áreas administrativas. Por tratar-se da fonte da qual origina-se a classe dirigente, da Instituição, ou seja, pela qual são preparados os futuros oficiais gerais vamos nos ater a essa linha de ensino, mais precisamente à escola de formação responsável por implementá-la.

A formação dos oficiais dessa linha é realizada, atualmente, em cinco anos, sendo o primeiro na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), em Campinas, São Paulo, e os quatro restantes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), situada em Resende, Rio de Janeiro.

O ingresso ao curso de formação é feito por concurso público de âmbito nacional para jovens, homens e mulheres, entre 17 e 22 anos, e prevê exames intelectuais, físicos e de saúde.

Os dois primeiros anos de formação incluem disciplinas acadêmicas e militares comuns a todos os militares. No início do segundo ano na AMAN, os cadetes escolhem, a partir de seu mérito intelectual, uma das sete especializações entre as armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, ou entre o Serviço de Intendência e o Quadro de Material Bélico.

Cabe salientar que a educação recebida por esses militares é regida por legislação de ensino específica, Lei 9.394/96, e segue normas fixadas pela Portaria Normativa Interministerial MD/MEC nº 830, de 23 de maio de 2008, que dispõe sobre a equivalência dos cursos de formação de oficiais das Forças Armadas.

¹³⁶ Ainda que existam, no âmbito do Exército Brasileiro, estabelecimentos com uma linha de ensino denominada assistencial, os colégios militares, que oferecem educação de nível fundamental e médio a crianças e adolescentes.

Entretanto, longo foi o caminho percorrido para que pudéssemos ter, hoje, a educação militar estruturada e delineada de forma clara e coerente com a missão constitucional das Forças Armadas. Essa trajetória nos foi brilhantemente apresentada na obra *Formação do Oficial do Exército*, de Jehovah Motta (1998), que a dividiu em períodos relacionados às principais mudanças ocorridas nos Regulamentos de ensino da Instituição, no período de 1810 até 1944, no que tange à formação de seus oficiais, e na qual nos basearemos, a partir de agora, para nossa análise.

5.3.1. Origens do ensino militar - de 1810 a 1831

Oficialmente, a história de uma educação militar brasileira inicia-se com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, que aqui chegando encontrou

... forças militares por demais frágeis para merecer o nome de exército. Os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal-instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltavam-lhes a articulação e o sentido de conjunto próprios dos organismos militares evoluídos. (MOTTA, 1998, p. 16)

Coube, então, a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a tarefa de organizar as forças militares na nova Metrópole. Tratou ele de aprovar, em 4 de dezembro de 1810, o Estatuto de criação da Real Academia Militar, que, em 23 de abril do ano seguinte, ministrava suas primeiras aulas.

Apesar de acreditar na formação profissional dos oficiais como peça básica na estrutura militar necessária a ser formada nas novas terras, D. Rodrigo teve como algoz a tradição portuguesa de uma mentalidade militar imprevidente, "... de soldados valentes, mas de chefes improvisados, desconhecedores da ciência da guerra." (MOTTA, 1998, p. 18) Dessa forma, recorreu diversas vezes à contratação de oficiais estrangeiros para compor o quadro de instrutores da Academia.

Paralelamente, teve que enfrentar outro desafio, as grandes distâncias do novo território exigiam que fossem construídas estradas e pontes. Da mesma forma que o extenso litoral necessitava de portos. A antiga Colônia, assim, precisava, também, de engenheiros capazes de trabalhar no desenvolvimento de uma infraestrutura adequada às necessidades urbanas. Além disso, a realidade

econômica não permitia que os militares se limitassem ao mundo das armas. Diante de uma realidade com inúmeras necessidades básicas, era compreensível que a sociedade exigisse de profissionais especializados como os militares o exercício de atividades bem mais amplas. Como solução, D. Rodrigo decidiu por dar à Academia uma dupla finalidade:

- 1- Formar oficiais de Artilharia, oficiais engenheiros, inclusive oficiais engenheiros geógrafo e topógrafos, aptos não só para os misteres militares, como para a direção de trabalhos civis de minas, estradas, portos e canais.
- 2- Forma oficiais de Infantaria e de Cavalaria. (MOTTA, 1998, p. 21)

Para Motta (1998), essa dupla destinação seria um peso na estrutura e no regime da escola, sobrecarregando seu currículo. Em contrapartida, o longo tempo, até 1874, em que os estudos de engenharia civil estiveram sob a direção do Ministério da Guerra, legaram uma tradição aos militares, uma espécie de “... vocação do homem de farda brasileiro para encarar os problemas do País em termos de criação e administração da riqueza nacional.” (MOTTA, 1998, p. 22) Vocação esta que poderia ser a semente da imagem salvacionista generalizada após a Guerra do Paraguai.

Na verdade, desde o início da colonização brasileira, já havia a necessidade de formação de mão de obra especializada para esquadrihar o território com vistas à edificação e planejamento do domínio e da defesa. Por isso, em 1792, D. Maria I, rainha de Portugal, criou a Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho, instalada na Casa do Trem, no Rio de Janeiro, a semelhança da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, fundada dois anos antes em Lisboa.

Esse estabelecimento, no entanto, destinava-se à formação de oficiais do Exército Português nas armas de Infantaria, Cavalaria e Engenharia Militar, não podendo ser considerada como gênese da educação militar genuinamente brasileira.

Assim, é correto considerar a Real Academia Militar de 1810 como a primeira instituição de ensino militar brasileira. Seu Estatuto previa um curso que se estendia por sete anos, com amplo e complexo plano de estudos que privilegiava tanto o ensino secundário quanto o superior, tendo em vista a precariedade da educação básica à época.

O primeiro ano era um curso preparatório, uma espécie de nivelamento do ensino ginásial e colegial, para os estudos aprofundados do segundo, terceiro e quarto anos, que se constituíam em nível superior, de estudos acadêmicos introdutórios aos assuntos militares e de engenharia, ministrados nos três últimos anos do curso. As disciplinas próprias da profissão militar alinhavam-se às específicas da área da engenharia.

Como era comum em todos os países da época, a formação dos infantess e cavalarianos diferenciava-se da formação dos artilheiros e engenheiros, estas últimas consideradas técnicas ou científicas por lhes serem exigidos conhecimentos aprofundados de matemática, balística e fortificações. Dessa forma, infantess e cavalarianos cursavam apenas as disciplinas do primeiro e do quinto anos, formando-se em dois anos, enquanto que aos artilheiros e engenheiros lhes eram exigidos os sete anos de curso.

Essa exigência teria alimentado a imagem que anos mais tarde transformou-se em fator inibidor da coesão interna do Exército Brasileiro, no embate ideológico e político entre *tarimbeiros* e *bacharéis*, após a Guerra do Paraguai, como vimos anteriormente.

O currículo privilegiava as disciplinas da área das ciências exatas. Colocava, para Motta (1998), a formação do oficial já em nível elevado e de sólidos conhecimentos técnicos. No entanto, deixava de lado o estudo da língua materna, da Geografia e da História.

Em relação ao aspecto doutrinário, para a escolha das obras didáticas de fundamentação teórica ao ensino, embora coubesse aos professores a obrigatoriedade da produção dos compêndios sobre os assuntos a serem ministrados, todas as fontes eram de origem francesa¹³⁷.

Ressalta-se que a produção acadêmica no Brasil era incipiente. A Imprensa Régia, instalada dois anos antes, também era subordinada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Secretaria, cabendo-lhe a responsabilidade pela produção da documentação oficial do Império e de obras sobre assuntos como jurisprudência, história, teologia, ciências, artes, entre outros. Além disso, imprimia os livros usados nos cursos de medicina e na própria Academia Real Militar.

¹³⁷ A França vivia, então, o apogeu político e bélico sob a liderança de Bonaparte, com um governo burocratizado e centralizador, e com os conceitos de nação e de soberania vinculados ao povo.

Motta (1998) considera que o Estatuto de 1810 foi excelente mostra de planejamento do ensino militar.

As normas sobre o ensino prático, rodeado de objetividade, num ambiente de campo, de terreno, de laboratório; a aprendizagem mediante a resolução de problemas; as recapitulações semanais como instrumento de integração da aprendizagem; tudo isso constituía base sólida para eficaz didática. (MOTTA, 1998, p. 30)

Infelizmente tudo ficou apenas no planejamento, pois o ensino revelou-se essencialmente teórico, os exercícios práticos jamais existiram. Além disso, questões de organização do comando e do regime escolar configuravam-se outros problemas do sistema de ensino adotado. A direção da Academia era feita por um colegiado, uma Junta Militar composta por cinco membros. A presidência deveria ser exercida por um tenente-coronel artilheiro ou engenheiro militar. Os demais não necessitavam ser militares, o que, para Motta (1998), resultava em intenso choque de opiniões.

Quanto ao corpo discente, era demasiadamente heterogêneo, tanto na origem como na faixa etária.

Dos 63 alunos matriculados na primeira turma, 23 tinham menos de 20 anos e muitos mais de 30, chegando um deles a ter 43 anos; 36 eram brasileiros, 16 portugueses, um italiano e de dez a procedência não foi registrada; 31 alunos já eram oficiais (entre tenentes, capitães e majores), 17 eram cadetes (título à época nobiliárquico), 14 eram praças simples e sete civis, além de quatro que não tiveram a categoria especificada. (CASTRO, 2004, p. 106)

Outro fator negativo era o regime de externato do curso, que não privilegiava a formação de hábitos e atitudes, de uma disciplina adequada à profissão militar. O próprio Estatuto não previa normas de conduta ou código de disciplina próprio ao ambiente militar. Talvez porque o Brasil ainda fosse visto como uma Colônia portuguesa e “O exército que aqui procuravam organizar, que quiseram dotado de oficialidade culta e capaz, no pensamento deles seria um exército de brasileiros a serviço de Portugal.” (MOTTA, 1998, p.33)

Para Motta (1998), havia duas situações a partir das quais se podia obter dois tipos de ensinamentos diferentes, aqueles que se aprendia nos bancos escolares e os nascidos da experiência nos campos de combate.

O primeiro era a teoria da guerra, a preleção em sala, os livros; falava em batalhas e em processos de combate vividos na Europa. O segundo era a prática dos acampamentos, das marchas e dos combates realizados no Rio Grande do Sul, sob a realidade do nosso soldado, do nosso armamento, das nossas estradas e distâncias. (MOTTA, 1998, p. 26)

O fato é que, no contexto militar, os estudos da Real Academia Militar eram totalmente dissociados da realidade vivenciada pelo país, ou seja, estudantes e professores não participaram dos conflitos internos ou das campanhas externas que marcaram o período em questão. Nem mesmo os estudaram, pois estudava-se as guerras travadas na Europa, assim como a ciência e os problemas de outros povos.

Cabe ressaltar que, se por um lado as campanhas militares internas não tinham repercussão esperada na Academia, as questões políticas impactavam-lhe diretamente. Exemplo disso foi a revolução de 1817, em Pernambuco, que acarretou a ordem de trancamento da matrícula de muitos alunos para que integrassem às forças enviadas contra os revoltosos. Outro exemplo foi o próprio processo de Independência, que teve atuação de docentes e discentes da Academia, seja com discursos combativos veiculados na imprensa, seja com a participação, a partir de 1824, no Parlamento.

Pode-se calcular que o envolvimento dos docentes na vida política trazia grande reflexos para a formação da mentalidade dos jovens militares. Além disso, provocava sérios problemas à operacionalização dos cursos da Academia, tendo em vista que os professores deixavam órfãs as cátedras para ocupar cargos legislativos ou da administração pública nos mais diversos locais do país, ao ponto de ter que se lançar mão do uso de sacerdotes para ministrar as aulas. (MOTTA, 1998)

Soma-se a tudo isso a questão do recrutamento. Já vimos que, para os soldados, ele era feito compulsoriamente entre os escravos, o que consistia um grande problema, pois não agradava aos senhores de terra e não dava às tropas qualidade de recurso humano. Havia, também, o recrutamento de mercenários estrangeiros, que traziam uma imagem ruim à profissão pela indisciplina e insubordinação.

No que diz respeito à formação do oficial, na época, o curso na Academia não era condição indispensável ao oficialato ou à acessão na carreira. Lembremos que o recrutamento era aristocrático. Havia, inicialmente, duas categorias de alunos, por assim dizer. Os que ingressavam por voluntariado e os que eram obrigados a

cursar a Academia. Ambos deveriam ter 15 anos de idade, no mínimo, e saber executar as quatro operações matemáticas básicas, o que por si só consistia em grande fator de desistência, pois o nível de exigência para ingresso já demonstrava a dificuldade de adaptação e rendimento desse discente em um curso fundamentalmente teórico, com predomínio das ciências exatas.

O aluno compulsório, sentava praça como soldado de Infantaria ou Cavalaria, ou como cadete de Artilharia e, em determinados dias, prestava serviço no corpo de tropa dessa arma, o que também comprometia o rendimento nos estudos, pelo cansaço físico resultante das extenuantes tarefas da lide castrense. Já o aluno que ingressava por voluntariado não tinha obrigação de prestar serviço nos corpos de tropa.

Em 1822, após a Independência, a Academia mudou de nome, passando a denominar-se Imperial Academia Militar. Em 1823, foi aberta a possibilidade de ingresso para um terceiro grupo de jovens, os civis ou *paisanos*, como eram chamados. Estes, ao final do curso, recebiam o diploma de engenheiros civis, mas poucos realmente o alcançavam.

A validade do curso passa, então, a ser questionada, visto que não havia o interesse não era pela formação militar, e sim pela de engenharia, de forma que, de 1811 a 1831, inúmeros são os problemas enfrentados na implantação do ensino militar no Brasil.

5.3.2. Duas décadas e cinco reformas - de 1831 a 1850

Após a Proclamação da Independência e a partida de Pedro I, avultam-se os problemas de organização interna. As campanhas militares externas cedem lugar aos conflitos internos. “Pacificação diante dos povos vizinhos, turbulências internas, dificuldades econômicas, reajustes na organização do poder público – eis as características marcantes do novo período.” (MOTTA, 1998, p. 52)

Lembremos que, em 1831, foi criada a Guarda Nacional e que no período todo do primeiro e segundo Império vigorou a política de erradicação sobre a qual Coelho (2000) nos fala e que marca, por parte do governo e das elites civis, uma postura hostil em relação à existência de uma força armada permanente, disciplinada e profissional.

Isso se refletiu no ensino. De 1831 a 1850, a Academia passou por contínuas modificações. Em 1832, mudou seu nome para Academia Militar da Corte. Quanto ao ensino, ocorreram, no período, cinco mudanças no seu Regulamento: em 1832, 1833, 1839, 1942 e 1845; todas feitas por Decretos do Executivo, sem que fossem ouvidas as Câmaras Legislativas, uma amostra da característica patrimonialista de nossas instituições.

Para Motta (1998), o período marcou o conflito entre a teoria e a prática, entre o estudo das ciências e o da técnica militar, além da luta entre a competência funcional do comando e a influência dos docentes na direção da organização administrativa da Academia.

Podemos dizer que a história deste período é uma alternância entre as duas tendências: ora predominam a militarização e o ensino mais diretamente ligado à profissão das armas, ora as preocupações matemáticas e científicas dão o tom. (MOTTA, 1998. p. 59)

O Estatuto de 1832 não trouxe mudanças quanto às questões disciplinares ou didáticas. Sua maior modificação foi entregar a direção da Academia a uma congregação de professores, fato que acabou por burocratizar ainda mais a administração do ensino. Além disso, fundiu em um só estabelecimento as Academias Real Militar e a de *Guardas-Marinha*, reunindo em uma só escola a formação dos oficiais do Exército e da Armada, atual Marinha, situação que durou apenas um ano, pois as especificidades de cada Força impossibilitava a formação conjunta.

O Estatuto de 1833 restabeleceu a autonomia às duas escolas e delegou o comando da Academia Real Militar a um oficial general, o Brigadeiro Cunha Matos, a semelhança das academias militares dos países europeus. Além disso, procurou estabelecer regras disciplinares mais rígidas, seja aos alunos militares ou civis, com uso de uniformes e participação em formaturas e desfiles, treinamentos de ordem unida, continências e voz de comando. Finalmente, iniciaram-se os exercícios práticos e a Academia parecia tomar feições de uma escola militar.

Infelizmente, as mudanças não foram vistas com bons olhos pelas autoridades e por professores, e, deposto do cargo o Brigadeiro, o Estatuto de 1835 trouxe de volta um docente, indicado pelo Governo ao comando da escola. “Essa pequena reforma de 1835 anulou os progressos feitos no sentido de militarização

da Academia e marcou um recuo no campo dos exercícios práticos.” (MOTTA, 1998, p. 63)

Em 1839, a Academia sofre nova modificação em seu Estatuto, influenciada fortemente pela doutrina francesa¹³⁸, recém-adotada pelo Exército Brasileiro. O modelo de Regulamento de ensino escolhido foi uma adaptação dos aplicados na Escola Politécnica e na de Aplicação, na França.

Na França, a Escola Politécnica tinha um curso com duração de dois anos, no qual eram ministradas disciplinas relacionadas à matemática e às ciências. Os alunos que, após frequentá-lo, desejassem seguir para o exército, como artilheiros ou engenheiros, eram matriculados na Escola de Aplicação de Metz, onde recebiam instrução profissional militar nessas áreas. Aqueles que desejassem seguir como infantess ou cavalarianos, ingressavam na Escola de Aplicação de Saint-Cyr. O ensino era, então, desdobrado em três escolas.

Como não havia intenção de desdobrar o curso da Academia Real Militar em outros estabelecimentos de ensino, foi feita uma adaptação do sistema francês, unindo-se as propostas dos currículos da Escola Politécnica e de Aplicação em um regime escola único.

O novo Estatuto, então, promoveu algumas mudanças: a Academia passou a denominar-se Escola Militar; o ensino técnico-profissional foi valorizado e o curso, agora com cinco anos, retomou o aspecto militarizado, surgindo a figura do oficial instrutor, encarregado da formação militar. A instrução militar teve destaque no currículo desse Estatuto.

No programa semanal de trabalho seria previsto tempo para “instrução prática”, em que se ensinariam manobras e exercícios de Infantaria e Cavalaria, equitação, esgrima, formação e condução das equipagens de campanha, de sítios e de pontes militares. (MOTTA, 1998, p. 66)

Entretanto, com a assunção de um civil ao Ministério da Guerra, em 1841, novamente vemos mudanças no Regulamento do ensino militar. A intenção foi de retornar aos primórdios do Estatuto de 1810, com o curso em sete anos, as disciplinas seriadas e a valorização das ciências exatas e relacionadas à área da

¹³⁸ Desde 1914 a França já não se encontrava mais sob o comando de Napoleão, mas ainda tinha predominância no campo da doutrina bélica. Nesse período, entre 1930 a 1948, vai se estabelecer no país um conservadorismo liberal, fruto de influências do positivismo e do tradicionalismo.

engenharia. As ideias relativas ao ensino francês e à militarização da escola foram postas de lado. Muitos militares protestaram, pois acreditavam ser impossível conformar em um só currículo dois ensinamentos tão distintos, o da engenharia e o de formar oficiais. “Seja como for, a reforma de 1842 fez a Academia voltar àquele estilo predominantemente civil com que nasceu em 1811.” (MOTTA, 1998, p. 68)

O Estatuto de 1845 não foi diferente, instituindo os títulos de *militar-bacharel* e *militar-doutor*, aos alunos que tivessem concluído os sete anos do curso e aos que tivessem auferido aprovação plena em todas as disciplinas do curso. “Todo mundo queria ser doutor. O título abria caminho para os empregos, para o bom casamento, para o prestígio social e político.” (MOTTA, 1998, p. 69)

Assim, de uma hora para outra, os professores deixaram de ser majores ou coronéis e passaram a se intitular doutores. Segundo Motta (1998) é falsa a ideia de que foram os positivistas a introduzirem no Exército o bacharelismo, pois ela já existia muito antes, ancorada na legislação e nos costumes de uma cultura personalística oriunda de nossa colonização ibérica.

A mesma cultura personalística estava presente na forma como se procediam as reformas nos Estatutos da Academia, sempre baseadas na vontade daqueles que ocupavam os cargos públicos, fazendo prevalecer o interesse individual e doméstico sobre a razão ou os imperativos coletivos; era o nosso conhecido patrimonialismo deixando suas marcas.

Cultura híbrida, segundo Raposo (2008), desenvolvida por nossas instituições públicas, que estariam sempre num movimento oscilatório entre a tradição democrática que visavam seu uso para os interesses nacionais e a tradição centralizadora, patrimonialista e corporativista, própria da sociedade que aqui se desenvolveu, que fazia dessas instituições uma moeda de barganha para interesses pessoais.

Politicamente, de 1845 a 1850, o Brasil viu avolumarem-se os conflitos no Sul. Paralelamente, a partir de 1847, também cresceram os questionamentos quanto à validade e aplicabilidade do regime de ensino militar ministrado na, então, Escola Militar. Entretanto, só haveria mudança significativa no ano de 1851.

Enquanto isso, a Escola se desenvolvia e consolidava, a par de todas as dificuldades. O número de alunos crescera, chegando a aproximadamente trezentos, em 1850. (MOTTA, 1998, p. 71) A maioria oriunda do próprio estado sede, o Rio

de Janeiro, filhos de militares, modestos funcionários e pequenos comerciantes, a crescente classe média. A carreira militar não se mostrava opção aos filhos dos senhores de terras ou da alta burocracia, e isso tornou-se ainda mais contundente com a criação da Guarda Nacional, como vimos anteriormente.

Segundo Castro (2004), o livro de matrículas de 1853 apontava para uma ligeira mudança quanto à heterogeneidade do corpo discente, em relação aos primeiros anos de criação do curso:

... entre 90 alunos matriculados no 1º ano havia 54 paisanos, 28 cadetes, três alferes, um sargento, três soldados e um aluno que não foi identificado. Os alunos passaram a se concentrar, portanto, nas categorias “paisano” e “cadete”. Em termos etários, comparando-se os anos de 1830 e 1853, vemos que houve um aumento proporcional de alunos mais jovens ...” (CASTRO, 2004, p. 111)

O período marca, também, significativa alteração no quadro docente da Escola. Nos primeiros anos de existência, as cátedras eram ocupadas por professores cuja formação havia se realizado em Portugal, na Universidade de Coimbra ou na Academia Real de Marinha. Nesse momento, muitos eram já formados pela própria Academia Real Militar.

O fato, entretanto, não se refletia em uma identificação com as questões nacionais, mesmo porque no currículo do curso continuava a inexistirem disciplinas que, segundo Motta (1998), contribuiriam para a formação cultural dos oficiais e para a construção de uma consciência realista, lúcida e nacionalista: a Língua Portuguesa, a Geografia e a História. Para ele,

O resultado foi um conhecimento precário da Pátria, sentimental e piegas, vivendo as criaturas a se debater entre os pólos de um entusiasmo desmedido, ingênuo, e de um derrotismo negro e amargo. (MOTTA, 1998, p. 83)

Pode ter, também, contribuído para aumentar o distanciamento dos docentes da realidade brasileira o fato de que, nesse período, já não era mais obrigatório aos docentes a elaboração do material didático, dos *compêndios*, a serem utilizados nas aulas. Os professores poderiam usar materiais, livros ou compêndios, elaborados por outras pessoas.

Se por um lado a resolução proporcionava a possibilidade de buscar obras com conhecimento atualizado, muitas vezes elas não correspondiam às

necessidades profissionais e condições peculiares à formação militar brasileira, sendo instrumento de alienação, à época, que “... muito concorreu para as distorções do ensino, muito contribuiu para que os nossos doutos, militares e civis, tanto se desvinculassem da ambiência nacional.” (MOTTA, 1998, p. 86)

A tabela abaixo nos fornece uma perspectiva geral da evolução do currículo em cada Regulamento, no período de 1832 a 1850, por ano de formação.

O que podemos perceber é o massivo predomínio de assuntos relacionados à área da engenharia, com poucas disciplinas de aplicabilidade na área específica militar.

Tabela 8: Evolução curricular entre 1832 e 1850

Regulamentos	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano
1832	Aritmética Álgebra Geometria Trigonometria Desenho	Álgebra Trigonometria Cálculo Diferencial e Integral Geometria descritiva Desenho	Mecânica Arquitetura Física - Química Mineralogia Pirotécnica	Trigonometria Esférica Ótica Astronomia Geodésia Topografia Navegação	Tática Estratégia Castramentação Fortificação passageira Mecânica aplicada à Artilharia Desenho	Fortificação permanente Ataque e defesa de praças Sítios memoráveis Arquitetura Desenho de Arquitetura	Material de construção Resistência dos materiais Nivelamento Reconhecimento do terreno Castração de alicerces, abóbadas, pontes, estradas, aquedutos, portos e canais Explicação do uso das máquinas
1853	Aritmética Álgebra Geometria Trigonometria Desenho	Álgebra Trigonometria Cálculo Diferencial e Integral Geometria descritiva Desenho	Tática Estratégia Castramentação Fortificação de campanha Artilharia Física Química Mineralogia Desenho	Trigonometria Esférica Ótica Astronomia Geodésia Navegação	Arquitetura militar e civil Fortificação permanente Minas Ataque e defesa de praças Astronomia Geodésia Artilharia	Hidrostática Hidrodinâmica Construção prática Desenho	
1839	Matemática elementar Operações topográficas Instrução prática de Infantaria e Cavalaria Desenho Topográfico	Tática Fortificação passageira Castramentação História Militar Instrução prática Desenho Militar	Análise finita e infinitesimal Geometria Descritiva e analítica Física experimental	Mecânica racional Cálculo das probabilidades Química Botânica Desenho de máquinas Instrução prática de Engenharia, Artilharia e Estado-Maior	Minas Fortificação permanente Ataque e defesa de praças Construção de máquinas Desenho de arquitetura militar		
1842	Aritmética Álgebra Geometria Trigonometria Desenho	Álgebra superior Geometria analítica Cálculo integral e diferencial Desenho	Mecânica racional e aplicada Física experimental Desenho	Trigonometria esférica Astronomia Geodésia Química Mineralogia Desenho	Topografia Tática Estratégia Fortificação passageira História militar Direito militar, das gentes e civil Desenho	Fortificação permanente Ataque e defesa de praças Minas Botânica Zootecnia Desenho	Arquitetura civil e militar Hidráulica Geologia Montanhística Metalurgia Desenho
1845	Aritmética Álgebra Geometria Trigonometria Desenho	Álgebra superior Geometria analítica Cálculo integral e diferencial Desenho	Mecânica racional e aplicada Física experimental Desenho	Trigonometria esférica Astronomia Geodésia Química Mineralogia Desenho	Topografia Tática Estratégia Fortificação passageira História militar Direito militar, das gentes e civil Desenho	Fortificação permanente Ataque e defesa de praças Minas Artilharia Geologia Montanhística Metalurgia Desenho	Arquitetura civil e militar Hidráulica Desenho de arquitetura e máquinas hidráulicas

Fonte: MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes da Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

5.3.3. A busca por novos rumos - de 1850 a 1874

O período seguinte, de 1850 a 1874, pode ser considerado como de afirmação nacional, pois nele ocorreram importantes fatos que iniciaram uma série de modificações nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país, como a abolição do tráfico de escravos, a construção das primeiras estradas de ferro e linhas telegráficas, um modesto *surto* industrial e a guerra contra Rosas e Solano López.¹³⁹

No âmbito do ensino militar, o período traduziu-se por um esforço por diversificação e melhoria na estrutura de seus órgãos, com a reorganização da tropa, a regulamentação de acesso aos postos, a instituição de promoção por antiguidade, entre outras medidas.

Entretanto, até a Guerra do Paraguai, não haveria mudança na forma de recrutamento ou na quantidade de efetivos, tanto para a Escola Militar, quanto para o Exército. Por outro lado, significativa mudança na lei de promoções permitiu que se valorizasse o ensino militar na medida em que, a partir dela, a única forma de ascender na carreira era ter o curso completo de estudos na respectiva arma. “Daí em diante, o *status* de oficial implicaria em estudos sistemáticos, feitos em cursos regulares, e a Academia passaria a ser a única porta a abrir-se às ambições e às vocações militares dos jovens.” (MOTTA, 1998, p. 100) Aos poucos ia morrendo o recrutamento aristocrático e a figura do *tarimbeiro*, mas veremos que seu estigma perduraria por muito tempo ainda na Instituição.

Outras mudanças trouxeram grandes impactos na ampliação e profissionalização do ensino militar nesse período. Uma delas foi a criação de um curso de Infantaria e de Cavalaria no Rio Grande do Sul, em 1853, fruto da crescente importância dada aos problemas que ocorriam na Bacia do Prata. Esse curso, porém, teve, ao longo de sua existência, muitas intercorrências de

¹³⁹ A Guerra contra Oribe e Rosas ou Guerra do Prata, como ficou conhecida, ocorreu entre 1851 e 1852 na região do estuário dos rios Paraná e Uruguai. Juan Manuel de Rosas, era governador de Buenos Aires, uma das províncias mais ricas e populosas da época e tinha como plano recriar o antigo Vice-Reinado do Prata, que abrangia territórios do Uruguai, Paraguai e Bolívia, garantindo, assim, que a Argentina se tornasse a principal potência da América do Sul. Dessa forma, alia-se a Manuel Oribe, antigo presidente do Uruguai e inicia uma série de ataques à região sul do Brasil. D. Pedro II envia tropas do Exército para pôr fim ao conflito. Este, trouxe ao Brasil maior hegemonia e estabilidade política e econômica, além de permitir maior integração territorial, já que, na época, enfrentava-se a vontade do Rio Grande do Sul de se separar do país. Já o conflito com Solano López configurou-se na conhecida Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança, ocorrido entre os anos de 1864 e 1870. Brasil, Argentina e Uruguai uniram-se para enfrentar o Paraguai que pretendia anexar territórios do Brasil e da Argentina, além de controlar o estuário da Bacia do Prata.

funcionamento em função das sucessivas reformas de ensino. Assim, em alguns períodos funcionou como escola militar e em outros como curso preparatório.

Uma segunda modificação foi o desdobramento, em 1855, da Escola Militar em dois estabelecimentos de ensino; um continuou nas suas antigas instalações, no Largo de São Francisco, agora sob o nome de Escola Central; o outro foi instalado, inicialmente, na Fortaleza de São João e, mais tarde, migrou para a Praia Vermelha, ficando conhecido como Escola de Aplicação.

Os dois institutos não tinham qualquer subordinação recíproca; portavam-se como entidades autônomas, com seus comandos, seus quadros de magistério e de administração, sua vida financeira. Mas dois fatores agiam aglutinando-os e impondo-lhes tarefas articuladas: os respectivos regulamentos e a ação diretiva do Ministro da Guerra, que se fazia sentir de modo direto e muito operacional. (MOTTA, 1998, p. 112)

Essa configuração trouxe benefícios à profissionalização do ensino, mas mostrou-se inadequada quanto aos aspectos disciplinares porque os alunos frequentavam os dois cursos de formas diferentes. Os de Infantaria e de Cavalaria cursavam o primeiro ano no Largo de São Francisco e o seguinte na Praia Vermelha. Os de Artilharia e de Engenharia cursavam integralmente as duas escolas. Havia a sujeição de um regime ao outro, tendo em vista que as disciplinas práticas, da Praia Vermelha, necessitavam da fundamentação teórica apresentada na Escola Central. Além disso, o rigor disciplinar presente na Escola da Praia Vermelha não era o mesmo na Escola Central, o que dificultava a adaptação dos alunos no prosseguimento do curso e acarretava indisciplina e punições.

Paralelamente, iniciou-se um movimento no sentido de uma linha de ensino de caráter preparatório ao currículo da Escola Militar, atribuindo ao Exército a tarefa de ministrar, também, o nível secundário. A ideia, em princípio, era assegurar aos alunos iniciantes o preparo necessário para enfrentar os estudos superiores, principalmente no campo das ciências exatas. Posteriormente, a essa necessidade, apresentar-se-ia outro fator, o dever de prover aos filhos dos militares, principalmente aos órfãos da Guerra do Paraguai, o ensino secundário.

Assim, em 1858, o curso da Escola Central foi precedido por um ano preparatório no qual eram ministradas as disciplinas de Francês, Latim, História, Geografia, Álgebra, Aritmética, Geometria e Geologia. Esse curso foi transferido para a Praia Vermelha e para o Rio Grande do Sul, em 1863.

Foi, também, em 1963, que passou a vigorar o um novo Regulamento. Com ele, a Escola Central limitou-se ao ensino das matemáticas, ciências físicas e naturais, e a complementar os conhecimentos teóricos dos alunos que, após o curso da Escola Militar, obtivessem permissão para frequentar o curso de Estado-Maior¹⁴⁰ e de Engenharia. A partir de então infantes, cavalarianos e artilheiros não necessitavam mais passar pela Escola Central, e mesmo os engenheiros apenas o fariam caso quisessem complementar os estudos.

Outro aspecto importante e característico do período foi o esforço para a profissionalização. O ensino ministrado na Praia Vermelha e na Escola de Tiro de Campo Grande, criada em 1859, visava a aplicar, na prática, a teoria ministrada na Escola do Largo de São Francisco, “... fazer tenentes e sargentos conhecedores do armamento e hábeis no tiro, capazes, portanto, de como instrutores e monitores, elevar o nível de adestramento da tropa.” (MOTTA, 1998, p.108)

Cabe ressaltar que o Exército passava por um processo de tentativa de modernização no aspecto doutrinário e de instrução das tropas, fruto da necessidade das exigências do conflito no Sul. Apesar disso, ainda eram adotadas as formações das ordenanças do Exército luso e a influência portuguesa predominou até 1870, quando vemos a ascendência da doutrina militar prussiana.

A Guerra do Paraguai também cobrou seu preço às escolas militares. Em seu auge, a Escola de Tiro de Campo Grande foi fechada; no Largo de São Francisco, somente os alunos civis continuaram seus estudos; e na Praia Vermelha, por cinco anos, apenas os cursos preparatórios funcionaram. Muitos professores, instrutores e alunos seguiram para a frente de batalha.

Com o fim da Guerra do Paraguai, o Exército se vê novamente entre dois mundos, o técnico-profissional, pela necessidade de profissionalização e modernização, e o filosófico político, pelas condições históricas que o país atravessava.

A atuação dos engenheiros militares no conflito reforçou a ideia, que há muito já se tinha, de que o curso de engenharia civil deveria sair da responsabilidade do Ministério da Guerra, ficando este, voltado apenas interesses da área bélica.

¹⁴⁰ O curso de Estado-Maior foi criado com o Regulamento de 1863. Inspirado na doutrina francesa, era destinado aos oficiais que exerciam ou logravam exercer as funções de Estado-Maior. Como essa função ainda não estava bem delineada dentro da Instituição, o curso careceu, em seus primeiros anos, de adequação, com disciplinas sem qualquer aplicação funcional.

Assim, em 1874, a Escola Central deu origem à Escola Politécnica que permaneceu nas instalações do Largo de São Francisco, responsável pelo curso de formação em engenharia civil, desvinculando-se definitivamente do ensino militar.

Retomando sua antiga denominação, a Escola Militar, ficou responsável pelos três primeiros anos dos cursos de Engenharia Militar e Estado-Maior. Infantes, cavalarianos e artilheiros passaram a cursar somente a Praia Vermelha, onde o sentimento, após a Guerra do Paraguai, era um misto de apatia e de insatisfação. Como os demais militares, custava-lhes ver “... um exército desaparelhado, envelhecido em suas formas de organização e de trabalho e por fim voltado para as agitações sociais e políticas.” (MOTTA, 1998, p. 151)

Como já sabemos, os oficiais que iniciaram na profissão combatendo naquele conflito, não nutriam lealdade à Coroa e ressentiam-se pela falta de apoio à profissionalização institucional. A geração mais nova acreditava que os militares eram melhores preparados do que os civis para solucionar os problemas nacionais e liderar a sociedade.

Essa insatisfação, no entanto, não restringia-se às Forças Armadas, era um sentimento geral na sociedade contra a ordem social e política que impedia a solução dos problemas brasileiros e se apresentava no intervencionismo religioso da Igreja Católica na vida e na educação da população, no centralismo político, na escravidão, na moralidade escolástica, nos velhos modelos ibéricos que não se coadunavam com as necessidades nacionais.

Os novos modelos pelos quais ansiava a sociedade pareciam ser os europeus, sob os rótulos do *positivismo*, *darwinismo*, *materialismo*, e *evolucionismo*. Era a ciência contrapondo-se à religião, e apresentando-se como solução para as mazelas humanas. Princípios e teorias transformados em fatos históricos e ressaltando o relativismo do conhecimento.

Tudo isso encontrou terreno fértil no ensino militar da época, fundamentado nas ciências e na matemática. Além disso, contou com a ação de um dos seus docentes, Benjamin Constant¹⁴¹, fervoroso adepto das teorias de August Comte.

Desde 1850, os professores de matemática inspiravam-se na obra *Cours de Philosophie Positive* (Curso de Filosofia Positiva), de Comte, mas a partir de 1872,

¹⁴¹ Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836 – 1891) formou-se como engenheiro pela Escola Militar e participou da Guerra do Paraguai de 1865 a 1870.

quando Benjamin Constant passou a fazer parte do corpo docente da Praia Vermelha, as ideias do francês, no campo da filosofia, da história e da sociologia ganharam força entre os alunos.

5.3.4. Reflexos da Guerra do Paraguai e do positivismo - de 1874 a 1904

O período que se segue, então, será intensa agitação social, política e ideológica. A Campanha Abolicionista tem início em 1880, a Questão Militar estoura em 1886, intensifica-se a propaganda republicana, os industriais pedem independência econômica, os escravos fogem das fazendas e o Exército nega-se a cassá-los.

Na Praia Vermelha, os alunos ouvem Benjamin Constant. Era seguro e inteligente, altivo e fluente. Nas aulas, não se limitava ao ensino da matemática, falava de política e filosofia, da aplicação prática das ciências na resolução de problemas sociais. Era a figura de uma liderança, exemplo de dominação carismática.

Para Motta, a explicação para a influência de Constant entre os alunos era justamente porque ele "... expressava as necessidades de uma camada social em ascensão e em busca de instrumentos conceituais novos, capazes de abrir-lhes caminhos para a ação social e política." (MOTTA, 1998, p. 155), a classe média, da qual provinha a maioria dos alunos da escola militar.

Entretanto, não podemos esquecer que a autoridade legitimada tem maior grau de influência e Constant estava nessa condição, seja por seu posto, seja por sua experiência militar, seja por sua posição como professor.

Aos poucos, o prestígio e a liderança intelectual de Constant vai aumentando e os alunos que se formavam sob sua orientação, na Praia Vermelha, levavam para a vida profissional e pessoal as convicções positivistas, republicanas e abolicionistas, instrumentos que julgavam eficazes e necessários à modernização e reformulação do país.

Interessante observar que as ideias *comteanas* aqui disseminadas, quarenta anos após terem sido concebidas na França, ganhavam uma proposta revolucionária, quando, originariamente tiveram uma destinação conservadora e até reacionária.

Lá refletiram o alarme da grande e pequena burguesia ante as primeiras manifestações do movimento operário, aqui ajudaram a burguesia nascente a formular suas teses contra os elementos retrógrados ligados ao feudalismo agrário e ao imobilismo social e cultural. (MOTTA, 1998, p. 156)

Entre 1874 e 1889, ocorreram duas modificações no Regulamento do ensino. O de 1874 havia desvinculado o ensino da engenharia civil, por consequência a Escola Central, da administração militar, e a Escola Militar da Praia Vermelha passou a englobar os cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia Militar e Estado-Maior.

O currículo do curso preparatório, realizado em três anos e obrigatório a todos, passa, finalmente, a incluir o estudo da língua materna, da Geografia e da História, como se vê:

1. Curso Preparatório:

- a) 1º ano: Gramática Nacional, Geografia, Francês, Aritmética e Desenho linear.
- b) 2º ano: Língua vernácula, Francês, Inglês, História antiga, Álgebra e Desenho linear.
- c) 3º ano: Língua vernácula, Inglês, História (Idade Média, Moderna, Contemporânea e Pátria), Geometria e Trigonometria plana, Desenho linear e Geometria prática. (MOTTA, 1998, p. 160)

Infantes e cavalarianos cursariam, ainda, mais dois anos com disciplinas específicas das suas áreas de atuação, totalizando cinco anos de curso. Os cursos de Artilharia, Estado-Maior e Engenharia Militar comportavam-se de forma semelhante, diferenciando-se apenas em sua duração, sendo seis, sete e oito anos, respectivamente.

Esse Regulamento teve a duração de quatorze anos e sofreu muitas críticas; perdeu sua feição inicial prática e humanística, tendendo, novamente ao cientificismo. Para Motta (1998), isso ocorreu não em função da organização do currículo ou do Regulamento de ensino, mas pela execução inadequada, mais uma vez, pelo personalismo.

A nova reforma se deu em 1889, ano da instauração da República, e dispôs sobre a forma adequada ao ensino teórico e prático, para que um não se sobrepusesse ao outro. Para que isso pudesse ser efetivamente realizado, decidiu-se por desdobrar os estudos novamente em duas escolas. Assim, na Escola Militar ficaria apenas o curso de Infantaria e de Cavalaria. Os cursos de Artilharia,

Engenharia Militar, Estado-Maior, seriam ministrados pela recém-criada Escola Superior de Guerra, em outro estabelecimento. Essa Escola seria fechada em 1898. Natimorto, esse Regulamento durou apenas um ano.

Depois de instaurada a República, Benjamin Constant assumiu o Ministério da Guerra e encarregou-se de colocar em prática o que acreditava serem as melhores ações para a implantação de um ensino militar adequado à oficialidade brasileira, o Estatuto de 1890, que ficou, então, conhecido como *Regulamento Benjamin Constant*.

Acreditava ele que o ensino militar deveria acompanhar a evolução dos processos da guerra, mas que também deveria preparar o militar para o que chamou de *papel civilizador*; um “... agente dinamizador do progresso e defensor da República.” (MOTTA, 1998, p. 173) Esse pensamento estava claramente expresso no Decreto de criação do Regulamento:

... é de urgente e indelével necessidade de aperfeiçoar e completar, tanto quanto possível, o ensino nas escolas destinadas à instrução e educação militar, de modo a atender os grandes melhoramentos da arte de guerra, conciliando a missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária que está destinada aos exércitos do continente sul-americano. (BRASIL, 1890)

O período, marca a fase de cooptação (COELHO, 2000), pela qual as lideranças civis tentam atrair os militares para o jogo político.

No novo Regulamento, a instrução teórica e prática seria ministrada a oficiais e praças de pré¹⁴² nas Escolas Regimentais, Escolas Militares, Escola Superior de Guerra e Escolas Práticas do Exército.

As Escolas Regimentais destinavam-se ao ensino primário de praças de pré, à instrução básica do soldado e instrução nas armas dos cabos e sargentos. As Escolas Militares ministravam o ensino teórico e prático aos oficiais e eram em número de três, uma no Rio de Janeiro, outra em Fortaleza e a terceira em Porto Alegre. O ensino dessas escolas dividia-se em Curso Preparatório, Curso Geral e Curso das três Armas, com exceção a de Fortaleza que ministrava apenas o

¹⁴² Termo utilizado para designar o militar que não tivesse patente de oficial ou aqueles pertencentes à categoria inicial na hierarquia militar, normalmente os soldados e cabos. Dessa forma, não haveria mais a possibilidade do ingresso na Escola daqueles militares que já se encontravam, na tropa no posto de oficial (geralmente elevados a esse posto por promoção em serviço), como acontecia antes, evitando a disparidade de conhecimentos e nivelando a formação.

Preparatório. A Escola Superior de Guerra, sediada no Rio de Janeiro, era responsável pela instrução técnica dos oficiais de Engenharia, Artilharia e Estado-Maior. Já as Escolas Práticas, localizadas no Rio de Janeiro e no Rio Pardo, Rio Grande do Sul, destinavam-se ao ensino prático das Armas de Infantaria e Cavalaria.

O Curso Preparatório tinha duração de três anos, com foco no ensino de História e de Geografia. O Curso Geral durava quatro anos, em que se estudava as ciências gerais da classificação de Comte. O das três Armas, com duração de um ano, baseava-se no estudo do Direito, Economia Política, Balística e Arte Militar. A instrução técnica para a Artilharia era ministrada em um ano e o da Engenharia Militar e de Estado-Maior em dois anos.

O ensino tinha uma forte influência da doutrina positivista, sobretudo nas áreas da Biologia, da Sociologia e da Moral¹⁴³. Na verdade, tanto o Regulamento de 1890, quanto o de 1998 e o de 1905, teriam concepções humanísticas e científicas, com o objetivo de formar oficiais não só técnicos e especialistas, mas com conhecimentos sociais básicos, e, com certeza, isso contribuiu para as intervenções militares na vida política nacional nas décadas posteriores.

Além disso, o que podemos perceber no Regulamento de 1890 foi o esforço por desenvolver um currículo que propiciasse a formação de uma oficialidade capaz de assumir as funções intelectuais de direção das organizações militares não somente no seu aspecto bélico, mas principalmente nas relações políticas e burocráticas inerentes a uma instituição de Estado.

Analisando o Regulamento proposto por Benjamin Constant, Motta (1998) sabiamente nos alerta, também, para o problema de saber determinar a quantidade de disciplinas de cultura geral e de disciplinas técnicas necessárias à formação do oficial. Está claro que deve existir um equilíbrio, mas este sempre foi, e ainda é, um dos dilemas enfrentados pelos gestores do ensino militar.

Por certo que, comparativamente aos anteriores, o Regulamento de 1890 não diminuiu a quantidade de horas destinadas ao ensino técnico-profissional, no entanto, o longo curso geral fazia com que o aluno só tivesse contato com esse conhecimento após cinco anos de permanência na escola. Essa foi uma das críticas

¹⁴³ Para as disciplinas de Sociologia e Biologia foram nomeados os professores Licínio Atanásio Cardoso (1852 - 1926) e José Eduardo Teixeira de Sousa (1852 - 1922) que haviam frequentado, em Paris, cursos com doutrinação positivista. O primeiro, nascido em Lisboa, era engenheiro militar; o segundo, nascido no Maranhão, era médico.

ao Regulamento e é o que podemos observar na tabela abaixo, que apresenta o currículo do Regulamento de 1890.

Tabela 9: Currículo do Regulamento de 1890 – Benjamin Constant

Cursos	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Curso Preparatório	Aritmética Gramática portuguesa Leitura e tradução fácil Geografia física e política (América do Sul e Brasil)	Álgebra Estudo complementar da língua portuguesa Estudo complementar da língua francesa História Desenho linear e de aquarela	Geometria preliminar Trigonometria retilínea Geometria especial Gramática inglesa Gramática alemã Noções de astronomia, Física, Química, Mineralogia, Botânica e Zoologia	—
Curso Geral	Geometria geral Cálculo Diferencial e integral Noções de Cálculo das diferenças Geometria Descritiva	Cálculo das variações Mecânica geral Trigonometria esférica Astronomia Teoria das sombras e perspectivas Desenho	Física Meteorologia Química Topografia	Biologia Sociologia e Moral Desenho das cartas topográficas
Curso das três armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia)	Fortificação Artilharia Balística	Direito público Direito internacional Diplomacia Direito Militar Constituição brasileira Direito administrativo e economia política Tática, estratégia, História Militar	—	—
Curso de Artilharia	Mecânica aplicada Botânica e Zoologia Estereotomia Desenho de fortificações e máquinas de guerra Mineralogia e geologia Estudo e fabrico do material de guerra Metalurgia	—	—	—
Curso de Estado-Maior	Geodésia e Astronomia Botânica Zoologia Economia política Estatística Desenho das cartas geográficas	Geografia militar Direito administrativo e militar Mineralogia e Geologia Reconhecimentos de Estado-Maior	—	—
Curso de Engenharia Militar	Geodésia e Astronomia Botânica e Zoologia Estereotomia Desenho de fortificações e máquinas de guerra Economia política Estatística Telegrafia e telefonia	Mecânica aplicada Teoria das construções Arquitetura Desenho de Arquitetura Hidráulica Mineralogia e geologia	—	—

Fonte: MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes da Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

De toda forma, após a saída de Constant do Ministério da Guerra, intensificaram-se as propostas para novas alterações no regimento de ensino e, em 1897, aprova-se nova lei com as seguintes diretrizes:

1º) redução dos estudos teóricos e ampliação dos estudos profissionais de adestramento militar, tomando-se por base o Regulamento de 1874;

- 2º) organização do ensino em dois cursos: um curso geral em três anos para o estudo completo, teórico e prático das três Armas combatentes; um curso especial em dois anos, destinado aos oficiais de Estado-Maior e aos engenheiros;
- 3º) transformação da Escola Militar em Escola Militar do Brasil, com sede em um ponto do território nacional à escolha do Governo;
- 4º) colocação dos estudos preparatórios em escolas especiais, denominadas escolas preparatórias e de tática (uma no Realengo e a outra no Rio Pardo, Rio Grande do Sul);
- 5º) extinção da Escola Superior de Guerra. (MOTTA, 1998, p. 184)

Esse conjunto de diretrizes, que ficou conhecido como *Reforma Cantuária*, por ter sido elaborado pelo Marechal João Tomaz de Cantuária, não afastou a doutrina positivista do seio militar e também não teve uma repercussão prática sobre a profissionalização do Exército. O Regulamento e o currículo novos, implementados em 1898, e que muito se assemelhavam aos de 1874, numa tentativa de diminuir o cientificismo, fortalecendo o ensino técnico-militar, mudou o nome da Escola Militar para Escola Militar do Brasil. Suprimiram-se algumas disciplinas e outras foram concentradas, mas a estrutura geral não sofreu grandes alterações.

Nesse contexto, tornou-se emergencial uma intervenção mais séria, pois a continuidade do ensino positivista acabara por acarretar a ausência de *espírito militar*. (MOTTA, 1998) Além disso, questionava-se a formação de oficiais, principalmente engenheiros e artilheiros, com elevados conhecimentos matemáticos e científicos, mas que não eram colocados à prática do exercício funcional da profissão militar.

Durante todo o tempo escolar, o aluno das armas científicas (engenharia e artilharia) gozava de regalias que o colocavam em condições excepcionais, muito diferentes das dos oficiais combatentes (infantaria e cavalaria) e praças arregimentados nos corpos de tropa. Ao fim do curso, levava um ano praticando em comissões de construção de estradas de ferro e linhas telegráficas. Terminado o período de seis anos, no mínimo, a Escola formava um oficial inteiramente estranho à verdadeira profissão militar, sem o hábito da disciplina e subordinação, com pronunciada tendência a discutir e criticar as ordens recebidas. (RODRIGUES, 2016, p. 89)

Assim, em 1899, o recém-empossado Ministro da Guerra, General Mallet¹⁴⁴ redigia nova lei que o modificava. Na prática, somente em 1905 o novo Regulamento entrou em vigor.

Quanto à composição do corpo discente, entre 1874 e 1904, houve maior homogeneidade, pois já não havia a figura do *paisano*, embora ainda existissem alunos já oficiais ao lado de alunos praças de pré. (COELHO, 2004) Esse aspecto, iria, aos poucos, sedimentando uma maior coesão interna e a construção de maior homogeneidade também de pensamento entre os militares.

5.3.5. A era do Realengo - de 1904 a 1944

Em 1904, o envolvimento dos alunos na Revolta da Vacina¹⁴⁵ acarretou a expulsão deles e o fechamento da Escola por dois anos.

Nos quarenta anos seguintes, entre 1904 e 1944, ocorreram cinco mudanças no Regulamento de ensino da Escola Militar. Essas mudanças foram influenciadas pelo contexto mundial no campo bélico e pelas ideias de Mallet. Os novos tipos de armamentos e explosivos, as novas táticas e estratégias eram imperativos para a instrução das tropas e deveriam se tornar fundamentos na formação dos oficiais. Para o general, os conhecimentos desse profissional deveriam calcar-se em:

- a) um ensino (instrução) gradual, contínuo e intensivo;
- b) um rigoroso adestramento das unidades, isoladamente ou combinadas;
- c) a prática continuada das “linhas de tiro” e dos “campos de instrução”;
- d) a adoção da didática do fazer para *aprender*, com a eliminação do ensino livresco ou meramente verbal. (MOTTA, 1998. p.232)

Assim, retornava-se, mais uma vez, à ideia de sobrepor o ensino prático ao teórico.

¹⁴⁴ Emílio Luís Mallet (1801 – 1886) era francês de nascimento. Veio para o Brasil em 1818 e ingressou no Exército a convite do Imperador D. Pedro I. Coursou a Academia Militar do Império e, em 1823, naturalizou-se brasileiro. Combateu na Campanha da Cisplatina, nas Guerras da Farrroupilha, da Prata, contra Aguirre e do Paraguai. Influenciou o ensino militar por sua experiência em combate e por seus conhecimentos técnicos como artilheiro.

¹⁴⁵ Revolta popular ocorrida entre 10 e 16 de novembro de 1904 no Rio de Janeiro, contra a lei que determinava a obrigatoriedade de vacinação contra a varíola à população. Também associada ao descontentamento popular em relação às reformas urbanas realizadas à época pelo prefeito Pereira Passos e às campanhas de saneamento organizadas por Oswaldo Cruz, a revolta contou com o apoio de militares do Exército e em especial por alunos da Escola Militar.

Para implementar essas diretrizes, a primeira mudança no Regulamento, realizada em 1905, determinou que a formação do oficial deveria se dar em quatro estabelecimentos de ensino da seguinte forma: o primeiro, denominado *Escola de Guerra*, destinava-se a estudos preliminares, teóricos e práticos, para Infantaria, Cavalaria e Artilharia, e o curso teria duração de dois anos; o segundo seria a *Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria*, cujo foco eram estudos profissionais e práticos dessas Armas complementares aos estudos da Escola de Guerra, e o curso teria duração de um ano; o terceiro seria destinado aos artilheiros e engenheiros, a *Escola de Artilharia e Engenharia*, com estudos teóricos e práticos e curso com duração de dois e três anos, respectivamente; por último, a *Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia*, com curso de um ano de especialização para alunos dessas Armas. Assim, infantess e cavalarianos seriam formados em três anos, artilheiros em seis e engenheiros em sete.

O Regulamento trouxe, ainda, algumas inovações importantes como a matrícula exclusivamente na escola inicial, ou seja, a Escola de Guerra; a criação da designação aspirante-a-oficial¹⁴⁶; a supressão dos estudos preparatórios; e a eliminação dos estudos de Estado-Maior do curso de formação, passando a integrar outra escola. Seu objetivo era implementar

- a) um regime disciplinar e um enquadramento severos, exercidos sobre um corpo de alunos composto exclusivamente de praças de pré;
- b) um currículo em que as disciplinas profissionais predominassem sobre as acadêmicas ou teóricas, e estas tivessem programas modestos circunscritos àquelas noções diretamente relacionadas com as necessidades da carreira militar;
- c) uma complementação de estudos em escola de aplicação, para adestramento final. (MOTTA, 1998, p. 239)

Em 1906, ele foi aplicado, com a criação da Escola de Guerra, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e a Escola de Artilharia e Engenharia, em Realengo, no Rio de Janeiro.

¹⁴⁶ Após concluir o curso da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, o aluno era declarado aspirante-a-oficial e ia para a tropa com a função de auxiliar os oficiais subalternos, como uma forma de “estágio”.

Tabela 10: Instituições de Ensino Militar (1898 - 1905)

Regulamento de 1898	Regulamento de 1905
Colégios militares	Escolas Regimentais
Escolas Regimentais	Escola de Guerra
Escolas preparatórias e de tática	Escola de Aplicação e de Infantaria
Escola Militar do Brasil	Escola de Artilharia e de Engenharia
	Escola de Aplicação de Artilharia e de Engenharia
	Escola de Estado-Maior

Fonte: GRUNENVALDT, José Tarcísio. *A educação militar nos marcos da primeira república: estudo dos regulamentos do ensino militar (1880 – 1929)*. São Paulo, SP, 2005. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica.

O aumento do número de escolas, como vemos na tabela acima, descentralizou o ensino militar e, de certa forma, contribuiu para minimizar a influência política da capital federal à época, o Rio de Janeiro, sobre a formação dos oficiais.

Destacamos, também, o papel das Escolas Regimentais nesse aspecto. Sua função principal era a alfabetização dos corpos de tropa, ensinar a ler e a escrever, além de ministrar a instrução militar básica para as praças de pré, de soldados a sargentos. Lembremos que 80% da população era analfabeta. Entretanto, elas funcionavam, igualmente, na socialização militar e na disseminação de conteúdos ideológicos, o que contribuía para a disciplinarização das tropas.

Nesse caso trata-se de uma modalidade de educação militar anterior a formação do oficial [...] o aspirante a oficial deveria chegar à escola militar com a referida transformação concluída, ou seja, para que o seu caráter civil fosse eclipsado pela doutrina militar do soldado. (MARCUSO, 2012, p. 66)

Entre 1906 e 1912, o Exército vivenciou um período de reorganização, com as reformas do Ministro Hermes da Fonseca. Como vimos no breve estudo histórico da Instituição, apresentado anteriormente: foi aprovada a Lei do Serviço Militar Obrigatório, reaparelhou-se a tropa com moderno material de emprego militar comprado na Alemanha, realizaram-se exercícios anuais de adestramento das tropas.

Esse ambiente favorável à Instituição, no entanto, pouco incidiu sobre o ensino, em função da falta de recursos financeiros para manutenção de tantas escolas, fator que, aliado às dificuldades logísticas decorrentes da distância entre

elas, acabou por provocar nova mudança, colocando-as em funcionamento em um só local, no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro.

O Regulamento de 1913 vem, então, apenas para oficializar a redução do número das escolas. Reduziu, também, o tempo de estudos para artilheiros e engenheiros. Os estudos da Escola Militar passaram a contar com cinco cursos, sendo o primeiro denominado fundamental, com duração de dois anos para todas as especialidades, infantes, cavalarianos, artilheiros e engenheiros. Finalizada essa etapa, infantes e cavalarianos teriam mais um ano de estudos específicos para sua arma, enquanto que artilheiros e engenheiros cursariam mais dois anos.

Essa disposição do currículo, com uma parte comum e outra especializada por armas, contribuiu para a diversificação de habilidades e conhecimentos, além de proporcionar maior integração entre os oficiais daquela turma de formação, desenvolvendo maior espírito de corpo, na medida em que puderam ser trabalhados valores comuns a todos os militares. Formato semelhante de currículo perdura até os dias atuais.

De certa maneira, esse Regulamento foi o resultado da repercussão das pressões dos oficiais que estagiaram nos Corpos de Tropa do Exército alemão, de 1910 a 1912, os *Jovens Turcos*, por uma renovação da cultura militar no Brasil, que preconizava um Exército apolítico.

Em 1918 surge novo Regulamento, que foi sobreposto por outro no ano seguinte, 1919. Por isso ficaram conhecidos como *estatutos gêmeos*.

A primeira Guerra Mundial encerrara-se e os conhecimentos adquiridos nesse conflito precisavam ser analisados e assimilados pelos futuros oficiais. Assim, o Regulamento de 1918 tinha por objetivos: reunir as lições da guerra, acentuar o ensino técnico-profissional e adotar procedimentos e normas defendidas pelos militares que estagiaram na Alemanha. (MOTTA, 1998)

Não houve mudança significativa em relação à composição do currículo, mas uma de suas diretrizes sinalizava para importante passo na construção de uma doutrina militar desvinculada das de outros países. O Regulamento previa que a disciplina de Tática deveria ater-se às doutrinas prescritas nos documentos militares brasileiros do emprego das diferentes armas e não mais basear-se na literatura estrangeira.

Ocorreu, também, nesse período, uma determinação quanto à composição do quadro de docentes da Escola, que contribuiu para melhor direcionar a didática e as práticas de ensino. Foi a exigência de um concurso, com uma prova prática, para ingresso dos instrutores. Essa medida, que ficou conhecida como *Missão Indígena*, iniciou seus trabalhos em 1919 junto com o novo Regulamento.

Aprovado em 29 de janeiro de 1919, o Decreto 13.451, reorganizou o ensino militar distinguindo cinco cursos diferentes:

- 1) cursos de Armas, feitos na Escola Militar, para a preparação dos oficiais subalternos das armas;
- 2) cursos de aperfeiçoamento de Armas, feitos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, destinados a completar a formação dos oficiais e aperfeiçoá-los como instrutores e comandantes de pequenas unidades;
- 3) cursos técnicos de Artilharia e de Engenharia, com a finalidade de habilitar tenentes destas duas Armas para as funções táticas do serviço de Material Bélico e de Engenharia;
- 4) curso de Estado-Maior, feito na Escola de Estado-Maior;
- 5) curso de revisão, feito na Escola de Estado-Maior, destinado a manter em dia o preparo dos oficiais superiores. (MOTTA, 1998, p.257)

A partir desse momento, então, o ensino militar ganhou a estrutura de um sistema, com a finalidade não apenas de garantir uma boa formação, mas de promover a possibilidade de dar continuidade à especialização e aperfeiçoamento do oficial do Exército Brasileiro nos diversos postos ao longo de sua carreira, a semelhança do que acontecia com os exércitos europeus. A carreira militar passou a ter mais atratividade e as matrículas na Escola Militar cresceram.

Tabela 11: Matrículas na Escola Militar (1913 - 1943)

Ano	Número de matrículas por ano
1913 até 1918	400
1919 até 1930	750
1930 até 1938	800
1939 até 1942	900
1943	1.036

Fonte: SANTOS, Miriam de Oliveira. Berço de Heróis: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da pátria”. São Paulo: Annablume, 2004.

Cabe destaque também, nesse período, o fato de que, a partir de 1919, com a extinção da Guarda Nacional e a passagem do controle do recrutamento militar

para a responsabilidade do Exército, este passa a se tornar, efetivamente, uma organização de caráter nacional, (CARVALHO, 2006)

Em 5 de julho de 1922, os alunos da Escola Militar declararam-se solidários ao movimento conhecido como *18 do Forte*. A revolta, não durou um dia, mas teve grande repercussão e consequências: quase todos os alunos foram expulsos, mudou-se o comando da Escola e puseram fim a Missão Indígena.

Nova mudança é implementada em 1924. Durante os últimos vinte anos, o propósito havia sido combater o *bacharelismo* e *paisanismo*, característicos da fase do ensino na Praia Vermelha. Acontece que o excesso nesse combate acabara por eliminar quase completamente os valores culturais e científicos necessários à construção de conhecimentos básicos para a formação do profissional das armas.

Para modificar esse quadro, procurou-se, novamente, um equilíbrio entre os saberes teóricos e práticos, e a atuação da Missão Francesa foi fundamental nesse processo porque a doutrina francesa enfatizava a necessidade do militar conhecer os problemas nacionais, o que fez surgir um maior interesse nas ciências humanas e sociais.

Além disso, era dada ênfase ao trabalho que os oficiais do Estado-Maior podiam desenvolver na mobilização e gerenciamento de recursos humanos, econômicos e técnicos, uma exigência cada vez maior nos exércitos modernos. Sem falar na influência para a mentalidade profissional, no impacto sobre a *mística militar* da qual Hayes (1991) nos fala. A Missão Francesa reforçou as ideias da profissão militar como um *sacerdócio* e do Exército indissociável da Nação e do seu povo. Tudo isso, contribuiu para uma identificação maior dos militares com a população e reforçou, ainda mais, as características conservadoras da mentalidade profissional, através dessa ligação entre a vocação militar e os sentimentos de religiosidade e de moralidade, e da burocratização e hierarquização de seus quadros.

Em 1928, surge a Lei do Ensino Militar, uma estratégia para sistematizar as ações nessa área dentro do âmbito das Forças Armadas. Foram, então, estabelecidas regras mais amplas sobre os aspectos gerais do ensino militar, classificando seus níveis e categorias, definindo suas escolas, seus direitos e deveres.

Uma peculiaridade dessa lei foi o retorno ao Exército do ensino da engenharia, em modalidades diferentes daquela aplicada ao combate. O objetivo era formar oficiais engenheiros químicos, eletrotécnicos, de fortificação e de

construção que pudessem auxiliar em atividades de suporte ao combate, desenvolvimento de pesquisa ou construção, reforma e manutenção de instalações institucionais. Para isso foi criada a Escola Militar de Engenharia¹⁴⁷.

O Regulamento seguinte, de 1929, não fez grandes modificações em seu antecedente. Os únicos pontos novos foram a criação do cargo de Diretor do Ensino Militar, cuja função era organizar, coordenar, planejar o ensino. E a diminuição do curso fundamental, comum a todos os cursos, de dois para um ano, passando os cursos das especializações nas armas a três anos.

Segundo Motta (1998) a Revolução de 1930 não acarretou para a Escola Militar em alterações de sua organização e funcionamento. Entretanto, entre 1931 e 1934, ela esteve sob o comando de um militar que deixaria profundas marcas “... sobre o regime escolar, sobre o valor deste para a fixação, no aluno militar, das atitudes e dos interesses psicológicos apropriados e necessários ao futuro oficial.” (MOTTA, 1998, p. 283)

O, então, coronel José Pessoa¹⁴⁸ se propôs a realizar na Escola Militar uma *remodelação integral*, cujos modelos seriam o americano, o francês e o inglês, respectivamente das academias de *West-Point*, *Saint-Cyr* e *Sandhurst*.

Cabe ressaltar que José Pessoa havia estagiado em Saint-Cyr, em 1918, como membro da Missão Militar enviada pelo Exército Brasileiro. De lá, foi enviado ao campo de batalha da Primeira Guerra Mundial como comandante de pelotão da 2ª Divisão de Cavalaria do Exército Francês, de onde retornou condecorado por bravura.

A remodelação que José Pessoa tinha em mente trataria de dar ao aluno da Escola Militar as melhores condições físicas, morais e sociais para sua formação. Dessa forma, implementou as seguintes inovações:

... instalação de um rigoroso processo de seleção dos candidatos ao oficialato; concessão do título de Cadete²⁰ a todos os alunos da Escola Militar; criação, em 25 de agosto de 1931, do Corpo de Cadetes como corporação de elite, hierarquizada, e que reunia todos os alunos da escola numa entidade altamente

¹⁴⁷ A Escola Militar de Engenharia começou a funcionar em 1930. Em 1933, passou a se chamar Escola Técnica do Exército e, em 1949, sob influência da doutrina militar norte-americana, transformou-se no Instituto Militar de Engenharia (IME).

¹⁴⁸ José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885 – 1959), era sobrinho de Epiácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e irmão de João Pessoa, cujo assassinato fora uma das motivações para o Movimento de 1930.

disciplinadora; separação do cadete punido do soldado punido; criação dos uniformes históricos do cadete, como elo entre o Exército do passado com o do presente e poder fardar o cadete de modo inconfundível; criação do Espadim de Caxias, cópia fiel em escala da espada de Campanha do Duque, como o próprio símbolo da honra militar e arma distinta e privativa do cadete do Exército; criação do estandarte e do brasão do Corpo de Cadetes. (RODRIGUES, 2016, p. 95)

Sua intenção era distinguir o futuro oficial, dar-lhe dignidade e *status* social, além de criar um sentimento de pertencimento a algo superior, à *mística do oficialato*. Não lhe agradava a convivência dos alunos com a boemia estudantil carioca da época, assim como a proximidade com o centro da política nacional, pois acreditava que não cabia aos militares intervir nessa área. Dessa forma, procurou um local para construir uma nova escola. Escolheu a cidade de Resende, na região Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro, e, em 1932, as obras já haviam iniciado.

Castro (2004) considera que a intenção de José Pessoa era criar uma elite homogênea de oficiais, e com isso pretendia “... criar, em suas palavras, ‘uma ideologia que é um misto de brasilidade e sentimento militar, amalgamados pelo culto do passado, pelo espírito de tradição.’” (CASTRO, 2004, p. 127) E, não há como negar a estreita ligação dessas ideias com o pensamento conservador *burkeano*.

Importante ressaltar que o que José Pessoa invocava era o *espírito da tradição* e não uma tradição real, pois, na verdade, ele a estava criando naquele momento. Apesar de já se cultivar vultos militares da história e aspectos como a honra e a disciplina, foi José Pessoa quem, estabelecendo um capital simbólico através da criação do brasão do cadete, dos uniformes históricos, do Corpo de Cadetes, do código de honra do Cadete e de outras simbologias *inventou a tradição* (CASTRO, 2004), caracterizada por

... um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas: tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com um passado histórico apropriado ...” (HOBSBAWM *apud* CASTRO, 2004, p. 127)

Entretanto, em 1934 assume o Ministério da Guerra o general Goés Monteiro com quem José Pessoa não se entendia, por terem opiniões diferentes. Além disso, os alunos, em ato de rebeldia e de resistência às ordens, resolveram não

comparecer às aulas, fato nunca ocorrido na história da escola. José Pessoa, então, retira-se da direção.

As obras da nova escola, em Resende, ficaram suspensas até 1938, ano em que foi lançada sua pedra fundamental. Somente em 1944, a transferência foi realizada, com o final das obras e a inauguração das novas instalações.

De 1934 a 1944, o país ainda viveria o regime do Estado Novo e veria o mundo mergulhar em outro conflito mundial, a Segunda Guerra. O período, denominado por Coelho (2000), de *fase institucional*, caracterizou-se pelo embate de ideias e posicionamentos antagônicos dentro do Exército, e pela tentativa do General Góes de implantar uma consciência coletiva, um maior sentimento de coesão.

A Escola passaria por mais três mudanças no Regulamento, em 1934, 1940 e 1942.

Podemos citar como mudanças significativas no documento de 1934 a inclusão das disciplinas de Sociologia e Economia Política no currículo, e o fato de igualarem a duração do curso de formação de oficiais em quatro anos para todas as armas.

Essas mudanças, no entanto, não duraram muito, pois em 1935, novo Ministro assume a pasta da guerra e decide retornar a duração do curso ao que era antes, ou seja, três anos, e retirar as disciplinas recém-incluídas do currículo.

Novamente, em 1940, temos novo Regulamento e a definição de retornar o curso a quatro anos de duração, reincluir a disciplina de Sociologia, incluir a disciplina de Geografia Militar, ampliar os estudos de Administração e Legislação Militar e incrementar o ensino da Física e da Química com trabalhos práticos em laboratórios.

Nesse período, o país vivia sob o regime autoritário, e o Exército sob a gestão do General Eurico Gaspar Dutra, que procurou proteger a Instituição das influências político-partidárias através de várias ações. Uma delas foi restringir a entrada na Escola Militar apenas aos alunos oriundos dos Colégios Militares e das Escolas Preparatórias de Cadetes. Segundo Hayes,

Em 1942, eram os seguintes os aspectos considerados para ingresso na Escola Militar: capacidade física e intelectual, situação social e familiar, nacionalidade (havia preferência por

brasileiros natos), religião (preferência por católico), ideologia política (comunistas não eram admitidos) e moral familiar. Prevalciam estas mesmas condições para ingresso no Colégio Militar do Rio de Janeiro e nas Escolas Preparatórias. (HAYES, 1991, p. 169)

Para Motta “... o toque de singularidade do Regulamento de 1942 seria o fato dele ter sido o último a ser aplicado na Escola do Realengo.” (MOTTA, 1998, p. 299) Em 1º de janeiro de 1944, já funcionava a Escola Militar de Resende.

Nos anos que se seguiram até os dias atuais houve mudanças nos regulamentos e leis do ensino militar, mas elas foram menos estruturais. Ativeram-se à adequação curricular, tanto teórica quanto prática, dos conhecimentos técnicos derivados da modernização da área bélica. O capital simbólico necessário à formação da mentalidade profissional do tipo de oficial que a Instituição precisava já havia se consolidado na trajetória histórica de 1810 a 1944, e para isso diversos fatores foram fundamentais.

Um deles foi a determinação de que o acesso ao oficialato e a ascensão na carreira militar só de daria com o curso da escola militar. Além de eliminar o caráter aristocrático do recrutamento, gradativamente, isso contribuiu para uma homogeneização do grupo e para a criação de um espírito de corpo, de uma mentalidade institucional, fruto de uma formação única.

O regime de enquadramento militar, objetivo sempre buscado pelas autoridades militares, com o sistema de internato e a sistematização de atividades foi outro fator que contribuiu para o desenvolvimento de uma socialização adequada à disciplinarização, fator tão importante para a coesão interna da Instituição. Foi o período denominado por Carvalho (2006) por *fase do intervencionismo controlador*, momento em que o Exército se abre para intervir na sociedade, mas se fecha para as influências da política dentro da Instituição.

A equiparação dos cursos, em quatro anos de duração, com uma parte comum a todas as Armas e outra específica para cada especialização também pode ser considerada fator de coesão, na medida em que desfez a velha rivalidade entre as armas consideradas científicas e as operacionais.

A valorização da classificação escolar e do mérito pessoal, assim como a criação de símbolos comuns relacionados a honra e à mística militar foram decisivos para o fortalecimento da consciência coletiva da Instituição. Associados

aos conceitos de hierarquia e disciplina, orientaram a evolução e a transformação profissional do Exército.

Assim, a evolução do ensino militar, o tipo de socialização e de profissionalização desenvolvidos nas escolas, ao longo do tempo, sempre tendo a interface com os fatos históricos, proporcionou o reforço de uma mentalidade militar conservadora com características conciliatórias absorvidas da sociedade brasileira, mas baseada em um capital simbólico que pudesse dar coesão e legitimidade à profissão militar.

5.4. Percepções sobre o perfil do oficial do Exército Brasileiro na atualidade: herança do conservadorismo?

O Exército Brasileiro, por tudo que vimos, tem grande tendência ao conservadorismo; fundamenta-se nos princípios da hierarquia e da disciplina e baseia-se na tradição, na autoridade e na ordem social para o exercício de seu papel constitucional. No entanto, também é formado por homens e mulheres imersos na sociedade brasileira, sendo influenciados por sua cultura e pelas variáveis do momento histórico em que vivem.

A história dessa Instituição, tanto no campo da sua organização, quanto nas relações sociais e políticas, e até mesmo na formação de seu quadro de oficiais, nos mostrou como a cultura ibérica influenciou na consolidação de características conservadoras já inerentes à função do militar brasileiro.

Entretanto, nosso estudo teve por objetivo analisar um recorte temporal que contemplou apenas até o ano de 1944, entendendo esse período como de institucionalização e profissionalização do Exército, quando formou-se a consciência coletiva responsável pela construção de sua identidade como organização.

Para verificarmos se os pressupostos conservadores por nós identificados em relação à mentalidade militar ainda são válidos e identificáveis nos integrantes da Instituição de hoje, tentaremos, agora, relacionar os mesmos dez princípios elencados por Russel Kirk (2014), trabalhados anteriormente, com as opiniões de oficiais do Exército Brasileiro sobre variadas temáticas da vida social, política, ética e institucional do Brasil na atualidade.

Para isso, buscamos auxílio em duas obras. A primeira é *Para pensar o Exército Brasileiro no Século XX*, de Eduardo Raposo, Maria Alice Rezende de Carvalho e Sarita Schaffel, fruto da pesquisa *Sociologia das Forças Armadas*, desenvolvida a partir do convênio entre o Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio e o Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, com recursos do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa).

O livro traz uma análise sociológica dos dados levantados através de uma pesquisa aplicada a oficiais do Exército Brasileiro entre 2012 e 2014. Ela foi respondida por 2.726 oficiais das diferentes Armas, Quadros e Serviços¹⁴⁹, de todos os postos¹⁵⁰, homens e mulheres, sendo 65,3% deles formados pela AMAN. Esse último dado é importante para nossa análise, tendo em vista o tempo de socialização a que são expostos esses militares, cinco anos, o que contribui, como já sabemos, significativamente para o desenvolvimento da consciência coletiva do grupo.

A variação da faixa etária é pequena, em relação ao percentual de respondentes, tornando o grupo mais homogêneo, como mostra a tabela abaixo:

¹⁴⁹ Atualmente, o Exército Brasileiro possui a seguinte divisão na linha combatente: Armas-Base (Infantaria e Cavalaria), Armas de apoio ao combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações), Quadro de Material Bélico e Serviço de Intendência, todos formados pela AMAN. Existe, também, a linha não combatente, com o Quadro de Engenheiros Militares, o Quadro Complementar de Oficiais, o Serviço de Saúde e o Serviço de Assistência Religiosa, cada um deles é formado em um estabelecimento de ensino militar diferente da AMAN. Além disso, existe o Quadro Auxiliar de Oficiais, composto por militares que ascendem ao oficialato no final da carreira como praças e o Quadro de Oficiais Temporários, composto por jovens com especialização civil que servem por um período de até oito anos.

¹⁵⁰ Os postos do oficialato do Exército Brasileiro são, em ordem crescente: Aspirante a Oficial, Segundo-Tenente, Primeiro-Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel, Coronel, General de Brigada, General de Divisão e General de Exército.

Tabela 12: Distribuição etária dos respondentes (percentual)

Idade	% de respondentes
22 a 30 anos	17%
31 a 35 anos	18%
36 a 40 anos	19%
41 a 45 anos	15%
46 a 50 anos	18%
51 a 55 anos	11%
56 a 60 anos	1%
Mais de 61 anos	1%

Fonte: adaptado de RAPOSO, Eduardo, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 42.

Para a análise desse dado, levaremos em consideração que o percentual de maior representatividade dos respondentes são oficiais formados na AMAN. Normalmente, esse oficial se forma com idade entre 22 e 25 anos, e terá, ao longo da carreira, a ascensão aos demais postos com um interstício que variará entre cinco e sete anos entre cada um deles¹⁵¹.

Na tabela 12, associando-se a faixa etária, às informações acima, pode-se perceber que mais da metade dos respondentes se encontrarão entre os postos de 1º Tenente e Tenente-Coronel. Esse dado é interessante, pois irá soma-se com os dados obtidos na Tabela 13, retirados da segunda obra escolhida para nossa análise, dando-lhe maior sustentação.

A segunda obra foi o resultado da pesquisa de Denis de Miranda, também no escopo do Projeto Pró-Defesa, *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*. O propósito do pesquisador foi revelar aspectos da identidade do oficialato dessa Instituição, extraídos de um *survey*, elaborado de forma a investigar fundamentalmente o culto de valores que moldam o caráter militar.

O questionário, aplicado no ano de 2012, foi respondido por 571 oficiais, homens e mulheres, das diferentes Armas, Quadros e Serviços.

¹⁵¹ A promoção de Aspirante a Oficial ocorre ainda no primeiro ano após a formação do oficial. As demais promoções seguem, por critério de antiguidade ou de merecimento, o tempo aproximado de seis a sete anos nos postos de oficial subalterno (tenente e capitão) e de cinco a seis anos nos postos de oficial superior (major em diante).

Para o tratamento dos dados coletados, o pesquisador optou por dividir a população em quatro grupos, baseando-se no tempo de serviço de cada militar, o que, em última instância, relaciona-se ao posto do oficialato. Assim, para a análise extraída da obra de Miranda (2108), há de se considerar:

Tabela 13: Divisão dos militares pesquisados

Grupo por Tempo de Serviço	Amostra	Postos que compõem este grupo majoritariamente
Grupo A (até 10 anos)	88	1º e 2º Tenentes
Grupo B (entre 11 e 20 anos)	216	Capitães
Grupo C (entre 21 e 30 anos)	249	Majores e Tenentes-Coronéis
Grupo D (mais de 30 anos)	90	Coronéis e Generais

Fonte: adaptado de MIRANDA, Denis de. *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018, p. 61.

Podemos observar que a maioria dos militares entrevistados encontram-se nos postos de Capitães, Majores e Tenentes-Coronéis, muito próximo da população pesquisada por Raposo (2019).

Iniciaremos, então, nossa análise, lembrando os indicadores do conservadorismo, os dez princípios apresentados por Russel Kirk (2014): prudência; equilíbrio entre a permanência e a mudança; adesão aos costumes, convenções e continuidade; crença numa ordem moral duradoura; limitação ao poder e às paixões humanas; imperfectibilidade; apelo à liberdade e propriedade; defesa das comunidades voluntárias e oposição ao coletivismo involuntário; e afeição à variedade.

Cabe ressaltar que as pesquisas realizadas por Raposo (2019) e Miranda (2018) não tinham por objetivo a mensuração ou verificação de características conservadoras no perfil dos oficiais. Dessa forma, não teremos uma comparação direta entre os princípios do conservadorismo e as informações coletadas nos questionários.

Entretanto, tentaremos associar as temáticas levantadas nos questionários com os princípios do pensamento conservador, buscando uma aproximação o mais fiel possível entre eles.

Assim, a primeira observação relaciona-se com os dados obtidos na tabela abaixo, que revela o estado civil dos respondentes do *survey* aplicado por Raposo (2019).

Tabela 14: Estado civil dos respondentes por posto

Posto	Solteiro(a)	Casado(a)	Viúvo(a)	Divorciado(a) Separado(a)	União Estável
Aspirante/Segundo-Tenente	37,4%	54,8%	0,9%	2,6%	4,3%
Primeiro-Tenente	21,9%	62,4%	02,%	2,9%	12,7%
Capitão	8,2%	78,8%	0,2%	4,6%	8,2%
Major	2,4%	81,5%	0,5%	8,3%	7,2%
Tenente-Coronel	4,2%	80,9%	0,5%	7,9%	6,5%
Coronel	0,8%	88,6%	0,0%	5,7%	4,9%
General de Brigada	0,0%	90,9%	0,0%	0,0%	9,1%
General de Divisão	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
General de Exército	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Totais	10,6	75,6%	3,0%	5,2%	8,3%

Fonte: adaptado de RAPOSO, Eduardo, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 51.

Cerca de 76% da população pesquisada é composta por oficiais casados. Sabe-se que a família sempre foi reconhecidamente um importante capital simbólico para a Instituição. Desde cedo, durante o processo de socialização militar, ainda na AMAN, o jovem tem na família um referente que facilita sua adaptação e imersão na cultura organizacional. Isso acontece porque “... a autoridade do pai e a lealdade à família são ‘transferidos’ para a Academia Militar.” (RAPOSO, 2019, p. 54)

Durante a formação, ocorre uma natural tendência ao desligamento desse jovem de sua família original, principalmente pelas exigências do internato e das atividades escolares. Os laços familiares vão sendo transferidos aos pares, pela intensa convivência e necessidade de apoio mútuo na construção desse papel profissional.

Além disso, após formado, o oficial é constantemente movimentado, transferido para servir em qualquer unidade militar do País. A situação é prevista em regulamentos institucionais e necessária a sua função, para que adquira experiência e conhecimento técnico, tanto das características do território nacional,

no nível estratégico e tático operacional para a sua defesa, quanto das diferenças culturais e sociais que distinguem cada região.

Essa dinâmica impacta muito na relação familiar, pois impede, muitas vezes, a conciliação de atividade remuneratória estável do cônjuge e dificulta a continuidade da vida escolar dos filhos. No entanto, a família, pelo que mostra a pesquisa, continua sendo uma instituição de referência para o oficial. E isso é reforçado por outro indicativo, apresentado na tabela abaixo.

Tabela 15: Semelhança do Exército com outras organizações

Organização	Muita	Pouca	Nenhuma
Empresa privada	12,5%	50,8%	36,8%
Empresa Pública	28,5%	53,9%	17,6%
Escola	50,6%	43,3%	6,1%
Família	59,9%	32,4%	7,7%
Igreja	36,5%	40,9%	22,5%

Fonte: adaptado de RAPOSO, Eduardo, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 77.

O objetivo do questionamento era verificar qual o grau de identificação que os oficiais tinham do Exército com outras instituições. Como se vê, a família é a instituição, seguida da escola, que mais se destaca no imaginário dos oficiais como aquela que contém maior semelhança com o Exército, o que ratifica a importância desse capital simbólico.

Assim como o é para o Exército, que a considera um “... suporte para o militar no desempenho do seu papel de Oficial de AMAN, instituição parceira e principal colaboradora na integração das relações sociais do campo militar ...” (SANTOS, 2018, p. 68) Institucionalmente, a família é alvo de políticas internas ao ponto de ser instituído o dia 18 de setembro como Dia da Família Militar, comemorado em todas as unidades militares do país.

Para Raposo, o dado colhido pela pesquisa, demonstra que o casamento “... assegura maiores condições de pertencimento à organização, pois a família é condição para isso, emprestando dinamismo a hierarquias e alianças – princípios da instituição militar que se traduzem na ideia de uma família patriarcal...” (RAPOSO, 2019, p. 51), herança de nossa cultura ibérica tão presente ainda na sociedade brasileira.

Dentro dos princípios do pensamento conservador, a família é uma das instituições intermediárias que teria a função aperfeiçoar a natureza imperfeita do homem. A sociedade, como estrutura orgânica, seria um desdobramento da ideia de família, como derivação do sentimento de amizade ou lealdade entre os indivíduos e importante fator na construção da ordem social.

Para Burke (2014), a família seria o **elemento fundamental para o desenvolvimento do sentimento pátrio. É das afeições construídas no seio da família que o homem desenvolve o** culto às tradições e aos costumes, que identificam esse grupo como uma nação, com o que, em última instância, é dever do militar resguardar.

Os dados sobre o estado civil dos oficiais apresentados pela pesquisa são, então, um indício que nos aproxima da mentalidade conservadora.

Observando a mesma Tabela 15 apresentada acima, vemos que 22,5% dos respondentes não reconhece qualquer semelhança ou ligação do Exército com a instituição Igreja. Essa é uma informação interessante se analisada em conjunto com os dados oriundos da Tabela seguinte:

Tabela 16: Profissões comparáveis ao sacerdócio

Profissão	Média
Militar	2,61
Padre/Pastor	3,35
Professor	3,83
Bombeiro	3,94
Médico	4,42
Policial	4,91
Juíz	5,50
Político	7,38

Fonte: adaptado de RAPOSO, Eduardo, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 76.

A pergunta foi estruturada com o objetivo de identificar o significado e o valor que o militar dá ao seu trabalho, a sua função, cientes de que

A consagração de um etos, de um modo de vida em que predominam a obediência, a disciplina e a renúncia, entre outros predicados ligados ao princípio da autocontenção, conforma uma

ideologia vocacional que ajuda a explicar o conceito que os militares têm de si. (RAPOSO, 2019, p. 75)

O que se depreende da resposta é um alto índice de identificação da profissão com a ideia de *sacerdócio*. Entretanto, “... o ‘sacerdócio’ aludido pelos militares não se liga a uma identificação religiosa, não possui um sentido devocional.” (RAPOSO, 2019, p. 77), como vimos na Tabela 15.

Sacerdócio, para os oficiais, está relacionado às condições funcionais inerentes à profissão: dedicação exclusiva, altruísmo, disponibilidade permanente, entre outras ideias semelhantes.

Dentro desse contexto, não podemos nos esquecer do componente histórico da formação institucional. Como vimos, a atuação da Missão Militar Francesa reforçou as ideias da profissão militar como um *sacerdócio* e do Exército indissociável da Nação e do seu povo. Desenvolveu uma espécie de *mentalidade salvadora*, produto de uma *mística militar*. (HAYES, 1991)

Esse sentimento contribuiu para uma identificação maior dos militares com a população e para maior coesão interna, reforçando, naquela época, as características conservadoras da mentalidade profissional, através da ligação entre a vocação militar e os sentimentos de abnegação e de moralidade.

Esse caráter sacerdotal da profissão coaduna-se perfeitamente à ideia de *weberiana* de vocação cuja ênfase está nos princípios do dever, da disciplina e do sacrifício. Também relaciona-se diretamente com o princípio de limitação das fraquezas humanas pregado pelo conservadorismo, como já vimos.

Talvez o reconhecimento do alto grau de exigência da profissão, não só pessoal, mas familiar, seja um dos motivos para que a *vocação* apareça como segunda opção de escolha da carreira militar, abaixo de *remuneração digna*, como mostra a Tabela abaixo:

Tabela 17: Aspectos que favoreceram a escolha da carreira militar

Aspecto	Média
Emprego Estável	2,74
Vocação	3,09
Trabalho útil à sociedade	3,84
Previdência Social	4,34
Remuneração digna	4,61
Oportunidade de ascensão social	5,15
Desejo dos pais	5,98
Tradição familiar	6,05

Fonte: adaptado de RAPOSO, Eduardo, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 74.

Interessante observar que, a motivação descrita em terceiro lugar na opção dos respondentes, *trabalho útil à sociedade*, pode ser facilmente relacionada à noção de sacrifício, e, por semelhança, de sacerdócio. Alinhando-se, dessa forma, com os resultados da Tabela 16.

A vocação militar, no entanto, não está ligada somente à ideia de sacrifício ou sacerdócio. Huntington (2016), em seu modelo *institucional ou profissional*, acreditava que a profissão militar era uma vocação que apresentava como características a especialização, a corporatividade e a responsabilidade, elementos essenciais para a coesão grupal.

Essas características não têm relação direta com a ideia de sacerdócio e sim com a noção de profissionalismo.

A corporatividade, sensação de unidade e de autoconsciência do grupo, **seria responsável pelo desenvolvimento daquela solidariedade orgânica tão importante à profissão militar.**

Dentro do sistema de valores dos conservadores, o corporativismo tem lugar de destaque. Burke (2014) defendia a sociedade como uma comunidade cooperativa. “O homem é antes de tudo um animal social. Só existe em grupo. Só se defende em grupo. E o mais importante só se realiza em grupo.” (HUNTINGGTON, 2016, p. 86)

A responsabilidade estaria materializada no papel social da função do profissional na sociedade. A responsabilidade para servir e a dedicação à sua

especialidade militar estão relacionados à crença em uma ordem moral duradoura, pela qual a sociedade, tal como uma **comunidade cooperativa, preveja um sistema de mútuas expectativas, com deveres e direitos sociais. Para Burke (2014), o perfeito funcionamento dessa sociedade demandaria dos homens uma atitude conciliatória e prudente.**

A especialização militar seria adquirida pela educação e experiência no exercício da função, pautada no conhecimento técnico e nas habilidades profissionais.

Não por acaso, as Tabelas 18 e 19 nos mostram que o oficial do Exército Brasileiro admite o profissionalismo como fator essencial para o bom desempenho da função, ou seja, para ser reconhecido como um bom militar e para progredir na carreira.

Tabela 18: O que faz alguém progredir no Exército

Motivo	Muito importante	Pouco importante	Sem importância
Amizades influentes	34,4%	41,1%	23,6%
Desempenho profissional	73,3%	22,9%	3,8%
Diplomas e cursos	46,7%	45,7%	7,7%
Espírito competitivo	31,0%	51,4%	17,6%
Espírito de liderança	46,6%	40,4%	13,0%
Pontualidade e disciplina	42,7%	48,5%	8,9%
Relações familiares	21,0%	46,7%	32,3%
Simpatia do comandante	30,9%	42,6%	26,5%
Tempo de serviço	20,5%	49,1%	30,4%

Fonte: adaptado de RAPOSO, Eduardo, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 77.

Tabela 19: Questão 27 – Ser um bom profissional militar exige principalmente

	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Aperfeiçoamento intelectual diversificado	47,7%	55,5%	50,2%	60,3%	52,6%
Excelente desempenho das atividades práticas	51,8%	39,5%	45,2%	30,8%	42,3%
Dedicação exclusiva aos estudos militares	3,5%	5,0%	4,6%	9,0%	5,2%

Fonte: adaptado de MIRANDA, Denis de. *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018, p. 84.

Huntington (2016) afirmava que a busca do militar pelo profissionalismo, pelo contínuo desempenho objetivo da sua função é o que lhe fornece o que chamou de *mentalidade militar realista e conservadora* que tem na ética profissional sua personificação.

O que conduz o oficial à especialização e ao profissionalismo é, pois, a necessidade de estar permanentemente pronto para a defesa do Estado. Afinal, "... a responsabilidade da profissão é fortalecer a segurança militar do Estado." (HUNTINGTON, 2016, p. 86). Por sua vez, isso requer cooperação, organização e disciplina, características da dominação burocrática (WEBER, 1994).

O resultado colhido no questionário exposto na Tabela 20 indica que os oficiais têm ciência da importância do profissionalismo dos integrantes da Instituição, no que diz respeito a sua imagem e credibilidade.

Tabela 20: Questão 20 – O senhor atribui a credibilidade do Exército principalmente a(o)

	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Excelência na formação militar	10,5%	14,7%	13,2%	8,4%	12,7%
Prática de ações sociais	15,1%	9,8%	6,2%	3,6%	8,3%
Garantia da lei e da ordem	5,8%	5,9%	5,3%	4,8%	5,5%
Profissionalismo no cumprimento das missões	53,3%	52,5%	64,3%	69,9%	59,5%
Isenção nas questões políticas da Nação	15,1%	17,2%	11,0%	13,3%	14,0%

Fonte: MIRANDA, Denis de. *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018, p. 80

Os dados da Tabela 21 também demonstram a plena identificação dos respondentes com os valores que representam a profissão.

Tabela 21: Grupo de valores que melhor representam o espírito militar

Valores	%
Responsabilidade/Dedicação/Disponibilidade	24%
Integridade/Honradez	18%
Espírito de corpo/Camaradagem/Lealdade	16%
Organização/Disciplina/Obediência	25%
Liderança/Motivação/Iniciativa	6%
Civismo/Idealismo/Patriotismo	11%

Fonte: adaptado de RAPOSO, Eduardo, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 75.

Quando indagados sobre o grupo de valores que melhor representariam o espírito militar, os que mais se destacaram foram organização, disciplina e obediência, seguidos de dedicação e responsabilidade.

São, obviamente, "... valores associados a instituições fortemente hierarquizadas, distinguindo-se, portanto, daqueles que predominam em contextos formativos menos tradicionais ..." (RAPOSO, 2019, p. 75) Valores considerados conservadores que fazem parte da natureza profissional dessas instituições pela necessidade de agir em defesa do grupo e na imposição da ordem social, estando, por consequência, atreladas ao Estado.

Isso significa, conseqüentemente, que o militar admite o Estado-nação como a melhor forma de organização política, pois nela está a justificativa para a manutenção e o emprego da força militar, para sua existência. E podemos perceber isso pelos dados da Tabela abaixo.

Tabela 22: Opinião sobre a utilização das Forças Armadas na manutenção da Ordem Social

Posto	Contra	A favor
Aspirante/Segundo-Tenente	21,4%	78,6%
Primeiro-Tenente	19,3%	80,7%
Capitão	29,9%	71,1%
Major	25,4%	74,6%
Tenente-Coronel	22,2%	77,8%
Coronel	25,4%	74,8%
General de Brigada	25,0%	75,0%
General de Divisão	20,0%	80,0%
General de Exército	100%	100%

Fonte: adaptado de RAPOSO, Eduardo, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 81.

Os respondentes se reconhecem como agentes do Estado, como seu *braço armado*, cuja responsabilidade é a manutenção da ordem social, um valor precioso para os conservadores. Como sabemos, as bases do pensamento conservador de Edmund Burke concentram-se na crítica que fez à forma como a Revolução Francesa aboliu as estruturas sociais que permitiam manter a ordem social.

Ele acreditava, como já vimos, que a ordem social ampara-se em instituições como a família, a igreja, o Estado, que guardam a experiência e a sabedoria das gerações anteriores, elementos fundamentais para a estabilidade social.

Por isso, para os conservadores, a preservação dos costumes, da tradição, do conhecimento dos antepassados é tão importante. Eles são o que mantém os grupos unidos por uma identificação natural. As convenções, corporificadas nas leis, garantem os direitos e determinam os deveres para que haja paz social. Já a tradição tem

... uma função vital na sociedade e nos diversos grupos, incluindo as organizações e as instituições, pois abre muitas possibilidades de comunicação e integração, o que gera a coesão social. O indivíduo não pode ser concebido fora de uma tradição, pois a individualidade se desenvolve a partir da aceitação ou da rejeição de certos valores e crenças tradicionais de uma determinada sociedade. (SANTOS, 2018, p. 229)

Uma amostra desse apego do militar às tradições pode ser visto quando analisamos as Tabelas 23 e 24, que se referem ao percentual de militares nas famílias dos oficiais respondentes.

Tabela 23: Militares na família dos respondentes (percentual)

Posto	Sim	Não
Aspirante/Segundo-Tenente	41,2%	58,8%
Primeiro-Tenente	49,5%	50,5%
Capitão	56,2	43,8%
Major	60,5%	39,5%
Tenente-Coronel	55,6%	44,4%
Coronel	55,0%	45,0%
General de Brigada	81,8%	18,2%
General de Divisão	83,3%	16,7%
General de Exército	50,0%	50,0%

Fonte: adaptado de RAPOSO, Eduardo, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 58.

Tabela 24: Questão 2 – O senhor é filho de militar?

	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Não. Meus pais são civis.	69,3%	54,7%	48,8%	56,7%	54,7%
Sim. Meu pai é praça.	13,6%	28,5%	32,3%	28,9%	28,0%
Sim. Minha mãe é praça.	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sim. Meu pai é oficial.	17,0%	17,3%	20,6%	16,7%	18,4%
Sim. Minha mãe é oficial.	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,2%

Fonte: MIRANDA, Denis de. *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018, p. 62.

Durante nosso estudo, verificamos que sempre houve um questionamento sobre a influência familiar na escolha da carreira. As pesquisas de Raposo (2019) e Miranda (2018) apontam para um resultado que divide, praticamente, o percentual na metade da população das amostras. Na Tabela 23 o índice é de 55%, enquanto que na Tabela 24 é de 45%.

Ainda assim podem ser considerados índices elevados de reprodução de uma tradição profissional familiar e que têm revelado uma certa estabilidade nos últimos anos, conforme nos mostra o levantamento feito por Celso Castro em seu estudo sobre a AMAN:

Tabela 25: Quadro 5 – Porcentagem de cadetes filhos de civil e militares em quatro períodos

FILIAÇÃO/ANOS	1941-1943	1962-1966	1984-1985	2000-2002
Civis	78,8%	65,1%	48,1%	54,6%
Militares	21,2%	34,9%	51,9%	45,4%

Fonte: CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.141.

Os dados referentes aos anos de 1984/85 reforçam as informações auferidas da Tabela 23, na qual podemos observar um índice de oficiais com histórico de familiares na profissão significativamente maior nos postos mais elevados, coronéis e generais.

Segundo a análise de Raposo (2019), esse dado sugere maior prestígio da profissão naquele período histórico, hipótese válida tendo em vista o período imediatamente anterior.

Entretanto, cabe ressaltar, também, que

... em todas as famílias existe uma espécie de herança de atribuições e de papéis, que são repassados ao longo das gerações, influenciando o modo de vida do sujeito e, conseqüentemente, o processo de subjetivação. (MOLINA *apud* SANTOS, 2006, p. 14).

Qualquer que seja sua denominação, herança familiar, tradição na reprodução de papéis profissionais ou tendência à endogenia, como nos foi apontada por Stepan (1975) e Carvalho (2006), o fato é que esse componente, extremamente valorizado pelos conservadores, historicamente, contribuiu ainda mais para o desenvolvimento de uma coesão interna e uma consciência coletiva

importante para o fortalecimento de uma identidade profissional e institucional ao longo do tempo.

O último dado relacionado aos princípios conservadores que verificamos na pesquisa de Raposo (2019) diz respeito à religiosidade.

Burke (2014), como vimos, sempre se mostrou cético em relação à natureza humana. O homem, como ser imperfeito, não se pauta apenas pela lógica, mas sim pelas paixões, que nem sempre o levam às melhores decisões. Dessa forma, seriam necessários instrumentos capazes de agir sobre a imperfectibilidade humana, e a religião é, segundo ele, o melhor deles. Como componente fundamental para o estabelecimento da ordem social, a religiosidade seria o bem maior do homem. Ela o levaria ao **desenvolvimento de uma moralidade social, cuja base seria a cooperação e a conciliação. A Tabela 26 nos mostra que o oficial do Exército Brasileiro tem em alto conceito a religiosidade.**

Tabela 26: Religião dos respondentes (percentual)

Religião	% de respondentes
Católica	34,8%
Católica não praticante	15,4%
Evangélica, protestante, pentecostal ou neopentecostal	14,2%
Espírita Kardecista	16,5%
Ateu	2,2%
Nenhuma	7,7%
Outras	8,9%

Fonte: adaptado de RAPOSO, Eduardo, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 58.

Como se pode ver, a religião católica é a que apresenta maiores índices, entre praticantes e não praticantes. Apesar de ser considerada “... curiosa a tradição que liga tão fortemente o Exército à religião.” (RAPOSO, 2019, p. 60), sabemos a força da influência da Igreja Católica em nossas raízes ibéricas.

De longa data vem, também a ligação do Exército com a religiosidade, principalmente com a Igreja Católica. A assistência religiosa no Exército foi implantada em 1850, ainda no Império, com o nome de Repartição Eclesiástica do Exército. Posteriormente, durante a República ela foi extinta. Foi resgatada durante a Segunda Guerra Mundial, passando a denomina-se Serviço de Assistência

Religiosa do Exército, e hoje congrega capelães militares das religiões católicas e evangélicas.

Concordamos que “... *surveys* produzem ilustrações fugazes de certas configurações que merecem ser conhecidas; são um instrumento de pesquisa que serve mais à formulação de hipóteses de que à comprovação delas.” (RAPOSO, 2019. p. 17). E essa foi nossa intenção; trazer à análise os dados mais recentes sobre o perfil de homens e mulheres que compõem a oficialidade do Exército Brasileiro, buscando indicativos da manifestação da mentalidade militar conservadora, porque não tenho dúvida que

Os exércitos, de uma forma geral, são instituições conservadoras. Internamente conservadoras, quando buscam preservar suas tradições, cultivar o conceito de autoridade e desenvolver um respeito sagrado pela obediência; e externamente conservadoras, quando sua própria existência encontra sua razão de ser na necessidade da sociedade de preservar suas instituições, seus valores, princípios e fundamentos, enfim, a própria sociedade civil e o Estado que a compõem (SANTOS, 2018, p. 229)

6. Conclusão

O longo percurso dessa pesquisa objetivou analisar a formação institucional do Exército Brasileiro, particularmente no que se refere à constituição da mentalidade militar do grupo que compõe seus oficiais, sob o ponto de vista da influência de alguns aspectos do pensamento conservador de Edmund Burke que, absorvidos e adaptados à sociedade brasileira, desenvolveram nela e em suas instituições tendências conservadoras com feições conciliatórias.

A questão inicial que motivou esse estudo foi investigar se houve, quais foram e como aspectos do conservadorismo *burkeano* influenciaram na formação militar brasileira, especificamente no Exército Brasileiro e na mentalidade de seus oficiais. Cabe ressaltar que o tipo de conservadorismo desenvolvido no Brasil originou-se, em grande parte, de Portugal, onde não houve revoluções burguesas, cismas protestantes e nem teve, aquele país, um passado feudal. Essas características impactaram diretamente na assimilação e adaptação de algumas ideias *burkeanas* por nossa sociedade.

Para responder à questão inicial, procedemos a outros questionamentos, para os quais oferecemos algumas perspectivas de respostas no decorrer da presente tese.

Os primeiros questionamentos: como surgiu e quais as principais características do conservadorismo *burkeano*?, tiveram as ideias conservadoras de Edmund Burke alguma influência sobre a formação histórica da sociedade brasileira; de que forma?, nossa herança ibérica contribuiu para o desenvolvimento de uma mentalidade conservadora na sociedade; de que tipo?, foram desenvolvidos no primeiro e no segundo capítulos.

Neles, mostramos que o conservadorismo *burkeano*, em linhas gerais, caracteriza-se como um pensamento político e social que defende a preservação das instituições, como a religião, a família, a comunidade e que enfatiza a continuidade, os costumes e a tradição, opondo-se a movimentos revolucionários e mudanças bruscas.

Nascido em 1729, na cidade de Dublin, Irlanda, Burke viveu em um período de prosperidade econômica e intelectual na Europa. Suas ideias foram influenciadas

pelo processo de transformação social e educacional pelo qual a Escócia passava, e pela convivência com filósofos como David Hume, John Locke e Adam Smith.

Desde cedo, interessou-se por investigar as causas da sociabilidade humana, era membro do Parlamento inglês e defensor do liberalismo, mas foi sua férrea oposição à Revolução Francesa que lhe legou a denominação de pai do conservadorismo clássico. Sua obra, *Reflexões sobre a revolução na França*, tornou-se a fonte seminal desse pensamento. Nela, o autor apresentou sua repulsa pelo movimento que, para ele, era um rompimento violento com os antigos costumes e com a tradição, elementos essenciais para o estabelecimento da ordem social. Com base nessa obra e em estudos de pesquisadores como Kirk (2014) e Nisbet (1987), levantamos como pontos centrais do pensamento conservador *burkeano* os seguintes pressupostos: resistência às mudanças e apelo à prudência, à conciliação e ao reformismo; crítica ao racionalismo e culto às tradições, aos costumes e à história; ceticismo e defesa da religião e da moralidade; centralidade do papel do Estado e da sociedade na construção da ordem social.

Esses pressupostos compõem a base do conservadorismo, entretanto, estarão presentes em maior ou menor grau em cada sociedade, dependendo de sua trajetória histórica e de sua formação cultural. Originou-se no contexto de um mundo em transformação, herança do século XVIII, momento em que o Iluminismo pregava a racionalidade e o liberalismo, e tecia críticas severas à religião e ao **Antigo Regime**.

Essas ideias espalharam-se pelo mundo, mas tiveram proporções relativas em cada um dos países onde chegaram, de acordo com as características históricas e as condições econômicas e sociais as quais estavam submetidas.

Na Inglaterra, exemplo de um *Estado fraco*, cujo processo de formação social desenvolveu uma burocracia limitada, na qual o governo se realiza pela sociedade civil, as ideias iluministas impulsionaram o liberalismo econômico. O histórico de feudalismo de vassalagem e a conservação das grandes propriedades de terra nas mãos dos barões, naquele país, contribuíram para a limitação do poder estatal.

Na França, com a concentração do poder nas mãos de Luís XIV, foram destituídas as instituições francesas como instâncias de mediação entre o governo e o povo, o que levou à desintegração da ordem pública e à Revolução Francesa. O

movimento, por sua vez, desencadeou, a longo prazo, uma intensa institucionalização do Estado francês, com a centralização do poder e uma grande burocratização estatal, transformando o país em típico Estado forte.

O Iluminismo, no entanto, pouco influenciou Portugal. Sua economia, baseada no mercantilismo e nas navegações, e sua sociabilidade, fundamentada na cultura escolástica tomista, inibiram o processo de industrialização e impediram que as ideias revolucionárias francesas chegassem em seu território. A economia mercantil e a ética de recompensas cooptou a pequena burguesia existente no país, à época, acentuando o poder do Estado português. Essa mesma burguesia aliou-se às antigas classes dirigentes e assimilou seus princípios, guiando-se pela tradição. Assim, mesmo estabelecendo-se como um Estado Moderno, os elementos aristocráticos não foram completamente alijados de Portugal, e sim incorporados e adequados a essa nova classe.

Dessa dinâmica, prevaleceu, a política baseada no direito romano, que consolidou o poder patrimonialista do monarca português, que organizou o Estado como se administrasse negócios particulares e não públicos. Para isso, utilizou o estamento da religião, da Igreja Católica, com a Contrarreforma, amalgamada à educação, com o ensino jesuítico.

A visão predatória do comércio mercantil, a inabilidade com a agricultura, e a admissão de um Estado como promotor de favores e de riquezas contribuíram para que se erguesse uma muralha isolando Portugal da Europa, e essa realidade foi, de certa maneira, transposta para o Brasil. A organização da economia aqui implementada após o descobrimento seguiu a estrutura feudal mercantil, pois o objetivo primário da colonização foi a exploração intensiva das riquezas da terra. A colonização lusitana, típica do modelo *weberiano* que se lançou à empreitada da conquista de Novos Mundos pela apropriação de terras, pela submissão das populações nativas, pela monocultura e pelo escravismo, conformou o território brasileiro, deu-lhe contornos geográficos, sociais, políticos, econômicos e culturais específicos ibéricos.

O sistema colonial brasileiro reduziu o novo território em uma grande exploração, agrícola e mineradora, que se caracterizou pela produção para o mercado externo, pelos latifúndios e pela utilização do trabalho escravo. Essa exploração, vida orgânica da Colônia, foi responsável por desarticular as

necessidades de consumo interno, do *elemento inorgânico* do sistema e instalar no país uma sociedade de classes. A presença metropolitana em solo colonial, mesmo insipiente, a princípio, trouxe consigo órgãos e cargos da administração do Reino, fazendo com que a hierarquia entre os núcleos de povoamento traçasse já um claro sinal da centralização estatal portuguesa. Os grandes domínios rurais foram propícios para o desenvolvimento do personalismo e do patriarcalismo.

A sociedade que aqui se formou foi a herança de uma cultura que já apresentava, desde o seu início, a característica da miscigenação de raças e de culturas, com o português, o índio e o negro, um hibridismo natural que foi a marca constante de sua trajetória histórica e de suas relações sociais. Os portugueses eram mais afetos, por questões de plasticidade social, ao tipo aventureiro, audacioso, imprevisível e personalista, em função de seu passado influenciado por mouros e judeus.

Essa miscigenação, no entanto, não desenvolveu coesão ou organização social, pois a mesma burguesia que em Portugal assimilou os princípios da tradição aristocrática, criou aqui uma mentalidade que dificultou o desenvolvimento do espírito das organizações espontâneas, e manteve uma política na qual o trabalho físico era denegrido, o que inibiu a construção de uma ética do trabalho e nos relegou uma cultura personalística.

Assim, quando a Família Real chegou ao Brasil, em função da invasão de Napoleão a Portugal, já havia aqui as condições propícias para a disseminação da tradição ibérica. Nos treze anos do governo de D João VI no Brasil, uma nova estrutura de Estado aqui se instituiu, herança burocrática que, após a Independência, foi responsável pela manutenção da nossa unidade territorial e pela construção de um governo monárquico. Esse, por sua vez, adotou um liberalismo adaptado à realidade brasileira, que pudesse atender à liberdade de comércio e às necessidades sociais do regime escravocrata. Era já a mentalidade conservadora e conciliatória ibérica a permear nossas instituições políticas, e que se desenvolveu, principalmente, através daqueles que eram responsáveis pela elaboração das leis brasileiras, pelos intelectuais que se basearam no espírito da restauração.

Um desses intelectuais foi José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, historiador, economista, jurista, político, publicista e principal responsável pela introdução oficial das ideias *burkeanas* no Brasil. Embora alinhado com o

pensamento liberal, Silva Lisboa mantinha uma postura conservadora em relação à política, à moral e à religião, defendendo a monarquia do Antigo Regime e as tradições representativas da sociedade absolutista. Utilizou as ideias conservadoras de Burke, adaptando-as às condições sociais e econômicas brasileiras para a formulação de um modelo constitucional conciliatório. Influenciou as leis brasileiras, que desenvolveu uma estrutura jurídica capaz de influir em todas as manifestações políticas e culturais do país, em seus costumes e relações sociais.

Dessa forma, enquanto na Inglaterra, por exemplo, o liberalismo econômico adequava-se ao livre comércio, no Brasil ele foi adaptado para absorver o regime escravista. A conciliação na estrutura econômica estaria, então, forjada pela estrutura capitalista nas relações externas e escravocrata nas relações internas.

Esse espírito conciliador vai perpassar não só nossas leis, mas todas as relações sociais e nossa cultura, como no Romantismo e na religião católica, e gerar um tipo de pensamento conservador bem característico ao povo brasileiro, instituindo-se não como uma filosofia ou ideologia, mas como uma *práxis* de nossa sociedade.

Uma das formas de *práxis* desse pensamento foi o Poder Moderador e o Partido Conservador, estabelecidos institucionalmente com a Constituição de 1824, que buscaram a conciliação entre liberalismo e escravismo. Aos conservadores, esse sistema político era útil e vantajoso para se contrapor à tendência ao anarquismo que as doutrinas de Rousseau traziam. A outra foi a ação paternal e patriarcal da monarquia aqui instaurada, cuja autoridade regulava a sociedade e cuja característica era estar baseada na família e não no indivíduo, como propunha a sociedade liberal, e que governava de acordo com as tradições, um dos preceitos do conservadorismo *burkeano*. Os conservadores brasileiros viam na autoridade da figura do Imperador e na monarquia a garantia de um *status quo*. Essa característica paternal ou patriarcal na regulação da sociedade foi transplantada para a administração das instituições brasileiras e persiste em nossas relações sociais, políticas e econômicas até hoje.

Ao fim dos dois primeiros capítulos, pudemos, então, admitir que a sociedade brasileira formou-se sob a influência híbrida de um conservadorismo com marcas ibéricas, adaptando pressupostos do pensamento *burkeano* às

necessidades e realidades brasileiras, utilizando, para isso, a característica da conciliação elencada por Burke.

Prosseguindo em nosso estudo, no terceiro capítulo, respondemos aos questionamentos sobre os aspectos da formação militar brasileira, quais sejam: qual a natureza da atividade militar?; como se formaram as instituições militares?; qual é a função das Forças Armadas na sociedade?; quando e como a atividade militar se profissionalizou?; quais as características da profissão militar?; existem semelhanças entre as características da profissão militar, ou da mentalidade profissional desse grupo e os pressupostos do conservadorismo *burkeano*?

Nele, constatamos que, historicamente, as instituições militares surgiram, inicialmente, como instrumento para conter a natureza destrutiva coletiva. Surgiram da necessidade de continuidade existencial dos grupos sociais em função da luta por sobrevivência que caracterizou o estado de beligerância da evolução humana. Com o desenvolvimento das sociedades e o nascimento do Estado moderno, outras motivações sustentaram a sua existência e elas passaram a ser consideradas como instâncias em que se processa a administração da violência organizada.

Entretanto, a natureza primária de seu trabalho, seja na utilização do poder, da dominação, da violência ou da guerra, estará sempre vinculada e formalizada *socialmente através das regras, leis e normas de conduta para estabelecer moralmente seu efeito limitador das vontades individuais sobre as coletivas, condição essencial para o bom convívio e que, em última instância, argumentam a criação das instituições militares como uma das mediadoras ou sancionadoras dessas regras.*

Essas regras influenciam as relações sociais. Com elas, um indivíduo ou grupo social exerce influência sobre outros sob forma de submissão legítima, ou seja, reconhecida e aceita, que pode se apresentar sob os tipos *weberianos* racional-legal, tradicional e carismática. Todas podem ser observadas dentro das instituições militares. Entretanto, o funcionamento delas depende do reconhecimento coletivo da sua legitimidade como instrumento de poder, de se transformar em capital simbólico.

Para as instituições militares, esse capital simbólico é fundamental na unificação de mentalidades e comportamentos para o cumprimento de sua função social. Ele se fará representar, principalmente, pela história, pelos valores e

tradições cultivados por essas instituições, mas estará baseado, fundamentalmente, na hierarquia e na disciplina, que será absorvida pelos militares no cotidiano dos ritos, das regras, dos cerimoniais, do ensino, da socialização, instrumentos de uma dinâmica microfísica do poder.

Na história da civilização, a transformação das forças militares em instituições e sua desvinculação das instâncias da atividade de segurança interna, ou forças de polícia, como vimos, resultaram no que hoje denominamos Forças Armadas. Originárias do nascimento do Estado, elas têm por natureza a garantia dos objetivos nacionais, caracterizando-se por serem permanentes e por pautarem-se em uma estrutura burocrática, um conjunto normativo de leis que delimitam sua atuação na manutenção da soberania e da defesa de uma nação.

Essas estruturas, organizações ou instituições sociais de natureza militar são complexos integrados de padrões de comportamento que formalizam as relações interpessoais, que refletem papéis sociais adquiridos no processo de socialização, um dos mecanismos que nos possibilita a construção de uma identidade profissional. As instituições militares são o resultado da associação de indivíduos, de uma solidariedade orgânica baseada nos valores formados pela consciência coletiva de um grupo com objetivos comuns. O compartilhamento de valores, dessa consciência coletiva, associados aos conceitos de hierarquia e disciplina orientam a evolução e a transformação profissional da instituição militar.

O conceito moderno da profissão militar e a profissionalização da atividade bélica tiveram início no século XIX, com o Estado prussiano. O progresso tecnológico desse campo trouxe complexidade à atividade e gerou a necessidade de um profissional especializado para exercê-la. Isso alavancou a instalação de organizações ou atividades complementares e a própria burocracia administrativa estatal, com serviços de manutenção, abastecimento, e recrutamento, transformando a profissão militar em atividade especializada e burocrática.

Por isso, especialização, responsabilidade e corporatividade são características inerentes à profissão militar. A especialização é adquirida pela educação e experiência no exercício da função, sendo, assim, pautada no conhecimento técnico e nas habilidades. Nesse contexto, o papel da educação e das instituições de ensino é fundamental. A corporatividade desenvolve-se na disciplina e no treinamento constante das habilidades profissionais. A responsabilidade,

refere-se ao papel social da função do profissional na sociedade. Essas são características da profissão como uma vocação, diferente de todas as outras pela administração da violência na defesa da política de segurança nacional, e por prescindir de comportamentos básicos como o dever, a honra e a responsabilidade social. Como uma vocação, a profissão militar, na busca pelo contínuo desempenho objetivo da sua função, dá origem a um tipo de mentalidade realista e conservadora que tem na ética profissional sua personificação.

Comparamos, então, as características da mentalidade militar, elencadas nos estudos de Huntington (2016), com os aspectos da mentalidade conservadora descritos por Kirk (2014), fruto das ideias de Burke (2014).

Deve-se considerar que algumas das questões sugeridas por esses autores estão direcionadas à realidade da Inglaterra ou dos Estados Unidos da América, logicamente. No Brasil, elas foram influenciadas pela formação ibérica da sociedade e pelas condicionantes próprias de nossa história.

Entretanto, muitos aspectos podem ser comparados. Verificamos, dessa forma, que os valores considerados pela ética profissional militar, preconizados por Huntington (2016), são coerentes com as características do pensamento conservador descrito por Kirk (2014). Eles fazem parte da natureza profissional das instituições militares pela necessidade de agir em defesa do grupo e na imposição da ordem social.

Assim, a ética profissional militar admite o conflito como um padrão universal, é cética e pessimista em relação à natureza dos seres humanos, encontrando-se em sintonia com o princípio da necessidade de limitação ao poder e às paixões humanas do pensamento conservador. Nesse contexto, as instituições militares agem como elementos limitadores das ações últimas das sociedades na defesa do caos gerado pelos conflitos entre os indivíduos.

Essa situação leva o profissional militar a envidar esforços em uma constante expansão e fortalecimento dos recursos bélicos e dos conhecimentos tecnológicos necessários para o enfrentamento das ameaças, o que o conduz à especialização e ao profissionalismo. Ao mesmo tempo, sua função requer trabalho em grupo, cooperação, fundamentais para o êxito de suas missões e ideia defendida pelos conservadores.

Cooperatividade e lealdade **remetem à unidade básica da sociedade, à família, a qual Burke considerava elemento fundamental para o desenvolvimento do sentimento pátrio.** Essa afeição à família e à comunidade, transfigura-se no culto às tradições e aos costumes, o que identifica esse grupo como uma nação, com o que, em última instância, é o dever do militar resguardar: os valores, os costumes, a tradição, as leis, o território e a liberdade de determinada sociedade.

Assim como os conservadores, os militares se mostram favoráveis ao progresso, mas prudentes em relação às mudanças repentinas, e precisam testar, experimentar antes para aceitar as novas condições. Acreditam na manutenção da ordem social, e, conseqüentemente, que o Estado-nação é a melhor forma de organização política, pois nele está a justificativa para a manutenção e o emprego da força militar.

Vimos, então, que a ética profissional militar, pela qual se formaliza a mentalidade militar coaduna-se em muitos aspectos com a mentalidade conservadora.

Resta-nos apresentar a que conclusões chegamos quanto aos questionamentos específicos sobre a formação da mentalidade militar do oficial do Exército Brasileiro, que foram: como se deu a formação institucional e profissional do Exército Brasileiro?; a evolução militar no país foi influenciada por elementos conservadores da cultura brasileira?; qual é o papel da cultura, dos valores e da socialização militar na formação do oficial dessa Instituição?; qual a influência do ensino e de seus Regulamentos na formação de uma mentalidade conservadora na Instituição?; podemos identificar no perfil do oficial do Exército Brasileiro de hoje aspectos do pensamento conservador?

Com base na análise de sua trajetória histórica, no processo de socialização de seus integrantes, na sua cultura e em seus valores expressos, na comparação entre a mentalidade militar e os princípios do pensamento conservador, assim como nos levantamentos das pesquisas estudadas, vimos que o Exército Brasileiro e seus oficiais possuem tendências conservadoras, fundamentam-se nos princípios da hierarquia e da disciplina e baseiam-se na tradição, na autoridade e nas leis constitucionais.

Entretanto, como vimos, o conservadorismo que se desenvolveu no Brasil, sofreu adequações em função de nossa história, colonização, formação social, enfim, de nossas raízes ibéricas. Imersos nessa sociedade, o Exército e seus integrantes sofreram, também, essa influência.

A história da formação das Forças Armadas Brasileiras iniciou-se no período colonial, com a formação das primeiras tropas de origem portuguesa, a partir da necessidade de defender o território das inúmeras invasões de outras nações. Mais tarde, desenvolveram-se paralelamente à formação do país e de outras instituições nacionais.

No período colonial existiram três tipos de organizações militares: as regulares, as semirregulares e as irregulares. Com o ciclo da mineração, houve a necessidade criação de uma força militar ampliada para a tarefa de policiar a população, procurando coibir as mais diversas tentativas de sonegação e evasão de recursos. Essa força, chamada de Milícias. Nas tropas regulares do Exército os postos mais altos do oficialato eram ocupados por portugueses trazidos da Metrópole ou por membros da aristocracia rural, o que reforçava as relações sociais políticas e econômicas da sociedade colonial e, novamente, fazia perpetuarem-se as características conservadoras ibéricas.

Com a vinda da Família Real, tivemos o início de uma melhor organização do sistema militar brasileiro com a criação de vários órgãos e da própria Academia Real Militar, momento em que se começa a formação da oficialidade brasileira. Entretanto, durante o período do Império, houve muitas dificuldades para se organizar uma estrutura militar adequada à nova condição do território brasileiro, principalmente, após a Independência.

As dificuldades, não apenas materiais, decorrentes da crise econômica, eram também políticas. À época, o recrutamento dos soldados do Exército era feito entre os servos, os escravos e elementos da camada média da sociedade. Havia muita dificuldade para arregimentar homens para o Exército e a Marinha, pois o serviço não era obrigatório. Os escravos preferiam o cativo a engajar-se nas Forças Armadas e a utilização deles nessa tarefa não era bem-vista pelos senhores de terras, que perdiam a mão de obra.

Esse foi um problema com o qual as Forças Armadas lutaram durante todo o período Imperial e que se estendeu na República, gerando uma cisão entre a

Instituição e algumas camadas da população. Contribuiu com ele a criação, em 1831, da Guarda Nacional, que sob o domínio dos senhores de terras, detinha as condições econômicas para a atividade militar.

A Guerra do Paraguai fomentou um certo prestígio ao Exército. Entretanto, após o conflito, a Instituição viu seus efetivos diminuírem e o desprestígio à classe foi retomado. Retornou-se à política de erradicação, o que gerou maior descontentamento da oficialidade.

No final do Império, três gerações de militares conflitavam em opiniões sobre a situação política da Instituição: a geração fiel à monarquia, os tarimbeiros que lutaram na Guerra do Paraguai e que não nutriam lealdade à Coroa, pois ressentiam-se pela falta de apoio à profissionalização institucional, e os positivistas recém-egressos da Escola Militar, que, acreditando no conceito do soldado cidadão, pensavam serem os militares melhores preparados do que os civis para solucionar os problemas nacionais e liderar a sociedade. Esses foram cooptados pelas elites civis para o cenário político.

O embate entre essas gerações, no entanto, sofreu a influência da mentalidade conservadora conciliatória brasileira, e o que se viu foi uma junção dessas concepções e o desenvolvimento de um sentimento messiânico entre os militares, uma mística de salvacionismo. Relacionada não só ao desprezo da burguesia agrária e seus intelectuais pelo Exército, de origem social modesta, essa mística foi reforçada pelas ideias positivistas surgidas em um momento no qual a sociedade ansiava por mudanças. Depois, ela foi revitalizada pela rivalidade política em virtude do papel de destaque que seria exercido pelos militares na República.

A Proclamação da República desencadeou um sentimento de individualidade em alguns oficiais, que desenvolveram uma consciência definida de sua condição militar e do papel da Instituição como entidade nacional. Entretanto, as elites civis acreditavam ser necessário afastar os militares das instâncias políticas para evitar sua intervenção. Advogavam que as Forças Armadas deveriam estar subordinadas ao poder civil e que a sua profissionalização e seu afastamento da política seria a garantia para que se estabelecesse uma relação de confiança entre as instâncias militar e civil.

Iniciaram-se, assim, várias ações de aperfeiçoamento profissional e doutrinário da Instituição. Contribuiu para isso a ação dos jovens turcos, a implantação das Leis do Sorteio Militar e do Serviço Militar Obrigatório, a extinção da Guarda Nacional e a ação da Missão Francesa. Essa fase, que correspondeu ao governo de Hermes da Fonseca, de 1910 a 1914, é considerada o início de uma real busca pela profissionalização do Exército Brasileiro.

Em 1914, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, surge a oportunidade para reforçar a necessidade de fortalecimento das Forças Armadas e divulgar a ideia de nacionalidade e patriotismo. Os militares passam a dar ênfase ao papel da educação como pré-requisito para a formação do soldado, defendendo o ensino, desde a infância, nas escolas e nas famílias, dos conceitos de pátria, civilidade e disciplina, pensamento muito alinhado aos pressupostos conservadores.

Apesar das revoltas tenentistas e da eclosão da Revolução de 1930, o período após a Missão Francesa e durante os governos gerais Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra proporcionou maior coesão e centralização para a Instituição, quando se deu início a um processo de modernização e burocratização que transformou aos poucos a identidade organizacional.

Esse processo de modernização e de expansão da estrutura militar estava perfeitamente ajustado à política do Estado Novo, cujo esforço era para a institucionalização de um governo forte, com centralização do poder e da administração pública, características da *modernização conservadora* de nossa sociedade.

A fase de consolidação institucional, pela qual o Exército passou, estabeleceu uma sólida doutrina de segurança nacional e uma espécie de solidariedade militar, resultado do desenvolvimento de um conjunto de valores e crenças responsáveis por promover uma identidade institucional capaz de fortalecer a coesão e as ações daquele grupo na consecução de objetivos comuns.

Nesse período, a Instituição atingiu um grau de complexidade e de coesão que intensificou as relações hierárquicas, extinguindo as revoltas internas e problemas de indisciplina. Para isso, ela precisou desenvolver uma formação única para sua oficialidade, com uma cultura fortemente marcada por um capital simbólico com valores e tradições conservadores ligados à sua natureza precípua.

As práticas que constituem a cultura militar relacionam-se às tentativas de atingir essa função básica através de conhecimento especializado, normas, regulamentos, ritos, cerimoniais, linguagem, códigos, crenças, entre outros instrumentos, que são assimilados pelo oficial durante, principalmente, sua socialização profissional. Essa socialização insere o jovem na ética profissional militar, não somente através das legislações que lhe são próprias, mas também pelo comprometimento com determinados valores pertencentes à cultura militar que tem como instrumento de maior reprodução as escolas militares.

Hoje, a formação dos oficiais combatentes do Exército ocorre em cinco anos, sendo o primeiro na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e os quatro restantes na Academia Militar das Agulhas Negras. É uma formação unificada e legitimada não só por uma legislação própria, mas principalmente pela sua construção histórica iniciada com a criação da Real Academia Militar, em 1810. Por muitos anos, ela seria responsável não só pela formação dos oficiais, mas também pelas praças, soldados e sargentos.

Durante todo o período do Império e da República, a formação do oficial sofreu interferências das condições sociais e econômicas, além das políticas de nossa sociedade ainda em conformação. Dessa forma, até 1874 a Academia formou tanto militares combatentes quanto engenheiros civis, mão de obra tão necessária para a infraestrutura básica de um País em construção.

Entre 1810 e 1889, a formação passou por dez mudanças de Regulamentos e muitas dificuldades. O ensino, voltado para a área das ciências exatas, era predominantemente teórico, embora por diversas vezes tivessem sido feitos esforços para a implantação de disciplinas práticas, de cunho militar. Seu elevado grau de tecnicismo dificultava-lhe o acesso o que acarretou, por muitos anos, a necessidade de criar cursos preparatórios para nivelamento dos conhecimentos dos discentes, mesmo porque alguns eram recrutados à força e não tinham preparo intelectual para o curso. No início da formação, foram contratados professores estrangeiros, pois não havia qualificação no país para a função. Tanto a literatura quanto a doutrina usadas para o ensino militar eram francesas e não havia aproveitamento dos conhecimentos militares adquiridos nos conflitos internos para fins didáticos. Outro fator negativo era o regime de externato do curso, que não

privilegiava a formação de hábitos e atitudes, de uma disciplina adequada à profissão militar.

Somente após a Guerra do Paraguai o ensino começa a sofrer alterações rumo à profissionalização. Contribuiu para isso o condicionamento do ingresso ao oficialato e a ascensão na carreira ao curso da Escola Militar, a desvinculação do curso de engenharia civil da formação militar, a intensificação do ensino prático militar nas escolas de tiro, entre outras mudanças. Entretanto, ainda havia condicionantes que dificultavam a melhoria da formação, como o fato dela ocorrer em várias escolas, o que não contribuía para o desenvolvimento de uma consciência coletiva e de coesão institucional.

No período que antecede à Proclamação da República e em seus primeiros anos, o ensino militar sofreu a influência do Positivismo. Benjamin Constant, acreditando no que chamou de papel civilizador do oficial, implementou um currículo com concepções humanísticas e científicas, e, com certeza, isso contribuiu para as intervenções militares na vida política nacional nas décadas posteriores. Entre os anos de 1889 e 1944, ocorreram nove mudanças nos Regulamentos de Ensino, retratando um momento de intensas intervenções na política educacional da Instituição. Muitas dessas mudanças ocorriam, normalmente, por ocasião da troca dos Ministros da Guerra, e eram retrocessos a Regulamentos anteriores, o que demonstrava o caráter personalístico da cultura brasileira e, por consequência, militar.

O Regulamento de 1913 trouxe uma mudança significativa para a formação do oficial e para o desenvolvimento da coesão institucional, ao dispor do currículo com uma parte comum e outra especializada por armas. Além de contribuir para a diversificação de habilidades e conhecimentos, proporcionou maior integração entre os oficiais daquela turma de formação, desenvolvendo maior espírito de corpo e valores comuns a todos os militares.

Outra mudança importante para o ensino militar ocorreu em 1918, cujo Regulamento previu que a disciplina de Tática deveria ater-se às doutrinas prescritas nos documentos militares brasileiros do emprego das diferentes armas e não mais basear-se na literatura estrangeira. Foi importante passo para o desenvolvimento de uma doutrina e mentalidade militar totalmente brasileira.

Contribuiu para isso atuação da Missão Francesa porque a doutrina francesa enfatizava a necessidade do militar conhecer os problemas nacionais.

Em 1928, surge a Lei do Ensino Militar, uma estratégia para sistematizar as ações nessa área dentro do âmbito das Forças Armadas. Logo em seguida, assume a direção da Escola Militar o, então, coronel José Pessoa e propõe uma remodelagem na formação do oficial brasileiro nos moldes americano, francês e inglês. Suas ações, até hoje percebidas pela Instituição, criaram uma espécie de mística do oficial, dando *status* à sua figura e resgatando sua dignidade profissional. José Pessoa estabeleceu um capital simbólico através da criação do brasão do cadete, dos uniformes históricos, do Corpo de Cadetes, do código de honra do Cadete e de outras simbologias, contribuindo para a criação de sentimento de pertencimento institucional.

De 1934 a 1944, fase institucional do Exército Brasileiro, as mudanças nos regulamentos e leis do ensino militar foram menos estruturais, atendo-se à adequação curricular, aos avanços técnicos derivados da modernização da área bélica. A evolução do ensino militar, a socialização e a profissionalização desenvolvidos nas escolas proporcionou o reforço de uma mentalidade militar com tendências conservadoras e com características conciliatórias próprias de nossa sociedade, mas também adaptadas de forma a gerar um capital simbólico que pudesse dar a consciência coletiva necessária à Instituição e aos seus integrantes.

O oficial do Exército Brasileiro de hoje ainda apresenta características de uma mentalidade conservadora com feições conciliatórias. Com base nos estudos apresentados na obra *Para pensar o Exército Brasileiro no Século XX*, fruto da pesquisa *Sociologia das Forças Armadas*, pelos pesquisadores Eduardo Raposo, Maria Alice Rezende de Carvalho e Sarita Schaffel, verificamos que esse oficial tem a família e a religião como referências, acredita na profissão militar como um sacerdócio e na Instituição como figura indissociável da Nação e do seu povo, responsável pela garantia da ordem social, o que demonstra, ainda, aquela espécie de imagem salvadora historicamente formada. Por isso, admite o profissionalismo como fator essencial para o bom desempenho de sua função. Além, disso, esse profissional demonstrou, pelo resultado da pesquisa, cultivar as tradições quando reproduz os papéis profissionais familiares.

Quanto aos valores, o militar de hoje não foge à admissão da hierarquia e da disciplina como os elementais. São eles, também, valores tradicionais da cultura ibérica, característicos, segundo Mercadante (1978), da Contrarreforma, cuja ética rígida e absoluta baseava-se na renúncia e na disciplina, e que, historicamente, impuseram-se pela educação católica sobre a aristocracia portuguesa e, por consequência, na sociedade brasileira. A socialização militar, no entanto, irá ampliá-los e aplicá-los no campo profissional, usando, para isso, as relações sociais desenvolvidas dentro das instituições militares e, principalmente nas escolas, como vimos.

Por fim, estabelecemos em nosso estudo uma comparação e uma correlação entre as temáticas presentes nas obras de Burke (2014) no que se refere ao pensamento conservador, com os princípios da mente conservadora, elencados por Kirk (2014), os aspectos conformadores da mentalidade militar, sugeridos por Huntington (2106), e os valores e deveres militares do Estatuto dos Militares do Exército Brasileiro.

Obviamente, não existe relação comparativa direta entre eles. Estamos conscientes de que cada um deles influenciará de forma diferente os indivíduos ou as instituições de determinada sociedade ao qual estejam submetidos, por força das particularidades históricas, políticas e sociais de cada local. Ainda assim, verificamos que **os valores e deveres militares do Exército se aproximam muito com os princípios da mentalidade conservadora, que** existem semelhanças de ideias e de aplicação em cada campo de atuação.

Ao finalizar essa tese, então, retomamos nossa questão inicial e afirmamos que houve influências de aspectos do conservadorismo na formação institucional do Exército Brasileiro. Elementos do *conservadorismo burkeano inseridos na sociedade brasileira durante o Império, foram adaptados à nossa cultura ibérica marcada já por traços patrimonialistas e patriarcais, e esta desenvolveu um conservadorismo com feições conciliatórias que foi assimilado pelo Exército.*

Assim, ao mesmo tempo em que a Instituição protagonizou ou apoiou intervenções políticas, foi, também, contra a escravidão e as oligarquias na Revolução de 1930, por exemplo, mostrando aspectos conservadores aliados à característica híbrida que faz parte de nossas raízes ibéricas.

Assim, durante sua evolução histórica e processo de profissionalização, principalmente em suas escolas e a partir do período após a Proclamação da República, consolidou a consciência coletiva e a coesão necessárias ao desenvolvimento de uma *mentalidade militar com tendências conservadoras e conciliatórias em sua oficialidade que até hoje pode ser percebida.*

7. Referências bibliográficas

ABREU, José Capistrano de. **História Colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907.

ALVES, Claudia, NEPOMUCENO, Maria de Araújo (org.). **Militares e educação em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2010.

ANDERSON, Perry. **L'État absolutiste: ses origines et ses voirs**. Vol I. Paris: François Maspero, 1978.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Antonio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Fergráfica, Artes Gráficas SA, 1998

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII**. In: Revista USP, São Paulo, n.46, p. 66-78, junho/agosto 2000.

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. 1. reimpr. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. **Os museus e a cultura militar**. In: Revista Museu. Clube de Ideias Comunicações e Sistemas Ltda. Maio, 2021. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2021/11288-os-museus-e-a-cultura-militar.html>>. Acesso em: 11 set. 2022.

BIRNBAUM, Pierre. **L'action de l'État: différenciation et dédifférenciation**. In: Madeleine Grawitz et Jean Leca (eds.). *Traité de science politique*. v.3. Paris: PUF, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 set. 2022.

_____. **Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890.** Dispõe sobre o regulamento que reorganiza o ensino das escolas do Exército. Brasília, DF: Câmara Legislativa. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acesso em: 18 set. 1022.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França.** Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e a política no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2006.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. **Os militares e a República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. **Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês.** Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 1-28, jan./jun. 2006.

CHACON, Vamireh. **A Grande Ibéria: convergências e divergências de uma tendência.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CLAUSEVITZ, Carl von. **Da Guerra.** Brasília: Martins Fontes, 1976.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** São Paulo: Record, 2000.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. **Tendências ocupacionais no Exército Brasileiro (1998-2012).** Sociologias, Porto Alegre, ano 22, n. 53, jan-abr 2020, p. 172-193.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários.** São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

REIS, Elisa Maria Pereira. **Elites Agrárias, State-building e Autoritarismo.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 25, nº 3,1982, pp. 331 a 348.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 13ª ed. São Paulo: Globo, 1984.

_____. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.

FERNADES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

FLORI, Jean. **A Cavalaria**. São Paulo: Madras, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global Editora, 2019.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 37.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOMES, Laurentino. **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado**. 2 ed. São Paulo: Globo, 2015.

GOMES, Lucas Barbosa. **Edmund Burke e Joseph de Maistre no prelúdio do conservadorismo moderno: uma perspectiva em oposição ao revolucionarismo francês setentista**. Revista Mundo Livre, Campos dos Goytacazes, v.6, n.1, p. 110 - 133, jan./jun. 2020.

GIDDENS, Anthony. **O estado-nação e a violência**. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Edusp, 2001.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudo dos regulamentos do ensino militar (1980 – 1929)**. São Paulo, SP, 2005. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica.

HAYES, Robert Ames. **Nação Armada: a mística militar brasileira**. Tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1991.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOBBSAWM, Eric. **Do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. **Conservatism as an Ideology**. *The American Political Science Review*, Washington, DC, 51, n. 2, p. 454-473, jun. 1957.

_____. **O soldado e o Estado – Teoria e Política das relações entre civis e militares**. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2016.

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: um estudo social e político**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

JUNIOR, Barrington Moore. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1967.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

JUNIOR, Luiz Carlos Ramiro. **Entre a crise e a restauração: o significado do conservadorismo de João Camilo de Oliveira Torres**. 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política. Montevideú, 2017. Disponível em: <<http://www.congressoalacip2017.org/>>. Acesso em: 11 set. 2022.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: que é ‘esclarecimento’?** Textos seletos. Petrópolis: Vozes, 1984.

KAPLAN, A. e LASSWELL, H. **Poder e sociedade**. Brasília: UnB, 1979.

KEEGAN, John. **Uma história da Guerra**. Tradução de Mariana Pinto dos Santos e Pedro Serras Pereira. Lisboa, Portugal: Tinta da China, 2016.

KIRK, Russel. **Edmund Burke: redescoberto um gênio**. São Paulo: É Realizações, 2016.

_____. **A política da prudência**. Tradução de Gustavo Santos e Márcia Xavier de Brito. São Paulo: Realizações Editora, 2014.

_____. **The conservative mind. From Burke to Eliot**. Washington: Library of Congress, 2011.

LISBOA, José da Silva. **Constituição Moral e Deveres do Cidadão – com exposição da moral publica conforme o espirito da Constituição do Imperio**. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1824.

_____. **Extractos das obras políticas e economicas do grande Edmund Burke**. Lisboa, Portugal: A nova Impressão da viuva Neves e Filhos, 1822.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1999.

MACCANN, Frank D. **Soldados da Pátria – história do Exército Brasileiro, 1889-1937**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Editora Edipro, 2018.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. **A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904 – 1929)**. São Carlos, SP, 1012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil – Contribuição ao estudo da Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

_____. **Militares e civis: a ética e o compromisso**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MIRANDA, Denis de. **A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.

MOSKOS, Charles. **From Institution to Occupation: Trends in Military Organization**. Armed Forces & Society, 1977.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar – 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na crise do antigo regime colonial. (1777-1808)**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

PATA, Arnaldo da Silva. **Os cidadãos-soldados no vintismo (1820-1823). Não nos deixemos petrificar: reflexões do nascimento de Victor de Sá**. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pag. 69-86

PISIER, Evelyne. **História das ideias políticas**. Tradução de Maria Alice Farah Calil Antonio. São Paulo: Manole, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

QUADROS, Marcos Paulo. **O ceticismo em Edmund Burke e os pilares do conservadorismo moderno**. In: Revista Eletrônica Intellèctus. (UERJ). Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 1, p. 168-187, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/issue/view/1025/>>.

RAPOSO, Eduardo. **O Leviatã Ibérico: modernidade, corporativismo e desigualdade na formação institucional brasileira**. In: Desigualdades e Diversidade. Revista de Diversidade. Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n.2 jan/jun, 2008.

_____; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; SCHAFFEL, Sarita. **Para pensar o Exército brasileiro no século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2011.

_____; **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____; **O conservadorismo difícil**. In: FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, A. (org.). Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **História do Ensino Militar: entre a teoria e a prática profissional do Exército Brasileiro (1889-1944)**. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V.12, nº24, p.86-98, 2016.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Patrimonialismo e a realidade latino-americana**. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2017.

SANTOS, Everton Araujo dos. **Exército Brasileiro: a transformação como valor e o valor da transformação - um estudo da família militar como fator de abertura para a sociedade e de transformação da instituição**. Rio de Janeiro, RJ, 2018. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica.

_____. **O carisma do Comandante**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berço de heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”**. São Paulo: Annablume, 2004.

SCHEIN, E. **Cultura Organizacional e Liderança**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Rosemary Saraiva da. **Edmund Burke e Silva Lisboa: escritos políticos, diferentes leituras**. Niterói, RJ, 2018, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEPAN, A. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus – 990-1992**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. Tradução Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. - (Paidéia)

TOFFLER, A & TOFFLER, H. **Guerra e Antiguerra**. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1994.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O elogio do conservadorismo e outros escritos**. Arcadia: Curitiba-PR, 2016.

_____. **Os construtores do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

_____. **Teoria Geral da História**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1963.

_____. **Interpretação da realidade brasileira: introdução à história das ideias políticas no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Coleção João Camilo de Oliveira Torres; n. 1)

_____. **O positivismo no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Coleção João Camilo de Oliveira Torres; n. 5)

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. (Edições do Senado Federal; v. 27)

_____. **Instituições Políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1949.

WEBER, Max. **A política como vocação**. Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Os três tipos puros de dominação**. In: COHN, G. (org.). Weber. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **Economia e Sociedade**. Brasília – DF: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. Tradução de Augustin Wernet. 4 ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

WOOD, Gordon S. **A revolução americana.** Tradução Michel Teixeira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

WORTMEYER, Daniela Schmitz. **O desenvolvimento de valores morais na socialização militar: entre a liberdade subjetiva e o controle institucional.** Brasília, DF, 2017. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.